

# Relatório de Gestão Anual



iphan 2022



# Relatório de Gestão Anual

---



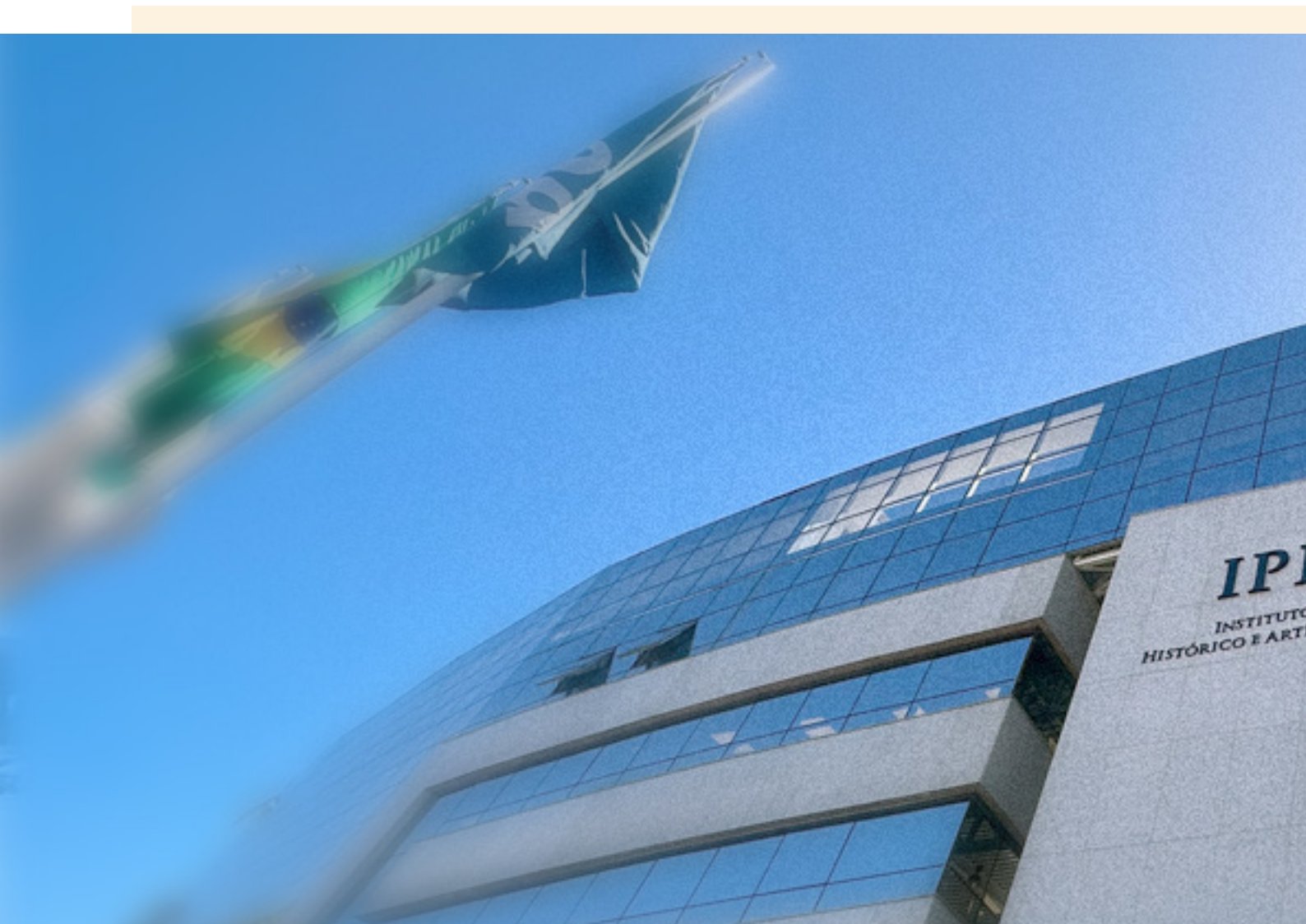
iphan 2022

# Iphan

## Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

### RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2022

Apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas (UPC) está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70º da Constituição Federal. Este Relatório é elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa (TCU) n.º 84, de 22 de abril de 2020, Decisão Normativa TCU n.º 198, de 23 de março de 2022 e Portaria TCU n.º 49, de 7 de abril de 2022, de acordo com o Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado elaborado pelo TCU – 3ª Edição 2022.



2022

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANUAL



# Créditos

## RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2022

### **Presidente da República do Brasil**

Luiz Inácio Lula da Silva

### **Ministra da Cultura**

Margareth Menezes da Purificação Costa

### **Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**

Leandro Antonio Grass

### **Diretores do Iphan**

Andrey Rosenthal Schlee – Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM)

Bernardo Pinho Rodrigues – Diretor substituto do Departamento de Projetos e Obras (DPO)

Desirée Ramos Tozi – Diretora do Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF)

Deyvesson Israel Alves Gusmão – Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI)

Maria Silvia Rossi – Diretora do Departamento de Planejamento e Administração (DPA)

### **Diretora do Departamento de Planejamento e Administração**

Maria Silvia Rossi

### **Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento**

Marcelo Douglas de Figueiredo Torres

### **Coordenadora substituta de Planejamento e Projetos**

Leila Giandoni Ollaik

### **Diretora do Departamento de Cooperação e Fomento**

Desirée Ramos Tozi

### **Coordenadora-Geral de Cooperação Nacional**

Maíra Torres Corrêa

### **Divisão de Promoção e Difusão do Patrimônio**

Bruna da Silva Ferreira



# Ficha Técnica

## COORDENAÇÃO EDITORIAL

### Grupo de Trabalho

Marcelo Douglas de Figueiredo Torres

Sérgio Carreira dos Santos

Flávio Eduardo de Queiroz Fundão

Dyogo Tavares de Freitas

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

[www.gov.br/iphan](http://www.gov.br/iphan)

### Colaboração

Dyogo Tavares de Freitas

### Projeto Gráfico e Diagramação

David Arantes



## Lista de siglas e abreviações

<b>ABNT</b> - Associação Brasileira de Normas Técnicas	<b>CGNGT</b> - Coordenação-Geral de Normatização e Gestão de Território
<b>ACAMUFEC</b> - Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro	<b>CGPLAN</b> - Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento
<b>ACI</b> - Arquivo Central do Iphan	<b>CGPS</b> - Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade
<b>AIP</b> - Avaliação de Impacto do Patrimônio	<b>CGTI</b> - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
<b>AIR</b> - Análise de Impacto Regulatório	<b>CGU</b> - Controladoria-Geral da União
<b>AMFMT</b> - Associação das Manifestações Folclóricas do Mato Grosso	<b>CGU-PAD</b> - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
<b>ASCOM</b> - Assessoria de Comunicação	<b>CIP</b> - Catalogação na Publicação
<b>ASTEC</b> - Assessoria de Assuntos Técnicos e Administrativos	<b>CIRAD</b> - Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement
<b>AUDIN</b> - Auditoria Interna	<b>CLC</b> - Centro Lucio Costa
<b>BAE</b> - Boletim Administrativo Eletrônico	<b>CMRI</b> - Comissão Mista de Reavaliação de Informações
<b>BSC</b> - Balanced Scorecard	<b>CNA</b> - Centro Nacional de Arqueologia
<b>CAPES</b> - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	<b>CNART</b> - Cadastro Nacional de Negociantes de Obras de Arte e Antiguidades
<b>CAR</b> - Câmara de Análise de Recursos	<b>CNFCP</b> - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
<b>CCONV</b> - Coordenação de Convênios e Prestação de Contas	<b>CNIGP</b> - Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos
<b>CCPC</b> - Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural	<b>CNL</b> - Coordenação Nacional de Licenciamento
<b>CCPPI</b> - Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial	<b>COAF</b> - Conselho de Controle de Atividades Financeiras
<b>CCS</b> - Coordenação de Comunicação Social	<b>COFIN</b> - Coordenação de Orçamento e Finanças
<b>CCSRBM</b> - Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx	<b>COGEP</b> - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
<b>CDP</b> - Centro de Documentação do Patrimônio	<b>COGESTI</b> - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
<b>CGAF</b> - Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização	<b>COGECINT</b> - Coordenação-Geral de Cooperação Internacional
<b>CGCI</b> - Coordenação-Geral de Cooperação Internacional	<b>COLIC</b> - Coordenação de Licitações e Contratos
<b>CGCO</b> - Coordenação-Geral de Conservação	<b>COSBAN</b> - CPAD - Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
<b>CGEN</b> - Conselho de Gestão do Patrimônio Genético	<b>CPLAN</b> - Coordenação de Planejamento e Projetos
<b>CGGI</b> - Coordenação de Gestão e Governança Institucional	<b>CPLP</b> - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>CGID</b> - Coordenação-Geral de Identificação e Reconhecimento	<b>CSC</b> - Carta de Serviço ao Cidadão
<b>CGLOG</b> - Coordenação-Geral de Logística, Convênios e Contratos	<b>DECOF</b> - Departamento de Cooperação e Fomento





<b>DEPAM</b> - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização	<b>GEDWEB</b> - Gestão de Normas e Documentos Regulatórios
<b>DN</b> - Decisão Normativa	<b>GIAHS</b> - Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (Globally Important Agricultural Heritage Systems)
<b>DOU</b> - Diário Oficial da União	<b>IBAMA</b> - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>DPA</b> - Departamento de Planejamento e Administração	<b>IBICT</b> - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
<b>DPI</b> - Departamento do Patrimônio Imaterial	<b>IBPC</b> - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
<b>DPO</b> - Departamento de Projetos e Obras	<b>IBRAM</b> - Instituto Brasileiro de Museus
<b>EAD</b> - Ensino à Distância	<b>ICPRCP</b> - Comitê para a Promoção do Retorno de Bens Culturais a seus Países de Origem ou sua Restituição em Caso de Apropriação Ilícita
<b>EHESS</b> - École des hautes études en sciences sociales	<b>IIA</b> - Instituto dos Auditores Internos
<b>EJA</b> - Educação de Jovens e Adultos	<b>IIRC</b> - International Integrated Reporting Council
<b>EMBRAPA</b> - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	<b>IMS</b> - Instituto Moreira Salles
<b>ENAP</b> - Escola Nacional de Administração Pública	<b>IN</b> - Instrução Normativa
<b>ENCCLA</b> - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	<b>IPHAN</b> - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>E-OUV</b> - Sistema Nacional Informatizado de Ouvidorias	<b>IPS</b> - Investigação Preliminar Sumária
<b>E-SIC</b> - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão	<b>LAI</b> - Lei de Acesso à Informação
<b>Fala.BR</b> - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação	<b>LGPD</b> - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
<b>FAO</b> - Brasil - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	<b>MAC/USP</b> - Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo
<b>FCA</b> - Ficha de Caracterização de Atividades	<b>MAPA</b> - Ministério da Agricultura e Pecuária
<b>FCE</b> - Função Comissionada Executiva	<b>MASP</b> - Museu de Arte de São Paulo
<b>FIDA</b> - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola	<b>MBRAC</b> - Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea
<b>FISCALIS</b> - Sistema de Fiscalização e Autorização	<b>MEC</b> - Ministério da Economia
<b>GAB-PRESI</b> - Gabinete da Presidência	<b>MFEC</b> - Museu de Folclore Edison Carneiro
<b>GAFI</b> - Grupo de Ação Financeira	<b>MinC</b> - Ministério da Cultura
<b>GAFILAT</b> - Grupo de Ação Financeira da América Latina	<b>MJ</b> - Ministério da Justiça
<b>GDAC</b> - Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural	<b>MLS</b> - Museu Lasar Segall
<b>GDACE</b> - Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos	<b>MMA</b> - Ministério do Meio Ambiente
<b>GDAIE</b> - Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura	<b>MP</b> - Mestrado Profissional
<b>GDPGPE</b> - Gratificação de Desempenho do Plano Geral	<b>MPOG</b> - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão



<b>MS</b> - Ministério da Saúde	<b>RBM</b> - Roberto Burle Marx
<b>MTur</b> - Ministério do Turismo	<b>SAIP</b> - Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Cultural
<b>NAD</b> - Notificações para Apresentação de Documentos	<b>SAP</b> - Sala do Artista Popular
<b>OBTV</b> - Ordem Bancária de Transferência Voluntária	<b>SEI</b> - Sistema Eletrônico de Informações
<b>OCDE</b> - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Económico	<b>SFC</b> - Secretaria Federal de Controle Interno
<b>ODS</b> - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	<b>SGD</b> - Secretaria de Governo Digital
<b>OEA</b> - Organização dos Estados Americanos	<b>SIAFI</b> - Sistema Integrado de Administração Financeira
<b>ONU</b> - Organização das Nações Unidas	<b>SIC</b> - Serviço de Informação ao Cidadão
<b>OVAT</b> - Organização Vilaboense de Artes e Tradição	<b>SICG</b> - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
<b>PAD</b> - Processo Administrativo Disciplinar	<b>SPHAN</b> - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>PCI</b> - Projeto Multinacional Patrimônio Cultural Imaterial	<b>SPIUnet</b> - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
<b>PDTIC</b> - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	<b>STEM</b> - Sistema de Erva Mate Tradicional
<b>PEI</b> - Planejamento Estratégico do Iphan	<b>TCE</b> - Tomada de Contas Especial
<b>PEN</b> - Processo Eletrônico Nacional	<b>TCU</b> - Tribunal de Contas da União
<b>PGC</b> - Palácio Gustavo Capanema	<b>TED</b> - Termo de Execução Descentralizada
<b>PGT</b> - Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional	<b>TI</b> - Tecnologia da Informação
<b>PLD/FTP</b> - Sistema de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa	<b>UEMG</b> - Universidade do Estado de Minas Gerais
<b>PNC</b> - Plano Nacional de Cultura	<b>UFpel</b> - Universidade Federal de Pelotas
<b>PNPI</b> - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial	<b>UGI</b> - Unidade de Gestão de Integridade
<b>PO</b> - Plano Orçamentário	<b>UNESCO</b> - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>PPCM</b> - Política de Patrimônio Cultural Material	<b>UNIRIO</b> - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
<b>PTD</b> - Planos de Transformação Digital	<b>UPC</b> - Unidade Prestadora de Contas



## Lista de tabela

<b>Tabela 2.1</b> O Patrimônio Cultural acautelado pelo Iphan	22
<b>Tabela 2.6</b> Quantidade de Planos de Ação Finalísticos, cujos recursos foram empenhados pelo Iphan, em 2022	28
<b>Tabela 4.2.2.1</b> Números de solicitações encaminhadas ao Iphan via Protocolo Digital em 2022	37
<b>Tabela 4.3.5.1</b> Quantidade de atendimentos e registros relacionados à Biblioteca Aloísio Magalhães/DF, em 2022	49
<b>Tabela 4.3.5.2</b> Quantidade de Atendimentos e registros relacionados à ACI-RJ, em 2022	50
<b>Tabela 4.3.5.3</b> Quantidade de Serviços relacionados ao SEI, em 2022	50
<b>Tabela 4.3.6.1</b> Acordos de Cooperação Técnica (ACT's)	50
<b>Tabela 4.3.6.2</b> Protocolos de Intenção	50
<b>Tabela 4.3.6.3</b> Eventos e Curso	52
<b>Tabela 4.3.8.2.1</b> Portaria relativas às normas de preservação publicadas em 2022	54
<b>Tabela 4.3.8.2.2</b> Lista de Ações de normatização em andamento pelas Superintendências do Iphan, em 2022	54
<b>Tabela 4.3.8.2.2</b> Lista de Ações de normatização em andamento pelas Superintendências do Iphan, em 2022	56
<b>Tabela 4.3.8.4.1</b> Ações executadas pela CGCO	59
<b>Tabela 4.3.8.4.1</b> Ações executadas pela CGCO	60
<b>Tabela 4.3.8.4.2</b> Ações de apoio técnico às Superintendências executadas pela CGCO	61
<b>Tabela 4.3.10.9</b> Discriminação da execução da Ação 20ZH, em 2022, pelo Iphan	70
<b>Tabela 4.3.12.4.1</b> Termos de Compromisso com autorização para início do processo licitatório em 2022, relacionados ao PAC-CH – Ação Orçamentária 5538	85
<b>Tabela 4.3.12.4.2</b> Entregas de Projetos, Etapas de Obra e Obras no ano de 2022 – PAC-CH – Ação Orçamentária 5538	86
<b>Tabela 4.3.12.4.3</b> Entregas de Obras, no ano de 2022, no âmbito dos TED firmados junto ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) – Ação Orçamentária 6067	88
<b>Tabela 4.3.12.4.4</b> Projetos/Obras do PAC Cidades Históricas – PAC-CH – Ação Orçamentária 5538 (em execução), em 2022	89
<b>Tabela 4.4.1</b> Dotação Inicial x Atual do Iphan, referente ao exercício de 2022	90
<b>Tabela 4.4.2</b> Destaques efetuados ao Iphan, em 2022	91
<b>Tabela 4.4.3</b> Despesa empenhada, liquidada e paga, em 2022, pelo Iphan	91
<b>Tabela 4.4.3</b> Despesa empenhada, liquidada e paga, em 2022, pelo Iphan	91
<b>Tabela 4.4.5</b> Detalhamento de Gastos com Pessoal, em 2022 (em R\$)	92
<b>Tabela 4.4.6</b> Detalhamento de Investimentos, em 2022 (em R\$)	92



<b>Tabela 4.5.1.1</b> Avaliação de Servidores do Quadro do Iphan - Ativo Permanente, em 2022 _____	<b>94</b>
<b>Tabela 4.5.1.2</b> Avaliação de Servidores Efetivos do Quadro do Iphan – Cedidos, em 2022 _____	<b>94</b>
<b>Tabelas 4.5.1.3</b> Situação Funcional do Iphan, em 2022 _____	<b>95</b>
<b>Tabelas 4.5.1.4</b> Força de Trabalho do Iphan, em 2022 _____	<b>95</b>
<b>Tabelas 4.5.1.5</b> Cargo/Função Comissionada Executiva no Iphan, em 2022 _____	<b>96</b>
<b>Tabelas 4.5.1.6</b> Demonstrativo de Ocupação de Cargo/Função Comissionada Executiva no Iphan, em 2022 _____	<b>96</b>
<b>Tabela 4.5.4</b> Detalhamento de Licença Capacitação concedida pelo Iphan, durante o Exercício de 2022 _____	<b>97</b>
<b>Tabela 4.5.7.1</b> Despesa com Pessoal e Encargos Sociais – Iphan 2022, em R\$ _____	<b>97</b>
<b>Tabela 4.5.7.2</b> Histórico da Evolução dos Gastos com Pessoal, pelo Iphan (2018-2022), em R\$ _____	<b>98</b>
<b>Tabela 4.6.1.1</b> Contratações do Iphan, por modalidade, no ano de 2022 _____	<b>99</b>
<b>Tabela 4.6.1.2</b> Contratações do Iphan-Sede, por modalidade, no ano de 2022 _____	<b>100</b>
<b>Tabela 4.6.1.3</b> Contratações das superintendências do Iphan, por modalidade, no ano de 2022 _____	<b>100</b>
<b>Tabela 4.6.1.4</b> Contratações mais relevantes do Iphan, no ano de 2022 _____	<b>100</b>
<b>Tabela 4.6.2</b> Principais contratações para apoiar o funcionamento administrativo do Iphan em 2022 _____	<b>102</b>
<b>Tabela 4.6.3</b> Principais contratações diretas do ano de 2022 _____	<b>102</b>
<b>Tabela 4.6.4.1</b> Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (2020-2022) _____	<b>103</b>
<b>Tabela 4.6.4.2</b> Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pelo Iphan na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse, em 2022 _____	<b>103</b>
<b>Tabela 4.6.4.3</b> Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão - 2022 _____	<b>104</b>
<b>Tabela 4.6.4.4</b> Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos _____	<b>104</b>
<b>Tabela 4.6.4.5</b> Média do tempo de análise da prestação de contas e convênios e congêneres, pelo Iphan (2020-2022), por ano _____	<b>106</b>
<b>Tabela 4.7.1</b> Listagem do Patrimônio Imobiliário da União sob responsabilidade do Iphan em 2022 _____	<b>109</b>
<b>Tabela 4.7.2</b> Gestão do patrimônio imobiliário próprio sob responsabilidade do Iphan, em 2022 _____	<b>111</b>
<b>Tabela 4.7.2</b> Gestão do patrimônio imobiliário próprio sob responsabilidade do Iphan, em 2022 _____	<b>116</b>
<b>Tabela 4.8.2.1</b> Valores executados em 2022 relacionados à TI, pelo Iphan _____	<b>117</b>
<b>Tabela 4.8.2.2</b> Novos contratos firmados em 2022, pelo Iphan _____	<b>117</b>
<b>Tabela 4.8.4.1</b> Aquisição de Servidores de Equipamento de Backup e Recovery de dados _____	<b>118</b>
<b>Tabela 4.8.4.2</b> Aquisição de Servidores de Equipamento de Backup e Recovery de dados _____	<b>118</b>
<b>Tabela 4.8.4.3</b> Tabela 4.8.4.3 Aquisição de Estações de Trabalho, Desktop e/ou Notebook, e equipamentos ou software de infraestrutura para os Serviços de TIC do Iphan _____	<b>118</b>



<b>Tabela 4.8.4.4</b> Reforma do Novo Edifício Sede	118
<b>Tabela 4.8.4.5</b> Novo Data Center	119
<b>Tabela 4.8.4.6</b> Impressão Corporativa	119
<b>Tabela 4.8.4.7</b> Licenças Microsoft	119
<b>Tabela 4.8.4.8</b> Certificado Digital	119
<b>Tabela 4.8.5.1</b> Previsão do PTD - Transformação de 24 serviços públicos (Quantidade)	120
<b>Tabela 4.8.5.2</b> Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor	120
<b>Tabela 4.9.1</b> Avaliação de aspectos concernentes à gestão ambiental e sustentabilidade do Iphan, em 2022	124
<b>Tabela 4.10.1.1</b> Procedimentos Disciplinares Instaurados – por Tipo, em 2022	126
<b>Tabela 4.10.1.2</b> Procedimentos Disciplinares Instaurados – por Assunto, em 2022	126
<b>Tabela 4.10.1.3</b> Procedimentos Disciplinares – Julgados, em 2022	126
<b>Tabela 5.1.1.1</b> Comparativo das Despesas Correntes, em R\$ (2021-2022)	127
<b>Tabela 5.1.1.2</b> Comparativo das Despesas de Capital, em R\$ (2021-2022)	127
<b>Tabela 5.1.1.3</b> Detalhamento das despesas, por Grupo e Elemento de Despesas, em 2022 (em R\$)	127
<b>Tabela 5.1.1.4</b> Detalhamento da Execução do exercício de 2022, por Ação Orçamentária – Despesas Discricionárias (em R\$)	129
<b>Tabela 5.1.1.4</b> Detalhamento da Execução do exercício de 2022, por Ação Orçamentária – Despesas Discricionárias (em R\$)	130
<b>Tabela 5.1.1.6</b> Comparativo da dotação empenhada em relação à dotação atualizada, no que concerne às Emendas individuais destinadas ao Iphan, no ano de 2022 (em R\$)	130
<b>Tabela 4.3.6</b> Difusão do Patrimônio – Sociedade Civil	131



## Lista de gráficos

<b>Gráfico 1 – 4.2.1.1</b> Tipos de Manifestações de Ouvidoria – Iphan, em 2022 _____	<b>33</b>
<b>Gráfico 2 – 4.2.1.2</b> Manifestações respondidas dentro do prazo – Iphan, em 2022 _____	<b>34</b>
<b>Gráfico 3 – 4.2.1.3</b> Tempo Médio de Resposta (em dias) – Iphan e Geral, em 2022 _____	<b>34</b>
<b>Gráfico 4 – 4.2.1.4</b> Resolutividade (A sua demanda foi resolvida?) – Iphan, em 2022 _____	<b>34</b>
<b>Gráfico 5 – 4.2.1.5</b> Resolutividade (A sua demanda foi resolvida?) – Geral, em 2022 _____	<b>35</b>
<b>Gráfico 6 – 4.2.1.6</b> Satisfação (Você está satisfeito com o atendimento prestado?) – Iphan, em 2022 _____	<b>35</b>
<b>Gráfico 7 – 4.2.1.7</b> Satisfação Média em 2022 – Iphan e Geral, em 2022 _____	<b>35</b>
<b>Gráfico 8 – 4.2.1.8</b> Distribuição de Assuntos de Ouvidoria – Iphan, em 2022 _____	<b>36</b>
<b>Gráfico 9 – 4.2.2.1</b> Números de solicitações encaminhadas ao Iphan via Protocolo Digital em 2022 _____	<b>37</b>
<b>Gráfico 10 – 4.2.2.2.4.1</b> Histórico do quantitativo de pedidos de informação recebidos, no Iphan (2012-2022) _____	<b>38</b>
<b>Gráfico 11 – 4.2.2.2.4.2</b> Posição do Iphan em relação número de pedidos recebidos (2012-2022) _____	<b>39</b>
<b>Gráfico 12 – 4.2.2.2.4.3</b> Evolução do tempo médio de resposta do Iphan, em dias. (2012-2022) _____	<b>39</b>
<b>Gráfico 13 – 4.2.2.2.4.4</b> Evolução do Iphan sobre o tempo médio de respostas (2012-2022) _____	<b>39</b>
<b>Gráfico 14 – 4.2.2.2.4.5</b> Tipos de resposta produzida pelo Iphan (2021-2022) _____	<b>40</b>
<b>Gráfico 15 – 4.2.2.2.4.6</b> Recursos recebidos (2021-2022) _____	<b>40</b>
<b>Gráfico 16 – 4.2.2.2.4.7</b> Recursos totais recebidos pelo Iphan (2012-2022) _____	<b>41</b>
<b>Gráfico 17 – 4.2.2.2.4.8</b> Recursos de instâncias recebidos pelo Iphan (2012-2022) _____	<b>41</b>
<b>Gráfico 18 – 4.2.2.2.5.1</b> Histórico do Cumprimento dos Itens de Transparência Ativa, pelo Iphan (2020-2022) _____	<b>42</b>
<b>Gráfico 19 – 4.2.2.2.5.2</b> Cumprimento dos Itens de Transparência Ativa, pelo Iphan, em 2023 _____	<b>42</b>
<b>Gráfico 20 – 4.2.2.2.5.3</b> Cumprimento dos Itens de Transparência Ativa, por Assunto, em 2022, pelo Iphan _____	<b>43</b>
<b>Gráfico 21 – 4.3.1.1</b> Total de FCA analisadas por Unidade do Iphan, em 2022 _____	<b>45</b>
<b>Gráfico 22 – 4.3.1.2</b> Quantidade Total de Empreendimentos (FCA) analisados pelo Iphan, por ano (2015-2022) _____	<b>45</b>
<b>Gráfico 23 – 4.3.1.3</b> Quantidade Total de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (AIP) arqueológico pelo Iphan, por ano (2015-2022) _____	<b>46</b>
<b>Gráfico 24 – 4.3.1.4</b> Quantidade Total de Patrimônio Material Analisados pelo Iphan, por ano (2015-2022) _____	<b>46</b>
<b>Gráfico 25 – 4.3.1.5</b> Quantidade Total de Patrimônio Imaterial Analisados pelo Iphan, por ano (2015-2022) _____	<b>46</b>
<b>Gráfico 26 – 4.3.6.1</b> Quantidade de Atendimentos de apoio à pesquisa efetuados pelo CCSRBM, por demanda, em 2022 _____	<b>51</b>
<b>Gráfico 27 – 4.3.6.2</b> Quantidade de Difusões do Patrimônio efetuados pelo CCSRBM, por tipo, em 2022 _____	<b>51</b>



<b>Gráfico 28 – 4.3.6.3</b> Percentual de Visitas Mediadas, por grupos, em 2022	52
<b>Gráfico 29 – 4.3.6.4</b> Quantidade de Visitas Mediadas, por mês, em 2022	52
<b>Gráfico 30 – 4.3.8.1</b> Quantidade de Ações de Identificação e Reconhecimento realizadas pelo Iphan, em 2022	53
<b>Gráfico 31 – 4.3.8.3</b> Fiscalizações por Unidade em 2022	56
<b>Gráfico 32 – 4.3.9.1</b> Tipologias de processos recebidos pelo CNA, em 2022	62
<b>Gráfico 33 – 4.3.9.2</b> Histórico das entradas de processos no CNA (2019-2022)	62
<b>Gráfico 34 – 4.3.9.3</b> Histórico de Quantitativos Portarias Autorizativas (1991-2022)	62
<b>Gráfico 35 – 4.3.9.4</b> Quantidade de sítios arqueológicos cadastrados no SICG (2020-2022)	63
<b>Gráfico 36 – 4.3.9.5</b> Quantidade de instituições cadastradas no CNIGP, em 2022	63
<b>Gráfico 37 – 4.3.9.6</b> Histórico dos Planos de Ação (2019-2022), quanto ao componente arqueológico, em R\$	63
<b>Gráfico 38 – 4.3.10.5.1</b> Recursos empenhados, por unidade, durante o ano de 2022, em R\$	66
<b>Gráfico 39 – 4.3.10.5.2</b> Recursos empenhados por PO, durante o ano de 2022, em R\$	66
<b>Gráfico 40 – 4.3.10.6.1</b> Quantidade de formulários enviados pelas Superintendências do Iphan, durante o ano de 2022	67
<b>Gráfico 41 – 4.3.10.6.2</b> Percentual de macro objetivos das ações de salvaguarda realizadas, durante o ano de 2022, por assunto	68
<b>Gráfico 42 – 4.3.10.6.3</b> Percentual de macro objetivos das ações de salvaguarda realizadas, durante o ano de 2022, por tipo de recurso	68
<b>Gráfico 43 – 4.3.12.3</b> Principais ações, por categoria, em 2022	85
<b>Gráfico 44 – 4.3.12.4</b> Situação atual dos empreendimentos relacionados à Ação Orçamentária 5538	85
<b>Gráfico 45 – 4.4.1</b> Execução de Custeio do Iphan, em 2022 (em percentual)	92
<b>Gráfico 46 – 4.4.2</b> Detalhamento de Gastos com Pessoal, em 2022 (em percentual)	92
<b>Gráfico 47 – 4.4.3</b> Detalhamento de Investimentos, em 2022 (em percentual)	92
<b>Gráfico 48 – 4.5.1.1</b> Situação Funcional do Iphan, em 2022	95
<b>Gráfico 49 – 4.5.1.2</b> Força de Trabalho do Iphan, em 2022	95
<b>Gráfico 50 – 4.5.1.3</b> Cargo/Função Comissionada Executiva no Iphan, em 2022	96
<b>Gráfico 51 – 4.5.1.4</b> Ocupação de Cargo/Função Comissionada Executiva no Iphan, em 2022	96
<b>Gráfico 52 – 4.5.7.1</b> Histórico da Evolução dos Gastos com pessoal, pelo Iphan – Valores empenhados, em R\$	98
<b>Gráfico 53 – 5.1.1.1</b> Detalhamento da Execução do exercício de 2022, por Ação Orçamentária – Despesas Discricionárias (em R\$)	129



# Sumário

<b>1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)</b>	<b>20</b>
<b>2. CAPÍTULO 1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO</b>	<b>21</b>
2.1 - Identificação da Unidade Prestadora de Contas	21
2.1.1 - Metodologia de elaboração do Relatório de Gestão	24
2.2 - Estrutura Organizacional	25
2.3 - Estrutura de Governança	26
2.4 - Modelo de Negócios	26
2.5 - Cadeia de Valor	27
2.5.1 - Macroprocessos Finalísticos	28
2.6 - Políticas e Programas de Governo	28
2.7 - Ambiente Externo	29
2.8 - Determinação da Materialidade das Informações	29
<b>3. CAPÍTULO 2 - RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS</b>	<b>30</b>
3.1 - Gestão de Riscos	30
<b>4. CAPÍTULO 3 - GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO</b>	<b>31</b>
4.1 - Estratégia	31
4.2 - Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade do Iphan de Gerar Valor	32
4.2.1 - Ouvidoria	33
4.2.2 - Formas de acesso ao serviço de informação ao cidadão do Iphan (Sic-Iphan)	36
4.2.2.1 - Protocolo Digital	37
4.2.2.2 - Forma de Acesso	38
4.2.2.2.1 - Eletrônica	38
4.2.2.2.2 - Via Correios	38
4.2.2.2.3 - Atendimento presencial	38
4.2.2.2.4 - Atendimentos realizados	38
4.2.2.2.5 - Transparência Ativa	41
4.2.3 - Carta de Serviços ao Cidadão	43





4.2.4 - Auditoria Interna	44
4.2.5 - Comissão de Ética	44
4.2.6 - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação	44
4.2.7 - Política de Integridade	45
4.3 - Resultados e Desempenho da Gestão	45
4.3.1 - Ações relativas ao Licenciamento Ambiental	45
4.3.2 - Ações de cooperação e fomento no nível nacional e internacional	46
4.3.2.1 - Acordos, seminários e cooperação no âmbito nacional	47
4.3.2.2 - Reconhecimento, Gestão e Monitoramento dos bens culturais em âmbito internacional	47
4.3.2.3 - Acordos, seminários e cooperação no âmbito internacional	47
4.3.2.4 - Publicações Editadas	47
4.3.3 - Ações do Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial	48
4.3.4 - Ações do Centro Lucio Costa	48
4.3.5 - Ações do Centro de Documentação do Patrimônio	49
4.3.6 - Ações do Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx	50
4.3.7 - Demais ações relevantes	53
4.3.8 - Ações de proteção ao patrimônio material	53
4.3.8.1 - Ações de Identificação e Reconhecimento	53
4.3.8.2 - Ações de Normatização	53
4.3.8.3 - Ações de Fiscalização	55
4.3.8.4 - Ações de Conservação	59
4.3.9 - Ações na área de Arqueologia	61
4.3.10 - Ações de promoção e sustentabilidade ao patrimônio imaterial	64
4.3.10.1 - Planos de Salvaguarda	64
4.3.10.2 - Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda	64
4.3.10.3 - Acordos de Cooperação Técnica	64
4.3.10.4 - Plano de Difusão	65
4.3.10.5 - Planos de Ação Aprovados	66
4.3.10.6 - Monitoramento de Ações de Salvaguarda Desenvolvidas Pelas Superintendências Para Bens Registrados	67
4.3.10.7 - Outras Ações de Promoção e Sustentabilidade	68



<b>4.3.10.8</b> - Política Nacional do Patrimônio Cultural do Brasil	<b>69</b>
<b>4.3.10.9</b> - Ações de Identificação e Reconhecimento de Bens Imateriais	<b>69</b>
<b>4.3.11</b> - Ações do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular	<b>73</b>
<b>4.3.11.1</b> - Sala do Artista Popular (SAP)	<b>73</b>
<b>4.3.11.2</b> - Divisão de Pesquisa	<b>74</b>
<b>4.3.11.3</b> - Museu do Folclore Edison Carneiro	<b>78</b>
<b>4.3.11.4</b> - Biblioteca Amadeu Amaral	<b>80</b>
<b>4.3.11.5</b> - Difusão	<b>82</b>
<b>4.3.11.6</b> - Docência, Participação em Bancas e Núcleos de Pesquisa	<b>82</b>
<b>4.3.11.7</b> - Produção Bibliográfica	<b>82</b>
<b>4.3.11.8</b> - Parcerias	<b>82</b>
<b>4.3.12</b> - Ações de preservação do patrimônio das cidades históricas	<b>83</b>
<b>4.3.12.1</b> - Programa de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas	<b>84</b>
<b>4.3.12.2</b> - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	<b>84</b>
<b>4.3.12.3</b> - As principais categorias das ações no exercício de 2022	<b>84</b>
<b>4.3.12.4</b> - Situação Atual	<b>85</b>
<b>4.3.12.5</b> - Instrumentos	<b>89</b>
<b>4.4</b> - Gestão Orçamentária e Financeira	<b>89</b>
<b>4.5</b> - Gestão de Pessoas	<b>93</b>
<b>4.5.1</b> - Aspectos importantes relacionados ao quadro de servidores	<b>93</b>
<b>4.5.2</b> - Ações de Capacitação/Desenvolvimento	<b>96</b>
<b>4.5.3</b> - Afastamentos para cursar Pós-Graduação Stricto Sensu	<b>96</b>
<b>4.5.4</b> - Licença para Capacitação	<b>96</b>
<b>4.5.5</b> - Afastamento do País	<b>97</b>
<b>4.5.6</b> - Gratificação por encargo de Curso ou Concurso	<b>97</b>
<b>4.5.7</b> - Gastos com pessoal	<b>97</b>
<b>4.6</b> - Gestão de Licitações e Contratos	<b>98</b>
<b>4.6.1</b> - Contratações Iphan	<b>99</b>
<b>4.6.2</b> - Funcionamento administrativo	<b>101</b>
<b>4.6.3</b> - Principais contratações diretas	<b>102</b>



4.6.4 - Informações relativas às transferências voluntárias de recursos	103
4.7 - Gestão Patrimonial e Infraestrutura	108
4.8 - Gestão da Tecnologia da Informação	116
4.8.1 - Modelo de governança de TI e conformidade legal	116
4.8.2 - Montante de Recursos aplicados em TI	117
4.8.3 - Contratações mais relevantes de recursos de TI	117
4.8.4 - Principais iniciativas (projetos) e resultados na área de TIC por cadeia de valor	117
4.8.5 - Transformação Digital de Serviços Públicos/Novos sistemas previstos no PTD	119
4.8.6 - Segurança da Informação	123
4.8.7 - Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios	123
4.9 - Sustentabilidade Ambiental	124
4.9.1 - Aspectos sobre a gestão ambiental	124
4.9.2 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	125
4.10 - Principais Ações de Supervisão, Controle e Correição	125
4.10.1 - Procedimentos disciplinares instaurados por tipo, assunto e julgados	125
<b>5. CAPÍTULO 4 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS</b>	<b>126</b>
5.1 - Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	126
5.1.1 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesas	126
5.1.2 - Informações Contábeis	131
<b>6. ANEXOS E APÊNDICES</b>	<b>131</b>
4.3.6 – Ações do Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx	133
4.3.10.5 – Planos de Ação Aprovados	133



# 1. Mensagem do presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

Iniciando a gestão à frente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), apresento à sociedade e à administração pública brasileira o Relatório de Gestão de 2022, em atendimento às ações de integridade organizacional. Este relatório é uma ferramenta de transparência e prestação de contas das ações realizadas no exercício de 2022 e foi construído de forma integrada pelos Departamentos, Superintendências e Unidades Especiais.

Ele deve ser entendido como um diagnóstico para reflexão institucional com vistas à busca contínua por uma gestão transformadora, bem como a melhoria dos índices alcançados no exercício do ano anterior e a inovação dos processos, permitindo assim a retomada de projetos anteriormente esquecidos e a expansão das atividades já desempenhadas por esta Autarquia.

Gostaria de cumprimentar o corpo técnico desta instituição que, nas suas diversas áreas de atuação, conduziu com excelência suas atividades, permitindo assim a manutenção da missão institucional em todas as unidades federativas do País. Aproveito o ensejo para destacar a urgência de medidas de valorização do corpo técnico desta instituição.

Nesse sentido, é importante salientar as dificuldades enfrentadas nos últimos anos, que foram permeados por sucessivas reduções orçamentárias, dificuldades impostas pela estrutura política vigente, além do desmantelamento e desvalorização das instituições de cultura deste País.

O Iphan chega em 2023 aos seus 86 anos de existência e se firma como uma instituição de valores e princípios voltados à preservação e promoção do patrimônio material, imaterial e arqueológico, ao fomento às manifestações culturais e respeito à diversidade cultural, linguística, paisagística e urbanística nacional.

É possível compreender a grandiosidade e a complexidade do trabalho desenvolvido por este Instituto, quando nos deparamos com a exuberância do Patrimônio Cultural acatulado pelo Iphan: são 1.271 bens tombados; 591 bens ferroviários valorados; 83 Conjuntos Urbanos Tombados; 33.753 sítios arqueológicos georreferenciados; 52 bens culturais imateriais registrados; e 7 línguas inscritas no Inventário Nacional de Diversidade Linguística. Além disso, possuímos hoje 2.016 negociantes de obras de arte e antiguidade cadastrados, 7 sítios do Patrimônio Natural Mundial, 14 Sítios do Patrimônio Cultural Mundial e 5 Bens do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Com obras entregues por todo país, importantes bens culturais para nossa história foram devolvidos à sociedade. No ano de 2022, o PAC Cidades Históricas entregou 8 obras, 6 etapas de obras e 4 projetos. Em termos de disponibilidade orçamentária, foi alocado dentro da Ação 5538 o montante de R\$ 34.565.966,00 no exercício de 2022, os quais foram empenhados em sua integralidade.

Na área do Patrimônio Cultural Arqueológico, em 2022, foram avaliados 2.063 projetos de arqueologia, e produzidos 42 Relatórios de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, bem como 142 Relatórios de Avaliação de Impacto aos Bens Registrados.

No campo do Patrimônio Imaterial, ao longo do referido exercício, dos 52 bens culturais registrados, 10 foram revalidados no ano de 2022. Ademais, no decorrer do ano, foram elaborados os planos de salvaguarda da Ciranda do Nordeste e das Matrizes Tradicionais do Forró, cujas publicações estão previstas para o primeiro semestre de 2023.

Sendo assim, espero que esse Relatório auxilie no papel de aproximação entre o Iphan e a sociedade. Que, a partir deste documento, possamos visualizar o que foi conquistado e, ao mesmo tempo, que ele nos permita analisar o que precisa ser aprimorado enquanto uma instituição de Estado.

Por fim, o Relatório contribui diretamente para a democratização do entendimento do patrimônio cultural brasileiro e se apresenta como um convite à maior participação da sociedade na preservação e promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro que, vale sempre lembrar, é de responsabilidade de todos nós.

**Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**  
Leandro Antonio Grass



## 2. Capítulo 1 - visão geral organizacional e ambiente externo

### 2.1 - Identificação da Unidade Prestadora de Contas

Apesar da existência de algumas iniciativas anteriores na defesa do patrimônio cultural brasileiro, como o Conselho Nacional de Belas-Artes, o Iphan, como se entende hoje, foi criado no primeiro governo de Getúlio Vargas pela [Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937](#), então chamado de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Posteriormente, a lei foi regulamentada pelo [Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937](#), até hoje vigente, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

É importante ressaltar que nomes consagrados da cultura nacional participaram ativamente do esforço inicial para a criação do Iphan. Por sugestão de Mário de Andrade e Manuel Bandeira, o mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade foi indicado como seu primeiro Presidente, tendo permanecido por três décadas na direção do Iphan. Nesse processo, cabe destacar ainda a atuação decisiva do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, auxiliado pelo seu chefe de gabinete, o poeta Carlos Drummond de Andrade. O sociólogo Gilberto Freyre trabalhou no Iphan na Superintendência de Recife. Na mesma época, Mário de Andrade também dirigiu a unidade do Iphan em São Paulo, na primeira metade da década de 1940. O arquiteto e urbanista Lucio Costa é outro expoente da cultura nacional que também contribuiu muito para a criação e consolidação de uma instituição pública voltada exclusivamente para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

As atribuições do Estado em relação à preservação do patrimônio cultural brasileiro estão previstas nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. De forma contundente, o preceito constitucional, por si só, já demonstra as enormes responsabilidades que recaem sobre a instituição, expressando a relevância da preservação cultural para o conjunto da sociedade.

Depois de passar por várias alterações legais e regimentais ao longo das décadas, atualmente o Iphan se organiza pela Estrutura Regimental aprovada pelo [Decreto n.º 11.178, de 18 de agosto de 2022](#). A personalidade jurídica como autarquia federal foi instituída pela [Lei n.º 8.113, de 12 de dezembro de 1990](#). Em um nível mais detalhado de atividades, o Regimento Interno da instituição foi recentemente aprovado pela [Portaria n.º 63, de 29 de dezembro de 2022](#). Duas outras portarias também são fundamentais para definir as atribuições do Iphan: [Portaria n.º 375, de 19 de setembro de 2018](#), que institui a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), e a [Portaria n.º 200, de 18 de maio de 2016](#), que regulamenta o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Com uma concepção mais abrangente e integradora das políticas públicas na área cultural, também a [Lei n.º 12.343, de 02 de dezembro de 2010](#), que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), norteia e delimita a atuação finalística da Autarquia. Essa lei foi recentemente alterada pela [Lei n.º 14.468, de 16 de novembro de 2022](#), que amplia o período de vigência do PNC.

Atualmente o Iphan é Autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, nos termos do item 2, alínea “a”, inciso V, artigo 2º, do

Anexo I do [Decreto n.º 11.336, de 1 de janeiro de 2023](#). Institucionalmente, o Iphan tem por finalidade, nos termos do artigo 2º do Anexo I do Decreto n.º 11.178, de 18 de agosto de 2022:

- I - Preservar o patrimônio cultural do País, nos termos do art. 216 da Constituição;
- II - Coordenar a implementação e a avaliação da Política Nacional de Patrimônio Cultural;
- III - Promover a identificação, o reconhecimento, o cadastramento, o tombamento e o registro do patrimônio cultural do País;
- IV - Promover a salvaguarda e a conservação do patrimônio cultural acautelado pela União;
- V - Promover a difusão do patrimônio cultural do País, com vistas à preservação, à salvaguarda e à apropriação social;
- VI - Promover a educação, a pesquisa e a formação de pessoal qualificado para a gestão, a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural;
- VII - Elaborar as diretrizes, as normas e os procedimentos para a preservação do patrimônio cultural acautelado pela União, de forma a buscar o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federativos e a comunidade;
- VIII - Fiscalizar e monitorar o patrimônio cultural acautelado pela União e exercer o poder de polícia administrativa nos casos previstos em lei;
- IX - Manifestar-se, quando provocado, no âmbito do processo de licenciamento ambiental federal, estadual, distrital e municipal quanto à avaliação de impacto e à proteção dos bens culturais acautelados em âmbito federal e à adequação das propostas de medidas de controle, mitigação e compensação;
- X - Fortalecer a cooperação nacional e internacional no âmbito do patrimônio cultural.

Parágrafo único. O Iphan exercerá as competências estabelecidas:

- I - No Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937;
- II - No Decreto-Lei n.º 3.866, de 29 de novembro de 1941;
- III - Na Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961;
- IV - Na Lei n.º 4.845, de 19 de novembro de 1965;
- V - No Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000;
- VI - No Decreto n.º 6.018, de 22 de janeiro de 2007; e
- VII - Na Lei n.º 11.483, de 31 de maio de 2007.

Nesse arranjo institucional, destaque-se o papel do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que de acordo com o Decreto n.º 9.963, de 8 de agosto de 2019, artigo 2º, é responsável por examinar, apreciar e decidir questões relacionadas com o tombamento e rerratificação de tombamento, o registro do patrimônio de natureza imaterial e a sua revalidação e a saída temporária de bens acautelados pela União. Considerado um dos mais atuantes e longevos fóruns de políticas públicas do Brasil, o Conselho é presidido pelo Presidente do Iphan e é composto por mais 22 membros das mais representativas instituições públicas e entidades relacionadas ao patrimônio cultural brasileiro.



Tabela 2.1 O Patrimônio Cultural acautelado pelo Iphan.

O PATRIMÔNIO CULTURAL ACAUTELADO PELO IPHAN		
591 Bens imóveis ferroviários valorados	52 Bens Culturais Imateriais registrados	2.016 Negociantes de obras de arte e antiguidade cadastrados através do Cadastro Nacional de Negociantes de Obras de Artes e Antiguidades (CNART)
14 Sítios Patrimônio Cultural Mundial	33.753 Sítios arqueológicos georreferenciados	5 Bens Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade
7 Sítios Patrimônio Natural Mundial	83 Conjuntos Urbanos Tombados	7 Línguas inscritas no inventário Nacional da Diversidade Linguística
1.271 Bens tombados	51 Bens Imóveis modernos tombados	

Fonte: DEPAM, DPI e CNA/IPHAN.

De forma concisa, em grandes números, apresenta-se na Tabela 2.1 o vasto patrimônio cultural atualmente acautelado pelo Iphan.

Depois de um amplo processo de discussão e de alinhamento institucional, que envolveu todas as áreas do Iphan,

inclusive as Superintendências e Unidades Especiais, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), foram definidas a Missão e a Visão de Futuro da instituição, instituídos pela Portaria Iphan n.º 23, de 17 de maio de 2021, apresentadas adiante:

**MISSÃO**

Promover a preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma sustentável, contribuindo para a cidadania plena e para o reconhecimento, valorização e difusão da diversidade cultural

**VISÃO 2024**

Ser reconhecido pela sociedade brasileira como um Instituto de excelência na gestão compartilhada e sustentável do patrimônio cultural

Assim, em decorrência das previsões legais contidas nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, são competências do Instituto, entre outras, preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro. Estas competências se desdobram em inúmeras ações que podem ser elencadas:

- Identificação e documentação;
- Reconhecimento do patrimônio por meio dos respectivos instrumentos legais, quais sejam: o Tombamento dos bens materiais (Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937), o Registro dos bens imateriais (Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000) e a valoração do patrimônio ferroviário (Lei n.º 11.483, de 31 de maio de 2007);
- Cadastramento de sítios arqueológicos (Lei n.º 3.924 de 26 de julho de 1961);
- Conservação, restauração e revitalização do patrimônio cultural protegido pela União;
- Salvaguarda de bens imateriais registrados;
- Elaboração de normas e procedimentos para as ações de preservação e promoção da difusão do patrimônio cultural brasileiro;

- Autorização de intervenções, de pesquisas arqueológicas e de saída de obras de arte do país (Lei n.º 4.845, de 19 de novembro de 1965);
- Fiscalização dos bens protegidos e respectivo exercício do poder de polícia administrativa;
- Aprimoramento de modelos e instrumentos de gestão da política de preservação de forma articulada entre os entes públicos, a sociedade civil e os organismos internacionais;
- Promoção e apoio à formação técnica especializada em preservação do patrimônio cultural; e
- Licenciamento ambiental, nos casos que requerem a intervenção do Iphan, de acordo com a Portaria Interministerial MMA, MJ, MinC e MS n.º 60, de 24 de março de 2015.

Na busca por desempenhar suas atribuições precípuas com eficácia, o Iphan esforça-se para criar, comunicar e desenvolver uma cultura organizacional que integre e fortaleça a instituição. A difusão dos Valores Institucionais, representados abaixo, contribui para o engajamento e a mobilização dos servidores, ao mesmo tempo que possibilita criar sinergia e alinhamento com a alta direção do Iphan. São valores institucionais da Autarquia:

## VALORES

- Valorização da diversidade
- Gestão sustentável do patrimônio
- Valorização do patrimônio cultural
- Identidades culturais
- Inclusão e participação social
- Preservação e difusão do patrimônio cultural
- Transparência e ética

Abaixo da Constituição Federal de 1988, um complexo conjunto de leis, decretos, portarias e resoluções organizam a atuação do Iphan em todo território nacional, quais sejam:

- Constituição Federal (inciso LXXIII do art. 5º, incisos III e IV do art. 23, incisos VII e VIII do art. 24, inciso IX do art. 30 e artigos. 215, 216 e 216-A);
- Lei n.º 378, de 1937 – Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública (art. 46º e art. 130º);
- Decreto-Lei n.º 8.534, de 2 de janeiro de 1946 – Passa à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei 378, de 1937, e dá outras providências;
- Decreto n.º 66.967, de 27 de julho de 1970 – Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura (inciso III, § 5º, letra “b”), inciso VII do art. 1º e art. 14º);
- Decreto n.º 84.198, de 13 de novembro de 1979 – Cria, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por transformação do Iphan, e dá outras providências;
- Lei n.º 6.757, de 17 de dezembro de 1979 – Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências;
- Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 – Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências (inciso II e § 1º do art. 2º);
- Lei n.º 8.113, de 1990 – Dispõe sobre a natureza jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) e da Biblioteca Nacional;
- Medida Provisória n.º 752, de 6 de dezembro de 1994 – Dispõe sobre a alteração na Lei n.º 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei n.º 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências (art. 6º);
- Decreto n.º 10.108, de 7 de novembro de 2019, vinculou o Iphan ao Ministério do Turismo;
- Decreto-Lei n.º 25, de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- Lei n.º 6.292, de 15 de dezembro de 1975 - Dispõe sobre o tombamento de bens no Iphan;
- Decreto n.º 9.963, de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural;
- Decreto-Lei n.º 2.809, de 23 de novembro de 1940 – Dispõe sobre a aceitação e aplicação de donativos particulares pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural (art. 62º ao 65º);

- Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941 – Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública (letras “k” e “l” do art. 5º);
- Decreto-Lei n.º 3.866, de 29 de junho de 1941 – Dispõe sobre o cancelamento do tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Lei n.º 3.924, de 1961 – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;
- Lei n.º 4.717, de 29 de junho de 1965 – Regula a ação popular (§ 1º do art. 1º);
- Lei n.º 4.845, de 1965 – Proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico;
- Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências (inciso III do art. 1º e art. 4º);
- Decreto n.º 3.551, de 2000 – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências;
- Decreto n.º 6.018, de 22 de janeiro de 2007 – Regulamenta a Medida Provisória n.º 353, de 22 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S. A., altera dispositivos da Lei n.º 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências (inciso IV do art. 5º e art. 7º);
- Lei n.º 11.483, de 2007 – Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei n.º 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências (art. 9º);
- Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998 - Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, a preservação da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos na citada lei (art. 10, 11 e 12);
- Decreto n.º 8.652, de 28 de janeiro de 2016 - Dispõe sobre o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (art. 1º, inciso III);
- Decreto n.º 11.178, de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Iphan e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança;
- Decreto n.º 7.387, de 9 de dezembro de 2010 - Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências;

Portaria Iphan n.º 375, de 2018 - Institui a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM);



- Portaria Iphan n.º 200, de 2016 - Regulamenta o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI); e
- Portaria Iphan n.º 63, de 2022, que aprova o Regimento interno do Iphan e dá outras providências.

De modo organizado e de fácil consulta, toda essa vasta legislação, juntamente com acervos e publicações relacionadas às atividades finalísticas desenvolvidas pelo Iphan, estão disponíveis nos endereços eletrônicos da autarquia: <http://portal.iphan.gov.br/legislacao> e <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/617>.

## 2.1.1 - Metodologia de elaboração do Relatório de Gestão

A coleta de dados e elaboração do Relatório de Gestão 2022 do Iphan foi caracterizada pela utilização de uma metodologia já consagrada na Autarquia. Em primeiro lugar, a Coordenação de Planejamento e Projetos (CPLAN/CGPLAN/DPA) analisa o relatório do ano anterior para verificar se houve alguma notificação de auditoria ou ajustes a serem realizados ou incorporados na nova versão do Relatório de Gestão.

O passo seguinte da metodologia adotada pelo Iphan consiste no envio de solicitação das principais realizações desenvolvidas pelas áreas finalísticas da Autarquia durante o exercício. De modo geral, as áreas técnicas apontam os principais produtos, entregas para a sociedade e realiza um balanço de suas atividades, inclusive apontando as principais dificuldades na busca para realizar as atividades finalísticas da instituição.

Quando as informações retornam para a CPLAN o próximo passo da metodologia implica em analisar, uniformizar e consolidar uma grande quantidade de dados e resultados. Também nessa etapa, as informações recolhidas das áreas meio do Iphan, notadamente a gestão de pessoal, de contratos, convênios e orçamentária, são analisadas e incorporadas ao Relatório de Gestão.

Neste Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2022 também foi realizado um grande esforço para adequar os dados na forma de um novo modelo denominado “Relatório Integrado”, nos moldes previstos na Instrução Normativa TCU n.º 84, de 22 de abril de 2020.

Na sequência, o Relatório de Gestão é revisado pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPLAN/DPA) e encaminhado ao Departamento de Planejamento e Administração (DPA), para ratificação e encaminhamento ao Gabinete da Presidência (GAB-PRES) para leitura, análise e inserção da Mensagem do Presidente do Iphan. Esse Gabinete envia, em seguida, O Relatório de Gestão em tela à Auditoria Interna (AUDIN) para análise desse documento e apresentação de Parecer da Auditoria Interna sobre prestação de contas do

exercício de 2022, em cumprimento ao disposto no parágrafo 6º, do artigo 15, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000 e em conformidade com a IN SFC/CGU n.º 5, de 05 de agosto de 2021.

Após a emissão do Parecer da Auditoria Interna, pela AUDIN, o Relatório de Gestão retorna à CGPLAN/DPA para ser encaminhado à Divisão de Promoção e Difusão do Patrimônio Cultural (DIVPRO/DECOF) para diagramação. Concluída essa etapa, o Relatório de Gestão diagramado retorna ao GAB-PRES para ratificação e envio à CGPLAN/DPA, para que possa publicar no sítio oficial da Autarquia, dentro do prazo estabelecido de 31 de março de 2023.

Quanto aos critérios adotados para elaborar o Relatório de Gestão, a metodologia segue basicamente 4 grandes referenciais:

- 1) O Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado do Tribunal de Contas da União (TCU), já em sua terceira edição, com as orientações da nova regulamentação geral de prestação de contas, estabelecida na IN TCU n.º 84, de 2020, que manteve a adoção de estrutura de conteúdo e de diretrizes que vêm sendo implementadas desde as contas do exercício de 2018, modelo esse fortemente alinhado com o modelo de Relato Integrado (International Integrated Reporting Council – IIRC);
- 2) A DN TCU n.º 198, de 2022, que estabelece normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, nos termos da IN TCU n.º 84, de 2020.
- 3) A Cadeia de Valor Integrada do Iphan com os Macroprocessos identificados e mapeados;
- 4) [O Planejamento Estratégico do Iphan \(PEI\) 2021-2024](#), que contou com as oficinas coordenadas pela ENAP, trazendo os Objetivos, os Indicadores e as Metas voltados para os resultados e desempenho da Gestão.

Por fim, na identificação dos projetos estratégicos da Autarquia, foram considerados os seus Planos Orçamentários (PO), quais sejam:

- Ação 20ZH (PO 0001) – Identificação, Reconhecimento e Normatização do Patrimônio Cultural;
- Ação 20ZH (PO 0002) – Fiscalização e Monitoramento do Patrimônio Cultural Brasileiro;
- Ação 20ZH (PO 0003) – Conservação, Apoio e Fomento do Patrimônio Cultural;
- Ação 20ZH (PO 0004) – Promoção, Educação e Informação para o Patrimônio Cultural;
- Ação 20ZH (PO 0005) – Fortalecimento Institucional e Cooperação para a Política Nacional de Patrimônio Cultural; e
- Ação 5538 (PO 0000) – Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas - Despesas Diversas.





## 2.2 - Estrutura Organizacional

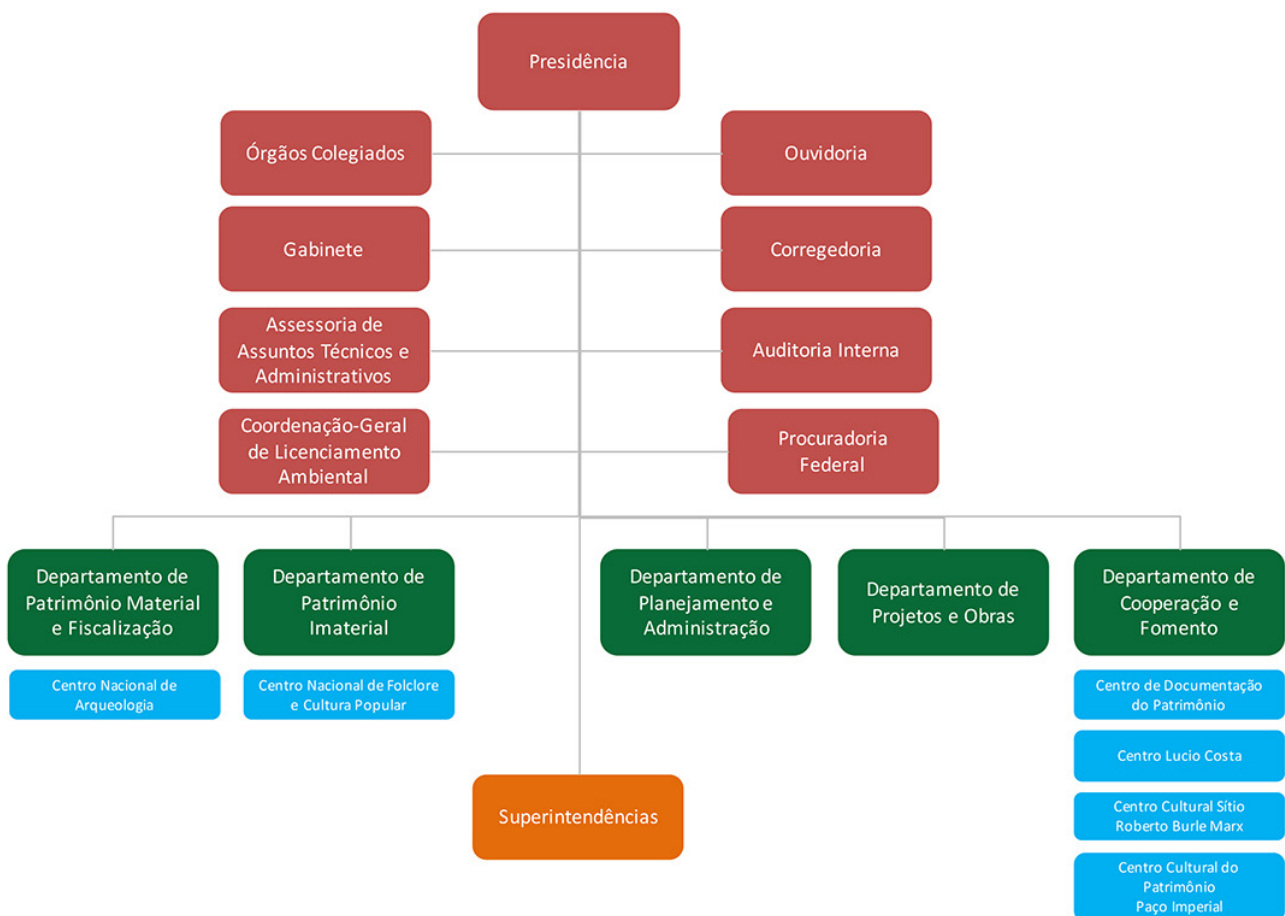
Atualmente o Iphan se estrutura por meio de 27 Superintendências (uma em cada Unidade Federativa), 37 Escritórios Técnicos e 6 Unidades Especiais (quatro localizadas no Estado do Rio de Janeiro/RJ e duas no Iphan/Sede, em Brasília, localizado no Distrito Federal/DF).

Com a edição do Decreto n.º 11.178, de 2022, criou-se a estrutura organizacional do Instituto de acordo com as boas práticas de gestão, atendendo assim, as determinações da Presidência da República e do antigo Ministério da Economia.

Dentre as diversas melhorias determinadas pela nova estrutura, podem-se ressaltar a criação da Corregedoria e da Ouvidoria do Instituto, aumentando a estrutura de integridade do órgão e melhorando o atendimento ao cidadão.

Em sua estrutura organizacional o Iphan conta com 2 órgãos colegiados: a Diretoria Colegiada e o CCPC. O GAB-PRES, a ASTEC e a CNL são órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente do Iphan. Ademais, são órgãos seccionais a Procuradoria junto ao Iphan, a AUDIN, a Corregedoria e a Ouvidoria

Atualmente, a autarquia conta com 5 departamentos: Departamento de Planejamento e Administração (DPA), Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam), Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Departamento de Projetos e Obras (DPO) e Departamento de Cooperação e Fomento (Decof), conforme apresentado por meio do endereço eletrônico: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura>.



Além dos departamentos supramencionados, podem-se citar a existência de 6 Unidades Especiais: Centro Nacional de Arqueologia (CNA), Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx (CCSRBM), Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial (CCPPI), Centro Lucio Costa (CLC) e Centro de Documentação do Patrimônio (CDP). O Instituto conta, também, com 27 Superintendências estaduais, além de 37 Escritórios Técnicos,

distribuídos pelos municípios mais relevantes e estratégicos para o patrimônio cultural nacional.

Maiores informações sobre os serviços prestados para a sociedade e o horário de funcionamento da entidade recomenda-se a consulta da Carta de Serviço ao Cidadão (CSC) atualizada e correspondente ao exercício de 2021. É possível consultá-la em nosso endereço eletrônico: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/carta-de-servicos-ao-cidadao>.

## 2.3 - Estrutura de Governança

No desempenho de suas atribuições legais de coordenar as políticas públicas de preservação patrimonial em nível nacional o Iphan, em sintonia com as melhores práticas de gestão, desenvolveu uma estrutura de governança pública ao mesmo tempo ágil, transparente e eficiente. Dessa forma, a Presidência conta, no processo de tomada de decisões e definição de políticas públicas, com 3 (três) instâncias colegiadas de assessoramento e deliberação, que se complementam e se articulam, quais sejam:

**Conselho Consultivo:** de acordo com a legislação vigente, compete ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (CCPC) examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas a tombamentos, registros de bens culturais de natureza imaterial e saídas temporárias do País de bens culturais protegidos por lei, além de se manifestar acerca de outras questões relevantes propostas pelo Presidente do Iphan. O Conselho tem o dirigente máximo do Iphan como Presidente e é composto por 9 (nove) representantes de instituições públicas e privadas e 13 (treze) profissionais de notório saber e comprovada experiência nas áreas de atuação relacionadas ao patrimônio cultural. O mandato dos conselheiros é de 4 (quatro) anos.

**Diretoria Colegiada:** É vasto o conjunto de atribuições da Diretoria Colegiada previsto na legislação, sendo competente para: estabelecer as diretrizes e estratégias do Iphan; aprovar e coordenar as políticas institucionais; opinar sobre os planos de ação e as propostas referentes ao processo de acompanhamento e avaliação da execução das agendas do instituto; examinar, opinar e decidir sobre as questões relacionadas à proteção e à defesa dos bens culturais; apreciar as propostas de edição de normas de âmbito nacional; aprovar o regimento interno do Iphan e zelar pelo seu cumprimento; assessorar o Presidente do Iphan; apoiar, prestar assistência técnica, orientar, acompanhar e supervisionar as unidades do Iphan no exercício de suas atribuições; analisar, discutir e decidir sobre as matérias relevantes para o órgão. É composta pelo Presidente do Iphan, que o presidirá, e pelos 5 (cinco) Diretores de Departamento.

**Comitê Gestor:** É composto pelo Presidente do Iphan, que o presidirá, pelos Diretores de Departamentos, pelo Procurador-Chefe, pelos Superintendentes e pelos Diretores das Unidades Especiais. Cabe ao Comitê Gestor colaborar na formulação, consecução, monitoramento e avaliação das políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, além de propor ações de articulação com outros órgãos, programas e ações culturais do Ministério da Cultura (MinC) e com outros setores de interesse do patrimônio. O Comitê deve ainda participar da formulação do planejamento estratégico e orçamentário e do desenvolvimento institucional e da elaboração de propostas e diretrizes para implementação do Plano Anual de Ação. É também função do Comitê Gestor propor normas para a política de recursos humanos e implantação de instrumentos voltados para seu desenvolvimento, elaborar propostas para o estabelecimento de normas técnicas e administrativas de abrangência nacional e apreciar todos os demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria. Caso haja necessidade, o Comitê pode designar Grupos de Trabalho com competência e conhecimento específico visando apoiar a

Diretoria Colegiada na definição de normas técnicas e administrativas.

**Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles:** Foi instituído com o objetivo de adotar medidas para a sistematização e implementação de práticas relacionadas à governança pública, integridade, gestão de riscos e controles no âmbito desta autarquia. É órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo, vinculado diretamente à Presidência do Iphan, responsável pela coordenação da política de governança pública e gestão de riscos do Iphan. O comitê será presidido pelo Presidente do Iphan e tem a seguinte composição: Diretor do Departamento de Planejamento e Administração (DPA), Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam), Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Diretor do Departamento de Cooperação e Fomento (Decof), Diretor do Departamento de Projetos e Obras (DPO), Procurador-Chefe e Auditor-Chefe.

## 2.4 - Modelo de Negócios

Nos últimos anos o Iphan tem passado por um profundo processo de modernização e inovação administrativa. Em seu conjunto, a autarquia tem procurado melhorar seus processos de trabalho e o modelo de negócios buscando as melhores práticas de governança pública atualmente disponíveis para o Executivo Federal.

Nesse contexto, visando aprimorar o desempenho institucional da Autarquia, entre outras ações, foi assinado o Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT), visando implantar ações de transformação institucional no Iphan. O plano de trabalho estabelecido pelo Programa de Apoio à Gestão Estratégica e Transformação do Estado (Transforma-Gov) prevê ações nas áreas de gestão estratégica, processos de trabalho, arranjos institucionais e estruturas organizacionais. Assinado em 21 de dezembro de 2020 com a Secretaria Especial Adjunta de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do antigo Ministério da Economia, o PGT prevê 37 (trinta e sete) ações de modernização administrativa e inovação institucional a serem alcançados nos próximos anos. Entre outras inovações importantes, destaque-se a implantação do TaxiGov em várias unidades descentralizadas, além da própria sede do Iphan em Brasília/DF, e a efetivação do Protocolo Digital, que tornou a Autarquia mais eficiente e acessível para a sociedade.

Nesse mesmo cenário de aprimoramento das práticas gerenciais aplicadas à gestão pública, ainda deve ser lembrada a parceria estabelecida com a ENAP para a elaboração do novo Planejamento Estratégico da Autarquia. Depois de várias oficinas e reuniões de trabalho, também foi concluído o Mapa Estratégico com o estabelecimento da Missão, da Visão de Futuro e dos Valores Institucionais da Autarquia, formalizado pela publicação no Diário Oficial da União (DOU) da Portaria Iphan n.º 23, de 2021.

A publicação da Cadeia de Valor Integrada do Iphan, publicada no final do exercício de 2021 pela Portaria Iphan n.º 49, de 8 de novembro de 2021, também foi muito importante no sentido sintetizar, modular e aprimorar a atuação da Autarquia. O estabelecimento dos macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte contribuem para evidenciar os objetivos estratégicos



a serem perseguidos pela instituição, em muito contribuindo para o modelo de negócio do Iphan.

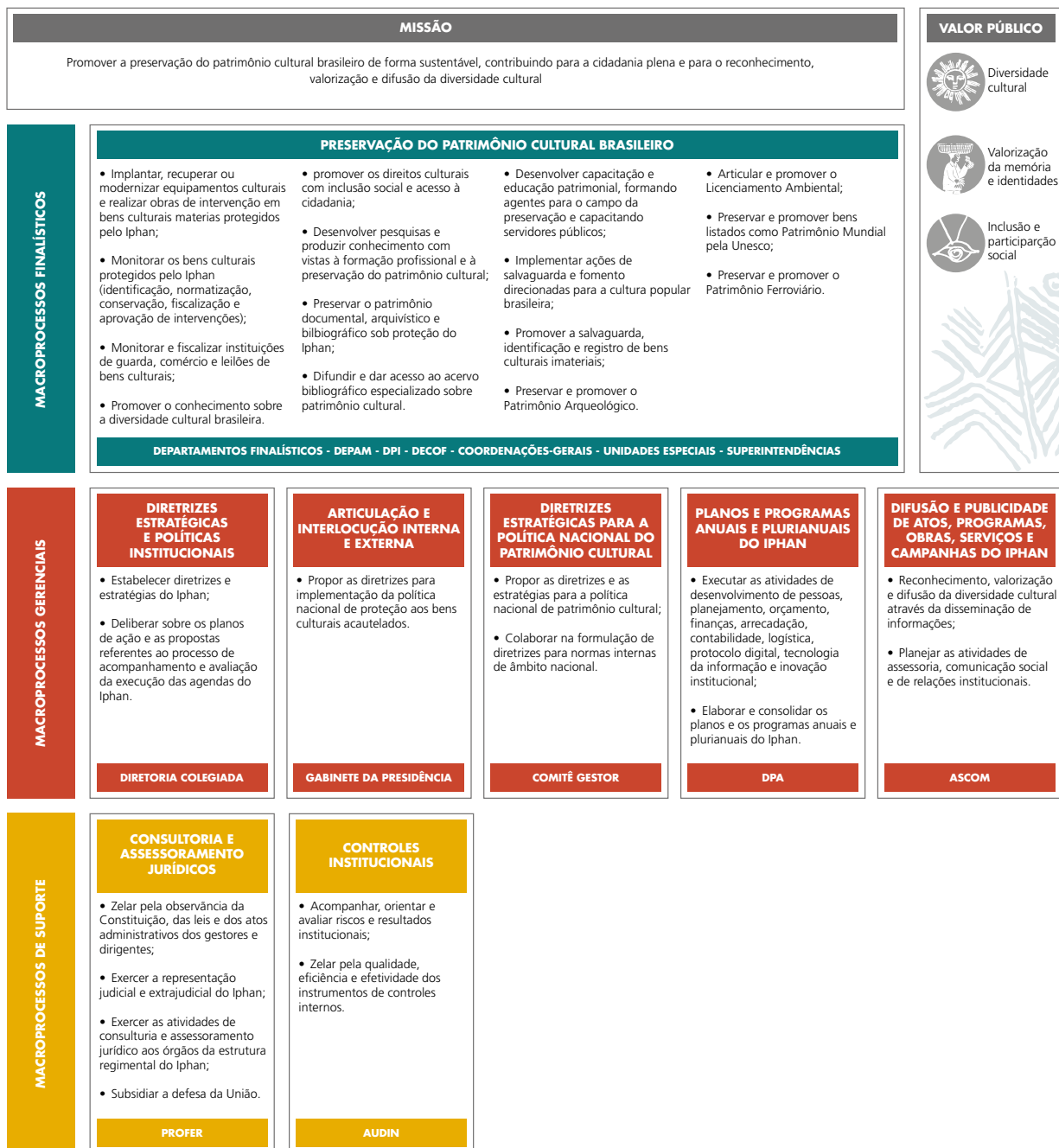
## 2.5 - Cadeia de Valor

A cadeia de valor do Iphan reflete a hierarquia (macro-processos e processos), a categoria (finalístico, gerencial e de suporte) dos processos e os valores gerados para a sociedade. Inspirada nos princípios metodológicos da Cadeia de Valor de Porter (1990), e consoante referências do antigo Ministério da Economia, a cadeia de valor deste Instituto, aprovada pela Portaria Iphan n.º 49, de 2021, considera a missão do órgão que, articulada com os macroprocessos instituídos, entregam valores públicos à sociedade.

A construção de uma Cadeia de Valor integrada do Iphan foi uma das iniciativas promovidas pelo TransformaGov e foi realizada em parceria com a Coordenação Geral de Gestão Institucional, da Secretaria de Gestão (SEGES) do antigo Ministério da Economia.

Foi avaliado que seria de suma importância a construção da Cadeia de Valor do Instituto objetivando promover maior divulgação, conhecimento e alinhamento sobre as conexões entre os macroprocessos da instituição (finalísticos, gerenciais e de suporte), tornando mais clara a visão de como o Iphan orchestra suas principais “engrenagens” para proporcionar valor à sociedade.

Dessa forma, os macroprocessos finalísticos são os processos-chave da organização e estão voltados diretamente para a consecução da missão e afetam diretamente o usuário. Já os processos gerenciais buscam promover uma visão corporativa da instituição e fornecem as diretrizes, políticas, normas, a organização, inovação, os métodos de monitoramento e avaliação, estabelecem os mecanismos de controle e determinam as ações preventivas e corretivas dos processos. Por fim, os processos de suporte são aqueles que permeiam toda a organização e visam, de modo integrado, garantir e suportá-la operacionalmente.



## 2.5.1 - Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos representam a essência da missão institucional do Iphan e estão voltados para a prestação e disponibilização de serviços e produtos da organização diretamente para o cidadão e a sociedade. Em linhas gerais, essas atividades finalísticas são suportadas pelos processos de gestão interna do Instituto, definidos a partir de sua cadeia de valor e alinhados ao Mapa Estratégico do órgão. Por meio de várias iniciativas de modernização administrativa, a Autarquia está comprometida com a busca constante no sentido de otimizar e simplificar a gestão desses processos internos que potencializam as entregas para a sociedade.

Nesse contexto, o Iphan está comprometido com a simplificação, a racionalização e a melhoria contínua de seus processos. O propósito é melhorar o seu desempenho propiciando resultados concretos para os usuários de seus serviços, de forma específica, e para a sociedade, de modo geral. Nesse cenário, uma das principais ações previstas no PGT consistiu na elaboração formal da cadeia de valores do Iphan, apontando quais atividades finalísticas representariam as principais atribuições da Autarquia, que são listados a seguir:

- Implantar, recuperar ou modernizar equipamentos culturais e realizar obras de intervenção em bens culturais materiais protegidos pelo Iphan;
- Monitorar os bens culturais protegidos pelo Iphan (identificação, normatização, conservação, fiscalização e aprovação de intervenções);
- Monitorar e fiscalizar instituições de guarda, comércio e leilões de bens culturais;
- Promover o conhecimento sobre a diversidade cultural brasileira;
- Promover os direitos culturais com inclusão social e acesso à cidadania;
- Desenvolver pesquisas e produzir conhecimento com vistas à formação profissional e à preservação do patrimônio cultural;
- Preservar o patrimônio documental, arquivístico e bibliográfico sob proteção do Iphan;
- Difundir e dar acesso ao acervo bibliográfico especializado sobre patrimônio cultural;
- Desenvolver capacitação e educação patrimonial, formando agentes para o campo da preservação e capacitando servidores públicos;

- Implementar ações de salvaguarda e fomento direcionadas para a cultura popular brasileira;
- Promover a salvaguarda, identificação e registro de bens culturais imateriais;
- Preservar e promover o Patrimônio Arqueológico;
- Articular e promover o Licenciamento Ambiental;
- Preservar e promover bens listados como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); e
- Preservar e promover o Patrimônio Ferroviário.

## 2.6 - Políticas e Programas de Governo

De acordo com a legislação vigente, no Plano Plurianual de 2020-2023, as atribuições do Iphan estão previstas e englobadas, do ponto de vista orçamentário, no Programa 5025 – Cultura. Há ainda formalmente a vinculação ao Objetivo 1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural. Ao contrário do que acontecia com o Plano Plurianual anterior (2016-2019), o Iphan não conta, atualmente, com qualquer indicador de desempenho ou meta institucional formalmente prevista no plano de governo.

Do ponto de vista da Lei Orçamentária Anual o Iphan é responsável por executar 3 (três) ações finalísticas cruciais para a política de preservação do patrimônio cultural, todas vinculadas ao programa orçamentário mencionado, quais sejam: Ação 20ZH – Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro; Ação 211F – Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais e Ação 5538 – Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas. A execução orçamentária dessas ações está retratada, mais adiante, na seção que trata da Gestão Orçamentária e Financeira.

De forma resumida, Plano de Ação (PA) é um instrumento de gestão para um território específico e delimitado. Define diretrizes, ações e metas para orientar a atuação integrada do poder público em suas diversas instâncias e a articulação com ações do setor privado e de organizações da sociedade. O controle e a gestão dos PA vinculados a cada unidade administrativa integrantes da estrutura organizacional do Iphan é vinculado ao respectivo departamento gestor. A tabela a seguir demonstra, por departamento, a quantidade de PA que tiveram recursos empenhados.

**Tabela 2.6 Quantidade de Planos de Ação Finalísticos, cujos recursos foram empenhados pelo Iphan, em 2022.**

N.º Planos de Ação (PA's)	Departamento	Empenhado
80	DEPAM	17.681.262,02
52	DPI	2.047.338,34
13	DECOF	1.418.571,86
28	DPO	34.565.966,00
3	PRESI-ASCOM	730.998,69
176	-	<b>56.444.136,91</b>

Fonte: CGPLAN/DPA.

A tabela reflete o valor gerado em termos de produtos, resultados e impactos gerados pela atuação do Iphan aos cidadãos. Nesse sentido, ao longo do exercício orçamentário de 2022 o Iphan desenvolveu 176 (cento e setenta e seis) Planos de Ações finalísticos, abrangendo toda área de atuação da Autarquia como tombamento, arqueologia, registro, fiscalização, licenciamento ambiental etc.

Vale ressaltar que o Iphan, ao desenvolver suas atividades institucionais, não celebrou qualquer contrato de gestão, motivo pelo qual, não foram mencionados neste relatório.

## 2.7 - Ambiente Externo

A administração pública brasileira vem, ao longo do tempo, buscando qualificar sua gestão e transformar suas práticas para melhor atender à sociedade, que, a cada dia, se torna mais consciente e exigente com relação aos serviços públicos. É necessário que as organizações se mobilizem para se tornarem mais efetivas, abertas ao controle social e à maior participação do cidadão na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Com a entrada em vigor do Decreto n.º 11.336, de 1º de janeiro de 2023, o Iphan, antes pertencente à estrutura organizacional do Ministério do Turismo (MTur), volta a ser uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC). A autarquia é uma das mais tradicionais instituições públicas brasileiras, criada em 1937 para preservar o patrimônio cultural do país. Múltiplos fatores, tendo como pano de fundo as características peculiares do seu processo de criação e a natureza da sua missão institucional, tornaram o Iphan uma instituição reconhecida pela estabilidade de sua trajetória na defesa do interesse público, pela sua visão focada em resultados para a sociedade e seus valores atuando como alicerces para construção de um futuro melhor.

Com isso, torna-se inadiável a busca de uma gestão mais eficiente, focando no desenvolvimento das pessoas e na adoção

de novas práticas que permitam melhorar o desempenho e assegurar resultados.

Por outro lado, pode-se verificar que a DN TCU n.º 198, de 2022 exige adequações, ajustes e monitoramento de diversas estruturas gerenciais da instituição (processos, atividades, ferramentas, fluxo de informações etc.), e em que pese o Iphan praticar uma gestão focada em resultados, também temos a consciência e a responsabilidade sobre a curva de aprendizado necessária para evoluir gradativamente os seus processos e informações de reporte para que o valor gerado seja sustentável a longo prazo.

Com a nova estrutura organizacional, estabelecida pelo Decreto n.º 11.178, de 2022, o Iphan vem implementando ações com foco em melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade e o atendimento ao cidadão, fortalecer sua estrutura de integridade, valorizar o servidor de carreira e ampliar suas estruturas estratégicas, sem que isso decorra em aumento de despesas à Administração.

## 2.8 - Determinação da Materialidade das Informações

Em seus 86 (oitenta e seis) anos de existência, os temas mais relevantes das áreas de preservação, conservação, identificação e reconhecimento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional têm impactado a sociedade de diversas formas.

Esses temas incluídos neste relatório integrado foram apresentados pelos departamentos do Iphan, a partir de sua relação e relevância com os objetivos estratégicos e com os indicadores de resultados previstos no Planejamento Estratégico do Iphan para o ciclo de 2021-2024.

Considerou-se, ainda, a capacidade do Iphan de gerar entregas e valor à sociedade, conforme valores públicos definidos na Cadeia de Valor Integrada desta Autarquia, quais sejam: diversidade cultural; valorização da memória e identidades; e, inclusão e participação social.

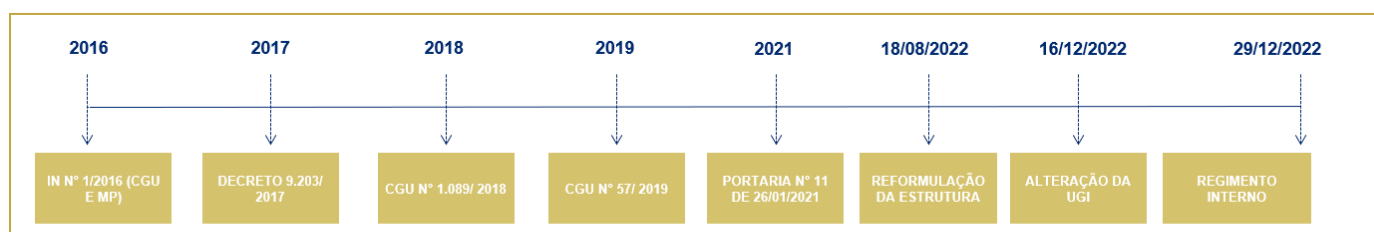


## 3. Capítulo 2 - Riscos, oportunidades e perspectivas

### 3.1 - Gestão de Riscos

Atualmente o Iphan desenvolve um projeto para implementação de uma metodologia para gestão de riscos da entidade.

Esses esforços têm o objetivo de cumprir as exigências regulatórias e atos normativos que foram desenvolvidos e publicados nos últimos anos, tais como:

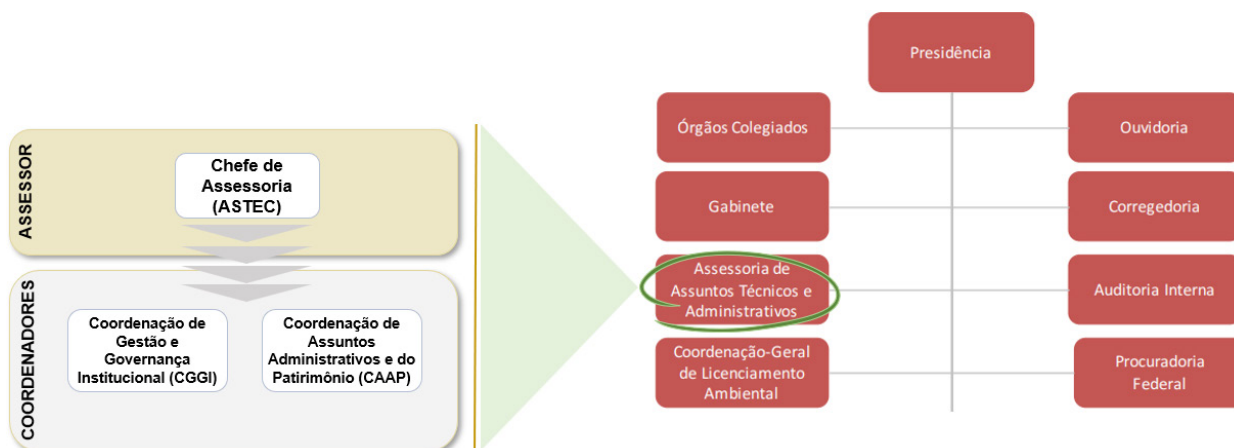


- **IN N° 1/2016:** DISPÕE SOBRE **CONTROLES INTERNOS, GESTÃO DE RISCOS E GOVERNANÇA** NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL.
- **DECRETO 9.203/ 2017:** DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE **GOVERNANÇA** DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTARQUICA E FUNDACIONAL.
- **CGU N° 1.089:** ESTABELECE ORIENTAÇÕES PARA QUE OS ÓRGÃOS E AS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTARQUICA E FUNDACIONAL ADOTEM PROCEDIMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO, A EXECUÇÃO E O MONITORAMENTO DE SEUS **PROGRAMAS DE INTEGRIDADE**.
- **CGU N° 57/ 2019:** ALTERA A PORTARIA N°1089.
- **PORTARIA N° 11 DE 26/01/2021:** APROVA A **POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS** E GOVERNANÇA PÚBLICA E INSTITUI O COMITÊ DE GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES NO ÂMBITO DO IPHAN.
- **ESTRUTURA:** DECRETO N° 11.178, DE 18 DE AGOSTO DE 2022, QUE REFORMULOU A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IPHAN;
- **ALTERAÇÃO DA UGI:** A UNIDADE DE GESTÃO DA INTEGRIDADE COMPETIA À ASSESSORIA DO DPA, DO PERÍODO DE 30 DE NOVEMBRO 2018 A 15 DE DEZEMBRO DE 2022. ESSE RESPONSABILIDADE FOI REALOCADA À ASSESSORIA DE ASSUNTOS TÉCNICOS (ASTEC) E À COORDENAÇÃO DE GESTÃO E GOVERNANÇA INSTITUCIONAL (CGGI);
- **REGIMENTO:** PORTARIA N° 63, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE ATUALIZOU O REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO;

Recentemente o Decreto n.º 11.178, de 2022 alterou a estrutura organizacional do Iphan. A criação da Assessoria Técnica de Assuntos Técnicos e Administrativos (ASTEC), da Coordenação de Gestão e Governança Institucional (CGGI), da Ouvidoria e da Corregedoria do Iphan objetivou a valorização de temas relacionados à integridade e gestão de riscos no âmbito do Instituto, aprimorando o atendimento ao cidadão e a orientação das demais unidades do Iphan quanto ao cumprimento das normas relativas à proteção e ao tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Tais áreas, juntamente, com a Procuradoria Federal, a Auditoria Interna e a Coordenação-Geral de Gestão

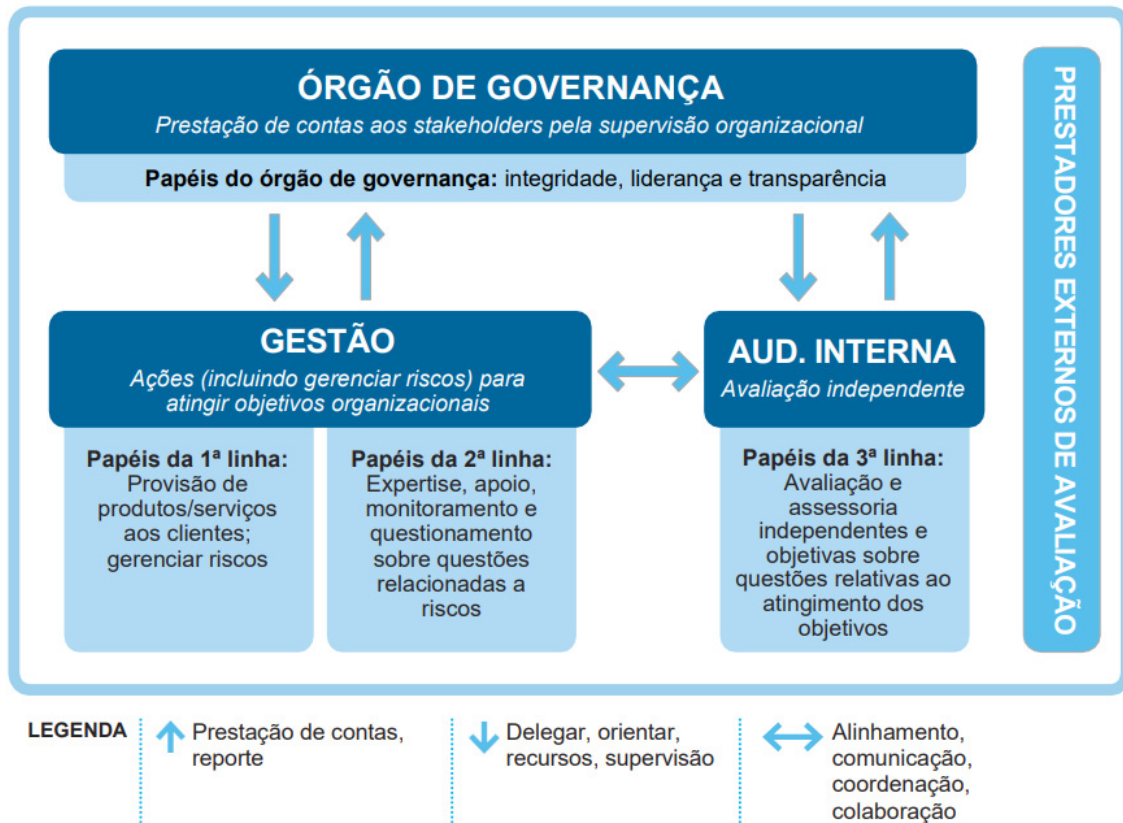
de Pessoas (COGEP/DPA), compõem as principais instâncias de integridade da Instituição.

Em 2016, o então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a Controladoria-Geral da União (CGU) publicaram a IN Conjunta n.º 1, a qual dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança, no âmbito do Poder Executivo Federal. A IN Conjunta MP/CGU n.º 1, de 10 de maio de 2016, orienta aos órgãos e entidades do Poder Executivo federal pela instituição do Comitê de Governança, Riscos e Controles, pelos seus dirigentes máximos e estabelece que, além dos controles internos da gestão, esses órgãos e entidades devem estabelecer instâncias de segunda linha de defesa,



para realizar a supervisão e o monitoramento desses controles internos. Com a publicação do Decreto n.º 11.178, de 2022, a ASTEC e a CGGI representam exemplos de 2º linha de defesa da Instituição.

## O Modelo das Três Linhas do The IIA



Na figura abaixo é possível visualizar como a ASTEC e suas respectivas coordenações se estruturam no organograma do Iphan.

Também é possível ressaltar o posicionamento do Instituto dos Auditores Internos (IAI), organismo internacional o qual serve de base referencial para o desenvolvimento dos trabalhos do TCU e da CGU:

Por direcionamentos da gestão, as iniciativas de campo para a temática de gestão de riscos (mapeamento de processos, avaliação de riscos e implementação de controles internos) avançaram em um ritmo modesto nos três primeiros trimestres de 2022. Para o 4º trimestre de 2022, podemos ressaltar o foco nas modificações da estrutura organizacional por meio do Decreto n.º 11.178, de 18 de agosto de 2022.

## 4. CAPÍTULO 3 - GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

### 4.1 - Estratégia

Para formulação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) é importante ressaltarmos o envolvimento e o alinhamento de todos os níveis organizacionais (estratégico, tático e operacional) da organização, juntamente com as orientações e parceira da ENAP.

Considerando a importância de realizar um planejamento participativo e visando auxiliar na mensuração dos indicadores e das metas de longo prazo, os objetivos estratégicos do Iphan

foram construídos com a orientação da metodologia (Balanced Scorecard BSC).

A metodologia contou com diversas reuniões e workshops de alinhamento para que pudessem culminar na aprovação de 4 (quatro) perspectivas institucionais, 13 (treze) objetivos estratégicos e 24 (vinte e quatro) indicadores pela Diretoria Colegiada do Iphan. As 4 (quatro) perspectivas institucionais (Sociedade, Beneficiários, Processos Internos e Pessoas e Tecnologia), assim como os 13 (treze) objetivos estratégicos, em perspectiva com a missão, visão e valores do Iphan, podem ser visualizados abaixo:

## MAPA ESTRATÉGICO DO IPHAN 2021-2024



Estruturado em quatro grandes áreas que se complementam e sucedem, o novo Planejamento Estratégico prevê ações robustas, focadas e interligadas para o adequado gerenciamento das pessoas e da tecnologia. Definidas e implantadas ações concretas e efetivas quanto à gestão de pessoas e de Tecnologia da Informação (TI), o resultado irá impactar necessariamente sobre a estruturação dos processos internos, incrementando o desempenho institucional da Autarquia. Prosseguindo com a leitura de baixo para cima do Mapa Estratégico, como recomenda a metodologia do BSC, é possível sustentar que a boa gestão sobre pessoas, tecnologia e processos internos irá otimizar os resultados direcionados aos beneficiários das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural.

Naturalmente, todo esse longo, complexo e rico processo deverá resultar em melhores entregas para toda a sociedade, foco principal e único de todo esforço de melhoria de desempenho institucional que o Planejamento Estratégico procura impulsionar ou potencializar. É nesse contexto que deve ser entendido todo esforço gerencial do Iphan para entregar para o cidadão políticas públicas cada vez mais eficazes, eficientes e efetivas.

### 4.2 - Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade do Iphan de Gerar Valor

Em complemento à política de gestão de riscos e controles internos, estruturado em linhas de defesa que já foram destacadas nesse Relatório de Gestão, o Iphan desenvolveu canais de comunicação com a sociedade e com seu próprio quadro

de servidores que permite aprimorar e intensificar a execução de políticas públicas de acatamento do patrimônio cultural brasileiro. Adiante serão levantados alguns desses mecanismos de escuta, interlocução e comunicação com a sociedade e com seus próprios servidores.

Nesse arranjo institucional que busca engajamento e parceria, destaque-se o papel do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (CCPC), que de acordo com o art. [2º do Decreto nº 9.963, de 08 de agosto de 2019](#), é responsável por examinar e decidir questões relacionadas com o tombamento e rerratificação de tombamento, o registro do patrimônio de natureza imaterial e a sua revalidação, como também pela saída temporária de bens acatados pela União.

A Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, que institui o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), estabelece concomitantemente o Conselho Consultivo, instância composta por integrantes da sociedade com a competência exclusiva para se manifestar sobre todos os casos de tombamento. Dessa forma, de maneira absolutamente inovadora e vanguardista para os padrões da administração pública brasileira da época, foi criado um dos mais longevos e estáveis conselhos de políticas públicas do Estado brasileiro.

Dessa forma, a criação do Iphan e do Conselho Consultivo, composto em sua grande maioria por integrantes da sociedade brasileira sem vínculos com o Estado, representa uma grande inovação para administração pública, trazendo, de forma vanguardista, representantes da população para gerir os assuntos públicos. Assim, ao dialogar intensamente com a sociedade sobre a parte mais importante do ciclo da política pública de tombamento por meio do Conselho Consultivo, o Iphan já





nasce com uma capilaridade e abertura popular que só iriam se intensificar e se difundir pela administração pública brasileira depois da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Com décadas de antecedência e ineditismo, o Conselho Consultivo do Iphan inaugura o que a literatura especializada a partir da década de 1980 iria conceituar como controle social da administração pública.

Atualmente, o regimento interno do Conselho Consultivo está estabelecido pela [Portaria Iphan n.º 486, de 29 de novembro de 2012](#). A atual composição do CCPC foi estabelecida pela [Portaria Mtur n.º 2, de 8 de janeiro de 2021](#).

## 4.2.1 - Ouvidoria

A Ouvidoria do Iphan foi criada com a edição do Decreto n.º 11.178, de 2022, que aprovou a nova estrutura do órgão. As funções típicas de ouvidoria, antes do decreto, eram executadas pelo Departamento de Planejamento e Administração (DPA) e o Serviço de Informação ao Cidadão e a transparência ativa ficavam a cargo da Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) do Iphan, vinculada ao Gabinete da Presidência. Apesar de serem atividades congêneres e utilizarem o mesmo sistema para tratamento das manifestações, a Plataforma Fala.BR, eram administradas em áreas diferentes. Com o aludido decreto, foi criado o órgão seccional Ouvidoria subordinado à Presidência do Iphan. No Art. 12, do decreto, elencaram-se as competências da Ouvidoria:

- I - Executar as atividades de ouvidoria previstas no art. 13º da Lei n.º 13.460, de 26 de junho de 2017;
- II - Informar ao órgão central do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal a respeito do acompanhamento e da avaliação dos programas e dos projetos de atividades de ouvidoria no âmbito do Iphan;

- III - Organizar e divulgar informações sobre atividades de ouvidoria e procedimentos operacionais;
- IV - Produzir e analisar dados e informações sobre as atividades de ouvidoria;
- V - Assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, e gerenciar os canais de atendimento ao cidadão, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011; e
- VI - Assegurar e orientar as demais unidades do Iphan quanto ao cumprimento das normas relativas à proteção e ao tratamento de dados pessoais, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Quanto à estrutura de pessoal, a Ouvidoria, pelo decreto, é composta por um Ouvidor (FCE 1.13) e um Assistente Técnico (FCE 2.01). Foi disponibilizado 1 (um) Assistente Técnico Administrativo Nível I (terceirizada) que ajuda nos procedimentos administrativos. Foi realizado um processo seletivo para preencher a vaga de Assistente Técnico (FCE 2.01), por servidor público, mas os perfis classificados não eram adequados para o cargo.

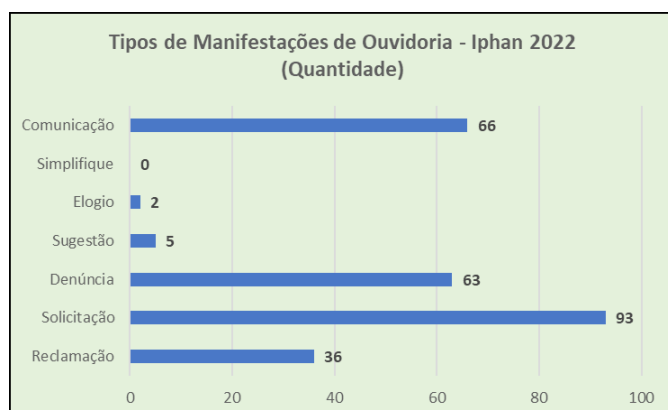
Será reaberto novo processo seletivo para preencher a vaga de Assistente Técnico (FCE 2.01).

Os tipos de manifestação de ouvidoria, em geral, são:

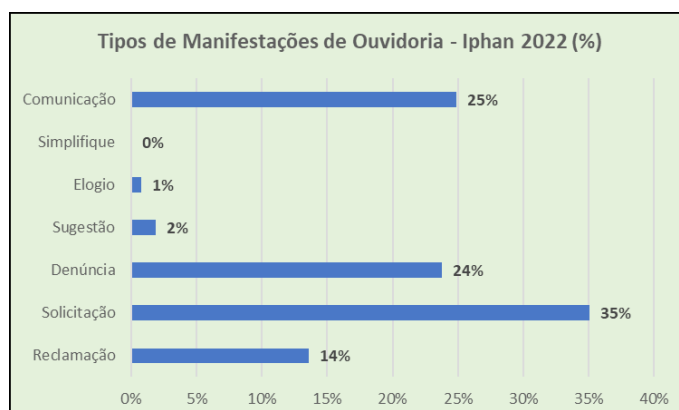
- a) Comunicação;
- b) Simplifique;
- c) Elogio;
- d) Sugestão;
- e) Denúncia;
- f) Solicitação; e
- g) Reclamação.

O Iphan, em 2022, recebeu 293 (duzentas e noventa e três) manifestações, assim distribuídas:

**Gráfico 1 – 4.2.1.1 Tipos de Manifestações de Ouvidoria – Iphan, em 2022.**



Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.



A lei n.º 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, determina que os órgãos públicos respondam às manifestações de ouvidoria em até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogável por mais 30 (trinta) dias com as devidas justificativa.

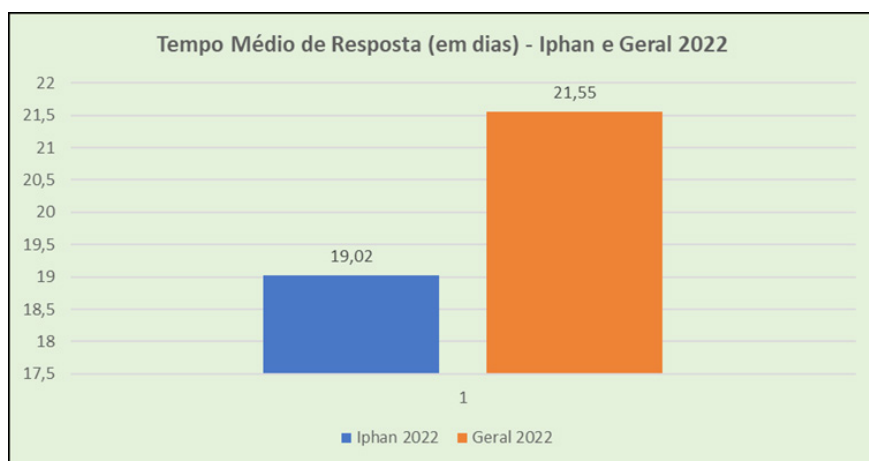
As manifestações respondidas dentro do prazo, em 2022, correspondem a 92% do total recebido, enquanto 8% foram respondidas fora do prazo por atraso de resposta por parte das unidades administrativas do Iphan, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

**Gráfico 2 – 4.2.1.2 Manifestações respondidas dentro do prazo – Iphan, em 2022.**

Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

O tempo médio de resposta do Iphan ao demandante é de aproximadamente 19,02 dias, enquanto o tempo médio geral de todos os órgãos e entidades cadastrados na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) é de 21,55

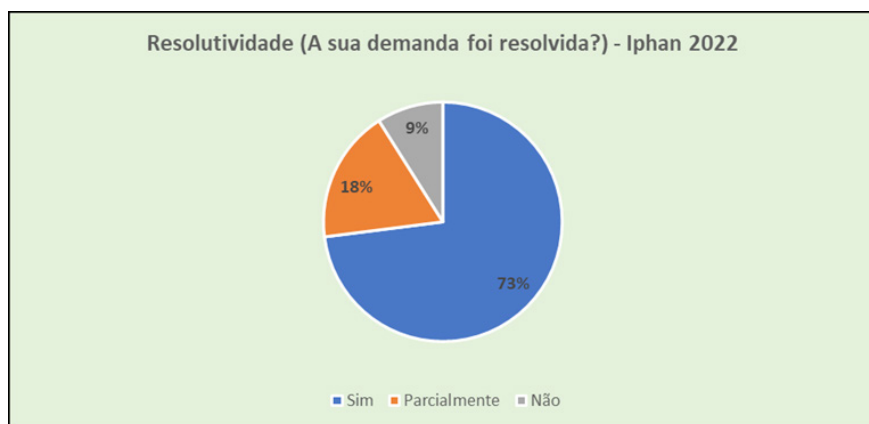
dias, conforme demonstrado no gráfico apresentado adiante. O Iphan se apresenta, dessa forma, abaixo da média geral, em relação a esse aspecto, conforme gráfico apresentado abaixo.

**Gráfico 3 – 4.2.1.3 Tempo Médio de Resposta (em dias) – Iphan e Geral, em 2022.**

Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

O nível de resolutividade total do Iphan face às manifestações recebidas pela Ouvidoria, em 2022, foi de 73%, 18% como parcial e 9% dos cidadãos acharam que não tiveram suas

demandas resolvidas, de acordo com o gráfico evidenciado a seguir.

**Gráfico 4 – 4.2.1.4 Resolutividade (A sua demanda foi resolvida?) – Iphan, em 2022.**

Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

Observa-se que os resultados apresentados pelos órgãos e entidades cadastradas na Plataforma Fala.BR têm resolutividade bem abaixo do Iphan, tendo em vista que 53% dos cidadãos

responderam que não tiveram suas demandas resolvidas, 17% responderam que suas demandas foram resolvidas parcialmente e 30% acharam que foi resolvido.

**Gráfico 5 – 4.2.1.5 Resolutividade (A sua demanda foi resolvida?) – Geral, em 2022.**

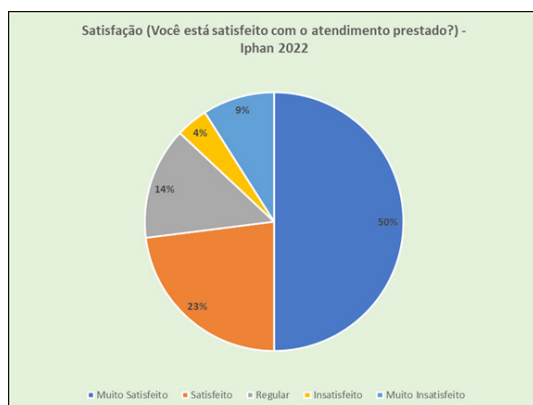


Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

Quanto à satisfação, 50% dos demandantes ficaram muito satisfeitos e 23% satisfeitos com as respostas apresentadas pela Ouvidoria do Iphan, demonstrando um alto índice de

satisfação com o atendimento prestado pelo Instituto, conforme gráfico apresentado adiante.

**Gráfico 6 – 4.2.1.6 Satisfação (Você está satisfeito com o atendimento prestado?) – Iphan, em 2022.**

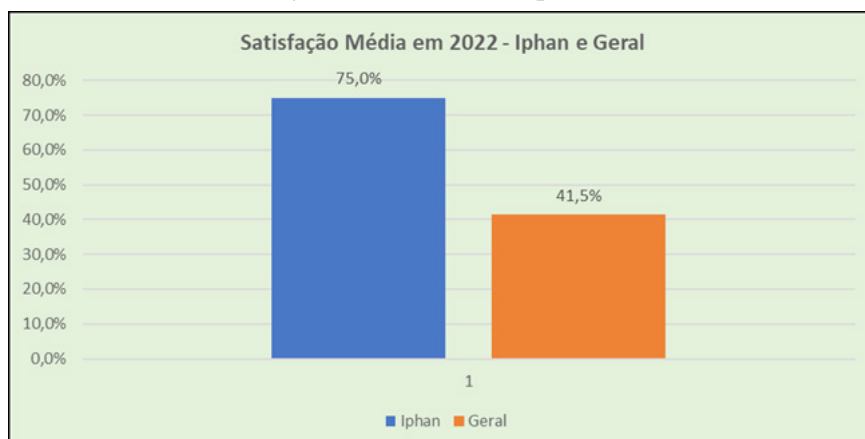


Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

Comparando o Iphan com os outros órgãos e entidades da Plataforma Fala.Br, verifica-se que essa autarquia apresenta 75% de satisfação média em relação às manifestações recebi-

das, enquanto a média geral dos outros órgãos e entidades está em aproximadamente 41,5%, de acordo como gráfico evidenciado adiante.

**Gráfico 7 – 4.2.1.7 Satisfação Média em 2022 – Iphan e Geral, em 2022.**

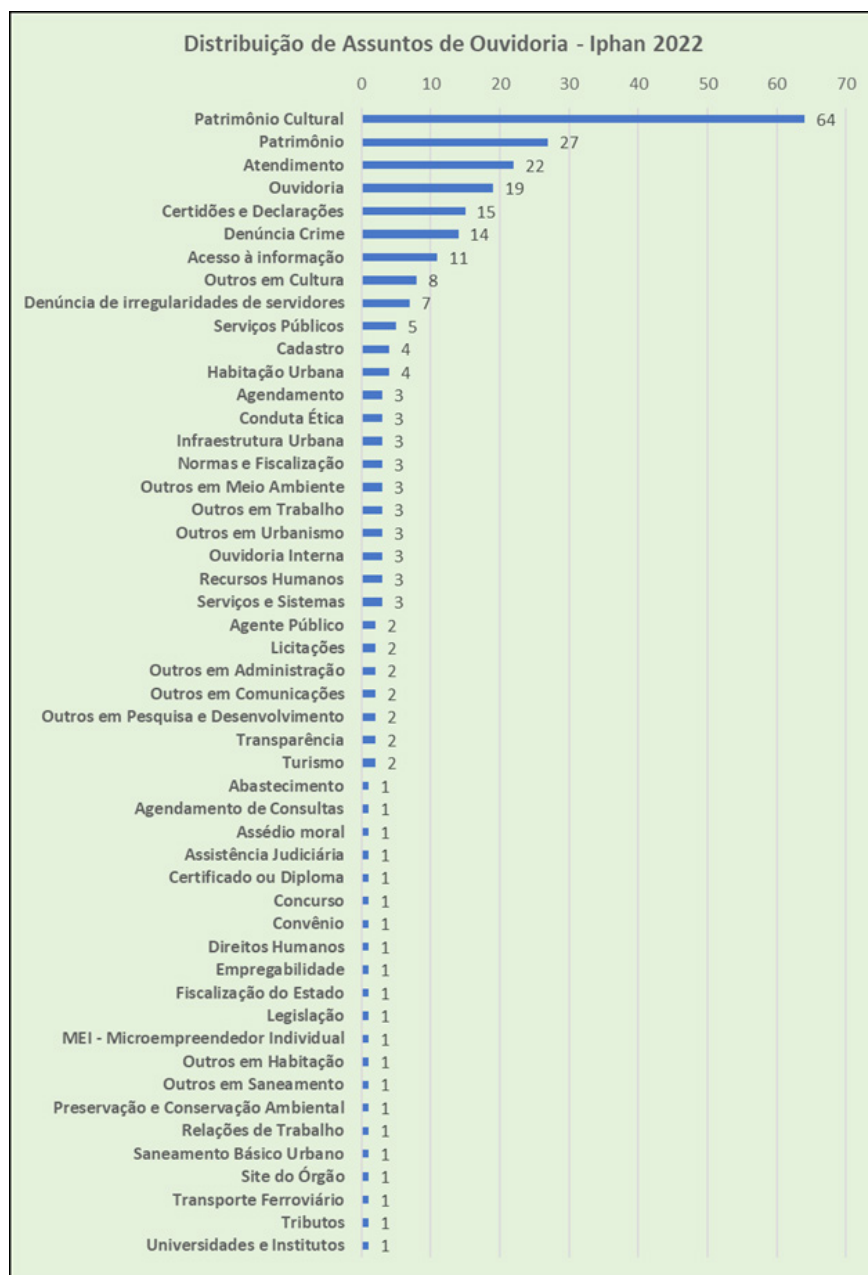


Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.



A seguir, apresenta-se o gráfico com a distribuição dos assuntos das manifestações de ouvidoria requeridas ao Iphan em 2022:

**Gráfico 8 – 4.2.1.8 Distribuição de Assuntos de Ouvidoria – Iphan, em 2022.**



Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

## 4.2.2 - Formas de acesso ao serviço de informação ao cidadão do Iphan (Sic-Iphan)

Os pedidos de informação ao cidadão são regulamentados pela [Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), conforme previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal do Brasil, que garantem o direito fundamental do cidadão de ter acesso às informações produzidas e armazenadas pelo Estado. Faz parte desse arcabouço jurídico, o [Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012](#), que regulamenta a LAI.

Nas últimas décadas, o Iphan tem buscado desenvolver, implantar e institucionalizar uma política de transparência pública, visando disponibilizar para a sociedade o vasto universo das informações produzidas, custodiadas e armazenadas pela Autarquia.

Nessa política de transparência ativa, o Iphan publica em seu sítio oficial todas as informações públicas consideradas relevantes para a sociedade, buscando disponibilizar pesquisas atualizadas, fidedignas e facilmente acessíveis. Por outro lado, sempre existem informações, processos ou procedimentos que usualmente requerem mais qualificações ou esclarecimentos. Para essas situações, sempre no esforço de ampliar e manter a

transparência, o Iphan desenvolveu alguns canais de comunicação direta com o cidadão.

Em consonância com a Carta de Serviços ao Cidadão, o Serviço de Informação ao Cidadão (Sic-Iphan) é o canal de atendimento ao cidadão que proporciona o acesso à informação. O Sic-Iphan está presente na Sede, em Brasília/DF, e em todas as Unidades da Autarquia por meio dos pontos focais designados para o recebimento e o acompanhamento junto às áreas técnicas responsáveis pelas respostas às manifestações registradas na Plataforma Fala.Br.

Além das instalações físicas, distribuídas pela sede em Brasília/DF, 6 (seis) Unidades Especiais, 27 (vinte e sete) Superintendências e 37 (trinta e sete) Escritórios Técnicos, o Iphan disponibiliza, em conjunto com o órgão de controle interno da Administração Pública federal, pelo menos duas vias de acesso e comunicação com a sociedade. São eles: via Correios, da própria Autarquia; e via acesso eletrônico, gerenciado pela CGU. Outra forma de atendimento ao cidadão é via telefone, sendo mais comum o atendimento para esclarecimentos de dúvidas e de solicitações de contatos das Unidades do Iphan.

Além disso, prestando serviços de atendimento ao público interno e externo, foram disponibilizados os títulos presentes nas bibliotecas do Iphan através da plataforma Pergamum, para consulta remota ao acervo, que durante o período de 2020 a 2022 somou mais de 159 mil acessos. Similarmente, no âmbito da Autarquia é fornecido o serviço de consulta às normas da ABNT, que no mesmo período somou mais de 3.183 (três mil, cento e oitenta e três) visualizações via Sistema GEDWEB.

A digitalização do acervo bibliográfico e a democratização do acesso à informação também se tornou uma atividade que

agrega valor ao Instituto. No período de referência, 2020 a 2022, o Iphan adquiriu, por meio de doações, 1.448 (um mil, quatrocentos e quarenta e oito) novos títulos para comporem o acervo bibliográfico das bibliotecas do Instituto. Os itens foram destinados às Bibliotecas Aloísio Magalhães e Noronha Santos, que juntas, apesar de fatores como a pandemia e o processo de mudança da sede oficial do Instituto e da reforma do Edifício Gustavo Capanema, realizaram mais de 1.200 (mil e duzentos) atendimentos. Já nas unidades do Arquivo Central do Iphan, em suas seções Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ, realizaram-se 6.237 (seis mil duzentos e trinta e sete) atendimentos, presenciais e remotos.

#### 4.2.2.1 - Protocolo Digital

O Protocolo Digital foi implantado no Iphan, desde o início de agosto de 2021 e encontra-se em execução desde então.

Por meio deste serviço on-line um documento pode ser protocolado na Entidade com economia de tempo e recursos financeiros tanto para a sociedade quanto para os cofres públicos, visto que a população pode protocolar um documento de qualquer lugar do país. Ao aderir este sistema, o Iphan não precisou instalar qualquer sistema ou módulo para utilizá-lo. Existe uma instalação única e centralizada no então Ministério da Economia, sendo necessário apenas realizar a integração da ferramenta com o seu sistema de processo eletrônico, o que gera economia de tempo e de recursos da administração pública.

Diante disso, apresenta-se, na tabela e no gráfico, disponibilizados a seguir, o número de solicitações encaminhadas ao Iphan via Protocolo Digital em 2022.

Tabela 4.2.2.1 Números de solicitações encaminhadas ao Iphan via Protocolo Digital em 2022.

Exercício de 2022			
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
2.634	3.100	3.187	2.835
Total		11.756	

Fonte: CGPLAN/DPA.

Gráfico 9 – 4.2.2.1 Números de solicitações encaminhadas ao Iphan via Protocolo Digital em 2022.



Fonte: COREL/CGLOG/DPA.



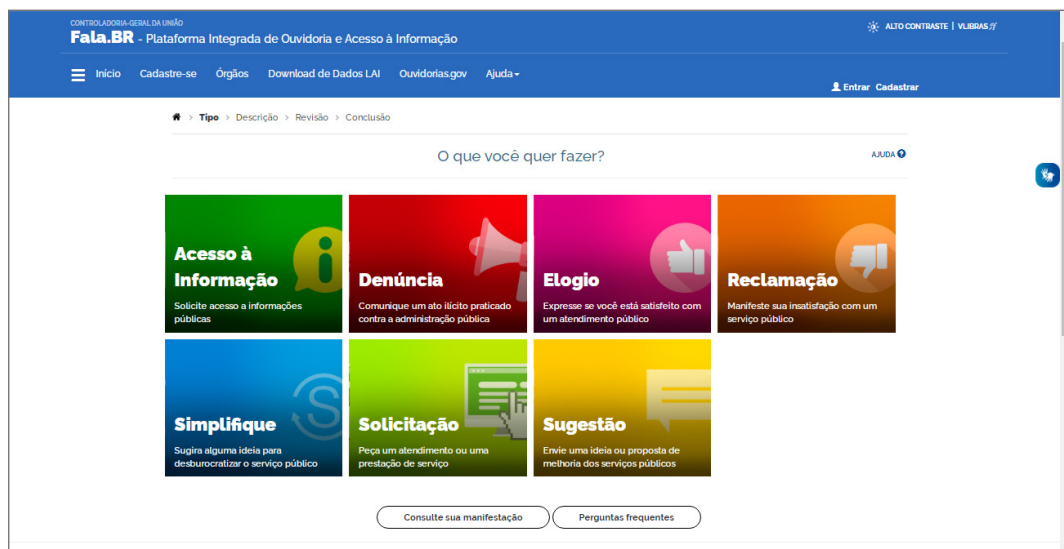
## 4.2.2.2 - Forma de Acesso

### 4.2.2.2.1 - Eletrônica

A Plataforma Fala.BR, desenvolvida pela CGU, é um canal integrado para encaminhamento de manifestações (pedidos

de acesso à informação, denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e simplifique) a órgãos e entidades do poder público.

Na imagem a seguir é possível visualizar a página inicial da Plataforma e as principais funcionalidades disponibilizadas aos seus usuários.



O canal reúne funcionalidades do Sistema Nacional Informatizado de Ouvidorias (e-Ouv) e do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic), assim como os procedimentos para tratamento dos pedidos de simplificação. A união dos dois sistemas facilitou a comunicação entre os cidadãos e as entidades e órgãos do Poder Executivo em todos os níveis de governo. Com isso, a plataforma permite aos cidadãos fazer pedidos de informações públicas e manifestações de ouvidoria em um único local, a partir de um único cadastro.

Além dos meios digitais, o atendimento pode ser feito presencialmente na sede do Iphan, entretanto, registra-se que não foi realizado qualquer atendimento presencial durante o ano de 2022.

Observa-se que, assim como o serviço por correspondência, a falta de procura pelo atendimento presencial por parte dos cidadãos, permite inferir que será cada vez menos usual devido às facilidades de atendimento diretamente pela internet.

### 4.2.2.2.2 - Via Correios

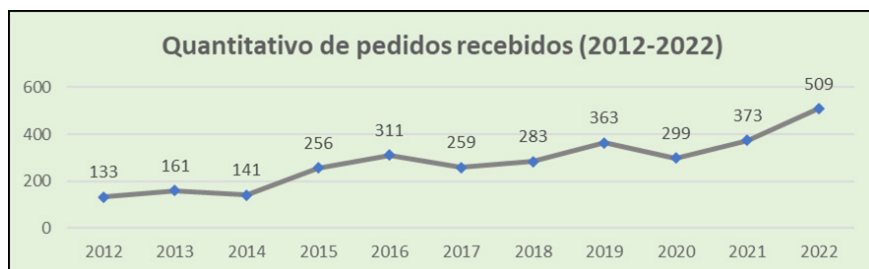
O Iphan disponibiliza o acesso à informação por correio, bastando ao cidadão preencher um formulário e encaminhar para o endereço do Sic-Iphan, localizado na Sede do Iphan, em Brasília/DF. Apesar de este serviço estar ativo no Iphan, a falta de utilização por parte dos cidadãos permite inferir que será cada vez menos usual devido às facilidades de atendimento diretamente pela internet.

### 4.2.2.2.4 - atendimentos realizados

#### Plataforma Fala.BR

No ano de 2022, dentro da Plataforma Fala.BR, foram cadastrados 509 (quinhentos e nove) pedidos de informação. Em 2021, tivemos 373 (trezentos e setenta e três) pedidos. Pode verificar, dessa maneira, um aumento de aproximadamente 36,46% do número de pedidos de 2022 em relação a 2021. Observa-se no gráfico abaixo o aumento, ano a ano, do número de pedidos de informação direcionadas ao Iphan, conforme demonstrado no histórico de pedidos de informações recebidas pelo órgão durante o período de 2012 a 2022, evidenciado abaixo.

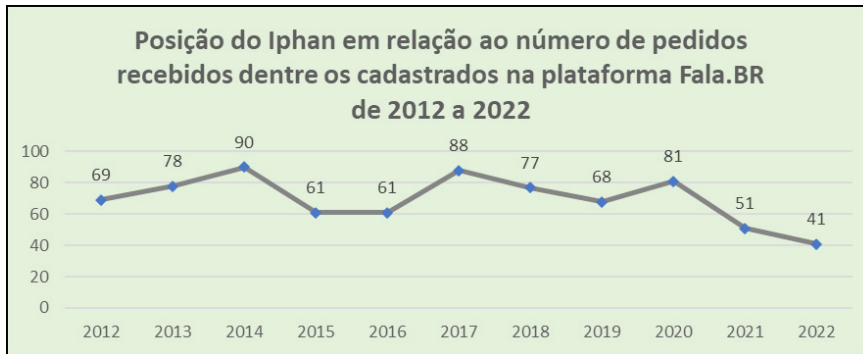
Gráfico 10 – 4.2.2.2.4.1 Histórico do quantitativo de pedidos de informação recebidos, no Iphan (2012-2022).



Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

O Iphan, dentre todos os órgãos cadastrados na Plataforma Fala.BR, em relação aos números de pedidos, ocupa a posição 41ª, em 2022, frente a posição 51ª, em 2021, de acordo com o gráfico demonstrado a seguir.

**Gráfico 11 – 4.2.2.2.4.2 Posição do Iphan em relação número de pedidos recebidos (2012-2022).**

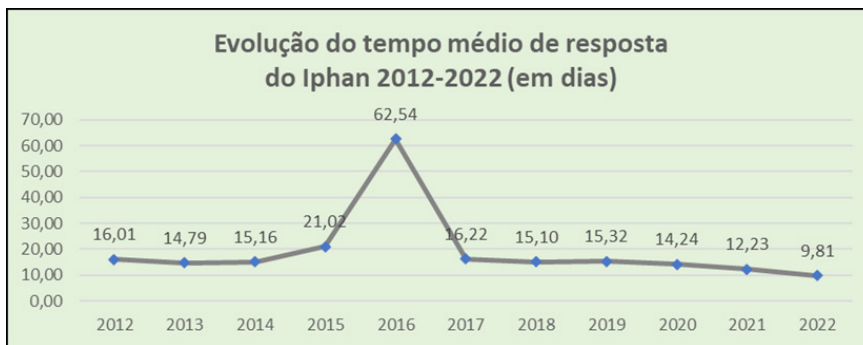


Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

### Tempo médio de resposta

O tempo médio de resposta do Iphan às solicitações em 2021 foi de 12,23 dias. Em 2022 foi de 9,81 dias. Uma queda de 24,67% no tempo de resposta do Iphan. Conclui-se que este resultado se deve ao fato do monitoramento e do contato frequentes junto às Unidades demandadas. Essa evolução no tempo de resposta praticado pelo órgão pode ser evidenciada no gráfico apresentado adiante.

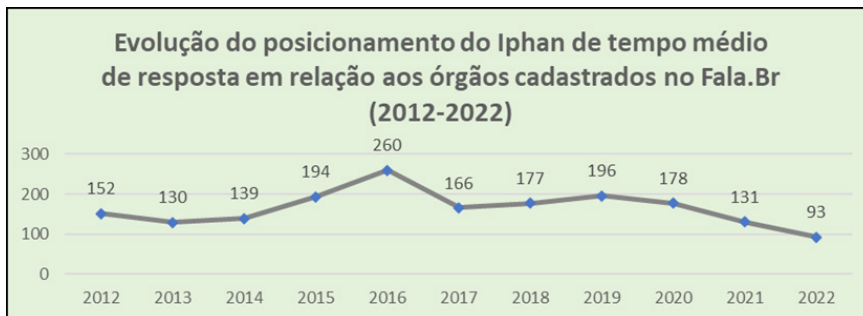
**Gráfico 12 – 4.2.2.2.4.3 Evolução do tempo médio de resposta do Iphan, em dias. (2012-2022).**



Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

Em relação aos outros órgãos ao tempo médio no período de 2012-2022, o Iphan melhorou sua posição, de 131ª para 93ª em 2022, conforme demonstrado no gráfico adiante.

**Gráfico 13 – 4.2.2.2.4.4 Evolução do Iphan sobre o tempo médio de respostas (2012-2022).**

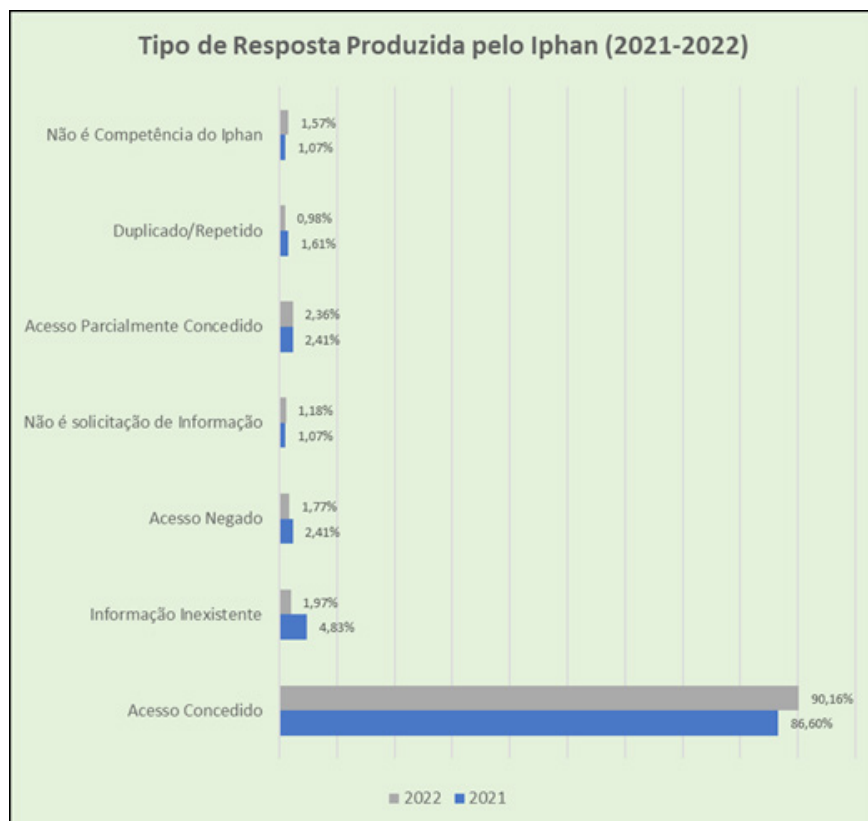


Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

## Tipos de respostas

O comparativo do tipo de resposta produzida pelo Iphan em 2021 e 2022 manteve-se, em geral, muito próximos, como demonstrado no gráfico abaixo.

**Gráfico 14 – 4.2.2.2.4.5 Tipos de resposta produzida pelo Iphan (2021-2022).**



Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

## Os recursos

Em 2021, o Iphan recebeu 15 (quinze) recursos, todos de primeira instância. Em 2022, foram 23 (vinte e três) ao total: 17 (dezesete) de 1ª instância (ao chefe hierárquico da unidade

respondente); 4 (quatro) de 2ª instância (à autoridade máxima do órgão); 2 (dois) de 3ª instância (à CGU); e, nenhum de 4ª instância (à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), como demonstrado no gráfico adiante:

**Gráfico 15 – 4.2.2.2.4.6 Recursos recebidos (2021-2022).**

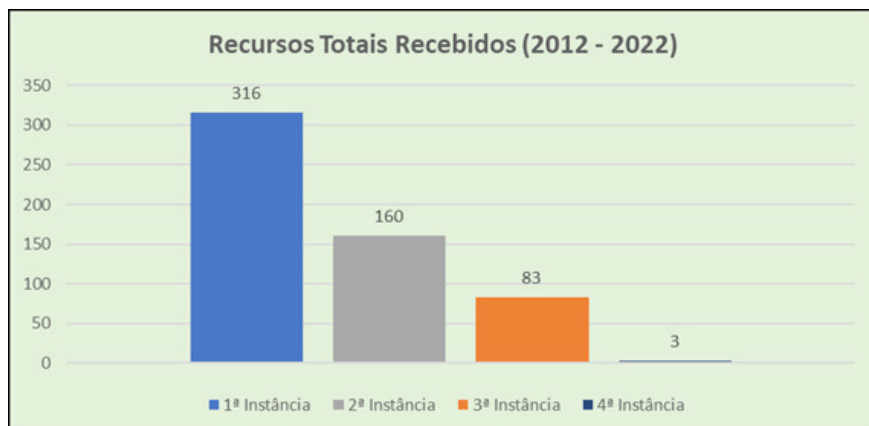


Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.



No cômputo geral, o Iphan já recebeu 562 (quinhentos e sessenta e dois) recursos em relação às demandas relacionadas a pedidos de acesso à informação, distribuídos conforme o gráfico abaixo:

**Gráfico 16 – 4.2.2.2.4.7 Recursos totais recebidos pelo Iphan (2012-2022).**



Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

Nos gráficos abaixo é possível verificar a evolução dos recursos por cada tipo desde 2012 até 2022.

**Gráfico 17 – 4.2.2.2.4.8 Recursos de instâncias recebidos pelo Iphan (2012-2022).**



Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

#### 4.2.2.2.5 - Transparência Ativa

A Lei n.º 12.527, de 2011, estabelece que as informações de interesse coletivo ou geral devem ser divulgadas de ofício pelos órgãos públicos, espontânea e proativamente, independentemente de solicitações. Além disso, no art. 8º prevê um rol mínimo de dados que os órgãos e as entidades devem, obrigatoriamente, divulgar nas suas páginas oficiais na internet, no menu “Acesso à Informação”.

A CGU distribui as informações a serem disponibilizadas pelos seguintes grupos:

- 1) Institucional;
- 2) Ações e Programas;
- 3) Participação Social;
- 4) Auditorias;
- 5) Convênios e Transferências;

- 6) Receitas e Despesas;
- 7) Licitações e Contratos;
- 8) Servidores;
- 9) Informações Classificadas;
- 10) Serviço de Informação ao Cidadão (SIC);
- 11) Perguntas Frequentes; e
- 12) Dados Abertos.

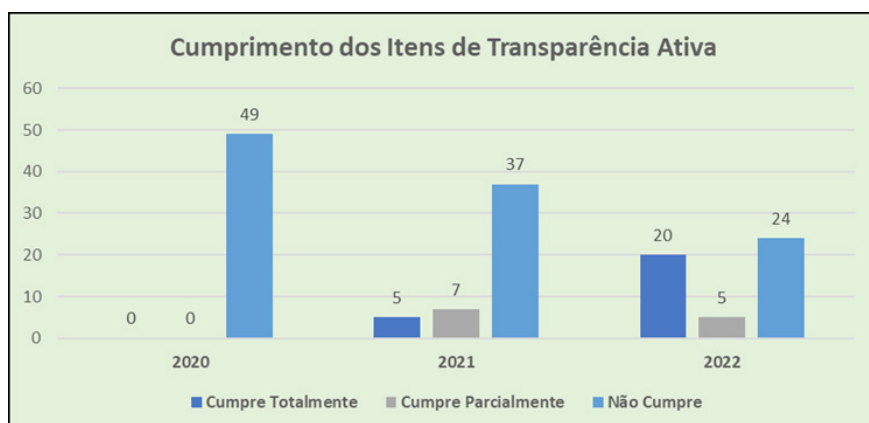
Dentro dos grupos relacionados acima, são averiguados 49 (quarenta e nove) itens de preenchimento obrigatório pelos órgãos do Poder Executivo Federal.



Em 2020, o Iphan não preencheu qualquer dos itens requisitados. Em 2021, o Iphan cumpriu totalmente 5 (cinco) itens, cumpriu parcialmente 7 (sete) itens e não cumpriu

37 (trinta e sete) itens. Em 2022, cumpriu totalmente 20 (vinte) itens, cumpriu parcialmente 5 (cinco) itens e não cumpriu 24 (vinte e quatro) itens conforme gráfico comparativo abaixo:

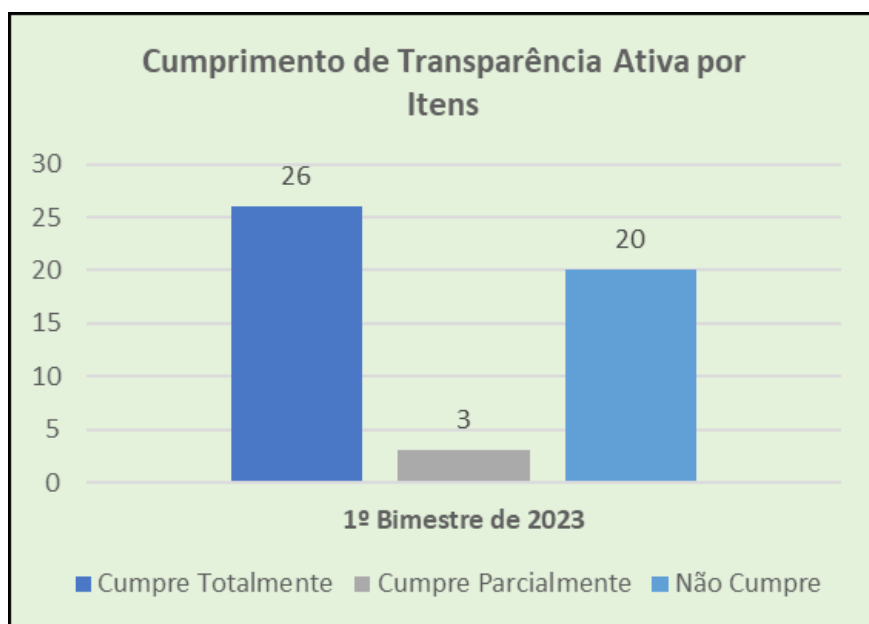
**Gráfico 18 – 4.2.2.2.5.1 Histórico do Cumprimento dos Itens de Transparência Ativa, pelo Iphan (2020-2022).**



Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

Até o fechamento deste relatório, foi possível identificar os números do 1º bimestre que apresentaram um aumento no cumprimento de itens de transparência ativa. Cumpriu totalmente 26 (vinte e seis) itens, cumpriu parcialmente 3 (três) itens e não cumpriu 20 (vinte) itens conforme gráfico:

**Gráfico 19 – 4.2.2.2.5.2 Cumprimento dos Itens de Transparência Ativa, pelo Iphan, em 2023.**

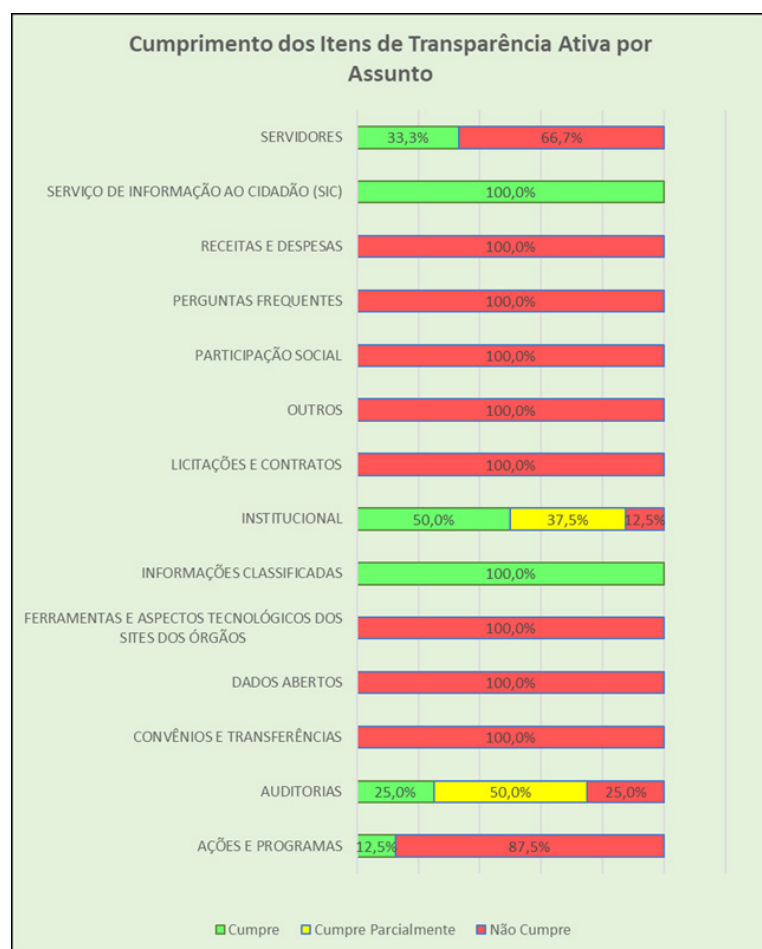


Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

O gráfico abaixo apresenta os percentuais de cumprimento por assunto de transparência ativa.

Ressalta-se que o Item 'Auditorias' foi cumprido em 100% ao final do 1º bimestre de 2023. A Auditoria Interna - AUDIN já efetuou atualizações e melhorias e outras áreas estão sob análise pela CGU.

**Gráfico 20 – 4.2.2.2.5.3 Cumprimento dos Itens de Transparência Ativa, por Assunto, em 2022, pelo Iphan.**



Fonte: Ouvidoria/GAB-PRESI.

### 4.2.3 - Carta de Serviços ao Cidadão

Aprovada pela Portaria Iphan n.º 1, de 13 de janeiro de 2022, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico (BAE) n.º 1660, a Carta de Serviços ao Cidadão consiste em um instrumento de gestão pública democrática voltada para resultados e é recomendável a todo e qualquer órgão/entidade pública que exerçam atividades de prestação de serviços públicos, direcionados à sociedade em geral ou a outro órgão e entidades públicas.

Simplificar a vida do cidadão e ampliar a capacidade de atendimento às demandas da sociedade, com qualidade e eficácia, são dois desafios centrais priorizados pela gestão do Iphan. Para superá-las, foi necessária a mobilização, orientação e adequada formação de lideranças.

A Ouvidoria do Iphan tem como atribuição a atualização da Carta de Serviços ao Cidadão, sendo suas as funções de:

- Mapeamento de serviços prestados pelo Iphan;
- Identificação da necessidade e apoio ao processo de formulação de novos serviços pelos gestores;
- Monitoramento do cumprimento dos padrões estabelecidos na Carta de Serviços ao Usuário, por meio



das informações oriundas de manifestações, avaliações de satisfação e outros meios de coleta de dados; e

- Atualização periódica das informações acerca dos serviços listados na Carta de Serviços ao Usuário.

A última atualização da Carta de Serviços ao Cidadão do Iphan ocorreu entre novembro e dezembro de 2022 por meio da atuação conjunta entre a CGPLAN e a Ouvidoria, tendo sido atualizada a legislação pertinente ao funcionamento do Iphan, bem como, os endereços, os telefones, e os horários



de funcionamento de todas as Unidades e Bibliotecas desse instituto, estando a última versão disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/carta-de-servicos-ao-cidadao>.

#### 4.2.4 - Auditoria Interna

Durante o exercício de 2022, a Auditoria Interna (AUDIN) do Iphan aprimorou a transparência ativa do órgão, no que concerne à disponibilização direta de informações e de documentações relacionadas ao controle interno e à auditoria.

Nesse viés, na subseção “[Relatório e Informes de órgãos de controle](#)” da seção “[Controle](#)” do Portal Institucional do Iphan, em atendimento à [alínea “c” do inciso I do art. 8º e ao § 4º do art. 9º da IN TCU nº 84, de 2020](#), são apresentados os principais relatórios, acórdãos, informes e afins relacionados ao Iphan, por meio dos quais são emanadas recomendações, determinações ou outras orientações voltadas ao Instituto nos últimos anos, bem como as providências adotadas pelo gestores, no fito de atender essas deliberações. Essa subseção se divide em ações provenientes da CGU e do TCU.

Já, na subseção “[Auditoria Interna](#)” da seção “[Controle](#)”, são apresentados os documentos mais recentes relacionados à atuação da AUDIN, como: os [Planos Anuais de Auditoria Interna \(PAINT\)](#), os [Relatórios Anuais de Auditoria Interna \(RAINT\)](#), os [Relatórios de Auditoria Interna](#), o [Estatuto dessa Unidade](#) e os [Pareceres de Auditoria Interna sobre a Prestação de Contas Anuais](#).

Adicionalmente, na subseção “[Processos de Contas Anuais](#)”, inserida na seção “[Auditorias](#)” do referido Portal, são apresentados os documentos referentes aos processos de contas anuais deste Instituto, elencando-se: primeiramente, os seus Relatórios de Gestão anuais e peças de prestação de contas anuais; e, em seguida, se for caso, os documentos (relatório, certificados e/ou pareceres de auditoria) emanados pela CGU, bem como os resultados dos julgamentos proferidos pelo TCU face aos exames realizados, todos por exercício de referência.

Ainda, foi inserido, em 2022, nessa subseção do aludido Portal, compêndio, elaborado pela AUDIN, por meio do qual se registra o histórico completo atualizado de Acórdãos de Julgamento de contas anuais do Iphan, pelo TCU, também por exercício.

Ressalta-se que os principais trabalhos realizados e os resultados alcançados pela AUDIN do Iphan, durante o exercício de 2022, estão detalhados no RAINTE concernente às contas de 2022 ([RAINT 2022](#)). Por meio desse documento, além do aprimoramento relacionado à transparência ativa de suas atividades e de outras áreas do órgão, constata-se que a AUDIN buscou o aperfeiçoamento de outras temáticas, como: controles internos; gestão de riscos; integridade (no que concerne, principalmente, ao recebimento e ao tratamento de denúncias e comunicações de irregularidades); segurança da informação; impacto regulatório; e outros.

#### 4.2.5 - Comissão de Ética

A Comissão de Ética do Iphan tem como finalidade educar, orientar e aconselhar sobre os padrões de conduta ética

do agente público, conforme estabelece o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto n.º 1.171, de 22 de junho de 1994. A atuação da Comissão, com foco em ações essencialmente educativas, consultivas, preventivas e conciliadoras, é importante no desenvolvimento de estratégias para o emprego da ética no serviço público, na melhoria do ambiente organizacional e na contribuição com a transparência e controle social, além de uma resposta eficiente para o cidadão.

Além disso, a Comissão de Ética é encarregada de orientar e direcionar o agente público no relacionamento com a sociedade em geral, no ambiente de trabalho, com as autoridades públicas, com a imprensa e com os demais agentes externos ao Iphan.

A participação de todos e a colaboração da instituição é fundamental para o bom andamento da Comissão. Para construir uma ação mais próxima dos agentes públicos, no Iphan, além dos membros titulares, suplentes e da secretaria executiva, é importante o envolvimento dos servidores das unidades descentralizadas. A Comissão designa pontos focais destinados à realização de ações de comunicação, educativas e de suporte, e aguarda a manifestação daqueles que se identificam com o tema e a proposta para que a integrem.

Funcionando em um espaço exclusivo no Iphan, a Comissão desenvolve trabalhos e recebe os servidores que podem agendar horário para atendimento, por telefone ou por intermédio de e-mail. Os servidores do Instituto, qualquer cidadão ou agente público, pode encaminhar consulta ou denúncia – de forma identificada ou anônima – relacionada a cometimento de irregularidade por servidor, comissionado, terceirizado ou prestador de serviço.

#### 4.2.6 - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

O Modelo de Governança de TI do Iphan tem como principal instância o Comitê Gestor dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (COGESTI), instituído pela Portaria Iphan n.º 424, de 13 de novembro de 2017.

O COGESTI é composto pela autoridade máxima do Departamento de Planejamento e Administração (DPA), que o preside, pelo titular do Gabinete da Presidência (GAB-PRESI), e pelos demais representantes das Diretorias que compõem a Diretoria Colegiada. A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), compõe o Comitê exercendo a função de Secretaria Administrativa do Comitê.

As ações de TI foram priorizadas pelo COGESTI em consonância com o Plano Diretor de TI (PDTIC) 2021-2022, além do Planos de Transformação Digital (PTD) 2022-2023, por sua vez, alinhado à Estratégia de Governo Digital (Decreto n.º 10.332, de 28 de abril de 2020) e ao Planejamento Estratégico do Iphan (Portaria Iphan n.º 23, de 2021).

#### 4.2.7 - Política de Integridade

Conforme o, inciso II, art. 3º, do Decreto n.º 9.203, de 22 de novembro de 2017, a integridade é um princípio da governança pública. É importante destacar, que a aplicação de

metodologia tanto para gestão de riscos, quanto para a gestão da integridade, possui alto grau de semelhança e necessidade de sinergia para evitar duplicidade de trabalhos.

Ao longo do exercício de 2022, as principais ações de integridade foram:

- Construção e atualização do Programa de Integridade do Iphan;
- Realização de campanhas educacionais e de capacitação relacionadas aos temas de ética e integridade.

## 4.3 - Resultados e Desempenho da Gestão

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Instituto proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

Imbuído no cumprimento da sua missão institucional e visando atender às necessidades de um País com proporções continentais, como o Brasil, a entidade é representada em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Estaduais, pelas Unidades Especiais e Escritórios Técnicos situados nos mais diversos municípios da federação.

O Instituto se consolida como instituição séria e comprometida com a proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, tanto por seus valores quanto pela preocupação em preservar a identidade do povo brasileiro e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País. O Iphan é uma das mais antigas entidades no Brasil e a primeira na América Latina a desenvolver uma política de preservação do Patrimônio Cultural.

Apesar de as dificuldades trazidas pela pandemia de Covid-19, o Instituto conseguiu entregar resultados importantes nesse quadriênio, buscando a melhoria da governança e integridade da instituição, valorizando e capacitando seu corpo técnico, bem como, democratizando e melhorando os seus serviços para prestar um atendimento de excelência ao cidadão brasileiro.

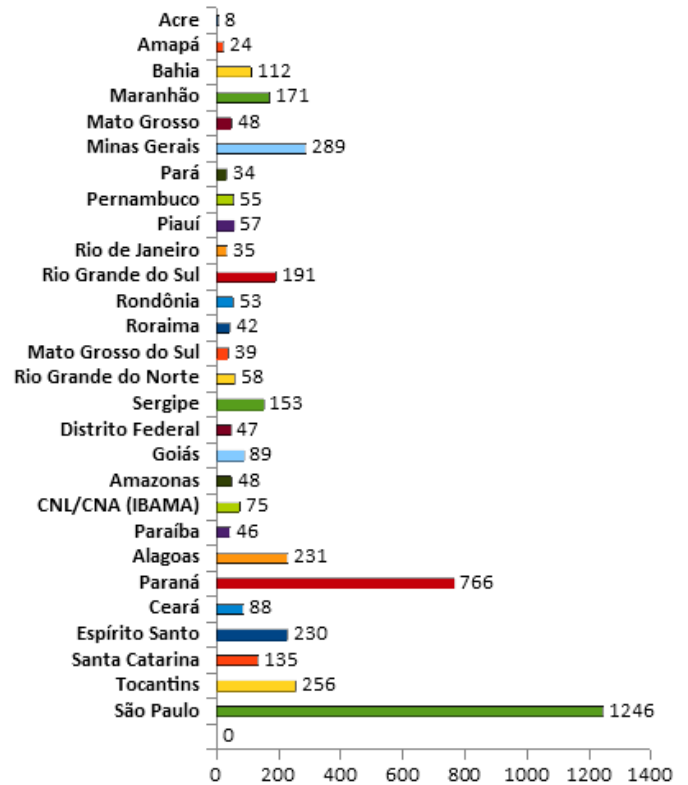
### 4.3.1 - Ações relativas ao Licenciamento Ambiental

Mantendo o crescente número de empreendimentos que passam pela avaliação do Iphan no âmbito do licenciamento ambiental, ao todo, foram analisadas 4.626 (quatro mil seiscentas e vinte e seis) Fichas de Caracterização de Atividades (FCA), no ano de 2022.

Para o Patrimônio Cultural Arqueológico 2.063 (dois mil seiscentos e três) projetos de arqueologia foram avaliados pelo Iphan, e deste total, 75 (setenta e cinco) FCA e 57 (cinquenta e sete) estudos arqueológicos foram de processos licenciados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

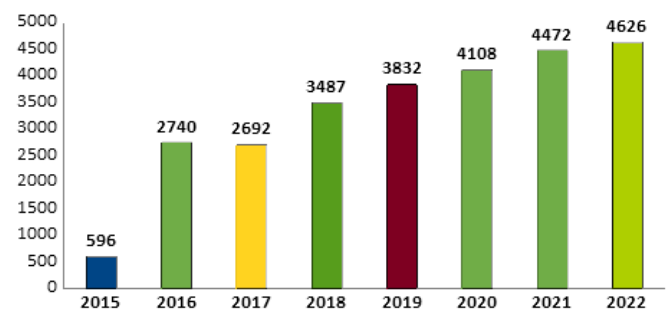
Além disso, foram realizados 42 (quarenta e dois) Relatórios de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, e 142 (cento e quarenta e dois) Relatórios de Avaliação de Impacto aos Bens Registrados, conforme os indicadores de gestão, que seguem abaixo:

**Gráfico 21 – 4.3.1.1 Total de FCA analisadas por Unidade do Iphan, em 2022.**

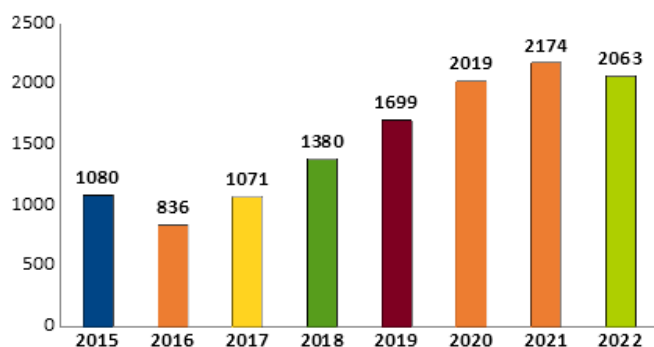


Fonte: CNL/GAB-PRESI

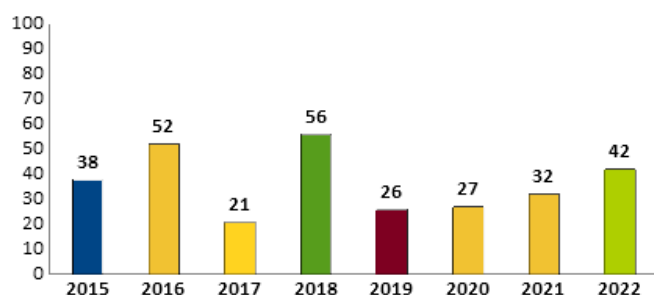
**Gráfico 22 – 4.3.1.2 Quantidade Total de Empreendimentos (FCA) analisados pelo Iphan, por ano (2015-2022).**



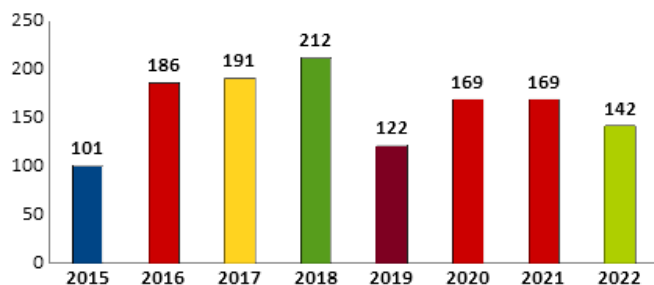
Fonte: CNL/GAB-PRESI

**Gráfico 23 – 4.3.1.3 Quantidade Total de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (AIP) arqueológico pelo Iphan, por ano (2015-2022).**

Fonte: CNL/GAB-PRESI

**Gráfico 24 – 4.3.1.4 Quantidade Total de Patrimônio Material Analisados pelo Iphan, por ano (2015-2022).**

Fonte: CNL/GAB-PRESI

**Gráfico 25 – 4.3.1.5 Quantidade Total de Patrimônio Imaterial Analisados pelo Iphan, por ano (2015-2022).**

Fonte: CNL/GAB-PRESI

## Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF)

O Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF) unidade responsável por formular, em conjunto com os demais órgãos específicos singulares e com as Superintendências do Iphan, a Política Setorial de Cooperação e Fomento à Preservação e de Salvaguarda do Patrimônio Cultural, além de planejar, acompanhar e avaliar a execução das ações voltadas à gestão do patrimônio cultural, reconhecido internacionalmente - desenvolveu no ano de 2022, em parceria com as superintendências e unidades especiais do IPHAN, ações de cooperação, fomento e promoção do patrimônio cultural.

### 4.3.2 - Ações de cooperação e fomento no nível nacional e internacional

No âmbito das ações de cooperação internacional, a equipe técnica do DECOF realizou as seguintes ações:

- Participação da Capital da Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Luanda, Angola. Como resultado dessa ação, foi implementado o Plano de Ações de Cooperação Cultural Multinacional da CPLP;
- Lançamento da Exposição Virtual 7 (sete) povos;
- Acompanhamento técnico das ações de retorno e restituição de bens culturais relacionados aos seguintes países: México; Guatemala; Peru; Chile; Dinamarca e Argentina;
- Apoio à participação do DEPAM na reunião técnica do Comitê Intergovernamental de Devolução e Restituição de Bens Culturais da UNESCO (ICPRCP - Intergovernmental Committee for Promoting the Return of Cultural Property to its Countries of Origin or its Restitution in case of Illicit Appropriation).

### 4.3.2.1 - Acordos, seminários e cooperação no âmbito nacional

- Articulação do Acordo de cooperação técnica firmado entre a União, por intermédio do MTur, o Iphan e a Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM) para assistência técnica à elaboração de projetos de centros de interpretação e à elaboração de projetos e de implantação de sinalização turística nas cidades que abrigam bens reconhecidos internacionalmente como Patrimônio Mundial pela UNESCO.
- Articulação do Acordo de cooperação técnica entre o MTur, o Iphan e a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) visando a promoção internacional dos sítios culturais brasileiros e dos bens culturais de natureza material reconhecidos como patrimônio mundial pela UNESCO, e dos bens culturais de natureza imaterial registrados como patrimônio cultural do Brasil.

### 4.3.2.2 - Reconhecimento, Gestão e Monitoramento dos bens culturais em âmbito internacional

A Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (CGCI), pertencente à estrutura do DECOF, atua no sentido de coordenar a execução de atividades de cooperação internacional, assim como, monitora a gestão do Patrimônio Cultural reconhecido internacionalmente. Em vista disso, desenvolveu as seguintes atividades ao longo do exercício de 2022:

- Acompanhamento e monitoramento da gestão dos Sítios Patrimônio Mundial;
- Elaboração de oficinas e assessoramento para o preenchimento dos Relatórios Periódicos da América Latina e Caribe, relacionados aos bens culturais objeto de ação da Convenção de 1972;
- Preenchimento do Relatório de Monitoramento Reativo (State of Conservation - SOC -Pampulha/MG) - relacionado à Convenção de 1972;
- Preenchimento do Relatório de Monitoramento Reativo (State of Conservation - SOC - Brasília/DF) - relacionado à Convenção de 1972; e
- Preenchimento do Questionário de Monitoramento sobre Paisagem Histórica Urbana (HUL) - Recomendação da UNESCO de 2011.

### 4.3.2.3 - Acordos, seminários e cooperação no âmbito internacional

- Conclusão do Projeto “Açaí Ação”, em cooperação com o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (CIRAD) - Participação de representante do DPI no Seminário Internacional de Finalização do Projeto na Guiana Francesa;
- Preenchimento do Relatório Periódico - relacionado aos bens culturais objeto de ação da Convenção de 1970;
- Assessoramento da participação do Iphan na 9ª Assembleia Geral dos Estados Partes da Convenção de 2003 e

- no 17º Comitê Intergovernamental para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial;
- Apoio à realização do Workshop Internacional de Gestão de Riscos em Sítios de Patrimônio Mundial em cooperação com o Governo do Chile e o Centro de Categoria 2 – Lucio Costa;
- Participação do II Fórum Cusco sobre a Luta contra o Tráfico Ilícito de Bens Culturais, e
- Análises de acordos bilaterais e multilaterais:
  1. Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN);
  2. Processo de acesso do Brasil à OCDE;
  3. Acordo de Tráfico Ilícito com a China;
  4. MONDIACULT;
  5. Acordo de Cooperação Cultural com a Jordânia;
  6. Declaração da Reunião de Ministros da OEA;
  7. Acordo de Cooperação Cultural com a Rússia; e
  8. Acordo de Cooperação Cultural com Belarus.

- Produção de vídeos promocionais dos Sítios Patrimônio Mundial em parceria com a BRASUNESCO e o MRE.

### 4.3.2.4 - Publicações Editadas

A Divisão de Promoção e Difusão do Patrimônio Cultural (DIVPRO), da Coordenação-Geral de Cooperação Nacional (CGCN), do DECOF, tem como objetivos promover a gestão do conhecimento relacionado ao patrimônio cultural brasileiro em nível nacional e internacional, e disponibilizar produtos de informação como livros, manuais, dossiês, por meio impresso e digital, sob os princípios da impessoalidade, rigor técnico, qualidade, transparência, acessibilidade, e compromisso com o patrimônio cultural e a sociedade. Atende, dessa forma, a uma das finalidades do Iphan, que é promover a difusão do patrimônio cultural do país, com vistas à preservação, à salvaguarda e à apropriação social.

No ano de 2022, a DIVPRO colaborou, em diversas instâncias (impressão, consulta em relação às normativas do projeto gráfico, emissão do ISBN junto à Biblioteca Aloísio Magalhães), com as seguintes publicações, finalizadas e entregues:

- Plano de Salvaguarda da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (Iphan Goiás);
- Plano de Salvaguarda da Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade (Iphan Goiás);
- Plano de Salvaguarda da Capoeira em Sergipe/SE (Iphan Sergipe);
- Carta de Serviços ao Cidadão do Iphan (DPA/ Presidência);
- Referências culturais em Laranjeiras/SE (Iphan Sergipe);
- Educação Patrimonial & Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Roraima/RR (Iphan Roraima);
- Educação Patrimonial, Diversidade e Meio Ambiente no Distrito Federal/DF (Iphan DF);
- Memórias do meu lugar: Patrimônio Cultural e território em Roraima/RR (Iphan Roraima);
- Patrimônio em Prática (CLC);
- Coleção INRC 20 anos (DPI); e



- Aprendendo sobre o nosso patrimônio cultural e Caderno Passatempo (Iphan Maranhão).

### 4.3.3 - Ações do Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial

Atualmente, o Paço Imperial (CCPPI), Unidade Especial do Iphan, vinculada ao DECOF, funciona como Centro Cultural do Iphan, promovendo eventos e exposições temporárias de arte contemporânea. No Paço Imperial, as expressões do mundo atual dialogam com as referências do passado, convidando o visitante a passear pelos tempos. O CCPPI, no exercício de suas competências realizou o total de 19 (dezenove) exposições, 3 (três) eventos e 12 (doze) espetáculos, ao longo do exercício de 2022.

O relatório completo, contendo os detalhes das exposições, eventos e espetáculos promovidos pelo Paço Imperial, encontra-se a seguir > [Relatório de Atividades CCPPI 2022](#).

### 4.3.4 - Ações do Centro Lucio Costa

O Centro Lucio Costa (CLC), subordinado ao DECOF tem como escopo de sua competência a promoção das atividades formativas e de pesquisa aplicada na área do patrimônio cultural. As ações desenvolvidas no exercício de 2022 estão descritas a seguir:

#### Editais de Seleção para alunos do Mestrado Profissional (MP) - Turma 2022

- Elaboração e publicação do Edital 2022 para alunos bolsistas: Preenchidas 7 (sete) vagas;
- Elaboração e publicação do Edital 2022 para alunos servidores do Iphan: Selecionados 8 (oito) servidores;
- Elaboração e publicação do Edital 2022 para alunos servidores e empregados públicos externos: Selecionados 8 (oito) servidores;
- Módulos de aulas do Mestrado Profissional - Turmas 2020 e 2022;
- Bancas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural: 10 (dez) teses defendidas;
- Orientação discente;
- Produção docente;
- Coleta Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Relatório do Programa para Avaliação Quadrienal - Preenchimento da Plataforma Sucupira;
  - *Em setembro de 2022 foi publicado o resultado da avaliação do quadriênio 2017-2020, tendo o Mestrado Profissional do Iphan aumentado sua nota para 4 (sendo 5 a nota máxima atribuída a mestrados profissionais).*
- Elaboração de Cadernos Temáticos “Patrimônio em Prática” e Jornada do Mestrado Profissional;

- Aberta ao público e voltada especialmente aos alunos da Turma 2022, o evento buscou reforçar e problematizar a área a que o Mestrado Profissional se vincula – Interdisciplinar – e destacar a importância da produção técnica, com vistas à produção do conhecimento para a preservação do patrimônio, por meio da discussão e sistematização de debates sobre essa produção intelectual.

### Ações Formativas e Pesquisa

- Distribuição de obras de referência do campo do patrimônio cultural;
  - *Projeto orientado à distribuição de obras de referência do campo do patrimônio cultural a instituições públicas ligadas ao campo do patrimônio, tais como universidades, bibliotecas públicas municipais, museus e institutos federais. Para o período correspondente, a equipe responsável pelo setor dedicou-se a concentrar esforços em torno da reorganização do modelo de distribuição das publicações, bem como a reorganização do acervo disponível.*
- Elaboração de Plano de Ação 2022 - Identificação de demandas ligadas à formação e capacitação interna de servidores;
  - *Inserção do Projeto Memórias do Patrimônio - resgata a continuação do Projeto Memória Oral da Preservação do Patrimônio Cultural, com a realização de entrevistas de personalidades do campo do patrimônio cultural (no Rio de Janeiro/RJ ou em outras localidades), que possuem vínculo com a história do Iphan. (publicação em formato de livro digital - 2 volumes - na série Memórias do Patrimônio);*
  - *Continuidade das Oficinas de Pesquisa, que tiveram oito edições entre 2007 e 2016 - recupera a socialização dos conteúdos e debates desenvolvidos no âmbito das pesquisas realizadas pelos servidores do quadro técnico da instituição em sua atividade profissional, visando ao aprimoramento das práticas e do pensamento interdisciplinares sobre a preservação do patrimônio cultural. Para esta ação, prevê-se a realização de uma série de encontros temáticos remotos, em plataforma virtual, com mesas redondas e comunicações dos servidores e pesquisadores e gestores convidados, assim como encontro presencial de três dias na sede do CLC, no segundo semestre de 2023. Prevê-se ainda publicação na forma de Anais no formato digital dos resultados dos eventos, como nas edições anteriores, na série Práticas e Reflexões.*
- Levantamento e identificação de ações e atividades técnicas e científicas no campo do patrimônio cultural;
  - *Ações de integração e apoio às atividades do Mestrado Profissional do Iphan;*
  - *Identificação de pesquisas acadêmico-científicas no campo do patrimônio e da Educação;*
  - *Articulação institucional com vistas ao estreitamento de laços com instituições universitárias, centros de pesquisa, de educação pública e privadas de todo o território nacional por meio de alinhamento de atividades junto a periódicos técnico-acadêmicos nacionais;*





- Participação em organização e editoria de periódicos e artigos técnico-científicos nos campos da educação e do patrimônio cultural;
  - Ações de difusão do conhecimento em torno da educação e das atividades a ela afetas como patrimônio cultural brasileiro, com identificação de parcerias possíveis;
  - Planejamento de linhas de ação intersetoriais e interinstitucionais voltadas para a qualificação profissional.
- Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio Centro Lucio Costa (CLC/CC2);
- Organização do Workshop Internacional Online de Gestão de Riscos de Desastres em Sítios do Patrimônio Mundial;
  - Organização conjunta com o Governo do Chile, por meio do Serviço Nacional do Patrimônio do Chile, o evento foi realizado nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2022;
  - O Workshop teve o objetivo de oferecer uma capacitação sobre questões de Gestão de Riscos de Desastres de acordo com padrões internacionais, para instituições e/ou profissionais responsáveis pela gestão e conservação de Sítios do Patrimônio Mundial no Chile, na América Latina e na África lusófona, contribuindo para a preservação do Valor Universal Excepcional dos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. A estrutura do Workshop contou com apresentações de especialistas do ICCROM e ICOMOS na referida temática, e de apresentações de estudos de casos por parte dos participantes dos países que aderiram ao Centro Lucio Costa (Argentina, Cabo Verde, Colômbia, Equador, Moçambique, Peru e Uruguai) sobre as questões relacionadas à gestão de riscos no bem Patrimônio Mundial escolhido.

informação sobre o Patrimônio Cultural no Brasil. Compete ao CDP a gestão documental e do conhecimento no Iphan. Em 2022 as seguintes ações resultaram dos trabalhos do Centro:

- Biblioteca Digital – Parceira entre o Iphan e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT);
- Projeto de Implantação do Programa de Gestão de Documentos do Iphan;
- Grupos de Trabalho das Bibliotecas do Iphan;
- Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do Iphan; e
- Sistema Eletrônico de Informações SEI;
  - Nova Portaria de Governança - Ainda em relação ao sistema, foi enviada à Procuradoria Federal junto ao Iphan a minuta de nova portaria de governança do SEI em janeiro de 2023. Com a publicação da normativa, o Iphan acompanha as outras instituições usuárias do sistema no que diz respeito às melhorias não apenas dos elementos tecnológicos do sistema, como na sua boa gestão;
    - Barramento de Serviços do Processo Eletrônico Nacional (PEN) - O CDP finalizou os trâmites junto à Procuradoria Federal junto ao Iphan e ao antigo Ministério da Economia para viabilizar a adesão do Iphan ao Barramento do Processo Eletrônico Nacional, permitindo o envio e recebimento de processos e documentos eletrônicos de outras unidades administrativas do Governo Federal. O procedimento está em fase de testes pela CGTI, com acompanhamento da equipe do CDP.
- Mudança do Arquivo Central para a nova sede do IPHAN - Seção Brasília/DF e Biblioteca Aloísio Magalhães/DF; e
- Serviços (Arquivos e Bibliotecas, atendimento SEI).

As bibliotecas Aloísio Magalhães (CDP-BSB) e Noronha Santos (CDP-RJ) desenvolvem diversos serviços que vão desde o tratamento técnico de seus acervos bibliográficos como atendimento ao público interno e externo, disponibilização de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), registro de ISBN e ficha catalográfica.

### 4.3.5 - Ações do Centro de Documentação do Patrimônio

O Centro de Documentação do Patrimônio (CDP) é responsável pela guarda, disseminação e preservação da

Tabela 4.3.5.1 Quantidade de atendimentos e registros relacionados à Biblioteca Aloísio Magalhães/DF, em 2022.

Biblioteca Aloísio Magalhães	
Frequência de usuários	302
Atendimento presencial	35
Atendimento remoto	143
Acessos a Normas da ABNT	465
Visualização de Normas da ABNT	1574
Tratamento Bibliográfico	247
Registro de ISBN e Ficha Catalográfica	25

Fonte: CDP/DECOF.

O Arquivo Central do Iphan-Seção Rio de Janeiro é a unidade responsável pela guarda dos processos de tombamento e registro, abertura, arquivamento e disponibilização para

o público interno e externo. No ano de 2022, foram realizadas diversas ações nesse sentido, assim como esquematizado na tabela abaixo.



**Tabela 4.3.5.2 Quantidade de Atendimentos e registros relacionados à ACI-RJ, em 2022.**

<b>Atendimento ACI-RJ</b>	
Atendimento ao público externo	472
Certidão de Tombamento	32
Reprodução integral	311
Consulta de imóvel tombado/não tombado	327
Consulta Geral	340
Abertura de processos de tombamento	36
Inscrição de processos de tombamento	13
Indeferimentos de processos de tombamento	69
Reabertura de processos de tombamento	6
Fonte: CDP/DECOF.	

O CDP é a unidade responsável por gerir o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no Iphan. Nesse sentido, são realizadas diariamente atividades de suporte ao sistema através

de atendimentos via e-mail, consultas e disponibilização de páginas digitalizadas dos processos.

**Tabela 4.3.5.3 Quantidade de Serviços relacionados ao SEI, em 2022.**

<b>Serviços SEI</b>	
Atendimento SEI	2729
Consultas atendidas (e-mail)	182
Páginas Digitalizadas	3082
Fonte: CDP/DECOF.	

### 4.3.6 - Ações do Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx

O Sítio Roberto Burle Marx é o mais completo registro da vida e obra do maior paisagista brasileiro do século XX, considerado por Burle Marx como seu “cadinho”.

#### Parcerias

O CCSRBM é parceiro de diversas instituições brasileiras e estrangeiras interessadas na obra de Roberto Burle Marx (RBM) e na gestão de patrimônios culturais. Neste sentido, em 2022, iniciou importantes parcerias por meio de Acordos de Cooperação Técnica e Protocolos de Intenção, destacados adiante.

#### Acordos de Cooperação Técnica (ACT)

**Tabela 4.3.6.1 Acordos de Cooperação Técnica (ACT's).**

Prefeitura de São José dos Campos - Apoio a restauração dos jardins de RBM no Parque Roberto Burle Marx (Antiga residência de Olivo Gomes, em São José dos Campos - SP).
ArtePadilla - Publicação de obra bibliográfica sobre os jardins do CCSRBM.
Fonte: CCSRBM/DECOF.

#### Protocolos de Intenção

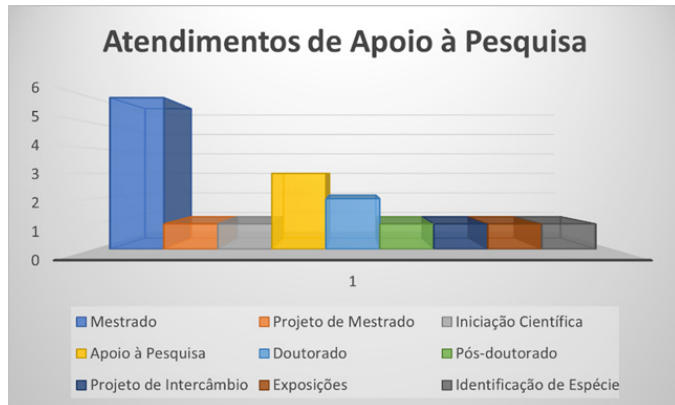
**Tabela 4.3.6.2 Protocolos de Intenção.**

Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco - Parceria focada na produção e no intercâmbio de conhecimento sobre preservação de jardins projetados por Roberto Burle Marx.
Real Jardim Botânico de Madrid - Parceria focada na produção e intercâmbio de conhecimento sobre jardins históricos, coleções botânicas e plantas tropicais.
Mestrado Profissional em Arborização Urbana com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Parceria com essa universidade no Mestrado Profissional em Arborização Urbana.
Fonte: CCSRBM/DECOF.

## Protocolos de Intenção Apoio à Pesquisa

A missão institucional do SRBM inclui sua atuação como centro de referência em pesquisa nas áreas do paisagismo, conservação da natureza e patrimônio cultural. Neste sentido, o SRBM atende pesquisadores de diversas áreas interessados em realizar estudos com base no acervo botânico, museológico

Gráfico 26 – 4.3.6.1 Quantidade de Atendimentos de apoio à pesquisa efetuados pelo CCSRBM, por demanda, em 2022.



Fonte: CCSRBM/DECOF

e biblioteconômico do SRBM. Em 2022, foram realizados 17 (dezesete) atendimentos de apoio à pesquisa.

## Cessão de Espaços e Imagens do CCSRBM

As edificações do CCSRBM, seus jardins e seus acervos são frequentemente requisitados para a realização de ensaios foto-

gráficos, eventos, cursos, cessão de imagens para uso comercial em obras literárias, jornalísticas, audiovisuais entre outros.

Em 2022, o SRBM efetuou 19 (dezenove) ações de difusão do patrimônio cultural em colaboração com a sociedade civil, conforme demonstra o gráfico abaixo. O detalhamento das atividades realizadas pode ser encontrado na Tabela 4.3.6 - Difusão do Patrimônio - Sociedade Civil, na seção Anexos e Apêndices.

Gráfico 27 – 4.3.6.2 Quantidade de Difusões do Patrimônio efetuados pelo CCSRBM, por tipo, em 2022.



Fonte: CCSRBM/DECOF

## Trabalhos de Documentação e Gestão das Coleções

A gestão das coleções do CCSRBM demanda diferentes linhas de trabalho, que implica atividades relacionadas tanto à coleção botânica como à coleção museológica. Na coleção botânica os trabalhos foram concentrados nas seguintes atividades:

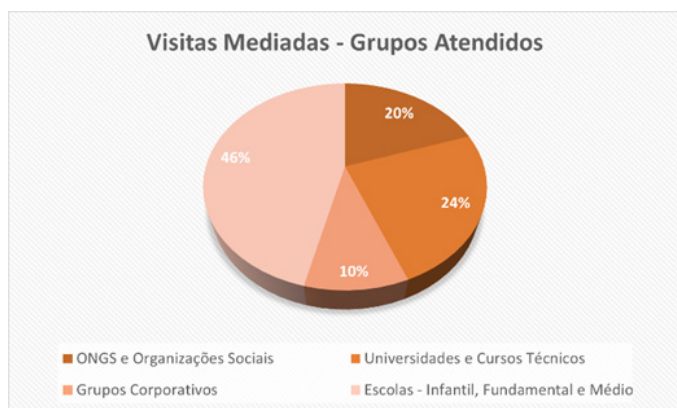
- Inventário botânico georreferenciado;
- Herborização;
- Propagação de espécies da coleção;
- Tratamento fitossanitário;

- Manutenção dos jardins, áreas ajardinadas e sombrais;
- Elaboração da Plano de Conservação Programada dos Jardins do CCSRBM.

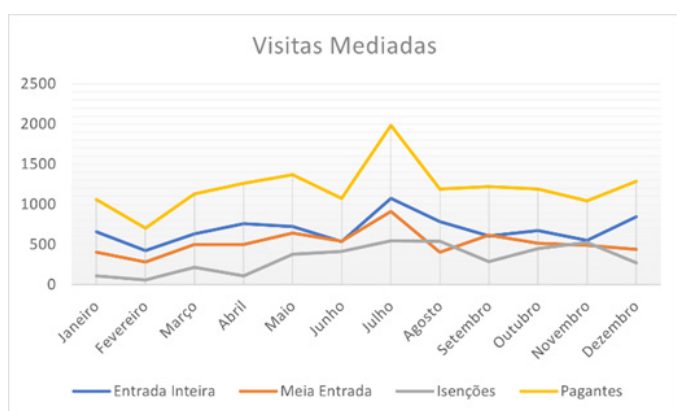
## Atividades Educativas Visitas Mediadas

No ano de 2022, o Sítio entrou para a lista do Prêmio Travellers' Choice, concedido pelo Tripadvisor, para acomodações, atrações e restaurantes que sempre recebem ótimas avaliações e estão entre 10% dos melhores estabelecimentos para se visitar no mundo.



**Gráfico 28 – 4.3.6.3 Percentual de Visitas Mediadas, por grupos, em 2022.**

Fonte: CCSRBM/DECOF

**Gráfico 29 – 4.3.6.4 Quantidade de Visitas Mediadas, por mês, em 2022.**

Fonte: CCSRBM/DECOF

## Eventos e Cursos

**Tabela 4.3.6.3 Eventos e Curso.**

Data	Horário	Evento
07/05	10:30 - 12:00	Música no Sítio
18/05	10:30 - 12:00	Música no Sítio
17-21/05	08:00 - 11:00	Jornadinha de Pintura
04/06	10:30 - 12:00	Show Pedro Mann
11/06	09:30 - 11:30	Oficina de Fotografia
16/07	10:30 - 12:00	Violas do Rio
06/08	10:30 - 12:00	Coral Uma Só Voz
13/08	09:00 - 17:00	Curso Palmeiras / Sítio Raízes
27/08	10:30 - 12:00	Música no Sítio
17/09	10:30 - 12:00	Música no Sítio
21/09	09:00 - 12:00	Meditação - Dia Mundial da Paz
24/09	09:00 - 16:00	Jornada de Pintura
08/10	10:30 - 12:00	Caipirando
22/10	10:30 - 12:00	Música no Sítio
19/11	09:00 - 17:00	Curso Jardins Secretos / Sítio Raízes
26/11	10:30 - 12:00	Música no Sítio

Fonte: CDP/DECOF.

## Doação de Mudanças e Apoio Técnico

- Doação de mudas excedentes do CCSRBM para Prefeitura de São João de Meriti/RJ.
- Apoio Técnico para área verde da Aldeia Arcozelo/RJ.

### 4.3.7 - Demais ações relevantes

O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade é a maior premiação no campo do Patrimônio Cultural, promovido pelo Iphan. A premiação seleciona e reconhece 12 (doze) ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro que mereçam registro, divulgação e reconhecimento público em razão da sua originalidade, vulto ou caráter exemplar. Em 2022 foi promovida a 35ª Edição do Prêmio. A lista com os vencedores dessa edição, e suas respectivas iniciativas, pode ser acessada por intermédio do link: [35ª Edição do Prêmio Rodrigo – Vencedores](#).

## Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM)

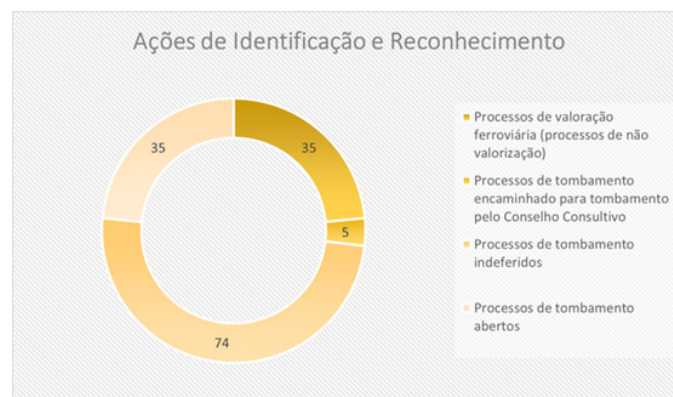
### 4.3.8 - Ações de proteção ao patrimônio material

O Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) é a área responsável por formular, em conjunto com os demais órgãos específicos singulares e com as Superintendências do Iphan, a política setorial de preservação do patrimônio cultural de natureza material. As informações a seguir explanam, por área de atuação, as principais informações relativas às ações realizadas por este Departamento no ano de 2022.

#### 4.3.8.1 - Ações de Identificação e Reconhecimento

As atividades relacionadas às ações de identificação e reconhecimento de bens culturais de natureza material competem à Coordenação-Geral de Identificação e Reconhecimento (CGID). Em 2022 foram concluídos 149 (cento e quarenta e nove) processos de valoração/tombamento desses bens, conforme gráfico apresentado a seguir:

Gráfico 30 – 4.3.8.1 Quantidade de Ações de Identificação e Reconhecimento realizadas pelo Iphan, em 2022.



Fonte: CGID/DEPAM

#### 4.3.8.2 - Ações de Normatização

À Coordenação-Geral de Normatização e Gestão do Território (CGNGT), pertencente à estrutura do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) compete o monitoramento e avaliação das ações de normatização para a preservação do patrimônio cultural tombado pela união.

As informações relativas às ações de Normatização do exercício de 2022 se classificam em:

- 1) Portarias relativas às normas de preservação (7 (sete) publicadas - detalhadas adiante);

- 2) Consultas Públicas relativas às portarias publicadas no DOU;
- 3) Notas Técnicas relativas às propostas de rerratificação decorrentes dos processos de normatização de bens tombados;
- 4) Ações de normatização em andamento pelas Superintendências do Iphan com acompanhamento da CGNGT.

#### 1) Portarias relativas às normas de preservação publicadas no DOU:

**Tabela 4.3.8.2.1 Portaria relativas às normas de preservação publicadas em 2022.**

<a href="#">Portaria Iphan n.º 02/2022</a> , publicada em 14/01/2022, dispõe sobre a delimitação da poligonal, estabelecimento de diretrizes e critérios de intervenção para a área de entorno do conjunto de bens constituído pela Igreja de Santo Antônio da Barra, Forte de Santa Maria, Forte de Santo Antônio da Barra, do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Outeiro da Barra e Prédio localizado na Av. Sete de Setembro, n.º 401, situados no município de Salvador (BA);
<a href="#">Portaria Iphan n.º 27/2022</a> , publicada em 21/07/2022, dispõe sobre a delimitação da poligonal e a definição de critérios de intervenção para a área de entorno do Outeiro, do Convento e da Igreja de Nossa Senhora da Penha, situada nos municípios de Vila Velha e Vitória (ES);
Portaria Iphan n.º 44/2022 retificada em 08/11/2022, publicada 05/10/2022, dispõe sobre a delimitação da poligonal e a definição de critérios de intervenção para a área de entorno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, situada na Rua do Rosário, município de Itabirito/MG;
<a href="#">Portaria Iphan n.º 06/2022</a> , publicada em 21/01/2022, dispõe sobre a definição de diretrizes de preservação e critérios de intervenção para as áreas de tombamento e de entorno do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres/MT;
<a href="#">Portaria Iphan n.º 16/2022</a> , publicada em 25/04/2022, institui o Plano Diretor que define diretrizes gerais de preservação para a área tombada do Parque Histórico Nacional dos Guararapes - PHNG, localizado no município de Jaboação dos Guararapes/PE;
<a href="#">Portaria Iphan n.º 26/2022</a> retificada em 01/08/2022, publicada em 19/07/2022, dispõe sobre a delimitação da poligonal e a definição de diretrizes de preservação e de critérios de intervenção para a área de entorno do conjunto de bens tombados isoladamente e do Sítio Histórico das Praças da Matriz e da Alfândega, situados no bairro Centro Histórico do município de Porto Alegre/RS;
<a href="#">Portaria Iphan n.º 03/2022</a> retificada em 20/01/2022, publicada em 14/01/2022, dispõe sobre a delimitação da poligonal e a definição de diretrizes de preservação e critérios de intervenção para a área de entorno da “Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa”, bem situado no município de Embu das Artes/SP.
Fonte: CGNGT/DEPAM

## 2) Consultas Públicas relativas às portarias publicadas no DOU, relacionadas aos seguintes objetos:

Entorno da Casa Grande e Tulha da Antiga Chácara do Paraíso em Campinas/SP, em 14/07/2022 (Processo n.º 01450.000022/2019-52);

Entorno da Estação Ferroviária de Joinville (SC), em 09/11/2022 (Processo n.º 01510.000174/2018-12).

## 3) Notas Técnicas relativas às propostas de rerratificação decorrentes dos processos de normatização dos seguintes bens tombados concluídas:

Avenida Koeler: conjunto urbano-paisagístico, localizado no município de Petrópolis/RJ (Processos n.º 01450.001145/2020-44 e n.º 01450.002602/2022-80);

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos bairros da Campina e Cidade Velha, localizado no município de Belém/PA (Processo n.º 01450.000646/2020-11 e n.º 01458.002987/2010-71);

Delimitação e georreferenciamento das poligonais de tombamento dos Morros do Pão de Açúcar, Cara de Cão, Urca, Babilônia, Penhasco da Pedra da Gávea e Penhasco dos Dois Irmãos (Processo n.º 01500.000133/2021-41);

## 4) Ações de normatização em andamento pelas Superintendências do Iphan com o acompanhamento da CGNGT:

**Tabela 4.3.8.2.2 Lista de Ações de normatização em andamento pelas Superintendências do Iphan, em 2022.**

1	Normas de preservação para o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Marechal Deodoro/AL
2	Normas de preservação para o Conjunto Urbano da Vila de Serra do Navio/AP
3	Normas de preservação para o Centro Histórico de Manaus/AM
4	Normas de preservação para o Centro Histórico de Salvador e Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade Baixa de Salvador/BA
5	Normas de Preservação para o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral/CE
6	Normas de preservação para o entorno da Igreja Nossa Senhora da Assunção no Município de Anchieta/ES
7	Normas de preservação para o Conjunto Arquitetônico Art. Déco e Urbanístico de Goiânia/GO
8	Normas de preservação para o entorno do Complexo Ferroviário Histórico e Urbanístico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, localizado em Campo Grande/MS
9	Normas de preservação para o Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá/MS
10	Normas de preservação para o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina/MG
11	Normas de preservação para o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro/MG
12	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha/MG
13	Normas de preservação para o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos bairros da Campina e Cidade Velha/PA
Fonte: CGNGT/DEPAM	



14	Normas de preservação para o Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Areia/PB
15	Normas de preservação para o Conjunto Histórico e Paisagístico de Antonina/PR
16	Normas de preservação para o Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do antigo bairro do Recife e o entorno de 16 bens tombados nos bairros de Santo Antônio e São José no Recife/PE
17	Normas de preservação para a Avenida Koeler: conjunto urbano-paisagístico localizado em Petrópolis/RJ
18	Normas de preservação para o Município de Paraty e Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Paraty/RJ
19	Normas de preservação para o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natal/RN
20	Normas de preservação para o Núcleo Urbano de Santa Tereza/RS
21	Normas de preservação para o entorno da Estação Ferroviária em Joinville/SC
22	Normas de preservação para o entorno dos bens Antiga Alfândega, Casa Natal de Victor Meirelles, Forte Santa Bárbara, Forte Santana e Ponte Hercílio Luz, localizados em Florianópolis/SC
23	Normas de preservação para o entorno da Casa Grande e Tulha da Antiga Chácara do Paraíso em Campinas/SP
24	Normas de preservação para o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do bairro da Luz, localizado em São Paulo/SP
25	Normas de preservação para o entorno do SESC Pompeia, localizado em São Paulo/SP
Fonte: CGNGT/DEPAM	

Ainda, de acordo com o Decreto n.º 10.139, de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, as seguintes Portarias publicadas pelo Iphan passaram por processo de revisão ou consolidação:

- Consolidação das Portarias Iphan n.º 314/1992, n.º 166/2016 e n.º 421/2018 relativas ao Conjunto Urbanístico de Brasília/DF;
- Consolidação das Portarias Iphan n.º 352/2012 e n.º 16/2013 relativas ao Conjunto Paisagístico de Cabo Frio/RJ;
- Revisão formal da Portaria Iphan n.º 27/2014 relativa ao Palacete Argentina, situado na Av. Independência, n.º 867/RS;
- Consolidação das Portarias Iphan n.º 70/2013 e n.º 87/2019 relativas ao Conjunto Rural de Testa Alto em Pomerode/SC;
- Consolidação das Portarias Iphan n.º 69/2013 e n.º 318/2019 relativas ao Conjunto Rural Rio da Luz em Jaraguá do Sul/SC;
- Revisão formal da Portaria Iphan n.º 15/2019 relativa ao Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Laranjeiras/SE;

Ademais, o processo subsequente demandou manifestação por conta do [Decreto n.º 10.411, de 30 de junho de 2020](#), que regulamenta a análise de impacto regulatório (AIR), de que tratam o art. 5º da Lei n.º 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei n.º 13.848, de 25 de junho de 2019, e dispõe sobre o seu conteúdo, os quesitos mínimos a serem objeto de exame, as hipóteses em que será obrigatória e as hipóteses em que poderá ser dispensada:

- Nota Técnica n.º 6/2022/CGN/DEPAM (SEI n.º 3855360) no Processo n.º 01450.002317/2021-88 concluindo que a AIR não se aplica às normas de preservação para bens tombados e respectivas áreas de entorno.
- A CGNGT também orienta as atividades relativas à divulgação das minutas de portarias por meio da publicação de Consultas Públicas:

- Nota Técnica n.º 7/2022/CGN/DEPAM (SEI n.º 3873003) no Processo n.º 01450.003907/2022-17, que traz orientações para a realização de Consulta Pública para normas de preservação concluída e divulgada junto ao Gabinete da Presidência do Iphan, à CCS e à Procuradoria Federal Junto ao Iphan.

Portanto, o quadro geral de normatização monitora 135 (cento e trinta e cinco) ações envolvendo todos os estados brasileiros à exceção de Roraima/RR, entre as quais estão incluídas as citadas portarias vigentes e todas as demais ações em andamento ou previstas pelas Superintendências do Iphan. Desse total, 77 (setenta e sete) são relativas a 87 (oitenta e sete) conjuntos urbanos, arquitetônicos ou paisagísticos que envolvem mais 447 (quatrocentos e quarenta e sete) bens com tombamento isolado, seja dentro da área tombada ou no seu entorno. As 58 (cinquenta e oito) ações restantes são relativas ao entorno de 113 (cento e treze) bens isolados. Ou seja, as 135 (cento e trinta e cinco) ações envolvem 647 (seiscentos e quarenta e sete) bens tombados, todos localizados em contextos urbanos. Em que pese esse universo não cobrir a totalidade dos bens tombados, certamente incorpora parcela significativa dos bens que demandam mais esforços das Superintendências nas atividades de autorização e fiscalização.

Atualmente o Iphan tem 56 (cinquenta e seis) portarias vigentes relativas às normas de preservação para bens tombados e áreas de entorno, sendo 20 (vinte) relativas a conjuntos urbanos, arquitetônicos ou paisagísticos, dentro dos quais se localizam 120 (cento e vinte) bens isolados, 23 (vinte e três) são relativos ao entorno de 67 (sessenta e sete) bens isolados. As demais são revisões e uma trata especificamente de eventos temporários. No total temos 56 (cinquenta e seis) portarias regulando 207 (duzentos e sete) bens.

#### 4.3.8.3 - Ações de Fiscalização

As ações de autorização e fiscalização são exercidas por meio da Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização (CGAF). Grande parte dos esforços empreendidos no âmbito desta unidade está voltada para as rotineiras atividades de



autorização e fiscalização do Patrimônio Cultural de natureza material.

No tocante às atividades de planejamento e monitoramento das atividades de fiscalização, seguem as atividades desenvolvidas durante o exercício de 2022:

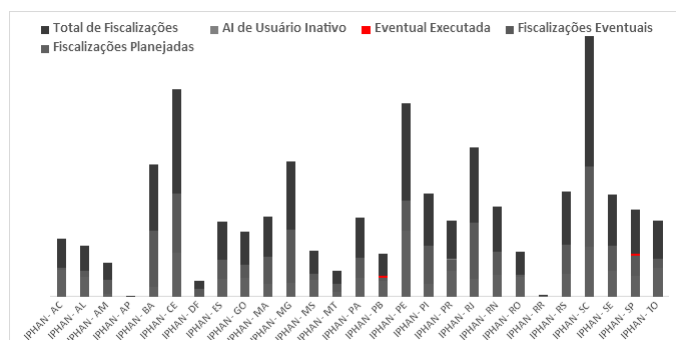
- Análise, aprovação e monitoramento da execução dos planos de fiscalização das Superintendências do Iphan nos Estados em conformidade com a Portaria GAB-Iphan/Iphan n.º 46/2021.

**Tabela 4.3.8.3.1 Lista de Ações de normatização em andamento pelas Superintendências do Iphan, em 2022.**

Unidade	Fiscalizações Planejadas	Fiscalizações Eventuais	Total de Fiscalizações
IPHAN - AC	45	2	47
IPHAN - AL	33	9	42
IPHAN - AM	5	23	28
IPHAN - AP	1	0	1
IPHAN - BA	17	90	107
IPHAN - CE	72	96	168
IPHAN - DF	0	13	13
IPHAN - ES	29	32	61
IPHAN - GO	31	22	53
IPHAN - MA	21	44	65
IPHAN - MG	24	86	110
IPHAN - MS	28	10	38
IPHAN - MT	9	12	21
IPHAN - PA	32	32	64
IPHAN - PB	27	8	35
IPHAN - PE	108	49	157
IPHAN - PI	21	63	84
IPHAN - PR	43	18	61
IPHAN - RJ	29	92	121
IPHAN - RN	37	36	73
IPHAN - RO	33	4	37
IPHAN - RR	2	0	2
IPHAN - RS	38	47	85
IPHAN - SC	81	130	211
IPHAN - SE	43	40	83
IPHAN - SP	35	36	71
IPHAN - TO	48	14	62
Total	892	1008	1900

Fonte: CGAF/DEPAM.

**Gráfico 31 – 4.3.8.3 Fiscalizações por Unidade em 2022.**



Fonte: CGAF/DEPAM





- Realização de reuniões técnicas com o Centro Nacional de Arqueologia (CNA) e Coordenação Nacional de Licenciamento (CNL), capitaneadas pela Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização (CGAF), para definição de proposta de metas de fiscalização para o exercício de 2023, resultando em elaboração de minuta e na subsequente publicação da Portaria Iphan n.º 49/2022. Outras atividades relacionadas à fiscalização merecem igual destaque, quais sejam:
  - Finalização da primeira etapa do levantamento de dados para elaboração de relatório acerca das multas derivadas da aplicação do rito processual disposto na [Portaria Iphan n.º 187 de 11 de junho de 2010](#) (multas aplicadas entre os anos de 2010 e 2018). O total de 307 (trezentos e sete) processos foram analisados com este objetivo.
  - Realização da 7ª Turma do Curso de Fiscalização de Bens Imóveis Protegidos pelo Iphan (Portaria Iphan n.º 187/2010), entre os dias 02/05 a 10/06/2022, à distância, de forma assíncrona, por meio da Plataforma Moodle. Do total de 149 (cento e quarenta e nove) servidores inscritos, 76 (setenta e seis) foram aprovados.
- Durante a realização da 7ª Turma ocorreram reportes de erros e de funcionamento do sistema pelos usuários, principalmente relacionados à aferição e contabilização de notas e resultados. Sendo assim, o curso passou por atualização e revisão formal (sem alteração de conteúdo), bem como reestruturação e reorganização na própria Plataforma Moodle.
- Realização da 8ª Turma do Curso de Fiscalização de Bens Imóveis Protegidos pelo Iphan (Portaria Iphan n.º 187, de 2010), entre os dias 01/11 e 02/12/2022, também à distância, de forma assíncrona e por meio da Plataforma Moodle. Do total de 55 (cinquenta e cinco) servidores inscritos, 27 (vinte e sete) foram aprovados.
  - Atualização, complementação, organização e disponibilização de tutoriais referentes ao uso do Sistema de Fiscalização e Autorização Fiscalis, sendo estes agora disponibilizados aos agentes envolvidos nos procedimentos de fiscalização no próprio sistema, para além da Intranet.
  - Criação de um grupo de distribuição de e-mails abrangendo todos os agentes envolvidos nos procedimentos de fiscalização com perfis ativos no sistema, para comunicações diretas da CGAF com estes agentes, agilizando a distribuição de informações referentes ao tema da fiscalização. O grupo é gerido pela própria CGAF.
  - Atualização constante de dados a respeito dos perfis dos agentes envolvidos nos procedimentos de fiscalização, inclusive no próprio Fiscalis. Há 446 (quatrocentos e quarenta e seis) servidores com perfil ativo no sistema, sendo que destes 349 (trezentos e quarenta e nove) são fiscais nomeados pela Presidência do Iphan para a função, conforme procedimentos instituídos pela Portaria Iphan n.º 195/2019 (informações obtidas diretamente a partir do Fiscalis em 28 de novembro de 2022).
  - Instrução processual para nomeação de novos fiscais para exercício de Poder de Polícia Administrativa, resultando na elaboração de minuta e na subsequente publicação das Portarias de Pessoal Iphan n.º 149, de 2022 e n.º 317, de 2022.
- Realização de reuniões técnicas com fiscais voltados ao monitoramento do comércio de obras de arte e antiguidades das Superintendências do Iphan, por videoconferência, sempre que solicitado, para fins de orientação quanto aos procedimentos instituídos pela Portaria Iphan n.º 80/2017. Além disso, no referido exercício foram realizadas ações de manutenção e desenvolvimento de sistemas que apoiam ao monitoramento e fiscalização das atividades do patrimônio material, tais quais:
  - Finalização do Módulo de Julgamento para o Sistema de Fiscalização e Autorização Fiscalis, contudo ainda não franqueado aos usuários. Resta pendente definição de estratégias de disponibilização da nova ferramenta, divulgação e abordagem junto às unidades descentralizadas, visto tratar-se da parte mais complexa do fluxo da Portaria n.º 187/2010, e sobre os quais pairam a maior parte das dúvidas apresentadas pelos agentes envolvidos nos procedimentos de fiscalização.
  - Manutenção contínua e desenvolvimento de novas funcionalidades no Fiscalis. Ao todo, durante 2022, foram implementadas 11 (onze) evolutivas no ambiente de produção, a exemplo do módulo de acompanhamento de notificações para apresentação de documentos (NAD), planejamento de metas de fiscalização, possibilidade de cadastro de fiscalização em componentes de conjuntos não cadastrados no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), criação de perfil específico para auxiliares institucionais etc. Foram ainda validadas mais 18 (dezoito) propostas para desenvolvimento.
  - Desenvolvimento e implementação de melhorias no Cadastro Nacional de Negociantes de Obras de Arte e Antiguidades (CNART). Ao todo, durante o ano, foram implementadas 17 (dezessete) evolutivas no ambiente de produção, a exemplo da obrigatoriedade de atualização de dados para comunicação de não-ocorrência, obrigatoriedade de preenchimento de campos antes opcionais, confirmação imediata de envio de comunicação de não-ocorrência, recebimento de comprovante de comunicação de não-ocorrência por e-mail, possibilidade de descadastramento no sistema pelo próprio usuário etc. Foram ainda validadas mais 4 propostas para desenvolvimento.
  - Início das tratativas e elaboração de requisitos para a reestruturação do Banco de Bens Culturais Procurados (BCP), de forma a agilizar o processo de consulta e permitir a implementação de melhorias diversas e possibilidades de interoperabilidade com outros sistemas e bases de dados.
  - Acompanhamento constante do funcionamento do serviço de consulta sobre a existência de restrição legal para saída de obras de arte do país através da atualização de perfis de usuários do sistema, da abertura de chamados para correção de erros e obtenção de informações demandadas em procedimentos judiciais e da proposição de evolutivas a serem desenvolvidas pela fábrica de software junto à Secretaria de Governo Digital (SGD) da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEDGG) do então Ministério da Economia.
  - Tratativas iniciais para possibilitar o início do desenvolvimento do “Módulo de Autorização” no Fiscalis, com apoio da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação



(CGTI). Objetiva-se a firmação de compromisso, por meio de Termo de Abertura de Projeto, visando obtenção de recursos materiais e humanos para elaboração de requisitos e desenvolvimento de evoluções para automatização dos procedimentos instituídos pela Portaria Iphan n.º 420, de 2010.

No exercício de 2022, houve ações acerca da exportação temporária de bens acautelados/tombados, tais como:

- Instrução e monitoramento de processos de exportação temporária de bens acautelados, contando com a colaboração da Coordenação-Geral de Conservação (CGCO) para análise dos laudos de estado de conservação dos bens em questão. A atividade também foi impactada pela persistência da situação pandêmica nos primeiros meses do ano. A maior parte das solicitações foi do Museu de Arte de São Paulo (MASP), mas também houve pedidos advindos do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC/USP), do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea (MBRAC), do Instituto Moreira Salles (IMS), do Museu de Imagens do Inconsciente - Instituto Municipal Nise da Silveira e do Museu Lasar Segall (MLS).
- Participação na 101ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em 24/10/2022, ocasião na qual, além da posse dos novos conselheiros, houve, a cargo da CGAF, uma breve apresentação acerca da instrução processual nos termos da [Portaria IBPC n.º 262 de 14 de agosto de 1992](#), e da relevância da exportação temporária de bens acautelados por este Instituto para não apenas o fortalecimento das instituições, como também para a promoção e fomento às ações proteção e conservação das coleções e bens protegidos.

Do mesmo modo, foram praticadas ações relacionadas ao macroprocesso de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP), como:

- Participação no curso de preparação para a 4ª Rodada de Avaliação Mútua do Grupo de Ação Financeira (GAFI), promovido pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), em conjunto com o Grupo de Ação Financeira da América Latina (GAFILAT) e com apoio do Reino da Espanha, de 28 a 30 de junho de 2022.
- ▶ O objetivo foi preparar os órgãos e as entidades legalmente incumbidos de supervisionar, em setores sob sua fiscalização ou regulação, a observância de deveres de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP) para a 4ª Rodada de Avaliação Mútua (processo de análise dos elementos técnicos e de efetividade dos sistemas legais e institucionais de um país contra a LD/FTP, cabendo ressaltar que uma avaliação exitosa pelo GAFI poderá gerar inúmeras vantagens, de ordem econômico-financeira e política, para o país).
- Participação na 6ª Reunião com Reguladores, promovida pelo COAF em 06 de julho de 2022, por meio de

videoconferência. O tema da reunião também foi a preparação para os trabalhos da 4ª Rodada de Avaliação Mútua.

- Ainda em vista dos trabalhos preparatórios para a 4ª Rodada de Avaliação Mútua, iniciados em setembro, a CGAF, para além da participação nos eventos supramencionados, prestou também diversos esclarecimentos ao COAF, órgão responsável pela organização, consolidação e apresentação das informações necessárias à avaliação a cargo do GAFI.
- Participação na XX Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), entre 07 e 10 de novembro 2022.

A CGAF desenvolve também ações relacionadas ao macroprocesso de prevenção e combate ao tráfico ilícito com bens culturais:

- Apoio técnico nas articulações nacionais e internacionais à Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (COGECINT) e DECOF referentes ao tráfico ilícito de bens culturais, em atenção à Convenção da Unesco de 1970 e outros tratados internacionais. Nesse contexto, vale ressaltar a:
- ▶ 10ª Sessão do Comitê Subsidiário da Convenção Unesco de 1970 relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais, nos dias 16 e 17 de maio 2022;
- ▶ 23ª Sessão do Comitê para a Promoção do Retorno de Bens Culturais a seus Países de Origem ou sua Restituição em Caso de Apropriação Ilícita (ICPRCP), de 18 a 20 de maio 2022;
- ▶ Nova rodada de consultas sobre a revisão do Código de Ética para Negociantes de Bens Culturais, no âmbito da Convenção Unesco de 1970, destinada aos comerciantes de propriedade cultural em atividade nos países da América Latina, África e Ásia, no dia 07 de novembro 2022.

- Participação nas reuniões capitaneadas pela Casa Civil ao longo do ano de 2022 a respeito do planejamento de ações relacionadas à celebração do Bicentenário da Independência do Brasil e à Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais.

Outrossim, outras parcerias e cooperações foram realizadas pela CGAF, como:

- Continuidade das atividades relacionadas ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Iphan e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para os quais foram realizadas diversas reuniões técnicas ao longo do ano.
- Continuidade das discussões técnicas com o IBRAM para a revisão da Portaria IBPC n.º 262/1992.
- Participação nas reuniões do Grupo Técnico criado pela ABNT em conjunto com o Iphan para a elaboração da Prática Remendada intitulada “Segurança Contra Incêndio em Edificações e Acervos Salvaguardados”, cujo resultado já fora disponibilizado para contribuições do público no segundo semestre de 2022. No presente momento, o documento passa por revisão final.



- Elaboração da Red List (Lista Vermelha) Brasil, processo conduzido pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), no qual participaram o Coordenador-Geral de Autorização e Fiscalização e o Diretor do CNA na condição de especialistas indicados pelo Iphan.

► A cargo da CGAF, foram indicadas categorias e bens culturais protegidos em nível nacional relacionados à arte sacra e que, de alguma forma, estão susceptíveis ao tráfico ilícito. Além da participação nas reuniões virtuais e presenciais, a CGAF entrou em contato com diversas Superintendências, das quais efetivamente apresentaram contribuições, como: Alagoas/AL, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Minas Gerais/MG. Os bens indicados foram validados pela equipe de especialistas e a [Red List](#) foi lançada no dia 14 de fevereiro de 2023, em cerimônia realizada no Museu no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo (SP).

Assim sendo, seguem outras atividades relevantes desenvolvidas no âmbito do monitoramento e fiscalização:

- Análise de processos de licenciamento ambiental relativos a riscos de impactos em bem materiais protegidos por meio do tombamento e da valoração, para emissão de Termo de Referência, a cargo da Coordenação Nacional de Licenciamento (CNL) nos termos da IN Iphan n.º 01, de 25 de março 2015.

- Análise de processos de fiscalização e autorização com recursos interpostos em última instância junto à Câmara de Análise de Recursos (CAR), visto que o Coordenador-Geral de Autorização e Fiscalização é membro titular da Câmara, tendo como suplente outro servidor desta mesma Coordenação-Geral.
- Atendimento de demandas externas oriundas dos diversos canais de atendimento do Iphan (Protocolo Digital, Ouvidoria, [cnart@iphan.gov.br](mailto:cnart@iphan.gov.br), [exportacao.duvidas@iphan.gov.br](mailto:exportacao.duvidas@iphan.gov.br), telefone e outros), inclusive denúncias.
- Acompanhamento e esclarecimento de dúvidas (com emissão de notas técnicas, a depender do caso) provenientes do corpo técnico das Superintendências do Iphan por e-mail ([cnart@iphan.gov.br](mailto:cnart@iphan.gov.br), [exportacao.duvidas@iphan.gov.br](mailto:exportacao.duvidas@iphan.gov.br), [fiscalizacao@iphan.gov.br](mailto:fiscalizacao@iphan.gov.br), [ead.fiscalizacao@iphan.gov.br](mailto:ead.fiscalizacao@iphan.gov.br), etc.), telefone, videoconferência e SEI, referentes aos macroprocessos de fiscalização, autorização e circulação de bens culturais.
- Análises técnicas para subsidiar resposta de demandas judiciais.

#### 4.3.8.4 - Ações de Conservação

A Coordenação-Geral de Conservação (CGCO) atua no sentido de propor, coordenar, desenvolver e avaliar programas, projetos e ações de preservação do patrimônio cultural, no âmbito dos bens imóveis e dos bens culturais móveis e integrados à arquitetura, além de outras atividades semelhantes. A tabela a seguir abrange as ações executadas pela CGCO em 2022:

Tabela 4.3.8.4.1 Ações executadas pela CGCO.

UF	LOCALIDADE	AÇÃO
DF	Brasília	ACT – Iphan/CNBB - Continuidade das atividades do GT - reuniões, levantamentos de dados e apresentação dos resultados
DF	Brasília (reuniões virtuais)	<p><b>TEMAS DIVERSOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Bahia - para tratar das oficinas participativas relativas aos Planos de Conservação dos Terreiros (TED nº 03/2017 - UFBA/Iphan); remanejamento de recursos; produtos/planos de conservação.</li> <li>* CAPCF - discussão sobre modelos de termos de cessão dos bens ferroviários.</li> <li>* CGID e DPI - discussão sobre o dossiê de registro e tombamento da Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, Teresina/PI, e seu acervo cultural móvel e integrados à arquitetura.</li> <li>* DECOF - Apoio à construção do Plano de Classificação Finalístico do Iphan - Classe 200, junto à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD). Apoio à elaboração da tabela de temporalidade e destinação de documentos, junto à CPAD.</li> </ul> <p><b>PROGRAMA REVIVE-BRASIL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Início dos trabalhos com o Grupo Executivo, contemplando realização de reuniões semanais com o grupo executivo para monitoramento das etapas e dos produtos elaborados pelo Consórcio de empresas e profissionais contratados pelo BNDES para a execução dos estudos de viabilidade e destinação dos ativos.</li> <li>* Realização das visitas técnicas, para reconhecimento dos bens escolhidos para o projeto piloto</li> </ul> <p><b>ABNT</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Participação no grupo técnico de elaboração da Prática Recomendada em Segurança contra Incêndio em Edificações e Acervos Salvaguardados.</li> </ul>

Fonte: CGCO/DEPAM.



Tabela 4.3.8.4.1 Ações executadas pela CGCO.

UF	LOCALIDADE	AÇÃO
DF	Brasília	<b>PROCESSOS DE AUTORIZAÇÃO DE SAÍDA DE OBRAS DE ARTE</b> * Pareceres técnicos sobre pedidos de saída temporária do país para obras protegidas e laudos de retorno.
DF	Brasília (reuniões virtuais)	<b>PLANOS DE CONSERVAÇÃO</b> * Organização de planilhas de planejamento das atividades relacionadas aos planos de conservação e consultorias para o ano de 2022. * Análise dos Produtos relativos à elaboração dos subsídios para os planos de conservação do Forte de Santo Antônio da Barra/BA. * Revisão dos produtos do Forte Coimbra/MT. * Reunião com equipe da Superintendência de São Paulo para discutir o Plano de Conservação dos Fortes de Santo Amaro da Barra Grande e São João de Bertoga.
DF	Brasília	<b>TED nº 03/2017 UFBA e Iphan</b> * Realização das Oficinas de Validação dos Planos de Conservação de Terreiros
DF	Brasília	<b>NOVA SEDE</b> * Finalização da proposta de leiaute * Acompanhamento da montagem dos espaços * Elaboração de documentação e orçamento da entrega da antiga sede
DF	Brasília	<b>REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO</b> * Reuniões com equipe * Sugestão de ajustes à estrutura organizacional
BA	Andaraí (em parceria com Iphan/BA)	<b>TED 01/2019 Iphan/UFBA</b> * Finalização das atividades e ações de conservação para o Conjunto Urbano, Arquitetônico e Paisagístico de Igatu, Andaraí/BA. Por meio do TED 01 nº 01/2019 - Iphan/UFBA, foram aplicados recursos em ações de assistência técnica nos imóveis tombados da cidade.
DF	Brasília (monitorado pela CGCO, executado pelas superintendências pertinentes)	<b>OBRAS EMERGENCIAIS, JUDICIAIS E HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA</b> * Resposta via SEI a demandas de proprietários de imóveis com necessidade de obras em caráter emergencial e que alegam hipossuficiência financeira.
DF	Brasília	<b>BENS CULTURAIS MÓVEIS E INTEGRADOS À ARQUITETURA</b> * Continuidade das discussões com os técnicos da área de bens móveis do Iphan, com vistas a esclarecer e debater macroprocessos relacionados à preservação de bens móveis e integrados. * Início das discussões para realização de encontro técnico para servidores da área de bens móveis * Orientações quanto à embalagem e transporte dos bens culturais móveis da atual sede do Iphan em Brasília/DF para o novo prédio.
DF	Brasília	<b>APOIO À DIRETORIA DO DEPAM E AO DPA QUANTO AO MONITORAMENTO DAS AÇÕES 20ZH</b> * Monitoramento de ações visando realocar recursos para execução e finalização de ações.
DF	Brasília SEDE	<b>LICENCIAMENTO</b> * Análise de processos de licenciamento ambiental relativos a riscos de impactos em bem materiais protegidos.
DF	Brasília SEDE	<b>CÂMARA DE ANÁLISE DE RECURSOS</b> * Análise de processos de licenciamento ambiental relativos a riscos de impactos em bem materiais protegidos.

Fonte: CGCO/DEPAM.

Além disso, compõe o escopo das competências da CGCO o apoio técnico às Superintendências do Iphan na formulação e execução de planos, projetos, monitoramento de obras e

intervenções e ações de preservação do patrimônio cultural, no âmbito dos bens imóveis e dos bens culturais móveis e integrados à arquitetura, como demonstra a próxima tabela:



Tabela 4.3.8.4.2 Ações de apoio técnico às Superintendências executadas pela CGCO.

UF	LOCALIDADE	AÇÃO
RO	Costa Marques	Apoio técnico à Superintendência do Iphan-RO: * Orientações acerca dos escoramentos, entre outros serviços emergenciais, relacionados ao Real Forte Príncipe da Beira a serem executados pelo Exército no âmbito da Ação Civil Pública (ACP) de 2013 impetrada pelo Ministério Público Federal em desfavor do IPHAN e do Exército Brasileiro. * Manifestação sobre planejamento de ações Real Forte Príncipe da Beira geradas pela ACP após julgamento final. * Elaboração do Termo de Referência para contratação da Pesquisa Arqueológicas e conservação no Forte Príncipe da Beira.
AC	Xapuri	Apoio técnico à Superintendência do Iphan-AC para a elaboração de Termo de Referência para obras de manutenção da Casa de Chico Mendes.
SP	Santo André	Apoio técnico à Superintendência do Iphan-SP quanto ao acolhimento dos laudos apresentados pela empresa MRS e do estudo conceitual proposto como "restauro" da passarela da Vila Ferroviária de Paranaíacaba.
MG		Apoio técnico à Superintendência do Iphan-MG: * Análise de propostas de intervenção no Museu de Arte da Pampulha. * Apoio técnico e orientação para procedimentos de intervenção em sítios, no âmbito da arqueologia.
AL/SE		Apoio Técnico para resgate e atendimento às demandas judiciais relativas ao naufrágio da Canoa de Tolda Luzitânia.
RJ	Rio de Janeiro	Apoio Técnico à Superintendência do Iphan-RJ: * Avaliação dos projetos de intervenção no Museu Nacional. * Elaboração do TED n.º 03/2022, celebrado entre o IPHAN e o Museu Aeroespacial – MUSAL no valor de R\$ 249.847,06 (duzentos e quarenta e nove mil oitocentos e quarenta e sete reais e seis centavos) para recuperação e conservação da aeronave Catalina.
GO	Cidade de Goiás	Apoio Técnico à Superintendência do Iphan-GO, no acompanhamento e na viabilização do "Canteiro Modelo de Conservação" (CMC), com ações coordenadas de desenvolvimento de projetos, monitoramento de intervenções, repasse de conhecimento de técnicas tradicionais e de gestão compartilhada do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás, tombado pela União.

Fonte: CGCO/DEPAM.

### 4.3.9 - Ações na área de Arqueologia

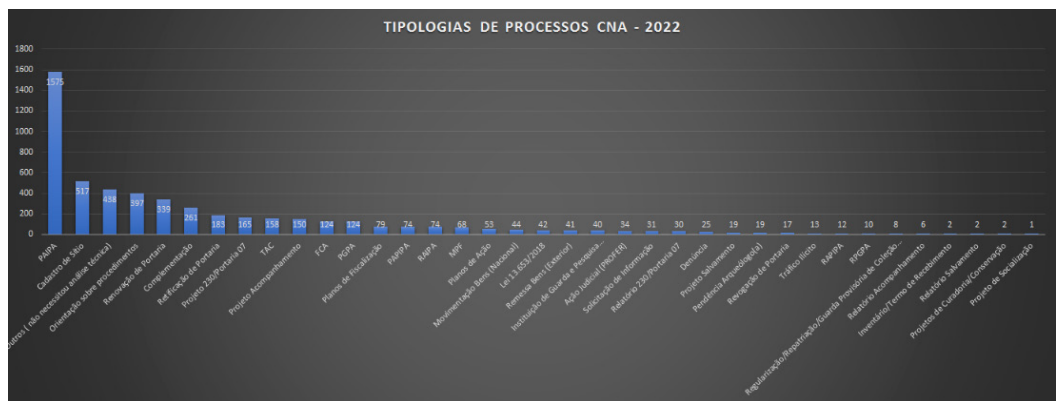
O Centro Nacional de Arqueologia (CNA) é unidade competente para elaborar políticas e estratégias para preservação do Patrimônio Arqueológico Brasileiro em respeito à Lei n.º 3.924, de 1961, e à Constituição Federal de 1988, mediante a modernização dos instrumentos normativos, a autorização das pesquisas arqueológicas em todo o território nacional, o

cadastro dos sítios arqueológicos e bens arqueológicos móveis, o gerenciamento de base de dados e a implementação de políticas e atividades direcionadas para conservação e socialização do patrimônio arqueológico.

Durante o ano de 2022, este Centro recebeu 5.177 (cinco mil cento e setenta e sete) processos com diversas demandas relacionadas ao componente arqueológico e assuntos administrativos/gerais, conforme demonstrado no gráfico apresentado adiante:

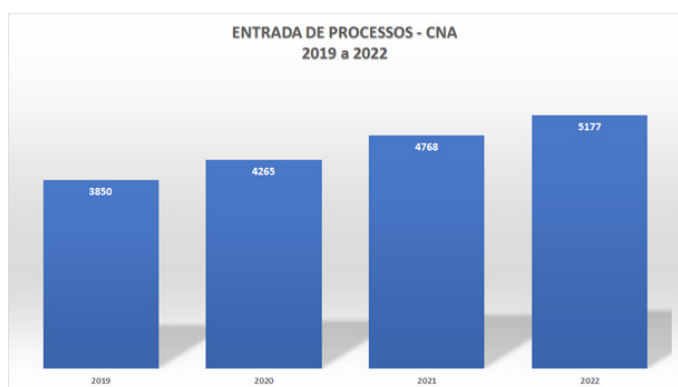


**Gráfico 32 – 4.3.9.1 Tipologias de processos recebidos pelo CNA, em 2022.**



Fonte: CNA/DEPAM

**Gráfico 33 – 4.3.9.2 Histórico das entradas de processos no CNA (2019-2022).**

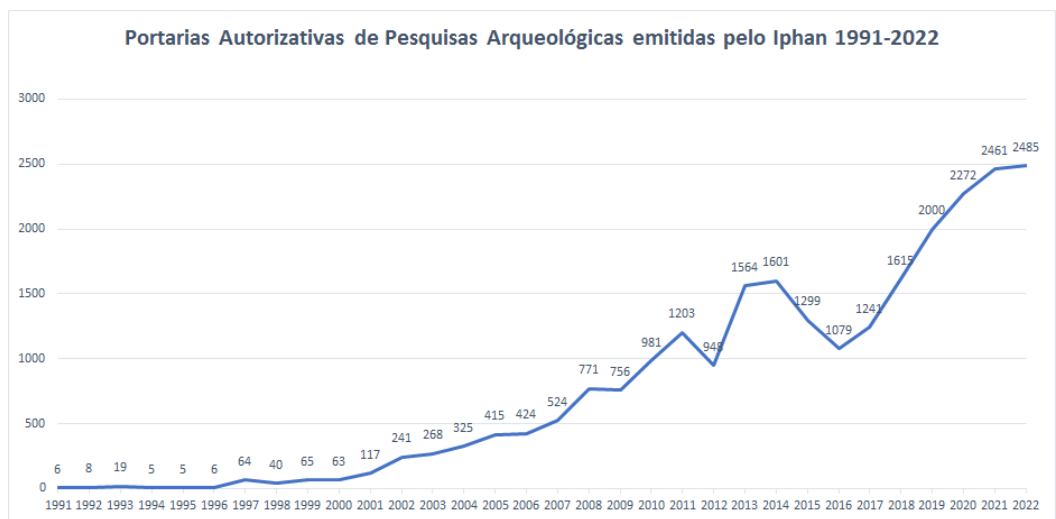


Fonte: CNA/DEPAM

Também durante o ano de 2022, o CNA emitiu 2.485 (duas mil quatrocentos e oitenta e cinco) Portarias Autorizativas de Pesquisas Arqueológicas, conforme gráfico, a seguir, que

demonstra evolução do quantitativo de emissão dessas portarias ao longo dos anos:

**Gráfico 34 – 4.3.9.3 Histórico de Quantitativos Portarias Autorizativas (1991-2022).**



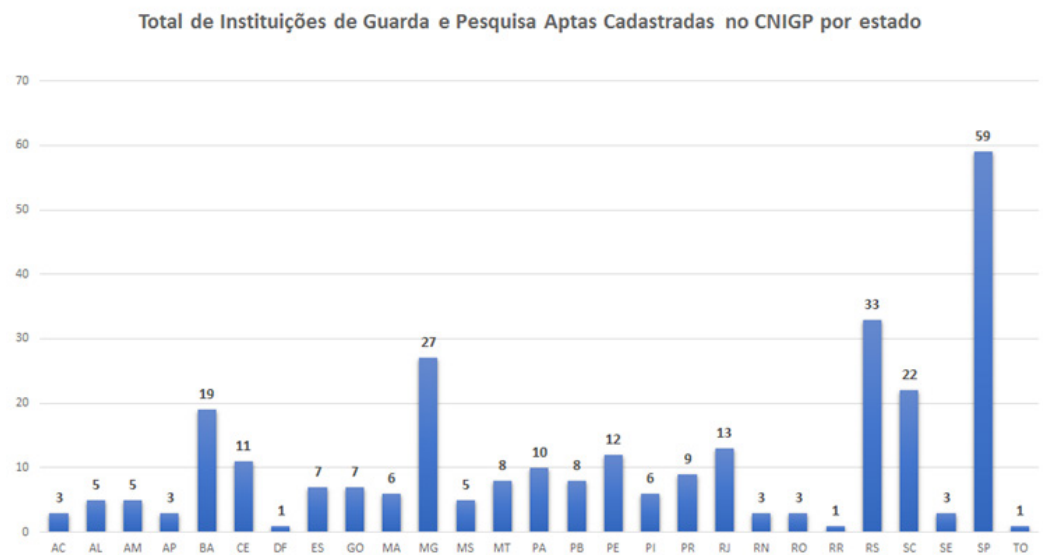
Fonte: CNA/DEPAM

**Gráfico 35 – 4.3.9.4 Quantidade de sítios arqueológicos cadastrados no SICG (2020-2022).**

Fonte: CNA/DEPAM

O Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa é a ferramenta utilizada para gerenciamento de espaços que guardam bens arqueológicos. Atualmente o Centro possui um

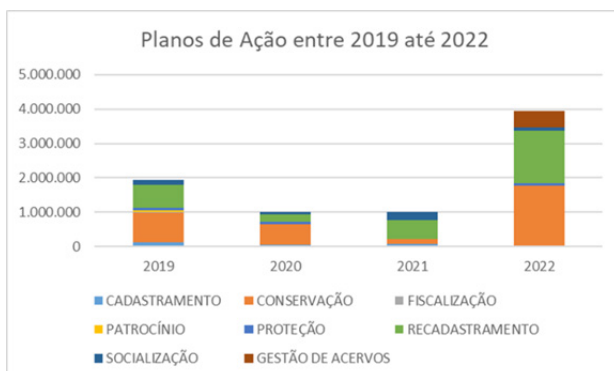
total de 290 (duzentos e noventa) Instituições de Guarda e Pesquisa Aptas cadastradas no Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (CNIGP):

**Gráfico 36 – 4.3.9.5 Quantidade de instituições cadastradas no CNIGP, em 2022.**

Fonte: CNA/DEPAM

Quanto ao orçamento relativo ao componente arqueológico, este Instituto executou o valor total de R\$ 3.480.406,66 (três

milhões quatrocentos e oitenta mil quatrocentos e seis reais e sessenta e seis centavos) em 2022:

**Gráfico 37 – 4.3.9.6 Histórico dos Planos de Ação (2019-2022), quanto ao componente arqueológico, em R\$..**

Fonte: CNA/DEPAM

Por fim, em relação ao Indicador Estratégico 17 do Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2021-2024) no âmbito do Iphan, restam pendentes o recadastramento de 6.932 sítios arqueológicos para o atendimento do recadastramento de 100% dos sítios até o exercício de 2024.

## Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI)

### 4.3.10 - Ações de promoção e sustentabilidade ao patrimônio imaterial

Neste relatório, apresentam-se as ações de 2022 consideradas relevantes pela Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade (CGPS)/DPI, todas elas relacionadas ao macroprocesso finalístico “Apoio e Fomento a Bens Registrados de Natureza Imaterial” (tal como nomeado na Portaria Iphan n.º 200, de 2016).

As ações apresentadas a seguir estão organizadas da seguinte forma: Planos de Salvaguarda; Manual de Elaboração de Planos de salvaguarda; Acordos de Cooperação Técnica; Plano de Difusão; Planos de Ação aprovados para Ações de Promoção e Sustentabilidade; Monitoramento de ações de salvaguarda desenvolvidas pelas superintendências para Bens Registrados; e Outras Ações de Promoção e Sustentabilidade.

#### 4.3.10.1 - Planos de Salvaguarda

O plano de salvaguarda é um instrumento de gestão compartilhada. Ele consubstancia um acordo social construído entre diferentes agentes (detentores, técnicos do Iphan, parceiros etc.), que têm como objetivo comum a viabilização de ações de salvaguarda com vistas à sustentabilidade do bem cultural registrado, principal objetivo da política federal de salvaguarda. Entende-se que, uma vez registrado o bem, deve-se proceder à elaboração do seu plano, tendo como base as recomendações de ações de salvaguarda elaboradas na fase do registro.

No decurso de 2022, a CGPS/DPI estabeleceu um fluxo de trabalho envolvendo a Divisão de Editoração e Publicações (DIVEP) do DECOF e as superintendências do Iphan, com o objetivo de tornar menos oneroso o custo de diagramação do material, desenvolver um padrão gráfico para os planos de salvaguarda produzidos e agilizar a elaboração e a publicação dos planos de salvaguarda.

Outro fluxo de trabalho pactuado com as superintendências foi o de centralizar na CGPS/DPI a elaboração de planos de salvaguarda dos bens registrados com abrangência regional e nacional, visando uma maior organização e celeridade na conclusão do plano, de modo que as ações pudessem ter início mais rapidamente. Contudo, esse novo fluxo manteve o processo de participação de detentores, parceiros da salvaguarda e das superintendências.

No decorrer de 2022, em especial, foram elaborados os planos de salvaguarda da Ciranda do Nordeste e das Matrizes Tradicionais do Forró, cujas publicações estão previstas para o primeiro semestre de 2023.

Até o final de 2022, considerou-se um somatório de 11 planos de salvaguarda elaborados; 4 elaborados em fase de diagramação; e 12 elaborados e publicados. A expectativa é que

nos próximos anos todos os bens registrados tenham planos de salvaguarda para orientar suas ações no curto, médio e longo prazos.

#### 4.3.10.2 - Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda

Como parte dos esforços para que todos os bens registrados tivessem um plano de salvaguarda elaborado, em 2022, foi publicado o Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda, que teve como objetivo apresentar orientações para elaboração de planos de salvaguarda de bens registrados para servidores do Iphan, detentores, gestores públicos de políticas culturais e parceiros, com vistas a promover a gestão compartilhada do patrimônio imaterial. Além da versão em português, foi publicada uma versão em espanhol, tornando o manual uma publicação bilíngue, ação que atende ao princípio da cooperação regional e amplia o alcance do material à comunidade hispano falante, especialmente os países que, juntamente com o Brasil, integram o Centro Regional para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial de América Latina (Crespil), a saber: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Ainda em 2022 começaram a ser elaboradas as versões do manual em inglês e francês, buscando ampliar o alcance para os demais países signatários da Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, programadas para serem publicadas em 2023. Os endereços de acesso à publicação, nas versões em português e espanhol, estão disponíveis no sítio oficial do Iphan, conforme links a seguir:

- [Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda \(Português\);](#)
- [Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda \(Espanhol\).](#)

#### 4.3.10.3 - Acordos de Cooperação Técnica

Em 2022 foram firmados três Acordos de Cooperação (ACT), visando ampliar as parcerias da CGPS/DPI para potencializar a execução de ações de promoção e sustentabilidade. Embora sejam geridos por essa coordenação, os três ACT integram outras áreas do DPI, bem como buscam alcançar as superintendências do Iphan nos estados e no Distrito Federal/DF.

#### Acordo de Cooperação Técnica entre o Iphan e o Museu da Pessoa

Em agosto de 2022 foi assinado o ACT com o Museu da Pessoa (MuPe), que tem por objeto o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação de recursos humanos e ao aprimoramento das ferramentas aplicadas em pesquisas e planos de trabalho desenvolvidos por ambas as instituições. O prazo previsto de vigência para o acordo é de 2022 a 2025, totalizando 36 meses de execução. Os objetivos do ACT são fortalecer a salvaguarda de bens culturais imateriais; desenvolver pesquisas de identificação, ampliação





e/ou aprofundamento do conhecimento sobre bens culturais imateriais registrados, transferências de tecnologia, intercâmbios, construção de conhecimento e aprimoramento dos instrumentos e metodologias de trabalho de ambas as instituições, entre outros.

No ano de 2022 foram realizadas diversas reuniões entre as duas instituições partícipes com o objetivo de construir o levantamento de oportunidades e soluções previsto no Plano de Ação. No âmbito dessa ação, foram realizadas as atividades de formação do DPI para o MuPe sobre a política de salvaguarda do patrimônio imaterial e do Museu da Pessoa para o DPI sobre a tecnologia social da memória. No dia 06 de dezembro de 2022, foi realizada uma oficina entre as equipes do Iphan e do MuPe com o intuito de elaborar o cronograma de algumas das atividades previstas no Plano de Ação do ACT, sobretudo as capacitações a serem realizadas em 2023.

### Acordo de Cooperação Técnica entre o Iphan e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

Em outubro de 2022 foi assinado o ACT com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), cujo objetivo geral é a realização de ações de capacitação, promoção e apoio à comercialização para detentores de bens de natureza imaterial registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. O público-alvo são micro e pequenas empresas, potenciais empreendedores (pessoas que pretendem ou podem ser estimulados a empreender), potenciais empresários (empreendedores sem CNPJ), artesãos, produtores rurais, com faturamento no valor de até R\$ 4,8 milhões, que sejam detentores de bens culturais de natureza imaterial registrados pelo Iphan como Patrimônio Cultural do Brasil. O prazo previsto de vigência para a parceria é de 2022 a 2027, totalizando cinco anos de execução.

O foco estratégico está voltado para três grandes eixos:

- Capacitação dos detentores de bens culturais registrados e formalização de seus pequenos negócios, com foco em adequar para o mercado os produtos e serviços associados ao patrimônio cultural;
- Promoção dos bens imateriais para fortalecer a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro;
- Apoio à Comercialização de produtos e serviços ofertados pelo público-alvo do Acordo.

Em 2022 foram realizadas algumas atividades constantes do Plano de Trabalho, a saber:

- Realização de workshop para integrar as equipes técnicas do SEBRAE e do Iphan visando à sua apropriação do escopo da parceria e, conseqüentemente, propiciando o surgimento de parcerias no âmbito estadual;
- Elaboração de folders sobre os bens culturais registrados, conforme será descrito, mais adiante, no item “Plano de Difusão”; e
- Diagnóstico para identificar as necessidades de capacitação do público-alvo do acordo.

#### Acordo de Cooperação Técnica entre o Iphan e o Centro Técnico Audiovisual (CTAV)

Em novembro de 2022 foi assinado o ACT com o Centro Técnico Audiovisual (CTAV), que tem por objeto a produção de obras audiovisuais do gênero documentário, com foco no patrimônio cultural imaterial brasileiro. O prazo previsto de vigência para a parceria é de 2022 a 2027, totalizando cinco anos de execução. O objetivo geral é produzir, em conjunto, obras audiovisuais, do gênero documentário, com foco no patrimônio cultural imaterial brasileiro, contribuindo para a salvaguarda desse patrimônio. Nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 2022, foram realizadas visitas técnicas ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), ao Iphan-RJ e ao CTAV, para alinhamento do escopo do ACT, bem como planejamento da execução das primeiras ações e planejamento dos cronogramas de produção das primeiras obras sobre a Literatura de Cordel, Matrizes do Samba no Rio de Janeiro/RJ e Carimbó.

#### 4.3.10.4 - Plano de Difusão

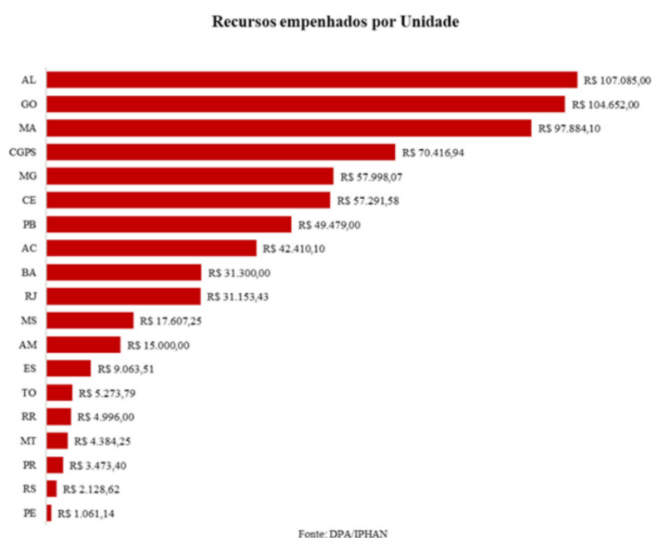
Como parte das ações para a difusão dos bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil e como resultado de atividades diversas realizadas no âmbito de atuação da CGPS/DPI, ao longo de 2022, desenvolveu-se um Plano de Difusão, para elaborar materiais gráficos - em formato digital e impresso - para a difusão dos 52 bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. O principal produto desse plano em 2022 foi a produção de folders de cada bem registrado, cujo textos são produzidos pela CGPS/DPI e pelas superintendências, assim como a seleção de fotos, enquanto o serviço gráfico é executado pela Coordenação de Comunicação Social (CCS)/GAB-PRESI.

Até o momento foram produzidos 9 folders, referentes aos seguintes bens registrados: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; Círio de Nossa Senhora de Nazaré; Maracatu Baque Solto; Cavalo Marinho; Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas;

Banho de São João de Corumbá e Ladário/MS; Fandango Caiçara; Ofício dos Mestres de Capoeira e Roda de Capoeira; Matrizes do Samba no Rio de Janeiro.

### 4.3.10.5 - Planos de Ação Aprovados

Gráfico 38 – 4.3.10.5.1 Recursos empenhados, por unidade, durante o ano de 2022, em R\$.



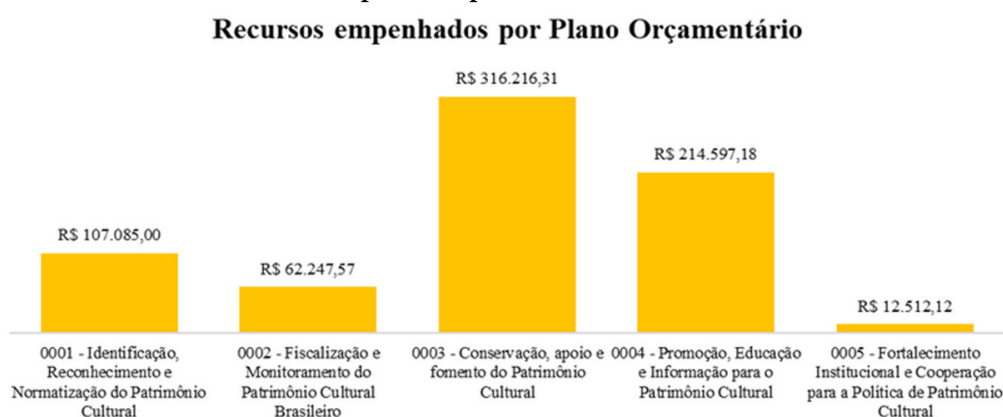
Fonte: DPA/IPHAN.

A gestão central do orçamento destinado ao patrimônio cultural imaterial compete ao DPI e às suas Coordenações. No que se refere à CGPS/DPI, foram empenhados recursos no valor de R\$ 712.658,18 (setecentos e doze mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e dezoito centavos). Esse montante foi destinado às ações da própria Coordenação-Geral, juntamente com 18 (dezoito) Superintendências, totalizando 35 (trinta e cinco) Planos de Ação (PA).

O gráfico ao lado apresenta a distribuição dos recursos empenhados por unidade proponente:

No que tange à classificação orçamentária, os recursos empenhados sob o acompanhamento da CGPS/DPI estão classificados no Programa n.º 5025 (Cultura) e na Ação n.º 20ZH (Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro). A distribuição dos recursos empenhados por Plano Orçamentário (PO) está apresentada no gráfico abaixo:

Gráfico 39 – 4.3.10.5.2 Recursos empenhados por PO, durante o ano de 2022, em R\$.



Fonte: DPA/IPHAN.

Entre os bens culturais beneficiados com os planos de ação empenhados durante o ano de 2022 estão: Banho de São João de Corumbá e Ladário; Caboclinho; Cavalinho; Cavalo Marinho; Complexo Cultural do Boi-bumbá do Médio Amazonas e Parintins; Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão; Fandango Caiçara; Festa do Divino Espírito Santo de Paraty; Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO; Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha/CE; Jongo no Sudeste; Literatura do Cordel; Maracatu de Baque Solto; Maracatu Nação;

Modos de Fazer Bonecas Karajá; Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal; Modos de Fazer Viola de Cocho; Ofício das Baianas de Acarajé; Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; Ofício de Sineiro; Ofício dos Mestres de Capoeira; Repente; Roda de Capoeira; Romaria dos Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade/GO; Rtxòkò: Expressão Artística e cosmológica do Povo Karajá; Tava - Lugar de Referência para o Povo Guarani; Teatro de Bonecos Popular do Nordeste; e Toque dos Sinos em Minas Gerais.

### 4.3.10.6 - Monitoramento de Ações de Salvaguarda Desenvolvidas Pelas Superintendências Para Bens Registrados

O monitoramento das ações de salvaguarda dos bens registrados consiste no levantamento anual de informações técnicas e gerenciais sobre as ações de salvaguarda desenvolvidas pelo Iphan ou realizadas em parceria com outras instituições ou com a sociedade civil. Este levantamento de ações é realizado apenas para bens culturais titulados como Patrimônio Cultural do Brasil, conforme disposto no Decreto n.º 3.551, de 2000.

O objetivo do levantamento é a produção de relatórios anuais para documentação, acompanhamento, análise e avaliação das ações de salvaguarda realizadas para todos os bens registrados. O recorte deste levantamento são ações de salvaguarda finalizadas no ano monitorado ou ações em andamento no ano monitorado que tiveram resultados que impactaram o processo de salvaguarda do bem.

Os resultados contribuem para a elaboração de relatórios de gestão, trazem uniformidade às informações prestadas, dão transparência às ações de salvaguarda, documentam as atividades monitoradas, orientam técnicos e gestores sobre as atividades realizadas nas unidades, facilitam a tomada de decisão, subsidiam a fase de avaliação dos processos de salvaguarda dos bens registrados e possibilitam avaliar a política para bens culturais reconhecidos como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Cabe destacar que, em 2022, o formulário de monitoramento das ações de salvaguarda recebeu uma atualização na metodologia de coleta de dados. Antes, os técnicos das Superintendências realizavam o preenchimento dos formu-

lários tendo como referência o conceito de ATIVIDADE REALIZADA. O formato revisado apresentou o conceito de AÇÃO DE SALVAGUARDA REALIZADA, permitindo assim uma visão mais abrangente do conjunto de atividades que compõem a realização de um projeto. Assim, a atualização considerou as informações dos ciclos de monitoramento realizados entre 2019 e 2021 e o histórico de atuação do Iphan com bens culturais registrados nos últimos anos.

Os principais objetivos deste aprimoramento foram: reduzir o número de perguntas do formulário aplicado, o tempo de preenchimento e o número de formulários enviados pelas unidades do Iphan; aperfeiçoar os relatórios produzidos para atender aos novos contextos e demandas enfrentados pelo Instituto; e incluir avaliação objetiva das ações de salvaguarda realizadas ou apoiadas pelo órgão.

O ciclo de monitoramento das ações de salvaguarda realizadas em 2022 ainda está em andamento, conforme apontado no Processo n.º 01450.004052/2022-33, com previsão de análise, consolidação, produção de relatórios e conclusão até abril de 2023. A fase de coleta das informações ocorreu entre os dias 23 de novembro de 2022 e 6 de fevereiro de 2023, resultando em 121 (cento e vinte e um) formulários de monitoramento preenchidos pelas equipes técnicas das superintendências do Iphan. Uma análise inicial deste conjunto de dados nos mostra que as ações de salvaguarda foram realizadas por 26 Superintendências do Iphan e beneficiaram 42 (quarenta e dois) bens registrados. Esse número representa 81% dos 52 bens registrados até o momento. O gráfico abaixo indica o número de formulários de monitoramento enviados por cada superintendência no exercício de 2022:

Gráfico 40 – 4.3.10.6.1 Quantidade de formulários enviados pelas Superintendências do Iphan, durante o ano de 2022.



Fonte: DIMAS/COAPS/CGPS/DPI/IPHAN

Fonte: CGPS/DPI.

De acordo com critérios estabelecidos pela Divisão de Monitoramento e Avaliação dos Bens Registrados (DIMAS/COAPS/CGPS/DPI), a ação de salvaguarda pode ser classificada em até treze categorias ou tipologias, que representam macro objetivos da ação monitorada. Estas categorias estruturam-se em eixos temáticos relacionados à gestão compartilhada da salvaguarda, à difusão e ao apoio à produção e reprodução cultural do bem registrado.

O gráfico abaixo apresenta uma distribuição percentual e a quantidade de ações de salvaguarda realizadas em 2022 por categorias ou macro objetivos. É importante destacar que cada ação de salvaguarda pode ser enquadrada em até 3 (três) macro objetivos (no mínimo um). Logo, o somatório dos percentuais do gráfico abaixo não indica o total de ações (100%), os percentuais indicam a razão entre o número de ações relacionadas ao macro objetivo e o total de ações monitoradas (121).



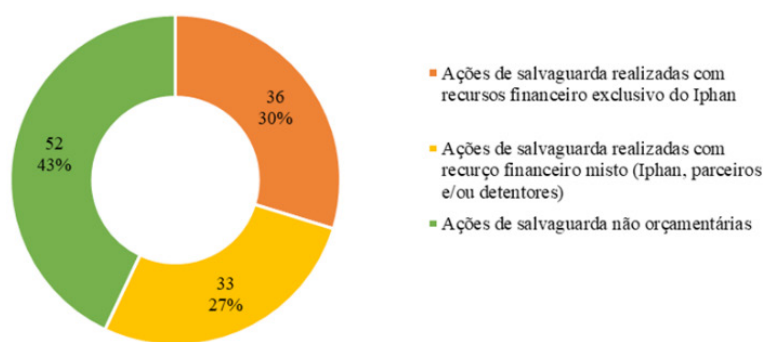
**Gráfico 41 – 4.3.10.6.2 Percentual de macro objetivos das ações de salvaguarda realizadas, durante o ano de 2022, por assunto.****Macro objetivos das ações de salvaguarda realizadas**

Fonte: DIMAS/COAPS/CGPS/DPI/IPHAN

Fonte: CGPS/DPI.

É constante o esforço das superintendências do Iphan em promover ações de salvaguarda de forma não orçamentária, contudo, caso as ações dependam de recursos orçamentários para a sua realização, além do Iphan, outras instituições, parcei-

ros ou mesmo associações de detentores poderão ser patrocinadores ou apoiadores desse custeio. O gráfico abaixo informa o percentual de ações de salvaguarda realizadas, em 2022, considerando o uso de recursos financeiros e a fonte do custeio:

**Gráfico 42 – 4.3.10.6.3 Percentual de macro objetivos das ações de salvaguarda realizadas, durante o ano de 2022, por tipo de recurso.****Uso de recurso financeiros para execução das ações de salvaguarda**

Fonte: DIMAS/COAPS/CGPS/DPI/IPHAN

Fonte: CGPS/DPI.

**4.3.10.7 - Outras Ações de Promoção e Sustentabilidade**

Para além do que foi mencionado nos itens anteriores, a CGPS/DPI desenvolveu outras ações de promoção e sustentabilidade ao longo de 2022. Durante todo o ano foi feito um acompanhamento contínuo dos processos de salvaguarda dos bens registrados, em que cabe destacar a condução de reuniões junto a todas as 27 superintendências, para tratar de planejamento relacionado à elaboração dos planos de salvaguarda (buscando vencer o passivo) e de situações emergenciais dos

bens registrados, bem como planejar conjuntamente estratégias e ações para todos os bens registrados a serem priorizadas em 2023.

Foi realizada articulação junto à ENAP para a elaboração de um ciclo de capacitação na condução de processos participativos, voltados para os técnicos que trabalham com patrimônio cultural imaterial nas superintendências, que está previsto para o primeiro semestre de 2023, em Brasília/DF.

Foi organizado o Ciclo 20 Anos da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, que envolveu uma ampla articulação do DPI e do DECOF. Em novembro de



2022, foi realizado o evento de abertura do Ciclo, que contou com palestra, lançamento de publicações e apresentações culturais.

A CGPS/DPI compôs o Grupo de Trabalho (GT) para a atualização da definição dos conceitos de "abrangência" e "ocorrência", adotados nos macroprocessos desenvolvidos no âmbito do DPI, cujo relatório final foi concluído em 6 de janeiro de 2023, conforme Processo n.º 01450.003162/2022-88.

A coordenação apoiou a produção e a divulgação de diversas publicações elaboradas no âmbito das superintendências, conforme apresentado no item “Resultados do Monitoramento de ações de salvaguarda desenvolvidas pelas superintendências para Bens Registrados em 2022”.

Ademais, ao longo de todo o ano, foram elaborados pareceres e notas técnicas para subsidiar os processos de revalidação de registro de bens culturais, análise de processos de licenciamento ambiental, da Lei Rouanet e de temas diversos relacionados ao patrimônio imaterial.

### 4.3.10.8 - Política Nacional do Patrimônio Cultural do Brasil

A Política Nacional do Patrimônio Imaterial é regida pelo [Decreto n.º 3.551, de 2000](#), que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).

O PNPI financia, apoia e estimula, prioritariamente, projetos de pesquisa, documentação e informação; realiza pesquisas, levantamentos, mapeamentos e inventários; apoia a instrução de processos de registro; promove a sistematização de informações, constituição e implantação de bancos de dados; e apoia a produção e a conservação de acervos documentais e etnográficos, considerados fontes fundamentais de informação sobre o patrimônio cultural imaterial. Essas linhas de ação são orientadas pela busca de sustentabilidade, de organização comunitária, de promoção e de capacitação.

Nos artigos 215 e 216, da Constituição Federal de 1988, reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O Patrimônio Cultural Imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. É apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade.

### 4.3.10.9 - Ações de Identificação e Reconhecimento de Bens Imateriais

De acordo com o Planejamento Estratégico do Iphan 2021-2024, sob a gestão da Coordenação-Geral de Identificação e Registro (CGIR) do DPI, as ações de proteção aos bens de natureza imaterial que contribuem diretamente com os resultados e o desempenho da gestão são as seguintes.

## Bens Registrados

Os patrimônios registrados são os bens culturais imateriais reconhecidos formalmente como Patrimônio Cultural do Brasil. Esses bens caracterizam-se pelas práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. São transmitidos de geração a geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade. Contribuem, dessa forma, para promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Atualmente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan conta com 52 (cinquenta e dois) bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil.

O Indicador Estratégico 21 - “Ampliar o Registro de bens culturais de natureza imaterial” do Objetivo Estratégico 12 - “Democratizar o acesso ao patrimônio cultural”, tem como Meta - “atingir a totalidade de 60 (sessenta) bens Registrados até dezembro de 2024”.

## Bens Revalidados

Dos 52 (cinquenta e dois) bens registrados, 10 (dez) já foram revalidados até o ano de 2022, quais sejam:

- Ofício das Baianas de Acarajé: inscrito no Livro dos Saberes em 21 de dezembro de 2004 e revalidado pelo [Conselho Consultivo do Iphan, em reunião datada de 7 de dezembro de 2022](#).
- Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos rios Uaupés e Papuri: inscrito no Livro dos Lugares em 3 de agosto de 2006 e revalidado pelo Conselho Consultivo do Iphan, em reunião datada de 9 de dezembro de 2021.
- Modo de fazer Viola-de-Cocho: inscrito no Livro dos Saberes em 14 de janeiro de 2005 e revalidado pelo [Conselho Consultivo do Iphan, em reunião datada de 9 de dezembro de 2021](#).
- Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal: inscrito no Livro dos Saberes em 13 de junho de 2008 com o título “Modo artesanal de fazer Queijo de Minas” e revalidado com a alteração do título pelo [Conselho Consultivo do Iphan, em reunião datada de 11 de novembro de 2021](#).
- Círio de Nossa Senhora de Nazaré: inscrito no Livro das Celebrações em 05 de outubro de 2005 e revalidado pelo [Conselho Consultivo do Iphan, em reunião datada de 11 de novembro de 2021](#).
- Modo de Fazer Renda Irlandesa: inscrito no Livro de Registro dos Saberes em 28 de janeiro de 2009 e revalidado pelo [Conselho Consultivo do Iphan, em reunião datada de 11 de novembro de 2021](#).
- Tambor de Crioula do Maranhão: inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em 18 de junho 2007 e revalidado pelo [Conselho Consultivo do Iphan, em reunião datada de 31 de agosto de 2021](#).
- Frevo: inscrito no Livro das Formas de Expressão em 28 de fevereiro de 2007 e revalidado pelo [Conselho Consultivo do Iphan, em reunião datada de 31 de agosto de 2021](#).



- Ofício das Paneleiras de Goiabeiras: inscrito no Livro dos Saberes em 21 de novembro de 2002 e revalidado pelo Conselho [Consultivo do Iphan, em reunião datada de 31 de agosto de 2021](#).
- Feira de Caruaru: inscrito no Livro dos Lugares em 7 de dezembro de 2006 e revalidado pelo [Conselho Consultivo do Iphan, em reunião datada de 22 de julho de 2021](#).

O Indicador Estratégico 24 - “Percentual de bens registrados revalidados” do Objetivo Estratégico 13 - “Fomentar a participação da sociedade na preservação”, tem como Meta - “Revalidar 100% dos bens registrados há mais de 10 anos até o final de 2024”.

Ações atinentes aos macroprocessos finalísticos relacionados na cadeia de valor integrada do Iphan que guardam consonância com os macroprocessos “Identificação e Reconhecimento de bens culturais de natureza imaterial” (tal como nomeados na Portaria Iphan nº 200/2016)

No que se refere à execução de ações orçamentárias do “Plano Orçamentário 20ZH – Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro” e da “Emenda Parlamentar 28260005 - Deputada Érika Kokay - PT/DF”, apresenta-se abaixo uma tabela com as ações discriminadas, seus respectivos valores e as unidades de execução tanto da área central quanto das unidades descentralizadas. Os projetos executados correspondem a processos e ações de identificação e reconhecimento de bens culturais imateriais e da diversidade linguística brasileira, assim como aprimoramento do tratamento das informações e dados.

**Tabela 4.3.10.9 Discriminação da execução da Ação 20ZH, em 2022, pelo Iphan.**

Unidade	Bem Cultural	Título	Valor Empenhado (R\$)
DPI	Processos de Identificação e de Reconhecimento do Patrimônio Imaterial	Diárias e Passagens - Identificação e Reconhecimento (CGIR).	10.864,35
DPI	Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado	Projeto de Instrução Técnica do Processo de Registro do Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado.	200.000,00
DPI	Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado	Complementação de recurso para a ação de Instrução Técnica do Processo de Registro do Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado.	150.000,00
DPI	Novo Inventário Nacional de Referências Culturais – Novo INRC	Organização e Difusão dos acervos digitais do Patrimônio Cultural: a memória em rede.	331.000,00
DPI	Novo Inventário Nacional de Referências Culturais – Novo INRC	Aditivo ao TED n.º 01/2022 - "Organização e difusão dos acervos digitais do patrimônio cultural: a memória em rede".	82.750,00
AC	Língua Hãtxa Kui	Consulta livre, prévia e informada ao povo Huni Kui do Acre sobre o Inventário da língua Hãtxa Kui.	20.307,50
AC	Atualização dos usos e propriedades usuais do kampô (secreção do anuro Phyllomedusa bicolor), conhecimento tradicional indígena associado a recursos genéticos.	Consulta livre, prévia e informada ao povo Noke Koi (Katukina) sobre o pedido de Registro do Uso Tradicional do Kampô como Patrimônio Cultural.	5.000,00
AL	Bico de Renda Singeleza	Continuidade da instrução de registro do Bico de Renda Singeleza: produção de vídeo promocional, inventário fotográfico e dossiê de registro.	120.000,00
MG	Congado/Congadas/Reinados	Registro Congado/Congadas/Reinados - Reajuste de contrato.	22.719,78
RS	Casas de Religião de Matriz Africana no Rio Grande do Sul	Atividades Devolutivas do Mapeamento das Casas de Religião de Matriz Africana no Rio Grande do Sul.	28.900,00
SC	Engenhos de Farinha de Santa Catarina	Pesquisa sobre os Saberes e Práticas Tradicionais associados aos Engenhos de Farinha de Santa Catarina/SC, com vistas à instrução do processo de Registro como Patrimônio Cultural do Brasil.	200.000,00
TO	Capoeira no Tocantins	V Etapa do Mapeamento da Capoeira no Tocantins/TO.	99.976,04
TO	Ourivesaria de Natividade/TO	Ourivesaria de Natividade/TO.	11.569,13
<b>Valor Total Empenhado: (em R\$) 1.283.086,80</b>			

Fonte: CGIR/DPI.



## Explicação das ações

Lançamento da publicação [“Patrimônio Cultural do Brasil - Pareceres de Registro dos Bens Imateriais”](#), disponível também em formato digital, a edição está apresentada em box de 2 (dois) volumes em capa dura, ricamente ilustrada, e reúne os pareceres técnicos e do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural que recomendaram o registro dos 48 bens de natureza imaterial registrados até 2019. Em 2021, a Associação Amigos do Paço, em apoio ao Iphan, teve o projeto para a impressão da publicação contemplado pelo programa de patrocínio do Instituto Cultural Vale.

[Lançamento da Plataforma Nimuendajú](#) (<http://mapa-nimuendaju.eita.coop.br/>), ferramenta baseada no Mapa Etno-histórico do etnólogo Curt Nimuendajú nos anos 1940, um projeto de parceria entre o Iphan, a Universidade Federal do Pará - UFPA e a Cooperativa Eita, oportunizando acesso amplo a informações sobre a diversidade étnica e linguística do território brasileiro ao longo de sua história, maior acessibilidade ao monumental trabalho de Curt Nimuendajú, colocando os dados originais de sua pesquisa com possibilidades de interação com dados mais recentes sobre a conformação do território brasileiro, constando nomes de grupos indígenas, suas famílias linguísticas, datas de referência e sentidos de deslocamento no território. Além disso, é possível sobrepor essas informações de natureza etno-históricas a atributos mais recentes como os territórios indígenas reconhecidos oficialmente, unidades de conservação, sítios arqueológicos cadastrados pelo Iphan, regiões, estados e até mesmo municípios.

Publicação dos produtos editoriais da [Coleção 20 anos do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC](#): “Interações e sentidos: experiências com o Inventário Nacional de Referências Culturais”; “A vez e as vozes das pioneiras: narrativas sobre a construção de uma identificação a partir das referências culturais”; e “A identificação do patrimônio cultural pela lente das referências culturais: conquistas e obstáculos de um percurso”.

Pedido de ISBN e ficha catalográfica - Reedição dos Dicionários Português-Talian e Talian-Português (2020).

Participação nos seminários para a instrução técnica para o Registro do Congado/Congadas/Reinados, visando o reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil, resultado da solicitação aberta no Iphan em novembro de 2008.

Planejamento de Reuniões da Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (CT-INDL) e atuação na Secretaria-Executiva junto à essa Comissão, de acordo com o Decreto n.º 11.119, de 1º de julho de 2022, e com a Portaria SECULT/MTUR n.º 71, de 31 de agosto de 2022, que designou os seus representantes.

Palestra de servidor na disciplina “Patrimônio e Diversidade Cultural” do Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, sobre o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, no dia 06 de junho de 2022.

Participação de servidor como Membro do Comitê de Inovação e Pesquisa do Museu da Língua Portuguesa para compor o Comitê Consultivo do seu centro de referência (que é gerido pela Oscip IdBrasil Organização Social de Cultura), em 10 de junho de 2022.

Participação de Reunião do GT Nacional da Década Internacional das Línguas Indígenas do Brasil, em 13 de julho de 2022, referente ao lançamento do 1º Questionário elaborado pelo GT Nacional da Década Internacional das Línguas Indígenas do Brasil.

Participação de live em 18 de julho de 2022, a fim de apresentar a Plataforma Nimuendajú aos discentes dos cursos de Licenciatura e Bacharelados, e aos mestrandos do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino em Contexto Indígena Intercultural (PPGECII) - Mestrado Profissional da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) - Campus de Barra do Bugres.

Participação do Coordenador-Geral de Identificação e Registro no [Seminário Final do Projeto AçaíAção, de 19 a 24 de julho de 2022](#), realizado em Caiena, na Guiana Francesa, a fim de apresentar os resultados e as conclusões dos estudos e das atividades levadas a cabo no âmbito do projeto ao longo dos 3 anos de execução. O Iphan, como parceiro da Cooperação Internacional, tivera como incumbência participar dessa última etapa, com vistas a internalizar os resultados e finalizar a participação de forma responsiva. A participação do Iphan no [Projeto AçaíAção](#) é fruto da assinatura, em 2020, do Convênio de Parceria firmado entre o Centro Internacional de Pesquisa em Agronomia para o Desenvolvimento (CIRAD), o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD), a Universidade de Guiana (UG), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Anton de Kom (AdeKus) e o Iphan. Desde 2019, inicialmente como ação prospectiva, e com finalização em abril de 2022, foram enviados esforços para o desenvolvimento de oficinas com a metodologia do inventário participativo, desenvolvida pelo Iphan, com execução pela Superintendência do Pará.

Participação de servidor na [III Conferência Internacional de Estudos da Linguagem \(CIELIN\)](#), simultânea à III Jornada Internacional de Linguística Aplicada Crítica (JILAC), eventos on-line realizados no período de 26/07 a 28/07/2022, sobre os Eixos Temáticos que tangenciam as atribuições da Divisão Técnica de Diversidade Linguística: “Linguagem, discurso e sociedade”, “Políticas Linguísticas” e “Plurilinguismo”.

Participação de servidor no Seminário “Encontro de Falantes”, como atividade final do Projeto Inventário da Língua Pomerana, em 13 de agosto de 2022, em Santa Maria de Jetibá/ES.

Participação de servidora na roda de conversa sobre pedido de registro da Ourivesaria de Natividade/TO, na data de 24 de agosto de 2022.

Participação em eventos e discussões do GT Nacional da Década Internacional das Línguas Indígenas - GT DILL, em 31 de agosto de 2022.

Participação de reunião no dia 08 de setembro de 2022, sobre o tema dos Proyectos multinacional sobre *PCI y emergencias y MONDIACULT* (Conferência Mundial da UNESCO de Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável).

Participação de servidora - como palestrante e ouvinte - e do Coordenador-Geral de Identificação e Registro - da Mesa de Abertura do evento - no Seminário de Devolutiva dos Resultados do Mapeamento das Casas de Matriz Africana, no Rio Grande do Sul/RS. A fala realizada, na mesa 2, abarcou os



principais conceitos do patrimônio imaterial, as linhas gerais, diretrizes, objetivos e instrumentos da política de salvaguarda; situando, assim, a ação de mapeamento entre as ações de identificação e esclarecendo a respeito dos demais instrumentos, especialmente, o Registro.

Participação de reunião virtual, no dia 5 de outubro de 2022, em apresentação da proposta para realização do "Prêmio D. Helder Câmara para Sistemas Agrícolas Tradicionais do Semiárido", com recursos do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), disponibilizado via TED, executado pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), organizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO Brasil), com a exposição da programação do breve seminário técnico de comparação entre o Sistema de Erva Mate Tradicional (STEM), já candidato oficial para o reconhecimento como Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (Globally Important Agricultural Heritage Systems - GIAHS), e o Sistema Tradicional do Cacau Cabruca, no sul da Bahia/BA.

Participação na Comissão Nacional de Avaliação para a Seleção Final das Ações Concorrentes à 35ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade/2022.

Participação no Curso Virtual para Núcleos Focales del Crespial, de 21 de novembro a 6 de dezembro de 2022, com a finalidade de fortalecer os agentes para a Salvaguarda do Patrimônio Vivo na América Latina.

Participação de servidora nas Reuniões do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (GGEN), cuja secretaria executiva compete ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), conforme Portaria MMA n.º 123, de 18 de março de 2020.

Participação na avaliação técnica de propostas de reconhecimento no âmbito do Programa "Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial" (SIPAM), da Organização das Nações Unidas, para a Alimentação e a Agricultura (FAO), com o Parecer de Mérito 1.

Apresentação de Proposta do Grupo de Países da América Latina e Caribe da Unesco (GRULAC) de inscrição das "Práticas tradicionais relacionadas ao cultivo da mandioca" na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (Convenção da Unesco de 2003).

Elaboração do Projeto Multinacional Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) em situações de emergência (Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina - Crespial): "Articulação de Políticas Públicas e Salvaguarda dos Sistemas Agrícolas Tradicionais Brasileiros: trilhas iniciais para um Observatório Nacional", para a avaliação de oportunidade e conveniência de apresentação do Núcleo Focal - NF Brasil ao Projeto Multinacional do Crespial/Unesco.

Sugestões para a Proposta Ciclo de Difusão de Boas Práticas de Salvaguarda de Patrimônio Imaterial.

Manifestação técnica acerca da proposta ao reconhecimento internacional dos Sistemas Tradicionais e Agroecológicos de Erva-mate na Floresta com Araucária, como "Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial - SIPAM", com o Parecer Técnico 7.

Atividades realizadas no GT instituído pela Portaria de Pessoal DPI/Iphan n.º 1, de 08 de abril de 2022, para elaboração de Termo de Referência para subsidiar a análise técnica do Iphan referente às avaliações de impacto aos bens imateriais acautelados no âmbito dos processos de licenciamento ambiental.

Elaboração de Documentação submetida à Delegação do Brasil junto à UNESCO - BRASUNESCO, com o objetivo de subsidiar a participação brasileira na 17ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do PCI desta organização internacional.

Atividades realizadas no GT para a Candidatura dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal a lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Atividades realizadas no GT para atualização da definição dos conceitos de "abrangência" e "ocorrência", adotados nos macroprocessos desenvolvidos no âmbito do DPI, conforme estabelecido pela Portaria de Pessoal DPI/Iphan n.º 3, de 30 de agosto de 2022.

Manifestação Técnica sobre o atingimento das metas do Acordo de Cooperação Técnica entre o Iphan e a École des hautes études en sciences sociales – EHESS (ACT Iphan-EHESS), celebrado no ano de 2018 (Processo administrativo 01450.004364/2017-80).

Participação de servidora no GT da Câmara Temática sobre Características Distintivas Próprias no âmbito da legislação de acesso e repartição de benefícios de que trata a Deliberação CGen n.º 23, de 15 de agosto de 2017, com a finalidade de apresentar ao Plenário do CGen proposta de definição de "características distintivas próprias", cuja coordenação é do MAPA.

Atividades sobre o Plano de Trabalho referente ao Acordo de Cooperação n.º 26/2022, que entre si celebram a Fundação Oswaldo Cruz e o Iphan, visando a cooperação técnico-científica entre os partícipes.

Em razão do pedido de Registro da Procissão do Fogaréu, do Município de Goiás/GO, solicitada pelo Presidente da Organização Vilaboense de Artes e Tradição (OVAT), cuja análise preliminar realizada pelo Iphan em Goiás indicou a pertinência e continuidade desse processo mediante reenquadramento do bem cultural para "Procissões da Semana Santa de Goiás". Visto que o bem cultural em questão foi reconstruído em período recente, precisamente na década de 1960, com a criação da OVAT, ponderou-se junto aos representantes da comunidade detentora que, em razão da exigência de continuidade histórica, o pedido poderia ser questionado na análise técnica e, futuramente, na Câmara Setorial de Patrimônio Imaterial, sendo realizada reunião técnica na Cidade de Goiás/GO, em 16 de dezembro de 2022, com a participação de servidora deste Instituto.

Reuniões de mobilização e esclarecimento nos Processos de Registro em Instrução.

Mestrado Profissional do Iphan:

Atividades discentes, alunas-servidoras.

Atividades de docência, servidora-docente: Disciplina Memória e Patrimônio Cultural (preparação de aulas, realização dos módulos de aula *online* e avaliação de alunos); atividades de orientação dos alunos (acompanhamento, reuniões de orientação, bancas de qualificação, correção e revisão de textos acadêmicos e bancas de defesa).



### 4.3.11 - Ações do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) é hoje uma Unidade Especial do Iphan, vinculado ao DPI, localizado na Rua do Catete, 179, na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tem como missão o desenvolvimento e a execução de estudos, documentação, promoção e fomento das culturas populares no Brasil.

Criado em 1958, com o nome de Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, no âmbito do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação (MEC), é fruto da articulação de um conjunto de intelectuais e pesquisadores, que se tornou conhecido como Movimento Folclórico Brasileiro. Ainda no ano de 1947, esse grupo se organizou em torno da Comissão Nacional de Folclore, constituída junto ao Itamaraty, em atenção à recomendação da recém-criada Unesco, para que os países signatários desenvolvessem instituições e mecanismos de promoção e salvaguarda de suas culturas tradicionais.

Sua estrutura é composta por uma Coordenação Administrativa e Coordenação Técnica composta pelos setores: Museu de Folclore Edison Carneiro; Biblioteca Amadeu Amaral; Divisão de Pesquisa; e Divisão de Difusão Cultural.

#### 4.3.11.1 - Sala do Artista Popular (SAP)

Sem perspectiva de retomada da montagem das exposições desde que foi decretada a pandemia provocada pela Covid-19, o que se somou à falta de recursos orçamentários, optou-se por recorrer a estratégias digitais para tentar reduzir, na medida do possível, as dificuldades experimentadas pelos artistas/artesãos contemplados pelo Programa SAP. Nesse sentido, foi priorizada a virtualização das seguintes ações:

- Desenvolvimento e implantação de uma vitrine virtual do Programa SAP e de seu Ponto de Comercialização, cuja plataforma já abriga toda a estrutura de uma futura loja virtual para venda on-line.
- Contratação de curadoria das primeiras páginas que compuseram a vitrine virtual formada por associações e/ou artistas, cujos objetos estão sendo divulgados na vitrine.
- Realização do Encontro de Artesãos virtual envolvendo as/os artesã(o)s que participaram de mostras temporárias já realizadas do Programa SAP, divulgação da vitrine virtual e orientação e apoio ao processo de realização de curadoria.

Desenvolvimento e implantação de uma Vitrine virtual para o Ponto de Comercialização da Sala do Artista Popular.

A proposta, estruturada e desenvolvida para reduzir minimamente o impacto dos problemas gerados pela paralisação da comercialização, foi a implantação de uma Vitrine Virtual “Mercado Brasil de artesanato tradicional”, contemplando inicialmente 17 comunidades/ artistas com a proposta de expansão para o conjunto dos artesãos que enviam peças em consignação para o ponto de comercialização, na medida em que o espaço for sendo divulgado e ganhando visibilidade. Embora funcionando nesse primeiro momento como vitrine,

a plataforma abriga toda a estrutura de uma loja virtual para venda on-line.

Nesse primeiro momento, a vitrine disponibiliza os meios de contato (telefone, endereço, e-mails, redes sociais etc.) dos artesãos e das associações, possibilitando facilitar as encomendas diretas sem se limitar ao público consumidor da cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Cada exposição realizada na Sala do Artista Popular terá uma página exclusiva dentro da plataforma, com textos, link para o catálogo, vídeos e fotos das peças. Em respeito às diretrizes do Programa SAP, em que cabe aos artistas/artesãos a decisão sobre as peças a serem enviadas ao CNFCP e seus preços, foi igualmente entregue a eles a curadoria de suas respectivas páginas da vitrine virtual. As fotos e as informações atualizadas que enviaram, somadas ao acervo já disponível no CNFCP, entraram na edição e na composição de cada página. Foi dada aos artesãos e às associações total autonomia para decidirem o que seria fotografado - os artesãos e as artesãs, o modo de fazer, a localidade onde vivem e trabalham, as peças recém-produzidas - isto é, aquilo que eles/elas julgassem importante mostrar ao público que visitar sua página na vitrine.

Além das SAPs que eram objeto do Termo de Colaboração 880265/2018, buscou-se incluir algumas outras com o objetivo de compor um quadro mais fiel das diretrizes e dos princípios do Programa Sala do Artista Popular, contemplando a diversidade de localidades nas regiões do Brasil, a diversidade de tecnologias de produção e de matérias-primas. Para tanto, foram selecionadas:

- SAP 090 – Um Vale de Tramas – a tecelagem do Jequitinhonha – Berilo/MG.
- SAP 099 – Cerâmica de Santana de Araçuaí/MG.
- SAP 108 – Cuias de Santarém/PA, Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas, registrada como Patrimônio Cultural em 2015.
- SAP 159 – Nos Campos do Vale: cerâmica no Alto Jequitinhonha - Coqueiro Campo e Campo Alegre/MG.
- SAP 176 – A música é que chama os espíritos dos bonecos em Glória do Goitá/PE, Teatro de Bonecos Popular do Nordeste, registrada como Patrimônio Cultural em 2015.
- SAP 179 – Trançar, tecer: Valente, Araci e São Domingos/BA.
- SAP 184 – Redes em Invenção, Lagoa dos Patos/RS, cuja associação também dispõe de CNPJ e que traz para a vitrine a região Sul do país além da tecnologia a partir das redes de pesca e escamas de peixe.
- SAP 193 – Mulheres Rendeiras - Fonte Viva do Cariri Paraibano, Renda Renascença/PB, selo de Indicação Geográfica conferido pelo INPI em 2013.

A inclusão de Berilo, Santana do Araçuaí, Coqueiro Campo e Campo Alegre visou adensar a presença do Vale do Jequitinhonha, aproveitando que Cará já estava incluída, por se tratar de uma região que produz uma arte popular notável e sofre enormes dificuldades de acesso aos grandes centros consumidores, seja pelas dificuldades de transporte rodoviário, seja pela escassa inclusão digital, principalmente nesse período de pandemia.



Para essa plataforma em construção, as peças no Espaço Permanente de Comercialização da Sala do Artista Popular foram inventariadas e fotografadas, uma a uma, ensejando também a edição de textos, vídeos e catálogos etnográficos, de modo a agregar valor às peças de arte popular/artesanato de tradição.

A implementação de estratégias digitais para as exposições já realizadas, para o Encontro de Artesãos, assim como para o Ponto de Comercialização da Sala do Artista Popular, foram fundamentais para assegurar condições oportunas para a promoção e a sustentabilidade das comunidades artesanais contempladas pelo Programa SAP, nesse contexto de pandemia.

Na medida em que a iniciativa conquistar visibilidade, divulgação e efetividade, tanto as exposições como a comercialização poderão ser gradualmente expandidas até, idealmente, abarcar o conjunto dos artesãos que regularmente enviam peças ao espaço permanente de comercialização da SAP e os artistas/artesãos que irão ingressar futuramente no programa. Isso significa que as oportunidades oferecidas pelo mundo digital no curto prazo, durante um período de excepcionalidade, podem se mostrar vantajosas também nos médio e longo prazos.

No longo prazo, o público consumidor de arte popular/artesanato de tradição poderá se ampliar consideravelmente, beneficiando diretamente os criadores dessas expressões culturais.

#### 4.3.11.2 - Divisão de Pesquisa

A Divisão de Pesquisa, ao longo dos anos, vem atuando na elaboração e na coordenação de diversas ações de referência no campo das artes e culturas populares e dos processos de Registro e Salvaguarda relacionados ao Patrimônio Imaterial Brasileiro. Destacam-se: o Programa Sala do Artista Popular e seu espaço de comercialização permanente; o Prêmio de Monografias Silvio Romero, instituído em 1959, com o intuito de fomentar a produção científica no campo de conhecimento em pauta; o Programa de Apoio ao Artesanato de Cunho Tradicional (Promoart), criado para apoiar grupos produtores de artesanato tradicionais, buscando o desenvolvimento desse setor da cultura brasileira; para além de ações de formação e de difusão, como o Curso Livre de Folclore e Cultura Popular, a série de debates “um Dedo de Prosa”, o Programa de Apoio a Folguedos, o Encontro de Artesãos, o Prêmio Mário de Andrade de Fotografias Etnográficas do Patrimônio Imaterial e o trabalho conjunto para a realização de exposições temporárias e de longa duração.

#### Encontro de Artesãos

Realizado nos dias 30 e 31 de março de 2022, o Encontro de Artesãos teve por objetivo discutir os problemas comuns compartilhados e as estratégias adotadas pelos/as artistas artesãos/ãs no enfrentamento das dificuldades trazidas pela pandemia de Covid 19, divulgação da Loja Virtual e orientação das comunidades sobre as curadorias de suas respectivas páginas na vitrine da loja virtual.

#### Programa do Encontro:

Dia 30/03 – das 16h00 às 18h00

Mesa 1 – Ricardo Gomes Lima – moderador

Adriane Coelho - Associação dos Artesãos de Santa Cruz de Chapada do Norte, MG

Claudete Freire Barroso - Projeto de salvaguarda do carimbó Alegria da Água Doce Mirim, Marapanim (PA)

Dia 31/03 – das 16h00 às 18h00

Mesa 2 – Ana Beatriz Ellery - moderadora

Maria Josileide dos Santos – Associação de Artesãos de Bezerros, PE

Maria do Socorro da Costa – Associação de Resistência das Rendeiras de Cacimbinha, PB

A servidora Juliana Santana, da Difusão, apresentou ao público, no final do evento, a Loja Virtual.

#### Eventos

#### Mercado Brasil

A Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro (Acamufec), através de Termo de Colaboração, realizou a 6ª edição do Mercado Brasil, caracterizado como Mostra Retrospectiva do Programa Sala do Artista Popular, nos dias 4 a 8 de maio.

- Volume de peça vendidas: 2.100 (duas mil e cem) peças.
- Volume de transações realizadas (cartão, pix, dinheiro): 700 transações.
- Valores arrecadados e transferidos para as localidades: R\$ 86,000,00.
- Número de associações/cooperativas, grupos informais, grupos de famílias, artesãos/artistas individuais participantes: 320 (trezentos e vinte).
- O Mercado Brasil contou com uma tenda na área externa do CNFCP nos dias de sua realização, e uma nova montagem do espaço SAP, que assim continuou até o fim do ano.

Sala do Artista Popular

Exposição SAP extrassérie “A porta da rua é serventia da casa”, ocorrida no período de 16 de dezembro de 2021 a 10 de janeiro de 2022, com as peças já adquiridas de SAP anteriores.

#### Concurso Sílvio Romero

Instituído em 1959 e realizado pelo CNFCP, o Concurso Sílvio Romero de Monografias foi idealizado com o propósito de estimular a produção de conhecimento científico sobre os diversos temas do folclore e da cultura popular.

Neste ano de 2022, foi publicado um Edital de Chamamento Público para a formação da Comissão Julgadora do Concurso, sem fazer jus a pagamento de pró-labore. O Edital previa, também, a nomeação de uma Comissão de Seleção - composta pela Diretora do CNFCP/Iphan, por um integrante do DPI/Iphan e por um integrante do DECOF/Iphan) - para escolher, dentre os inscritos, os membros da Comissão Julgadora.



A comissão de Seleção foi composta por três servidores.

## Suplente:

- Kátia Brasilino Michelin – DPI.

O processo de Chamamento foi considerado fracassado, pois recebeu somente uma inscrição, que não cumpriu todas as exigências para a habilitação.

Assim, conforme decidido em reunião da Comissão de Seleção, a escolha da Comissão Julgadora foi feita a partir de indicações dos membros daquela. Os jurados participantes do Concurso em 2021 também foram incluídos como candidatos à Comissão Julgadora. Esta, por fim, foi composta por:

- I - ANDREA CIACCHI, doutor em Estudos Ibéricos na Universidade de Bolonha, é professor titular no Programa Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos e do Programa de Literatura Comparada da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).
- II - JÚLIO CÉSAR SUZUKI, doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), é livre docente em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia e professor Associado do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo.
- III - MICHELLE PATRÍCIA PAULISTA DA ROCHA, doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, é pesquisadora do NCCEN - Núcleo Câmara Cascudo de estudos norte-rio-grandenses.
- IV - IAPERI SOARES DE ARAÚJO, médico, desenhista, gravador, escritor, poeta, e crítico de arte, é fundador da Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço, presidiu a Associação Brasileira de Medicina Popular, é membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e dos Institutos Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e de Goiás, além de presidir a Comissão Norte-Rio-Grandense de Folclore.
- V- DALIANA CASCUDO ROBERTI LEITE, psicóloga, foi diretora do Memorial Câmara Cascudo - Natal/ RN, é Presidente e sócia fundadora da Ludovicus - Instituto Câmara Cascudo - Natal/RN.
- VI - LUIZ CÉSAR DOS SANTOS BAÍA, doutor em Museologia e Patrimônio pelo Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia - UNIRIO/MAST, é pesquisador do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP, do Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Foram concedidos os prêmios de 1º e 2º lugares, bem como três menções honrosas. O 1º lugar recebeu a premiação de R\$ 25.000,00 e o 2º lugar, R\$ 20.000,00.

## 1º prêmio:

Monografia: “O Circuito das Artes Populares no Brasil: o caso do povoado Ilha do Ferro/AL”, de Artur André Lins,

dissertação de mestrado defendida sob o título original “Artesanato e Capitalismo: o caso da Ilha do Ferro (Alagoas)”, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Departamento de Sociologia.

## 2º prêmio:

Monografia: “Entre ausências e presenças, enredamentos com a vida de Joãozinho da Gomeia em Duque de Caxias”, de Adriana Batalha dos Santos, tese de doutorado defendida sob o título original “Pandeiro não quer que eu sambe aqui/ Viola não quer que eu vá embora’: Entre ausências e presenças, enredamentos com a vida de Joãozinho da Gomeia em Duque de Caxias”, no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

## 1ª menção honrosa:

Monografia: “LEZÔ, LEZÁ, VAMÔ VADIÁ, NESTA LEZEIRA! - Ancestralidade e simbolismo na dança da Lezeira do sertão do Piauí”, de Eduardo Pontin Ferreira de Araújo, apresentada sob o título original “A importância da Lezeira para a Cultura Popular” no Encontro de Cultura Regional do centro-sul do Piauí, da Academia Florentense de Cultura Popular.

## 2ª menção honrosa:

Monografia: “Cantar os Reis’: Sistemas de Cantoria e Localidade”, de Priscila Maria Ribeiro Buzzi, defendida sob o título original “Cantar os Reis’: Sistemas de Cantoria e Localidade, na Universidade de São Paulo - Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP).

## 3ª menção honrosa:

Monografia: “Luta”, de Amalle Catarina Ribeiro Pereira, tese de doutorado defendida sob o título original “VIDA DE GADO: vaqueiros entre a lida e a palavra em Serrita (PE)”, na Universidade de Brasília (UnB).

## Prêmio Mário de Andrade de Fotografias Etnográficas do Patrimônio Cultural Imaterial

O CNFCP, juntamente com a participação da Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade (DPI), instituiu o Prêmio Mário de Andrade neste ano de 2022, com o objetivo de promover e apoiar a documentação, a difusão e a valorização do patrimônio cultural imaterial do país numa perspectiva de reconhecimento da diversidade cultural brasileira.

O Prêmio, que está em sua primeira edição, foi direcionado à premiação de fotografias de caráter etnográfico que tenham, por objeto, temas relativos aos bens de natureza imaterial reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Iphan.



Houve duas categorias de inscrição: fotografias individuais - cada inscrito poderia enviar até 10 delas - e séries fotográficas, de 5 a 10 fotos, com cada inscrito podendo enviar até duas séries.

Os vencedores de cada categoria receberam prêmios de R\$15.000,00 (1º lugar), R\$ 12.000,00 (2º lugar) e R\$8.000,00 (3º lugar). Houve ainda, conforme previsto no edital, 10 menções honrosas em cada categoria.

Foi nomeado um Comitê de Habilitação para verificar se as inscrições atendiam aos requisitos exigidos. O Comitê foi composto por estes três servidores do quadro do CNFCP:

Receberam-se, ao todo, 198 inscrições: cento e uma na categoria individual e noventa e sete na categoria série. Destas, foram habilitadas 179 ao todo, das quais 89 na categoria série, e 90 na categoria individual.

As inscrições habilitadas foram enviadas para a Comissão Especial de Seleção, composta por cinco especialistas nas áreas de artes visuais e/ou ciências sociais, considerando sua atuação e reconhecimento profissional e/ou acadêmico nos campos do patrimônio cultural imaterial, fotografia e/ou das artes visuais, designados pelo CNFCP, sendo todos integrantes dos quadros do Iphan.

### Suplentes da Comissão Especial de Seleção:

I - Clara Marques Campos, pelo Departamento de Patrimônio Imaterial - DPI

II - Daniel Roberto dos Reis Silva, pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP

O material foi analisado de acordo com os seguintes critérios: criatividade e originalidade (inventividade na abordagem e enfoque adotados); composição fotográfica (organização dos elementos das fotos, levando em conta diversos fatores como: textura, contraste, profundidade de campo, posição dos elementos, plano de enquadramento, entre outros); qualidade artística (relevância, impacto e qualidade em relação ao valor cultural expresso na fotografia ou série fotográfica); consistência do contexto etnográfico (capacidade de expressão de interpretação ou narrativa etnográfica por meio da linguagem fotográfica).

### Premiados - Séries fotográficas:

1º lugar: Ricardo Beliel, com a Série “Samba Carioca 1”.

2º lugar: Marcio Henrique Furtado Vasconcelos, com a Série “A Fé no São João”.

3º lugar: Maria Puppim Buzanovsky, “Minha Sereia é Rainha do Mar: Festa da Capoeira na Festa de Yemanjá”.

### Menções honrosas:

1. Flavio Rogerio Rocha, com a Série “Artesanias - Confecção de Rabecas”
2. Mateus Sá Leitão de Castro Soares, com a Série “Cambinda Brasileira”
3. Explorer Projetos Fotográficos LTDA, com a Série “Construtores de Música”

4. Marcello Junior Lopes Dantas, com a Série “Festa do Divino Pirenópolis/GO - Ensaio Geral 2022”.

5. Robério Eduardo de Mendonça Braga, com a Série “A arte à sombra”.

6. Thomas Lopes Whyte, com a Série “Bumba meu Boi - Tradição movente e luminosa”.

7. Thiago de Andrade Morandi, com a Série “Ofício de Sineiro: corpo, alma e tradição”.

8. Eraldo Peres da Silva, com a Série “Maracatu de Baque Solto, A força do povo negro da zona canavieira”.

9. Julio Aderson Borralho Magalhães Segundo, com a Série “Tambor de Crioula”.

10. Alexandre Rodrigues Couto, com a Série “Batismo do Boi de Pindaré” Premiados.

### Premiados - Fotografias Individuais

1º lugar: Fernanda Karina Vasconcellos Símaro, com a fotografia “A fé conduz”.

2º lugar: Emerson de Paula Alves, com a fotografia “Capoeira sobre as Minas Gerais”: 3º lugar: Juliana Loureiro Silva, com a fotografia “Coreira do tambor de crioula de Santa Rosa dos Pretos dança com São Benedito”

### Menções honrosas:

1. José Costa Miranda Júnior, com a fotografia “Esquentando o Pandeirão”.
2. Camila Lima Paixão de Oliveira, com fotografia “sem título” relacionada ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré.
3. Rafael Sampaio Martins, com a fotografia “sem título” relacionada às Matrizes Tradicionais do Forró.
4. Pablo Alfredo De Luca, com a fotografia “Capoeira na praia”.
5. Marco Antônio Fontes de Sá, com a fotografia “Paneleiras”.
6. Pablo Gabriel Pinto Monteiro, com a fotografia “sem título”, relacionada ao Tambor de Crioula do Maranhão.
7. Ingrid Rayssa Araújo Barros, com a fotografia “Morte do Boi de Pindaré”.
8. Deia do Socorro Pinheiro Lima, com a fotografia “Imagens de Fé 1”.
9. Emerson Ricardo Rodrigues Pereira, com a fotografia “Caboclo de Pena”.
10. Fernando Dhermam Calixto Maria, com a fotografia “O Yaokwa”.

Além das premiações e das menções honrosas, ao todo 478 fotografias individuais (lembre-se que cada inscrição continha até 10) e 104 séries (cada inscrição continha até 2) atingiram a nota mínima para serem classificadas, o que significa que foram incorporadas ao acervo do Iphan.

### Projeto Um dedo de Prosa

Em 2022, o Projeto Um Dedo de Prosa focalizou rodas de conversas com detentores de bens registrados, de bens revalidados e bens em processo de registro, como as destacadas a seguir:

Em 10 de março:

Tema: Mulheres na xilogravura.

Participantes: Milena Fernandes e Lucélia Borges, xilogravadoras.

Em 19 de maio, no âmbito da 20ª Semana Nacional de Museus:

Tema: O poder do museu e a potência da cultura popular.

Participantes: Ermelinda de Almeida, pintora, e Airá

O Crespo, grafiteiro.

Em 8 de junho, no âmbito da Semana Nacional de

Arquivos:

Tema: Choro Memorabilia.

Participantes: Pedro Aragão (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO), Rafael Velloso (Universidade Federal de Pelotas - UFPel) e Lúcia Campos (Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG).

Em 14 de julho:

Tema: O processo de registro do Congado/Congadas/

Reinado.

Participantes: Rainhas Belinha e Ana Luzia.

Em 21 de julho:

Tema: Literatura de Cordel.

Participantes: Moreira de Acopiara e Dalinha Catunda, cordelistas.

Estas duas últimas edições não puderam ser transmitidas ao vivo, por conta do período eleitoral, que exigiu a retirada do ar das plataformas do Iphan. Foram colocadas no ar logo após esse período.

## Acompanhamento do Processo de Registro do Choro

Após a realização de 20 seminários virtuais temáticos por meio do canal Youtube sobre os seguintes assuntos: acervos de choro, ensino do choro, roda de choro, instrumentos musicais do choro, as ações realizadas no decorrer da instrução técnica foram as seguintes:

- Coleta de depoimentos com chorões de referência:

Foram entrevistados 49 chorões das diversas regiões do país. As entrevistas foram realizadas por meio virtual pela equipe de coordenação da pesquisa, e acompanhadas pela equipe de produção dos videodocumentários. O conjunto de depoimentos soma em torno de 100 horas de registro. Essas entrevistas foram transcritas e servem de base para a produção dos videodocumentários.

- Realização de Encontros regionais e/ou estaduais por meio virtual com detentores e instituições e grupos locais:

O objetivo foi o de oferecer aos detentores, uma devolutiva dos resultados de pesquisa e de coleta de depoimentos para recomendações de salvaguarda, com o acompanhamento dos técnicos das superintendências envolvidos na salvaguarda de patrimônio imaterial, da equipe responsável pela instrução técnica do Registro do Choro. As ações de salvaguarda identificadas pelos participantes dessas reuniões técnicas estão sendo sistematizadas e integrarão o dossiê de registro.

Estão em processo de finalização, revisão e diagramação:

- O dossiê que apresenta o bem como patrimônio cultural, elaborado a partir das pesquisas de campo e das entrevistas transcritas e sistematizadas;
- O dossiê fotográfico;
- O dossiê fonográfico;
- As planilhas dos dados levantados nas pesquisas bibliográfica, arquivística, discográfica e de campo;
- Os dois vídeos-documentários, de longa e de curta duração.

## Outras ações desenvolvidas pela pesquisa

- Participação nas feiras do Jardim do Museu da República/RJ:

Neste ano, o ponto de comercialização passou a integrar as feiras do Jardim do Museu da República, que começaram a ocorrer com uma frequência quinzenal. Por meio de um acordo com o Museu da República, os organizadores de cada feira cederam uma barraca.

Calendários de Feiras do Museu da República que tiveram participação do Espaço de Comercialização Permanente da SAP

### AGOSTO

13 e 14 - Festival do Café + Feiras do Circuito Carioca de Artesanato

27 e 28 - Junta Local

### SETEMBRO

10 e 11 - Feiras do Circuito Carioca de Artesanato + Festival do Café

### NOVEMBRO

19 - Arte com Ziriguidum

### DEZEMBRO

4 - Feira de Natal das crianças

10 e 11 - Circuito Carioca

17 e 18 - Junta Local

## Termo de Cessão Provisória

Foram firmados três Termos de Cessão Onerosa Provisória para a Acamufec gerir o espaço de comercialização. O primeiro válido de 07/06/2022 a 07/09/2022, o segundo, de 07/09/2022 a 07/10/2022. Já o terceiro está em a data de validade de 07/10/2022 a 01/03/2023.

## Comissão SAP 40 anos

Em dezembro de 2022, foi formada a Comissão SAP (Sala do Artista Popular) 40 anos, composta por técnicos do Setor de Pesquisa, Difusão, Museologia e Biblioteca. A Comissão tem por objetivo elaborar e executar um plano de trabalho durante o ano de 2023, com vistas a sistematizar o conhecimento em torno da metodologia do Programa SAP, e avaliar seu percurso sob uma perspectiva crítica, compreendendo, tanto o levantamento da produção de registros de diferentes mídias



que alimentam os acervos do CNFCP, quanto o diagnóstico a respeito dos efeitos do reconhecimento e da promoção das centenas de artistas populares, que o Programa SAP se propõe a atender.

Tais estudos subsidiarão ainda a candidatura do Programa na Lista de Boas Práticas da Unesco. Para tanto, a Comissão SAP 40 anos está realizando reuniões entre os membros para organizar-se em torno de grupos de trabalho e de reuniões com membros da Coordenação de Registro do DPI, que se propuseram a compartilhar uma ferramenta de avaliação de políticas de bens culturais, e, portanto, subsidiar o estudo para a inscrição do Programa SAP na Lista de Boas Práticas.

### Os membros da Comissão, nomeados por Portaria, são:

- Lívia Ribeiro Lima Figueiredo (Coordenadora);
- Carolina Gomes Paulse;
- Luiz Cesar dos Santos Baía;
- Flávia Klausing Gervásio;
- Marta Kummer Loreto;
- Marcos Vinícius Ribeiro de Assis;

### Suplentes:

- Túlio Lourenço do Amaral;
- Maria Lucila Silva Telles;
- Elizabeth Bittencourt Paiva Pougy.

### 4.3.11.3 - Museu do Folclore Edison Carneiro

O Museu de Folclore Edison Carneiro é responsável pela guarda, documentação e disponibilização ao público da coleção de cerca de 17 mil obras que compõem o seu acervo. Esse número deve chegar a 18 (dezoito) mil, levando-se em conta o recebimento de três grandes coleções, como doação, desde 2018, além de uma centena de outras obras doadas pela Aca-mufec, provenientes das exposições da Sala do Artista Popular.

Além da catalogação, higienização e marcação das obras que dão entrada no acervo permanente, também são feitas fotografias para acompanhar a inserção dessas informações na base de dados do CNFCP, que disponibiliza ao público as informações sobre todas as obras que compõem o acervo museológico por meio do site <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-nacional-de-folclore-e-cultura-popular>.

Também têm sido fotografados os objetos da coleção que ainda não dispõem de imagem digital, de forma a atualizar suas respectivas fichas, já disponíveis no referido sítio.

Ao longo do ano, continuaram a ser realizadas algumas ações conjuntas com a Biblioteca Amadeu Amaral (BAA) e a escola de Museologia da Unirio, como: reuniões de planejamento e monitoramento do acordo de parceria firmado entre as instituições; a colaboração com as disciplinas de documentação museológica, contribuindo com a formação de alunos sobre as especificidades de documentar os acervos sobre culturas

populares e a colaboração da escola de museologia para pensar sobre os processos de documentação do CNFCP.

O referido Museu é bastante procurado por pesquisadores, professores e estudantes interessados no campo das culturas populares e de questões museológicas específicas relacionadas à gestão dessa tipologia de objetos. Com a exposição de longa duração ainda fechada ao público, retomou-se o recebimento de visitas à reserva técnica e conversas sobre as especificidades do Museu de Folclore.

### Incorporação de acervo

- Doação da coleção de arte popular pertencente à Sra. Lia Buarque de Macedo, composta de 139 obras, doadas pelo seu filho Thomas Cardoso.

### Processamento técnico de acervo

- Registro de 3 (três) novos objetos.
- Atualização de 3.749 (três mil setecentos e quarenta e nove) formulários na base de dados PHL com produção e inserção de 145 (cento e quarenta e cinco) imagens digitais de obras do acervo e digitalização de 124 (cento e vinte e quatro) fichas de inventário.

### Levantamento de acervos

- Obras da artista Luzia Dantas a pedido do Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (MCC/UFRN), para a produção de catálogo.
- Dados quantitativos sobre objetos do bumba-meu-boi, como parte do projeto de mapeamento de coleções de cultura popular sob tutela de museus do Rio de Janeiro/RJ; a pedido da Professora Dra. Elizabete de Castro Mendonça, do Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e Documentação, em Museus da Escola de Museologia da UNIRIO.
- Obras de cerâmica de Caruaru/PE, dentro das ações do Acordo de Cooperação Técnica CNFCP/UNIRIO.
- Obras com temática sobre o circo para empréstimo ao Museu do Pontal.
- Imagens do acervo do MFEC sobre carnaval, a pedido da Difusão Cultural, para uso nas redes sociais do CNFCP.
- Obras do artista Ditinho Joana [Benedito da Silva Santos] por solicitação do Sr. Nelson Russi, produtor do Globo Rural, de São Paulo/SP.

### Preservação de acervos

- Acompanhamento e controle dos objetos e espaço da exposição de longa duração, em função da realização da reinstalação do sistema de ar-condicionado, dentro das obras do TAC.
- Controle e higienização periódica do acervo em exposição de longa duração e na reserva técnica, acompanhamento da obra TAC.



- Acompanhamento periódico da limpeza do mobiliário das reservas técnicas 1 e 2.
- Higienização periódica dos objetos que compõem a mostra “Xilogravura”, em exposição na Galeria Mestre Vitalino
- Higienização dos 300 (trezentos) objetos que compõem a exposição “Os objetos e suas narrativas”, visando a reabertura da exposição de longa duração.
- Higienização de 73 (setenta e três) objetos emprestados para o Museu do Pontal. Acompanhamento da realização dos laudos técnicos e embalagem para o empréstimo.
- Ida de técnicos do museu à residência da Sra. Lia Buarque de Macedo, para acompanhamento e orientação da embalagem dos objetos doados ao acervo permanente do Museu de Folclore Edison Carneiro (MFEC).

## Atendimentos

O museu realiza atendimentos a diversas demandas internas e externas, desde levantamentos referentes à existência no acervo de objetos relacionados a determinados temas, seja para atender demandas internas, como uso nas redes sociais da instituição, ou externas, para pesquisas diversas, até o acompanhamento de visitas técnicas aos seus espaços, como as reservas técnicas ou galerias de exposição.

Acompanhamento presencial da embalagem e da coleta de obras do acervo do MFEC emprestadas ao Museu Casa do Pontal, para constarem da exposição “O circo chegou”, feita pela transportadora Fink Mobility.

Atendimento para a devolução de uma obra que foi equivocadamente recolhida para doação ao acervo do MFEC.

## Visitas à reserva técnica

- Acompanhamento à pesquisadora aluna do Mestrado em Conservação Preventiva para Museus (*Preventive Conservation MA*), ensinado de forma Ensino à Distância (EAD), pela universidade de *Northumbria* (Inglaterra), em visita à reserva técnica para acompanhar as práticas de armazenagem e preservação do acervo de trajes e têxteis do Museu de Folclore Edison Carneiro.
- Acompanhamento de representantes da Associação Cultural Boi-Bumbá Caprichoso, da cidade de Parintins/PA, em visita à reserva técnica ao acervo relacionado a esse boi.
- Acompanhamento aos pesquisadores em visita à reserva técnica, para pesquisa e levantamento de artistas populares, com vistas a criação de protótipos de personagens para o curta metragem “A Rede”.
- Atendimento à turma de alunos do curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense/Rio das Ostras, disciplina Culturas no Brasil, em conversa sobre o MFEC e visita à reserva técnica. Atendimento /acompanhamento de visita à reserva técnica do MFEC à alunos da disciplina Informação e Documentação Museológica I, da Escola de Museologia da UNIRIO.
- Acompanhamento da turma de Museologia da UNIRIO, da disciplina Antropologia, em conversa sobre o MFEC e visita à reserva técnica.

- Acompanhamento de visita do ex-Diretor do DPI aos espaços do MFEC.
- Atendimento à solicitação da Superintendência de Museus do RJ em relação a contato com familiares do artista Chico Tabibuia.
- Acompanhamento do Deputado Julio Lopes e da Diretora do CNFCP em visita à reserva técnica.
- Acompanhamento do escritor José Inácio Vieira de Melo e da Diretora do CNFCP em visita à exposição Xilogravura e à Reserva Técnica.
- Acompanhamento de servidora, em visita aos espaços do CNFCP, antes de sua vinda definitiva para ocupar a função gratificada no MFEC.
- Acompanhamento do novo servidor da Coordenação Administrativa do CNFCP, em visita à reserva técnica, com o Coordenador Administrativo.
- Acompanhamento do Secretário Municipal de cultura de Búzios e assessora, junto com a diretora do CNFCP em visita à reserva técnica.

## Atendimento a pesquisadores

- Concessão de entrevista à pesquisadora, aluna do Mestrado em Conservação Preventiva para Museus (*Preventive Conservation MA*), EAD da Universidade de Northumbria (Inglaterra), sobre gestão de coleções/*benchmarks* em conservação de coleções.
- Atendimento a professor do Grupo Museologia Experimental e Imagem (MEI) e Laboratório de Museologia Experimental (LAMEX) da Escola de Museologia da UNIRIO, para organizar os procedimentos relacionados à pesquisa de mapeamento de acervos de matriz afro-brasileira, em especial a coleção do Museu de Folclore Edison Carneiro.
- Acompanhamento de bolsista do Grupo MEI e LAMEX, da Escola de Museologia da UNIRIO, em pesquisa de mapeamento de acervos de matriz afro-brasileira.
- Atendimento a grupo de estudantes de Museologia da UNIRIO, a disciplina Informação Documentação Museológica I, sobre gestão de acervos.
  - Atendimento a pesquisador, para a identificação de uma obra de autoria da artesã Dona Neném [Maria das Neves Filipe].
- Atendimento à bolsista/estudante de Museologia do Grupo MEI e LAMEX/UNIRIO, em pesquisa de mapeamento de acervos de matriz afro-brasileira em museus do Rio de Janeiro/RJ.
- Atendimento à professora do Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e Documentação em Museus da Escola de Museologia da UNIRIO, em pesquisa sobre objetos do bumba-meu-boi, como parte do projeto de mapeamento de coleções de cultura popular sob tutela de museus do Rio de Janeiro/RJ;
- Atendimento a alunas para trabalho da disciplina Informação e Documentação Museológica I, da Escola de Museologia da UNIRIO sobre gestão de coleções do MFEC;
- Atendimento à professora do Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e Documentação em Museus, da



Escola de Museologia da UNIRIO, em pesquisa sobre indicadores culturais focais em direitos culturais e patrimônio imaterial – gestão de coleções.

- Atendimento à museóloga contratada do Centro Cultural do Ministério da Saúde, em pesquisa sobre instalação e funcionamento de reserva técnica.
- Atendimento à aluna de Mestrado e bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, em visita à reserva técnica, como parte de sua pesquisa para dissertação sobre “Pano da costa: reflexões sobre a roupa da baiana, memória, patrimônio e vestuário”.
- Cessão de imagens de panos da costa do acervo do MFEC à mestranda em Memória Social de Museologia da UNIRIO, para constarem de apresentação no XI CONINTER – “Diversidade e Resistência na Ciência: diálogos e desafios interdisciplinares sobre crises sistêmicas”, intitulada “Pano da costa: reflexões sobre a roupa da baiana, memória, patrimônio e vestuário”.

## Atendimento virtual

- Videoconferências com o professor do Laboratório de Museologia Experimental (LAMEX/UNIRIO), e a estudante de Museologia, Elizete Barnabé, bolsista do Grupo Museologia Experimental e Imagem (MEI/UNIRIO), na série de entrevistas ao pesquisador Raul Lody, ex-servidor do CNFCP, como parte da pesquisa de mapeamento de acervos de matriz afro-brasileira em museus do Rio de Janeiro/RJ, em especial no Museu de Folclore Edison Carneiro.
- Videoconferência solicitada por representantes do Acervo Djalma Correa, para consultoria sobre realização de exposição itinerante.
- Videoconferência com professores da BAA, e da UFF, e artistas de Caruaru/PE, em continuidade às ações do ACT NFPC/NUGEP/UNIRIO.
- Videoconferência com pesquisadora pós-graduanda em Artes Visuais da UFRJ, em proposta de parceria junto ao desenvolvimento do Projeto de Extensão “Tecendo Frutos da Terra”, que busca pensar e debater o lugar da tipologia têxtil no Brasil, considerando múltiplas influências culturais. Na parceria a proposta seria a realização um diagnóstico do acervo têxtil e, na sequência, propor um plano de trabalho para conservação e/ou restauração do acervo têxtil, considerando todo trabalho físico e de documentação. Proposta não concretizada, em função da necessidade de se estabelecer um Acordo de Cooperação Técnica com a universidade.
- Videoconferência com estudante de Museologia da UNIRIO, para acompanhamento, como coorientadora, do seu Trabalho de Conclusão de Curso, “Lacunas informacionais na documentação museológica: uma análise sobre a coleção de Bumba Meu Boi do Maranhão sob a guarda do Museu de Folclore Edison Carneiro (1969-2012)”.

## Estágio

- A partir de janeiro de 2022 o MFEC contou com a colaboração de um estudante de Museologia em estágio.

• Foi elaborado e assinado novo Acordo de Cooperação Técnica com a Escola de Museologia da UNIRIO, para que o MFEC receba estudantes para cumprirem o estágio curricular obrigatório não remunerado.

## Outras ações desenvolvidas pelo Museu

- Foram retomados, em julho de 2022, contatos por e-mail com a representante do Google Arts and Culture, para estabelecer parceria entre a empresa e o CNFCP, com vistas à assinatura do convênio com o CNFCP. Para o desenvolvimento dessa ação foi realizado o acompanhamento de fotografia de alguns objetos da exposição “Os Objetos e suas narrativas”, e ainda, a conferência de dimensões e metadados de todas as obras dessa exposição, para constarem da página do CNFCP no Google Arts and Culture.
- Empréstimo de obras do acervo do Museu de Folclore Edison Carneiro, para compor exposição “O circo chegou” do Museu do Pontal, inaugurada em outubro de 2022.

Acompanhamento das obras do TAC nos espaços do museu e participação nas reuniões.

### 4.3.11.4 - Biblioteca Amadeu Amaral

A Biblioteca Amadeu Amaral (BAA) possui um extenso acervo dedicado ao campo das culturas populares, que engloba cerca de 10 mil obras bibliográficas e uma cordelteca com mais de 10 mil folhetos de cordel e hemeroteca. Além disso, a BAA engloba, também, os arquivos institucionais que contam com cerca de 200 metros lineares de material manuscrito e, aproximadamente, 150 mil fotografias em diversos formatos e suportes, além de acervos sonoro e visual que representam a memória institucional.

Parte deste material está digitalizado e disponível no site institucional [www.cnfcp.gov.br](http://www.cnfcp.gov.br), como a hemeroteca e a cordelteca. Também neste domínio estão disponíveis uma série de publicações realizadas pelo CNFCP, tais como a Revista Brasileira de Folclore; os catálogos das exposições realizadas na Sala do Artista Popular e na Galeria Mestre Vitalino; e o Tesouro da Cultura Popular, projeto apoiado pela Unesco.

Pretende-se a médio prazo a digitalização do acervo manuscrito e audiovisual, buscando otimizar a sua conservação e democratização de acesso aos mesmos por meio de plataformas públicas de consulta. Parte desse processo, já realizado, refere-se aos Fundos Folcloristas – Série Edison Carneiro e Comissões de Folclore, Séries – Documentos (1947-1970) e Correspondências (1947-1980), esta última digitalizada com o apoio do “Programa de *Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos*” da Espanha. Por enquanto, estas coleções ainda estão disponíveis para consulta apenas nos terminais internos em formato off-line.

Com a pandemia causada pela Covid-19, com relação às obras realizadas no CNFCP e aos trabalhos de transferência de acervo, os atendimentos ao público realizados pela BAA vêm sendo realizados de forma remota, a partir das demandas recebidas via e-mail.





## Atividades realizadas em 2022:

- A equipe de audiovisual avançou nos processos de captura e tratamento digital dos acervos de discos de vinil, tendo como meta a mudança de suporte completa deste acervo até 2023;
- Por meio de projeto financiado pela Faperj, foi feita a aquisição de 20 estantes, para o acondicionamento exclusivo de acervo arquivístico.
- Foi finalizado o tratamento de parte do arquivo manuscrito, realizado via contratação de serviço de empresa especializada. O processo foi iniciado em 2019 e interrompido durante a pandemia. É de fundamental importância a continuidade do tratamento destes acervos com fins de conservação e disponibilização pública.
- Seguiu-se em curso, ao longo de 2022, as atividades de orientação e supervisão técnica da bolsista do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, que vem realizando um estudo e diagnósticos sobre o acervo manuscrito do CNFCP, também, no intuito de otimizar a sua conservação e acesso público.
- Foram realizadas atividades de orientação de estágio relacionadas ao acervo manuscrito e fotográfico.
- Foi realizado processo seletivo interno para ocupação de uma FG03, na função de arquivista. Esta foi realizada com fins de atender à demanda de substituição da profissional anterior, que faleceu, vítima do Covid-19. Ressalta-se a importância da presença de profissionais especialistas formados na área de arquivologia, considerando a especificidade e unicidade do acervo institucional do CNFCP.
- Foi realizada a reorganização dos espaços físicos dos acervos manuscritos, envolvendo a transferência ordenada de parte do acervo, recategorização dos espaços de guarda e higienização de arquivos deslizantes, com vistas a otimizar a utilização de seu espaço.
- Ao longo do ano, foram realizadas, ainda, diversas ações conjuntas com o MFEC e a Escola de Museologia da UNIRIO. Estas envolveram reuniões de planejamento e monitoramento do acordo de parceria firmado entre as instituições; a colaboração com as disciplinas de documentação museológica, contribuindo com a formação de alunos sobre as especificidades de documentar os acervos sobre culturas populares; e a colaboração da escola de museologia para pensar sobre os processos de documentação do CNFCP.
- Foram realizadas reuniões com a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Arquivísticos do Iphan, para contribuições quanto à construção do plano tipológico documental e da tabela de temporalidade.
- Está em curso a chamada pública para recebimento de artigos para a publicação de uma reedição comentada da Carta do Folclore Brasileiro, documento basilar das ações sobre o campo do folclore no Brasil e originalmente publicado em 1951. A previsão de término dos trabalhos é junho de 2023.
- Foram realizadas reuniões internas e com a equipe do DPI, sobre o termo de cooperação técnica para produção audiovisual entre o Iphan e o CTAV.
- Deu-se continuidade aos processos de revisão dos descritores do acervo de periódicos na base de dados.

- Deu-se continuidade, também, aos processos de revisão dos descritores do acervo de fotografia digital no servidor e na base de dados.
- O Concurso de Fotografias Mário de Andrade envolveu a participação de técnicos do Arquivo Audiovisual da BAA em diferentes etapas. Neste momento, trabalha-se no processo de incorporação das fotografias inscritas e selecionadas pelo edital do prêmio. Em breve estarão disponíveis para consulta pública.
- Vem sendo elaborada uma nova ficha de catalogação de arquivos manuscritos, visando otimizar a inserção de dados no PHL e, conseqüente, a disponibilização pública de dados.
- Foi realizado um diagnóstico de condições de conservação e segurança no acervo, por bolsista do Mestrado Profissional.
- Foi feito um novo backup e cessão de arquivos da coleção Théo Brandão, a pedido do Museu Théo Brandão. Essa troca de dados é parte de uma parceria com o museu, para a troca de informações sobre os acervos de Théo Brandão presente em ambas as instituições.
- Foram realizadas obras de substituição de sistema de ar-condicionado no espaço de acondicionamento do acervo bibliográfico. Foi informada a necessidade de obras de contenção de umidade nas paredes da BAA.
- Foram recebidas diversas doações avulsas de acervo bibliográfico ao longo do ano. Além disso, recebeu-se parte do acervo bibliográfico do pesquisador Raul Lody. O material foi listado para realização do termo de doação e aguarda tratamento.

## Tratamento técnico:

- Livros - 02
- Folhetos - 91
- Analítica - 83
- Identificação das fotografias digitais - 778
- Captura de fotografia digital - 440
- Captura digital de arquivos de áudio - 2500
- Cópia de CD e DVD - 28
- Conserto/inserção na base sobre os assuntos/autoridades - 154
- Catalogação de CD, DVD e Vinil: 228
- Edição de vídeo - 38.

## 4.3.11.5 - Difusão

### Programa Educativo

#### Reunião de Apresentação dos Projetos Itinerantes:

- 14/09 – Reunião com turmas do curso de pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ). Total de 21 (vinte e uma) pessoas;
- 06/10 – Reunião com uma turma do curso de pedagogia do ISERJ. Total de 28 (vinte e oito) pessoas;
- 08/11 – Reunião com representantes da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico de Armação dos



Búzios/RJ. Visitação aos espaços do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (Sala do Artista Popular, Galeria Mestre Vitalino, Espaço de Comercialização, Biblioteca Amadeu Amaral, Reserva Técnica do Museu de Folclore). Total de 3 (três) pessoas.

## Utilização dos Projetos Educativos Itinerantes:

### Projeto: Olhando em Volta, Módulo Arte

- 24/10 a 15/12/2022 com o ISERJ. Turmas contempladas pelo projeto: Educação Infantil - 8 turmas 12 alunos por turma (96 estudantes); Ensino Fundamental- 5 turmas, 15 alunos por turma (75 estudantes); Educação de Jovens e Adultos (EJA) - 1 turma - 12 alunos; Turmas da Pedagogia- 3 turmas de 25 alunos por turma (75 estudantes); total de pessoas envolvidas com projeto: 258.

### Projeto: De Mala e Cuia

- 22/08 a 13/09/2022 com a Escola Municipal Vital Brasil. Turmas contempladas pelo projeto: Turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental; Total de pessoas envolvidas com projeto: 280.

## 4.3.11.6 - Docência, Participação em Bancas e Núcleos de Pesquisa

### Docência

- Disciplina: Patrimônio, cidadania e diversidade cultural. Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do Iphan. Professor Daniel Reis. Carga Horária, 15h.

### Participação em bancas

- Participação de Luiz César Baía em banca de Denise Vasconcelos Franco de Sá: Coleção Nina Sargaço: o fio e a trama nas memórias têxteis. 2022. Qualificação de Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) - Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).
- Participação de Luiz César Baía em banca de Sura Souza Carmo: Penca de balangandãs: de joia de crioula a símbolo da baianidade. 2022. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) - UNIRIO.
- Participação de Daniel Reis em banca de defesa de mestrado de Paulo Henrique Pace. O Manto Sagrado e o Torcedor Rubro-Negro: um estudo sobre futebol, patrimônio e identidade em museus. 2022. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, da UNIRIO.
- Participação de Daniel Reis em banca de qualificação de mestrado de Maicon Fernandes Marcantes. Coleção Perseverança: uma etnografia do processo de patrimonialização. Qualificação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Alagoas.

- Participação de Daniel Reis em banca de doutorado de Ana Carolina Vitória Arantes. Tecidos de Tucumãzeiros e gentes: interações e mudanças na produção dos trançados do arapiuns. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

## Núcleos de Pesquisa

Participação Raquel Dias Teixeira em diversas sessões do Núcleo de Antropologia Simétrica (Nansi), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) - Museu Nacional, realizadas ao longo do ano.

### 4.3.11.7 - Produção Bibliográfica

- TEIXEIRA, Raquel Dias. Candombe afro-uruguaio: análise etnográfica sobre família, sociabilidade e território no bairro de La Teja, Montevideú. Puto Sur - Revista de Geografia de la UBA. Núm. 6 (2022): Enero-Junio. <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/RPS/index>;
- REIS, Daniel. (Arte)sanato tradicional: fricções entre matrizes de pensamento. Traditional (art)craft: frictions between thought matrices. ETNOGRÁFICA, v. 26(1), p. 209-231, 2022. <https://journals.openedition.org/etnografica/11464>; e
- REIS, Daniel. Patrimônios culturais como recurso: tensões e dissonâncias sobre a patrimonialização do Concurso Miss Brasil Gay. ACENO – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, v. 9, p. 33-48, 2022.

### 4.3.11.8 - Parcerias

- Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro (Acamufec) – no âmbito das atividades do Programa Sala do Artista Popular e gestão do Espaço de Comercialização Permanente deste programa.
- Museu da República/Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em diversas ações como cessão de espaço, sinalização de eventos do CNFCP e viabilização da participação do espaço de comercialização do Programa SAP nas feiras organizadas pelo Museu da República. Escola de Museologia da UNIRIO – na realização de parcerias sobre estudos e processos técnicos sobre documentação de acervos voltados para as culturas populares.

## Departamento de Projetos e Obras (DPO)

### 4.3.12 - Ações de preservação do patrimônio das cidades históricas

O Departamento de Projetos e Obras (DPO) atua em dois programas de execução de ações para a preservação do patrimônio cultural: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas e Obras do Iphan executadas com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD/ MJSP).



Nesse sentido, a atividade relacionada adere-se ao Planejamento Estratégico do Iphan (SEI nº 2686833) na seguinte forma:

- Objetivo Estratégico 10 – Ampliar o acesso aos benefícios da política de patrimônio;
- Indicador estratégico 16 – Implantar, recuperar ou modernizar equipamentos culturais e realizar obras de intervenção em bens tombados nas cidades históricas;
  - Meta – Entregar 15 obras todos os anos até 2024. Total de 60 obras na vigência do Planejamento Estratégico. A linha de base decorre das 17 obras entregues em 2020;
  - A capacidade de alcance da meta possui como ameaça a eventuais cortes orçamentários na ação orçamentária 5538, Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas.

Tendo em vista o planejamento construído, conforme exposto no referido Despacho nº 6/2023 CPC/CGPP/DPO (4155746), em 2022 foram entregues, entre obras completas (que configuram uma única etapa de execução inicialmente prevista ou cuja conclusão se refira à etapa final de uma ação do programa) e etapas de obras, 14 objetos no âmbito do PAC Cidades Históricas, além de outras 10 obras no âmbito das obras executadas com recursos do FDD/MJSP.

Quanto às iniciativas e medidas promovidas por este departamento para alcance da meta, destaca-se, além do acompanhamento dos contratos em execução pelas unidades descentralizadas, compromissários e demais entes federais, o trabalho contínuo e ininterrupto de análises técnicas de projetos e orçamentos desenvolvidos no âmbito local pelos proponentes (superintendências estaduais do Iphan, estados, municípios e outros entes federais), permitindo a construção de um banco de projetos tecnicamente aptos a receberem recursos do programa para início de execução de obras, na medida em que exista disponibilidade orçamentária.

No que se refere à vinculação dos resultados alcançados ao PPA, aos planos nacionais e setoriais do governo e dos órgãos de governança superior, esclarecemos que as intervenções desenvolvidas estão atreladas a um conjunto restrito e limitado de ações, ainda que amplo, pertencentes a programas continuados cujas ações foram previamente selecionadas, tornadas públicas por meio, por exemplo, de portarias publicadas no DOU, como a Portaria 383, de 20 de agosto de 2013, e possuindo linhas de recurso específicas, estabelecidas nas leis orçamentárias anuais, como a Ação Orçamentária 5538.

## I. Cidades Históricas – Geral

O PAC Cidades Históricas visa melhorar a qualidade de vida e a infraestrutura cultural e turística locais para seus cidadãos e visitantes. As intervenções selecionadas contemplam: elaboração de projetos; obras de restauro ou reforma de imóveis, monumentos, ou outros elementos edificados que sejam públicos, ou de uso público, além do restauro de bens móveis e integrados; obras novas, vinculadas a bens que possuam valor de patrimônio, adequando a novos usos ou para ampliação de infraestrutura do objeto.

O ambicioso programa tem realizado vultosos investimentos para qualificar as cidades, apostando no seu potencial

transformador, buscando a recuperação e a revitalização, a restauração dos monumentos protegidos, o desenvolvimento econômico e social, o suporte às cadeias produtivas locais e a contribuição com a promoção do patrimônio cultural. Entre os principais objetivos do programa, pode-se destacar:

- Ampliar a abrangência das ações e investimentos viabilizados pelos programas de requalificação urbana nas cidades históricas e garantir a continuidade do crescimento da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico do País.
- Fomentar instrumentos de recuperação de imóveis privados, investindo em edifícios e áreas públicas, considerando todos os seus usos, que dinamiza a vida nos centros históricos das cidades e eleva a autoestima da sociedade brasileira, integrando os cidadãos aos desafios da gestão do Patrimônio Cultural.
- Recuperar e a revitalizar as cidades, restaurar monumentos protegidos, a fim de fomentar o desenvolvimento econômico e social, e dar suporte às cadeias produtivas locais, com promoção do patrimônio cultural.
- Preservar a riqueza material e simbólica das cidades brasileiras, onde os instrumentos utilizados no departamento incentivam a melhoria de vida das comunidades, por meio de ações de restauro, revitalização e requalificação de edifícios, praças e outros espaços públicos de convivência, monumentos e obras de arte integradas ou não. São obras que, transversalmente às demais políticas públicas, como a educação e o turismo, oferecem suporte para as cadeias produtivas locais por meio da valorização e promoção do Patrimônio Cultural, aliados ao fortalecimento da autoestima das populações locais e de todos os brasileiros.
- Desenvolver ações integradas para promoção econômica do Patrimônio Cultural, em particular para a atividade turística, atraindo para as cidades novos investimentos e parceiros.

### As intervenções podem contemplar:

- Elaboração de projetos;
- Obras de restauro ou reforma, na forma como define a Portaria Iphan n.º 420, de 2010, de imóveis, monumentos, equipamentos ou outros elementos edificados públicos, ou de uso público, podendo contemplar os elementos necessários ao funcionamento pretendido, tais como os museográficos, cenotécnicos, luminotécnicos, entre outros, além do restauro de bens móveis e integrados; e
- Obras novas, vinculadas a algum bem que já tenha adquirido valor de patrimônio, como forma de adequar a um novo uso ou algum tipo de ampliação na infraestrutura do objeto.

#### 4.3.12.1 - Programa de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas

O Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas (PAC-CH) surgiu em 2013 para atender às cidades que possuem bens tombados pelo Iphan, com cerca de R\$ 1,62 bilhão distribuído nas cinco regiões do país, em 44 cidades



históricas de 20 estados brasileiros, destinado à restauração, conservação e requalificação urbana de edifícios e espaços públicos em 425 ações inicialmente selecionadas, tornadas públicas por meio da Portaria Iphan nº 383 de 20 de agosto de 2013. Coube ao Iphan a concepção dessa linha do programa que vem sendo executada em cooperação com diversos coexecutores, em especial estados, municípios, universidades e outras instituições federais.

No ano de 2022, o PAC Cidades Históricas entregou 8 obras nos estados do Ceará/CE, Mato Grosso do Sul/MS, Minas Gerais/MG, Santa Catarina/SC e Paraná/PR; 6 etapas de obras nos estados de Alagoas/AL, Minas Gerais/MG e Rio Grande do Sul/RS; e 4 projetos, nos estados de Minas Gerais/MG e Pernambuco/PE. Atualmente, o Programa conta com 17 obras em execução, bem como com 35 projetos de arquitetura/restauração e de engenharia em desenvolvimento. As ações do programa vêm acontecendo em 14 das 27 Unidades da Federação, contemplando os Estados do Ceará/CE, Maranhão/MA, Minas Gerais/MG, Mato Grosso/MT, Mato Grosso do Sul/MS, Pará/PA, Paraná/PR, Pernambuco/PE, Rio de Janeiro/RJ, Rio Grande do Sul/RS, Santa Catarina/SC, São Paulo/SP e Sergipe/SE.

Ressalta-se que, em termos de disponibilidade orçamentária, a Ação Orçamentária 5538 possuiu o montante de R\$ 34.565.966,00, disponíveis em 2022, os quais foram empenhados em sua integralidade pelo Departamento de Projetos e Obras, representando 100% de utilização do orçamento disponível no ano. Em termos de execução financeira, foram pagos, ao todo o montante de R\$ 22.596.639,71 ao longo do ano de 2022.

#### 4.3.12.2 - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

Criado pela [Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985](#), o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD/MJSP), teve sua estruturação definida pela Lei n.º 9.008/95. Regulamentado pelo Decreto n.º 1.306/94, o FDD é vinculado à Secretaria Nacional

do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública e tem por missão a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. A defesa desses direitos é executada pela aprovação de projetos pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD). Os projetos selecionados pelo CFDD são classificados em 5 eixos temáticos, dos quais pode-se destacar o Eixo IV - Patrimônio cultural brasileiro, no qual os projetos do Iphan se enquadram.

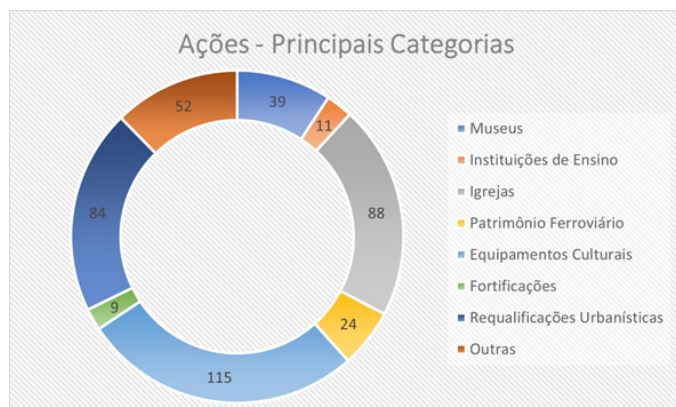
Com relação às intervenções do Iphan, cabe destacar que essas vêm sendo executadas por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED), firmados entre este Instituto (unidade descentralizada) e o FDD/MJSP (unidade descentralizadora), com recursos orçamentários provenientes da Ação Orçamentária 6067.

Em 2022, foram entregues 10 (dez) obras do Iphan executadas com recursos do FDD/MJSP, contemplando os estados de Alagoas/AL, Bahia/BA e Santa Catarina/SC, e, atualmente, há outras 5 em execução, contemplando os estados da Bahia/BA, Maranhão/MA, Rio de Janeiro/RJ, Rio Grande do Sul/RS e Santa Catarina/SC. Foram pagos, ao todo, a quantia total de R\$19.849.285,93 (dezenove milhões oitocentos e quarenta e nove mil duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos), correspondentes a recursos advindos do FDD/MJSP nas obras do Iphan ao longo do ano de 2022.

#### 4.3.12.3 - As principais categorias das ações no exercício de 2022

De modo geral, as principais ações executadas, referentes ao PAC Cidades históricas, vinculadas à Ação Orçamentária 5538, com a distribuição das ações por área de atuação conforme planejado na gênese do Programa, divididas por suas respectivas categorias, podem ser representadas pelo gráfico a seguir:

Gráfico 43 – 4.3.12.3 Principais ações, por categoria, em 2022.

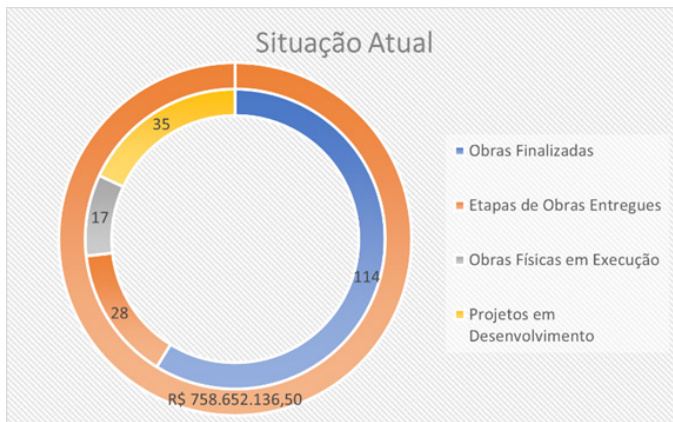


Fonte: CPC/CGPP/DPO.

#### 4.3.12.4 - Situação Atual

No âmbito da Ação Orçamentária 5538 o panorama da execução no exercício é o seguinte:

Gráfico 44 – 4.3.12.4 Situação atual dos empreendimentos relacionados à Ação Orçamentária 5538.



Fonte: CPC/CGPP/DPO.

As obras pertencentes ao PAC Cidades Históricas, que foram consideradas aptas tecnicamente e receberam recursos orçamentários ao final de 2022 para que fosse iniciado o processo licitatório para contratação são: O Restauo da Antiga Sede da Associação Recreativa Lyra da Serra (Cine Lyra), é uma obra pertencente ao Termo de Compromisso PAC CH

Nº 416, firmado entre o Iphan e o Município de Santo André; e a Requalificação urbanística do entorno do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, é uma obra pertencente ao Termo de Compromisso PAC CH Nº 360, firmado entre o Iphan e o Município de São Miguel das Missões. Atualmente, encontram-se em andamento ambos os certames por suas respectivas prefeituras municipais, e este departamento aguarda a

Tabela 4.3.12.4.1 Termos de Compromisso com autorização para início do processo licitatório em 2022, relacionados ao PAC-CH – Ação Orçamentária 5538.

TERMOS DE COMPROMISSO COM AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO PROCESSO LICITATÓRIO EM 2022.				
PROGRAMA	AÇÃO	LOCAL	VALOR DO TERMO DE COMPROMISSO (R\$)	OBSERVAÇÃO
PAC-CH	Restauração da Antiga Sede da Associação Recreativa Lyra da Serra (Cine Lyra) - Cinema	SP	1.383.169,05	Processo licitatório em andamento, ainda não há empresa contratada.
PAC-CH	Requalificação urbanística do entorno do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo - 3ª Etapa	RS	7.864.958,23	Processo licitatório em andamento, ainda não há empresa contratada.

Fonte: CPC/CGPP/DPO.

homologação do resultado, quando deverá haver o início das execuções.

O detalhamento dos resultados das Ações do PAC Cidades Históricas e das Ações do FDD, sob gestão do DPO, pode ser verificado nas tabelas à seguir:

A tabela a seguir, trata de Projetos, Obras e Etapas de Obras que foram concluídos no ano de 2022. No ano de 2022, o PAC Cidades Históricas entregou 8 Obras, nos estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná; 6

Etapas de Obras, nos estados de Alagoas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; e 4 projetos, nos estados de Minas Gerais e Pernambuco. Em termos de disponibilidade orçamentária, a Ação Orçamentária 5538 possuiu R\$34.565.966,00 disponíveis em 2022, os quais foram empenhados em sua integralidade pelo Departamento de Projetos e Obras, representando 100% de utilização do orçamento disponível no ano. Em termos de execução financeira, foram pagos, ao todo, R\$22.596.639,71 ao longo do ano de 2022.

**Tabela 4.3.12.4.2 Entregas de Projetos, Etapas de Obra e Obras no ano de 2022 – PAC-CH – Ação Orçamentária 5538.**

<b>ENTREGAS EM 2022</b>					
<b>PROGRAMA</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>TIPO</b>	<b>VALOR DE INVESTIMENTO (R\$)</b>	<b>DATA DE ENTREGA</b>
PAC-CH	Requalificação urbanística dos eixos Quatro Vinténs/ Lucas e Matriz - Matozinhos	Serro/MG	Projeto	57.000	17/02/2022
PAC-CH	Restauração do Casarão do Museu Casa dos Ottoni - anexo e acessibilidade	Serro/MG	Projeto	148.448,49	30/03/2022
PAC-CH	Restauração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Requalificação urbanística de seu Adro, Praça frontal e entorno	Serro/MG	Projeto	276.356,20	30/06/2022
PAC-CH	Restauração do Mosteiro de São Bento - Contratação de Projeto de Arquitetura, Restauração, Bens Integrados (Nave da Igreja, Biblioteca, Capela do Santíssimo), Terreno/Encosta e Complementares	Olinda/PE	Projeto	828.454,27	05/10/2022
PAC-CH	Restauração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e implantação do Museu Vieira Servas - Etapa Final	Mariana/MG	Etapas de Obra	1.971.376,81	19/02/2022
PAC-CH	Requalificação da Praça da Matriz - Etapa Final	Porto Alegre/RS	Etapas de Obra	2.396.685,84	24/03/2022
PAC-CH	Requalificação urbanística do Largo de S. Gonçalo - Cabeamento Subterrâneo - Etapa Final	Penedo/AL	Etapas de Obra	2.346.211,26	04/08/2022
PAC-CH	Restauração da Igreja Matriz de N. S. da Conceição Antônio Dias - Bens Integrados	Ouro Preto/MG	Etapas de Obra	5.394.311,4	18/11/2022

Fonte: CPC/CGPP/DPO.



ENTREGAS EM 2022					
PROGRAMA	AÇÃO	LOCAL	TIPO	VALOR DE INVESTIMENTO (R\$)	DATA DE ENTREGA
PAC-CH	Restauração da Catedral da Sé de N. S. da Assunção e da Casa Capitular (Museu de Arte Sacra) - Etapa 4 "Catedral da Sé de N. S. da Assunção - Bens Integrados"	Mariana/MG	Etapa de Obra	6.512.723,9	15/12/2022
PAC-CH	Restauração da Catedral da Sé de N. S. da Assunção e da Casa Capitular (Museu de Arte Sacra) - Etapa 5 "Catedral da Sé de N. S. da Assunção"	Mariana/MG	Etapa de Obra	749.870,58	15/12/2022
-	Restauração da Catedral da Sé de N. S. da Assunção e da Casa Capitular (Museu de Arte Sacra) - Etapa 5 "Catedral da Sé de N. S. da Assunção"	-	-	-	-
PAC-CH	Restauração da Igreja do Menino Deus	Sobral/CE	Obra	908.178,99	04/02/2022
PAC-CH	Restauração do Sobrado da Prefeitura	Sabará/MG	Obra	4.656.858,06	17/02/2022
PAC-CH	Restauração da Antiga Alfândega - Instalação da Casa do Patrimônio	Florianópolis/SC	Obra	6.054.975,98	17/03/2022
PAC-CH	Restauração do Armazém Macedo e Barracão Anexo	Antonina/PR	Obra	7.313.133,61	18/03/2022
PAC-CH	Restauração da Igreja Nossa Senhora da Candelária	Corumbá/MS	Obra	1.786.064,84	13/05/2022
PAC-CH	Restauração do Palacete Chagas Barreto - apoio ao Teatro São José	Sobral/CE	Obra	1.126.328,8	12/07/2022
PAC-CH	Restauração da Igreja do Nosso Senhor do Bonfim e os Bens Integrados	Aracati/CE	Obra	2.317.560,28	30/09/2022
PAC-CH	Requalificação urbanística do Largo Dom João e Praça Sagrado Coração de Jesus	Diamantina/MG	Obra	8.477.307,77	09/12/2022

Fonte: CPC/CGPP/DPO.

As intervenções do Iphan executadas com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos vêm sendo executadas por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), firmados entre este Instituto (unidade descentralizada) e o FDD/MJSP (unidade descentralizadora), com recursos orçamentá-

rios provenientes da ação orçamentária 6067. Em 2022, foram entregues 10 obras do Iphan executadas com recursos do FDD/MJSP contemplando os estados de Alagoas, Bahia e Santa Catarina. Foram pagos, ao todo, R\$19.849.285,93 em recursos do FDD/MJSP nas obras do Iphan ao longo do ano de 2022.



**Tabela 4.3.12.4.3 Entregas de Obras, no ano de 2022, no âmbito dos TED firmados junto ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) – Ação Orçamentária 6067.**

ENTREGAS EM 2022					
PROGRAMA	AÇÃO	LOCAL	TIPO	VALOR DE INVESTIMENTO (R\$)	DATA DE ENTREGA
FDD/MJSP	Restauração do Palácio dos Príncipes - Museu Nacional da Imigração e Colonização e construção de anexo.	Joinville/SC	Obra	3.061.738,59	21/03/2022
FDD/MJSP	Restauração do Complexo Ferroviário.	Laguna/SC	Obra	3.061.501,66	22/03/2022
FDD/MJSP	Restauração e Intervenção: Clube Congresso Lagunense.	Laguna/SC	Obra	1.377.967,2	22/03/2022
FDD/MJSP	Restauração da Igreja de Nossa Senhora do Amparo para Implantação de um Biblioteca Pública.	Marechal Deodoro/AL	Obra	1.633.394,28	28/06/2022
FDD/MJSP	Restauração da Antiga Escola Urbana de Timbó.	Timbó/SC	Obra	1.033.877,33	30/06/2022
FDD/MJSP	Restauração do Casarão da Filarmônica Terpsícore Popular.	Maragogipe/BA	Obra	4.469.190,40	01/07/2022
FDD/MJSP	Restauração da Biblioteca Juracy Magalhães Júnior.	Itaparica/BA	Obra	6.818.167,47	01/07/2022
FDD/MJSP	Restauração do Forte Santana do Estreito.	Florianópolis/SC	Obra	1.976.836,34	30/06/2022
FDD/MJSP	Restauração e Adequação da Fortaleza de São José da Ponta Grossa.	Florianópolis/SC	Obra	6.605.197,21	26/11/2022
FDD/MJSP	Restauração e Implantação da Biblioteca Anísio Teixeira.	Salvador/BA	Obra	10.032.744,54	12/12/2022

Fonte: CPC/CGPP/DPO.

Atualmente, o PAC Cidades Históricas conta com 17 obras em execução, bem como com 35 projetos de arquitetura/restauração e de engenharia em desenvolvimento. As ações do programa vêm acontecendo em 14 das 27 Unidades da

Federação, contemplando os Estados do Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.



Tabela 4.3.12.4.4 Projetos/Obras do PAC Cidades Históricas – PAC-CH – Ação Orçamentária 5538 (em execução), em 2022.

ENTREGAS EM 2022			
PROGRAMA	AÇÃO	LOCAL	VALOR DE INVESTIMENTO (R\$)
FDD/MJSP	Restauração dos Painéis de Azulejaria Portuguesa no Claustro da Igreja e Convento de São Francisco.	Salvador/BA	4.167.304,01
FDD/MJSP	Restauração e Adaptação de Uso dos Galpões do Complexo Ferroviário do Município de Caxias.	Caxias/MA	7.694.134,05
FDD/MJSP	Obras de Conservação, Restauração e Modernização do Prédio Sede da Superintendência do Iphan/RJ.	Rio de Janeiro/RJ	12.967.653,60
FDD/MJSP	Climatização Geral e Restauração da Cobertura e Torreões do Museu de Arte do Rio Grande do Sul.	Porto Alegre/RS	6.557.119,08
FDD/MJSP	Restauração e Adequação da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés.	Florianópolis/SC	8.280.955,75

Fonte: CPC/CGPP/DPO.

### 4.3.12.5 - Instrumentos

No âmbito do PAC Cidades Históricas, as Ações são executadas por meio dos seguintes instrumentos:

- Contratos de Execução Direta firmados pelas Superintendências Estaduais;
- Termos de Compromisso firmados junto a outros entes como Administração Municipal, Administração Estadual e Universidades;
- Termos de Execução Descentralizada firmados junto a outros entes da esfera federal; e
- Contratos de repasse firmados junto à CAIXA, como mandatária da União, para operacionalização de Ações.

### 4.4 - Gestão Orçamentária e Financeira

Tendo em vista a publicação da Lei n.º 14.303, de 21 de janeiro de 2022, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi contemplado com a dotação inicial de R\$ 360.937.486,00, dos quais R\$ 207.372.258,00 foram destinados para Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 10.731.438,00 para Benefícios Obrigatórios e Assistenciais, e R\$ 142.833.790,00 para despesas discricionárias. Após suas recomposições e alterações, a dotação atualizada total perfaz o montante de R\$ 361.526.844,00, o qual será discriminado nos gráficos e tabelas elencados adiante.



Tabela 4.4.1 Dotação Inicial x Atual do Iphan, referente ao exercício de 2022.

Resultado Primário Lei		Programa Governo		Unidade Orçamentária		INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	
				Ação Governo		+	-
						DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
0	FINANCEIRO	0032	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O	17.159.623,00	17.159.623,00
				<b>Total</b>		<b>17.159.623,00</b>	<b>17.159.623,00</b>
		<b>Total</b>		<b>17.159.623,00</b>	<b>17.159.623,00</b>		
1	PRIMÁRIO OBRIGATÓRIO	0032	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	0181	APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	87.571.666,00	87.964.410,00
				2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	2.297.694,00	2.297.694,00
				20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	98.433.529,00	99.940.181,00
				212B	BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	8.432.744,00	8.432.744,00
				<b>Total</b>		<b>196.735.633,00</b>	<b>198.635.029,00</b>
		0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0005	SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATÓRIOS)	4.207.440,00	3.765.024,00
				<b>Total</b>		<b>4.207.440,00</b>	<b>3.765.024,00</b>
		0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	00S6	BENEFÍCIO ESPECIAL E DEMAIS COMPLEMENTAÇÕES DE APOSENTADORIA	1.000,00	1.000,00
				<b>Total</b>		<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>
		<b>Total</b>		<b>200.944.073,00</b>	<b>202.401.053,00</b>		
2	PRIMARIO DISCRICIONARIO	0032	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	71.787.347,00	74.667.347,00
				216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PÚB	213.792,00	333.792,00
				4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	400.000,00	400.000,00
				<b>Total</b>		<b>72.401.139,00</b>	<b>75.401.139,00</b>
		5025	CULTURA	20ZH	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	22.865.792,00	21.889.186,00
				211F	FUNCIONAMENTO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	1.880.000,00	1.880.000,00
				5538	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DAS CIDADES HISTÓRICAS	37.106.982,00	34.565.966,00
				<b>Total</b>		<b>61.852.774,00</b>	<b>58.335.152,00</b>
		<b>Total</b>		<b>134.253.913,00</b>	<b>133.736.291,00</b>		
		"	DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	5025	CULTURA	20ZH	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO
211F	FUNCIONAMENTO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS					150.000,00	0,00
<b>Total</b>						<b>8.579.877,00</b>	<b>8.229.877,00</b>
<b>Total</b>				<b>8.579.877,00</b>	<b>8.229.877,00</b>		
<b>Total</b>		<b>360.937.486,00</b>	<b>361.526.844,00</b>				

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA.

Legenda:	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Pessoal, e Encargos Sociais	207.372.258,00	208.829.238,00
Benefícios Obrigatórios e Assistenciais	10.731.438,00	10.731.438,00
Despesas Discricionárias	142.833.790,00	141.996.168,00
	360.937.486,00	361.526.844,00

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA.



Além dos créditos originariamente previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022, supracitada, acrescenta-se o montante de R\$ 17.560.250,74, relativo a recursos recebidos

por intermédio de repasses de outras Unidades Orçamentárias (UO), discriminadas na tabela exposta a seguir:

**Tabela 4.4.2 Destaques efetuados ao Iphan, em 2022.**

UG Executora		403101
		INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Unidade Orçamentária		17
		DESTAQUE RECEBIDO (R\$)
25101	MINISTÉRIO DA ECONOMIA - ME	49.606,19
25302	FUNDAÇÃO ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-ENAP	3.400,39
26292	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO	20.591,22
30905	FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	9.127.073,22
54101	MINISTÉRIO DO TURISMO	8.017.457,37
54203	FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL	342.122,35
55101	MINISTÉRIO DA CIDADANIA	0,00
Total (R\$): Florianópolis/SC		17.560.250,74

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA.

Cumpra salientar que, por constituírem orçamentos de outros órgãos e entidades, o detalhamento financeiro-orçamentário dos valores informados na tabela anterior será realizado nas prestações de contas anuais de seus respectivos responsáveis.

Ressalta-se que os valores constantes da LOA (dotação atual), somados aos créditos recebidos por meio dos destaques acima descritos, perfazem o montante de R\$ 379.087.094,74 (trezentos e setenta e nove milhões oitenta e sete mil noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos).

No que concerne à execução do orçamento próprio autorizado em lei, no exercício de 2022, foi empenhado o total de R\$ 355.174.617,97, liquidado o montante de R\$ 297.807.837,87, e pagas as despesas no valor de R\$ 269.100.731,59, de acordo com a tabela apresentada adiante.

Os recursos ora mencionados foram direcionados ao pagamento de despesas de pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores, manutenção administrativa institucional e atividades finalísticas, conforme demonstrado nas tabelas e gráficos apresentados adiante.

**Tabela 4.4.3 Despesa empenhada, liquidada e paga, em 2022, pelo Iphan.**

Unidade Orçamentária		23	25	28
		DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	DESPESAS LIQUIDADAS (R\$)	DESPESAS PAGAS (R\$)
54206	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	355.174.617,97	297.807.837,87	269.100.731,59

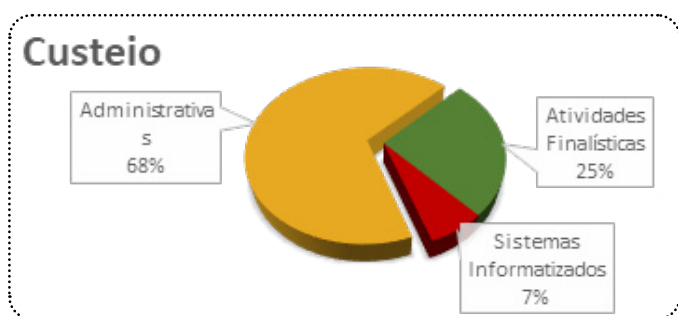
Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA.

**Tabela 4.4.4 Execução de Custeio do Iphan, em 2022.**

Unidade Orçamentária	23	28
Atividades Finalísticas	25.813.100,60	25
Sistemas Informatizados	6.645.322,12	6
Atividades Administrativas	68.857.861,62	68

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA.



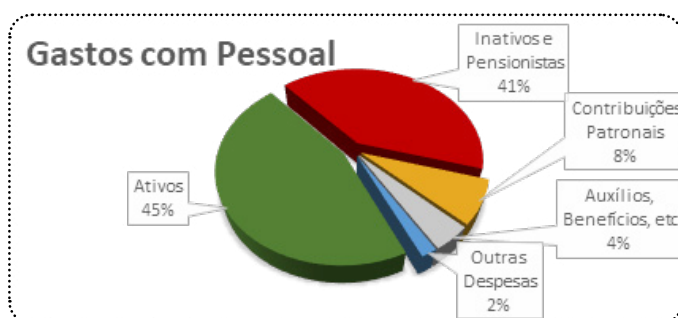
**Gráfico 45 – 4.4.1 Execução de Custeio do Iphan, em 2022 (em percentual).**

Fonte: CPC/CGPP/DPO.

**Tabela 4.4.5 Detalhamento de Gastos com Pessoal, em 2022 (em R\$).**

Gastos com Pessoal	Valor (R\$)	%
Ativos	97.125.989,79	97,1
Inativos e Pensionistas	87.637.531,16	87,6
Contribuições Patronais	16.242.376,24	16,2
Auxílios, Benefícios etc.	9.076.716,13	9,1
Outras Despesas	3.765.017,35	3,8

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA.

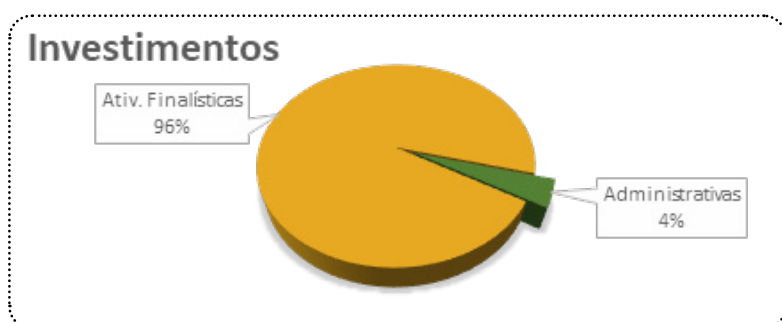
**Gráfico 46 – 4.4.2 Detalhamento de Gastos com Pessoal, em 2022 (em percentual).**

Fonte: CPC/CGPP/DPO.

**Tabela 4.4.6 Detalhamento de Investimentos, em 2022 (em R\$).**

Investimentos	Valor (R\$)	%
Ativ. Finalísticas	38.294.438,96	38,3
Administrativas	1.716.264,00	1,7

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA.

**Gráfico 47 – 4.4.3 Detalhamento de Investimentos, em 2022 (em percentual).**

Fonte: CPC/CGPP/DPO.

Esclarece-se que maiores detalhes e informações acerca do orçamento público destinado a esta Autarquia, e aos demais órgãos do Governo Federal, podem ser obtidos pelos sítios eletrônicos abaixo e sem a necessidade de cadastramento prévio:

- <https://www1.sio.pplanejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico>;
- <http://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento>; e
- <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>.

## 4.5 - Gestão de Pessoas

À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP), unidade vinculada ao Departamento de Planejamento e Administração (DPA), compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades de Gestão de Pessoas no âmbito do Iphan, em consonância com as diretrizes e normas emanadas do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). A estrutura organizacional e as competências regimentais da COGEP estão dispostas no Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022, o qual aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissões e das Funções de Confiança do IPHAN. e na Portaria Iphan nº 63, de 29 de dezembro de 2022, que aprovou o Regimento Interno do IPHAN.

Dentre as principais legislações que vinculam a atuação da COGEP em matéria de pessoal civil estão a Constituição Federal de 1988; a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; o Decreto nº 67.326, de 5 de outubro de 1970; Portaria SGP/SE-DGG/ME nº 11.265, de 29 de dezembro de 2022; dentre outros normativos.

De acordo com o art. 3º da Portaria nº 11.265/2022, o estudo, a formulação de diretrizes, a orientação normativa, a coordenação, a supervisão, o controle e a fiscalização específica de assuntos relativos ao pessoal civil do Poder Executivo no âmbito da Administração Pública federal direta, suas autarquias, inclusive as em regime especial, e fundações públicas, compete ao Órgão Central do SIPEC.

### 4.5.1 - Aspectos importantes relacionados ao quadro de servidores

O principal risco relacionado ao quadro de pessoal enfrentado e, que compromete o cumprimento da missão e dos objetivos estratégicos deste Iphan, é a escassez de pessoal.

Em dezembro de 2022 o Iphan contava com 901 (novecentos e um) servidores ocupantes de cargo efetivos, 90 (noventa) servidores sem vínculo, 23 (vinte e três) servidores cedidos, 29 (vinte e nove) servidores em exercício descentralizado, 23 (vinte e três) empregados anistiados e 19 (dezenove) empregados da Infraero. Portanto, dispunha de uma força de trabalho contendo 1.085 (mil e oitenta e cinco) servidores e empregados públicos, distribuídos em 27 (vinte e sete) Superintendências, 37 (trinta e sete) Escritórios Técnicos, 2 (dois) Parques Históricos Nacionais e na Administração Central em Brasília/DF, para atender toda a gama de atribuições constitucionais e legais do Instituto, dentre as quais: identificação, reconhecimento,

salvaguarda e fiscalização do Patrimônio Cultural Nacional e Mundial; proteção dos Sítios Arqueológicos e Reservas Técnicas; preservação de acervos documentais e bibliográficos; identificação da diversidade linguística; gestão do Patrimônio; execução de projetos e obras de intervenção em bens e conjuntos tombados; aprovação, fiscalização e apuração de prestação de contas de Convênios e congêneres e de processos de Lei de Incentivo à Cultura; ações educativas; e definição da Política de Patrimônio Cultural no Brasil.

Importante frisar que, após a autorização de provimentos dos cargos objeto do concurso público, autorizado por meio da Portaria MPDG n.º 108, de 02 de maio de 2018, publicada no DOU de 3 de maio de 2018, e executado por meio do Edital Iphan n.º 1, de 11 de junho de 2018, o qual resultou na autorização e no provimento de 411 (quatrocentos e onze) cargos de nível superior e de nível médio, esta autarquia iniciou as nomeações em 30 de abril de 2019, o que resultou em um aumento circunstancial na força de trabalho.

Necessário esclarecer que, apesar de o provimento de 411 (quatrocentos e onze) cargos de nível superior e de nível médio, os ingressos foram incapazes de minimizar ou sanar a necessidade de pessoal, considerando que a evasão do quadro de pessoal, entre os anos de 2019 e 2022, foi o equivalente a aproximadamente 25% do quantitativo total de ingresso. Essa situação obrigou esta Autarquia a pleitear junto ao antigo Ministério da Economia o provimento adicional dos candidatos aprovados e não convocados para os cargos efetivos objeto do concurso. No entanto, a solicitação de provimento adicional foi negada por aquele Ministério.

Atualmente, dos 901 (novecentos e um) servidores ativos, 37 (trinta e sete) estão em exercício em outros órgãos, 105 (cento e cinco) estão em abono de permanência (11,6% dos servidores), isto é, aptos à aposentadoria já no exercício de 2023.

Com esse cenário, a força de trabalho do Instituto mostra-se inadequada para o atendimento de sua missão institucional, o que vem implicando em sérias consequências quanto ao tempo de resposta aos processos de licenciamento e à geração de um passivo de projetos pendentes de análise e aprovação, com grave impacto sobre o andamento das obras, até mesmo sobre os seus custos e, ao final, com prejuízos para o desenvolvimento do país.

Durante o ano de 2021, ocorreram 11 aposentadorias, 12 concessões de abono de permanência e 15 concessões de pensão civil. No ano de 2022, foram concedidas 32 (trinta e duas) aposentadorias, 9 (nove) abonos de permanência e 11 (onze) benefícios de pensão civil.

### Estágio Probatório

Foram avaliados, no ano de 2022, 17 (dezessete) servidores na 1ª Fase, 21 (vinte e um) servidores na 2ª fase e 346 (trezentos e quarenta e seis) servidores na 3ª Fase, totalizando 384 (trezentos e oitenta e quatro) servidores avaliados. No ano de 2022, 337 (trezentos e trinta e sete) servidores obtiveram estabilidade.



Gratificação de Desempenho - Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural (GDAC), Gratificação de Desempenho do Plano Geral (GDPGPE), Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos (GDACE) e Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura (GDAIE).

Em 2022, foi realizado o 12º Ciclo de Avaliação de Desempenho da GDAC e GDPGPE, e o 10º Ciclo da GDACE e GDAIE. O período de avaliação iniciou-se em 10 de janeiro de 2022, com o objetivo de cumprir os prazos estabelecidos pela Portaria Iphan n.º 50, de 30 de janeiro de 2012, e atender ao cronograma definido pelo Sistema SIAPE.

O Iphan alcançou o índice de 100% (cem por cento) referente às metas institucionais da GDAC/ GDPGPE/GDACE/ GDAIE do Ciclo de Avaliação constante na Portaria Iphan n.º 5, de 19 de janeiro de 2022, publicada no DOU, em 21 de janeiro de 2022.

Os resultados da Avaliação de Desempenho Individual dos servidores do Iphan relacionados ao período avaliativo de 1º de março de 2021 a 1º de março de 2022 foram publicados na Portaria de Pessoal Iphan n.º 78, de 11 de março de 2022, publicada no BAE n.º 1.669 – Edição Semanal de 11 de março de 2022. Seguem tabelas acerca da quantidade de servidores avaliados e respectivas notas recebidas em 2022:

**Tabela 4.5.1.1 Avaliação de Servidores do Quadro do Iphan - Ativo Permanente, em 2022.**

<b>Servidores do Quadro - Ativo Permanente</b>	
	Quantidade de Servidores
Servidores efetivos	911
Receberam 20 pontos	828
Receberam 19 pontos	42
Receberam 18 pontos	11
Receberam 17 pontos	4
Receberam 16 pontos	1
<b>Total (Servidores Efetivos Avaliados)</b>	<b>886</b>

Fonte: COGEP/DPA.

**Tabela 4.5.1.2 Avaliação de Servidores Efetivos do Quadro do Iphan – Cedidos, em 2022.**

<b>Servidores Efetivos – Cedidos</b>	
	Quantidade de Servidores
Servidores cedidos	46
Servidores cedidos avaliados	42
Receberam 20 pontos	39
Receberam 19 pontos	2
Receberam 18 pontos	1
Receberam 16 pontos	1

Fonte: COGEP/DPA.

## Progressão Funcional

Em 1º de julho de 2022 iniciou-se o processo da progressão funcional pelo SIAPE, que informa quais servidores serão avaliados e os que irão progredir automaticamente. Foram avaliados 450 (quatrocentos e cinquenta servidores), dentre os quais 442 (quatrocentos e quarenta e dois) progrediram na 1ª fase (setembro 2022). O resultado da 1ª fase foi publicado na Portaria de Pessoal DPA/Iphan n.º 70, de 1º de setembro de 2022, do BAE do Iphan n.º 1.714 – Edição Semanal, de 2 de setembro de 2022.

## Qualidade de Vida no Trabalho

Em 2022, foram realizadas 14 (quatorze) atividades de Qualidade de Vida no Trabalho. Dentre estas, enfatiza-se a semana da saúde, realizada em dezembro de 2022, em que foram disponibilizados aos servidores, além da atividade de Massagem Quick, ações de prevenção ao adoecimento ocupacional e de disseminação de práticas de bem-estar físico, psicológico e social no trabalho.



## Processo Seletivo

No exercício de 2022 foram publicados 35 (trinta e cinco) editais no BAE e no Portal de "Currículo e Oportunidades" do SIGEPE, na plataforma do Sou Gov.br, referentes aos processos seletivos instaurados para concessão de gratificações, funções e cargos comissionados disponíveis nesta Autarquia Federal.

Os certames buscaram garantir isonomia aos candidatos na ocupação das vagas; valorizar os talentos dentro e fora da Instituição; profissionalizar a força de trabalho interna; aperfeiçoar o desempenho institucional; gerar mais transparência nos processos de nomeação/designação; e assegurar a legitimidade na escolha de novos gestores públicos.

## Programa de Estágio

A contratação de estagiários tem respaldo na Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, e na IN n.º 213, de 17 de dezembro de 2019, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do então Ministério da Economia. O agente de integração contratado por esta Autarquia Federal é a Agência de Estágios (AGIEL), responsável por intermediar o recrutamento, a pré-seleção, o encaminhamento e o acompanhamento de estudantes de nível médio e superior, candidatas a vagas de estágio no Iphan Sede e demais 27 (vinte e sete) Superintendências.

Em 16 de novembro de 2021, foi firmado o Contrato n.º 10/2021, celebrado entre a AGIEL e o Iphan no valor global anual estimado de R\$ 6.130,80 (seis mil, cento e trinta reais e

oitenta centavos), para o quantitativo de 130 (cento e trinta) estagiários, ou seja, valor unitário (taxa de administração) de R\$ 3,93 por estudante. Neste valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

A partir de 21 de setembro de 2022, foi assinado o 1º Termo de Apostilamento ao Contrato n.º 10/2021, e o valor anual contratual passou de R\$ 6.130,80 (seis mil, cento e trinta reais e oitenta centavos) para R\$ 6.661,20 (seis mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte centavos). Ademais, a taxa de administração por estudante passou de R\$ 3,93 para R\$ 4,27.

Por oportuno, informa-se que, no exercício de 2022, este Instituto contratou 68 (sessenta e oito) novos estagiários.

Na tabela abaixo é possível identificar a composição da força de trabalho do Iphan com base no exercício 2022. Fundamental chamar a atenção para pontos como a necessidade de composição de força de trabalho com pessoas sem vínculo com a administração e composição de força de trabalho (art. § 7º, art. 93, da Lei nº 8.112/90, que somados correspondem a 12,07% da força de trabalho.

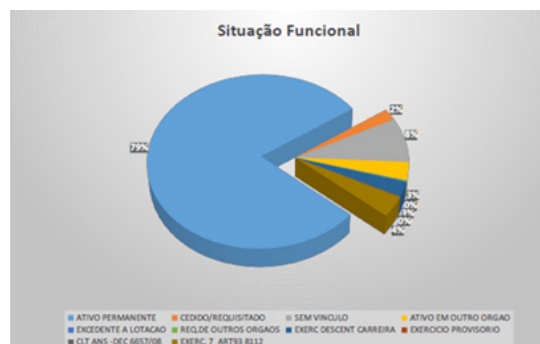
Este é o quadro geral para atender ao Iphan Sede, em Brasília, e a todas as demais Superintendências e Unidades Especiais, que estão presentes nas 27 (vinte e sete) Unidades da Federação.

Tabelas 4.5.1.3 Situação Funcional do Iphan, em 2022.

SITUAÇÃO FUNCIONAL		%
ATIVO PERMANENTE	860	79,26%
CEDIDO/REQUISITADO	23	2,12%
SEM VINCULO	90	8,29%
ATIVO EM OUTRO ORGAO	37	3,41%
EXCEDENTE A LOTACAO	2	0,18%
REQ. DE OUTROS ORGAOS	1	0,09%
EXERC DESCENT CARREIRA	29	2,67%
EXERCICIO PROVISORIO	1	0,09%
CLT ANS -DEC 6657/08	1	0,09%
EXERC. 7 ART93 8112	41	3,78%
TOTAL	1085	

Fonte: COGEP/DPA.

Gráfico 48 – 4.5.1.1 Situação Funcional do Iphan, em 2022.

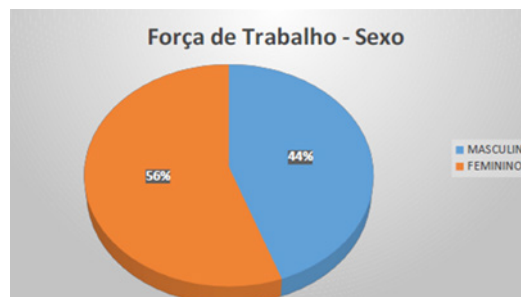


Tabelas 4.5.1.4 Força de Trabalho do Iphan, em 2022.

FORÇA DE TRABALHO		%
MASCULINO	527	44,47%
FEMININO	658	55,53%
TOTAL	1185	

Fonte: COGEP/DPA.

Gráfico 49 – 4.5.1.2 Força de Trabalho do Iphan, em 2022.



A seguir, pode-se observar a disposição dos ocupantes de cargos e funções com características de Direção e Assessoramento divididos por sexo. Cabe salientar que fazem parte desse conjunto de dados os Cargos Comissionados Executivos (CCE) e as Funções Comissionadas Executivas (FCE). Na imagem

abaixo é possível observar que, apesar do número de mulheres ser superior ao de homens na composição do quadro de pessoal de servidores ativos, o número de homens ocupando posições de liderança ainda não é equitativo.



#### Tabelas 4.5.1.5 Cargo/Função Comissionada Executiva no Iphan, em 2022.

CARGO / FUNÇÃO COMISSIONADA EXECUTIVA		%
FEMININO	148	54,21%
MASCULINO	125	45,79%
<b>Total Geral</b>	<b>273</b>	

Fonte: COGEP/DPA.

O governo federal publicou a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplificou a gestão de cargos e de funções de confiança na Administração Pública Federal, dispondo sobre a instituição dos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e as Funções Comissionadas Executivas (FCE); a autorização para o Poder Executivo transformar, sem aumento de despesa, cargos em comissão, funções de confiança e gratificações; e a simplificação da gestão de cargos em comissão e de funções de

#### Tabelas 4.5.1.6 Demonstrativo de Ocupação de Cargo/Função Comissionada Executiva no Iphan, em 2022.

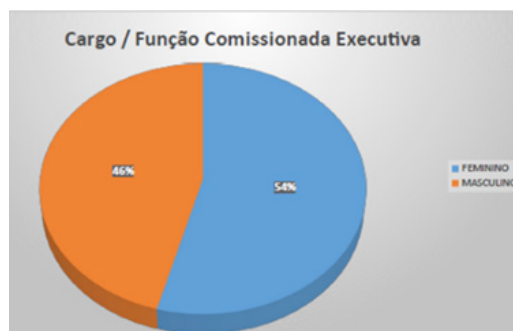
DEMONSTRATIVO DE OCUPAÇÃO DE CARGO / FUNÇÃO COMISSIONADA EXECUTIVA							
Cód. Cargo	Qtd. Prevista para Nomeação	vago	Ocupação Efetivo	%	Ocupação sem vínculo	%	
CCX	1.05	22	2	5	22,73%	15	68,18%
	1.07	41	6	7	17,07%	28	68,29%
	1.10	55	12	8	14,55%	35	63,64%
	1.13	19	5	6	31,58%	8	42,11%
	1.15	5	1	4	80,00%	1	20,00%
	1.17	1	0	1	100,00%	0	0,00%
	2.13	1	0	0	0,00%	1	100,00%
FEX	1.01	3	0	3	100,00%	0	0,00%
	1.04	1	0	1	100,00%	0	0,00%
	1.05	19	6	13	68,42%	0	0,00%
	1.07	35	1	34	97,14%	0	0,00%
	1.10	29	10	19	65,52%	0	0,00%
	1.13	16	2	14	87,50%	0	0,00%
	2.01	108	11	97	89,81%	0	0,00%
	2.02	10	0	10	100,00%	0	0,00%
2.13	1	1	0	0,00%	0	0,00%	
<b>TOTAIS</b>	<b>366</b>	<b>57</b>	<b>222</b>	<b>60,90%</b>	<b>88</b>	<b>22,64%</b>	

Fonte: COGEP/DPA.

### 4.5.2 - Ações de Capacitação/Desenvolvimento

Cumprir informar que 635 (seiscentos e trinta e cinco) servidores diferentes foram capacitados em pelo menos uma das 62 (sessenta e duas) ações de capacitação/desenvolvimento registradas pelo Iphan, no ano de 2022, atendendo a várias necessidades levantadas pelos próprios servidores que são compatíveis com o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), aprovado para o exercício de 2022. Nesse cenário, destaca-se o curso "Elaboração e Análise de Planilha de Custos e Formação de Preços para Contratação de Serviços em Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra" desenvolvido pelo Instituto Nacional de Gestão Pública (INGEP). A referida ação de desenvolvimento foi realizada entre os dias 07 e 16 de novembro de 2022, com a participação de 62 (sessenta e dois) servidores da área finalística do Iphan.

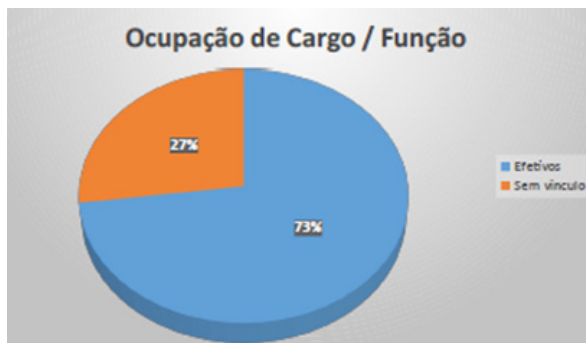
#### Gráfico 50 – 4.5.1.3 Cargo/Função Comissionada Executiva no Iphan, em 2022.



confiança. Posteriormente, foi publicado o Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, por meio do qual foi regulamentada a Lei nº 14.204.

Pode-se observar na imagem abaixo, a disposição dessas CCE's e FCE's no âmbito do Iphan, sendo que o quantitativo de Cargos / Funções ocupados por servidores efetivos gira em torno de 61% e os Cargos ocupados por servidores sem vínculo é de 22,64%.

#### Gráfico 51 – 4.5.1.4 Ocupação de Cargo/Função Comissionada Executiva no Iphan, em 2022



### 4.5.3 - Afastamentos para cursar Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Em 2022, 08 (oito) servidores estiveram afastados para participar de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil e no exterior, em conformidade com os artigos 95 e 96-A da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Cabe ressaltar que todos foram afastados para participar de curso de pós-graduação em nível de Doutorado.

### 4.5.4 - Licença para Capacitação

No ano de 2022, 05 (cinco) servidores se afastaram do exercício do cargo efetivo com a respectiva remuneração, por até 3 (três) meses, para participação em curso ou conjunto de cursos de capacitação profissional na modalidade à distância, em consonância com o artigo 87 da Lei n.º 8.112/1990; o Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019; a IN SGP-ENAP/SEDGG/ME n.º 21/2021; e a Portaria Iphan n.º 44, de 07 de outubro de 2021. As ações de desenvolvimento ocorreram nas seguintes áreas:



Tabela 4.5.4 Detalhamento de Licença Capacitação concedida pelo Iphan, durante o Exercício de 2022.

Servidores Efetivos – Cedidos			
Curso	Modalidade	Área	Instituição
Participação de <i>Intership online</i> (estágio <i>online</i> )	EAD	Finalística	Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM
Compras e Suprimentos	EAD	Meio	Unieducar Inteligência Educacional - Ltda
Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio	EAD	Meio	Universidade Estadual de Goiás - UEG
Realização de pesquisa do Pós-Doutorado em Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ)	Presencial	Finalística	Universidade Federal do Rio de Janeiro- PROURB/FAU-UFRJ
Nova Lei de Licitações - Lei n.º 14.133/2021	EAD	Meio	Unieducar Inteligência Educacional

Fonte: COGEP/DPA.

### 4.5.5 - Afastamento do País

Em 2022, 1 (uma) servidora obteve afastamento do país com ônus limitado para o Iphan, com vistas a cursar Pós-Graduação *Stricto Sensu* em nível de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Conservação de Bens Arquitetônicos e Preservação do Patrimônio Cultural, no período de 1º de janeiro de 2022 a 06 de janeiro de 2025. A servidora em tela teve o seu afastamento autorizado por meio do Despacho de 23 de dezembro de 2021, publicado no DOU, de 27 de dezembro de 2021, para cursar parte de seu doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo em Conservação de Bens Arquitetônicos e Preservação do Patrimônio Cultural, no Instituto Politécnico de Milão, República Italiana, com ônus limitado.

### 4.5.6 - Gratificação por encargo de Curso ou Concurso

Não foram concedidas, no ano de 2022, gratificações por encargo de curso ou concurso com orçamento do Iphan.

### 4.5.7 - Gastos com pessoal

A Divisão de Pagamento de Pessoal da Coordenação de Administração de Pessoal e Pagamento da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, lista, a exemplo do estabelecido em anos anteriores, os seguintes processos rotineiros que perfazem o escopo geral das atividades da Divisão, quais sejam Aposentadorias do RPPS (aposentadoria de servidores efetivos), pensões PRRS, vencimentos e vantagens fixas. Outras despesas variáveis (que não contemplam uma rubrica de assunto ordinária), sentenças judiciais (ações judiciais que geram financeiro ao servidor/ aposentado/pensionista), Despesas de Exercícios Anteriores (parte financeira que o servidor tem direito a receber, contudo não recebeu durante o exercício de direito), pessoal requisitado (gasto com aquisições advindas de órgãos ou instituições municipais, governamentais que exigem ressarcimento) e obrigações patronais (PSS e INSS parte do Órgão). Assim, seguem-se as despesas de pessoal efetivamente executadas/pagas.

Na tabela abaixo é possível ver o demonstrativo das despesas com pessoal e encargos sociais, em reais, no ano corrente de 2022. No que se refere às despesas com pessoal, em 2022 foram executados/pagos R\$ 205,9 milhões.

Tabela 4.5.7.1 Despesa com Pessoal e Encargos Sociais – Iphan 2022, em R\$.

Demonstrativo de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais - Iphan 2022	Ativos	Inativos	Pensionistas
Aposentadorias do RPPS	-	74.724.151,48	-
Pensões do PRRS	-	-	16.394.312,86
Vencimentos e Vantagens Fixas	91.177.639,84	-	-
Outras Despesas Variáveis	1.521.986,35	-	-
Sentenças Judiciais	36.900,29	84.730,32	-
Despesas de Exercícios Anteriores	8.559,16	4.962,83	-
Pessoal requisitado	5.717.652,93	-	-
Obrigações Patronais	16.242.376,24	-	-
Total (em R\$)	114.705.114,81	74.813.844,63	16.394.312,86

Fonte: COGEP/DPA.



Em relação à evolução dos gastos com pessoal, observa-se que no ano de 2021, houve um acréscimo importante nas despesas com pessoal, tendo como um dos motivos o ingresso de novos servidores do concurso público/2018, cujas nomeações ocorreram no decorrer de 2021 e durante 2022. Dos que ingressaram em 2021, ocorreu o primeiro ciclo de avaliação de desempenho com percepção da parte individual da GDAC a partir de março/2022. Outra despesa que sofreu influência das nomeações foi o adicional de 1/3 constitucional decorrente do primeiro

período aquisitivo das férias e gratificações natalinas. O número de aposentadoria se ampliou em 2022 comparado a 2021. Em contraponto, houve expressivo decréscimo de pagamento de despesas com exercícios anteriores e sutil queda de despesa com pessoal requisitado. Frisa-se que a previsão orçamentária idealizada no início de 2022 foi satisfatoriamente executada.

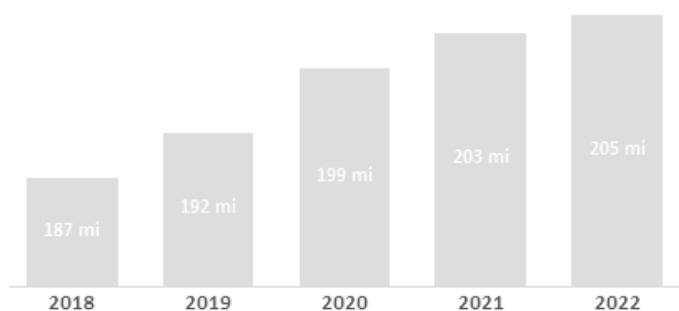
Esta evolução pode ser observada na tabela e nas imagens abaixo, que detalham o montante gasto por ano, no período de 2018 a 2022 (últimos 5 anos).

**Tabela 4.5.7.2 Histórico da Evolução dos Gastos com Pessoal, pelo Iphan (2018-2022), em R\$.**

Evolução dos Gastos com Pessoal				
2018	2019	2020	2021	2022
187.032.626,28	192.357.671,98	199.992.967,23	203.948.715,18	205.913.272,30

Fonte: COGEP/DPA.

**Gráfico 52 – 4.5.7.1 Histórico da Evolução dos Gastos com pessoal, pelo Iphan – Valores empenhados, em R\$.**



Fonte: COGEP/DPA.

## 4.6 - Gestão de Licitações e Contratos

As informações detalhadas abaixo contêm a totalização dos valores das contratações realizadas em 2022 no âmbito do Iphan.

As contratações diretas dizem respeito principalmente às pequenas aquisições de materiais por Cotação Eletrônica, assim como serviços pontuais que estejam dentro dos limites de dispensa de licitação permitidos em Lei.

Existem as contratações diretas realizadas no escopo dos incisos III e seguintes do Art. 24 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme o caso, mas destacam-se as contratações emergenciais amparadas no inciso IV do Art. 24 da mesma Lei, relacionadas principalmente às medidas emergenciais protetivas aos bens acautelados pelo Iphan, que estejam em risco de desmoração. Estas dispensas emergenciais são realizadas principalmente pelas Unidades Descentralizadas, às quais compete acompanhar os bens protegidos pelo Iphan nos Estados e no Distrito Federal/DF.

Há casos pontuais de inexigibilidades de licitação para as situações em que comprovadamente há inviabilidade de competição, dentro das hipóteses do Art. 25 e incisos. As Unidades Descentralizadas do Iphan nos Estados e no Distrito Federal/DF fazem maior uso de contratações diretas, sobretudo amparadas nos incisos I e II do Art. 24 da Lei n.º 8.666, de 1993, especialmente as pequenas Unidades Gestoras, em razão dos valores pequenos das contratações.

Esses dados foram extraídos e podem ser consultados no portal compras do governo federal: <https://contratos.compras-net.gov.br/transparencia?orgao=20411>.

As principais normas externas e internas utilizadas, bem como os mecanismos de controle e prevenção são os seguintes:

- Lei 8.666, de 1993 é a Lei que regula as licitações e contratos até 31/03/2023;
- Lei 14.133, de 2021 é a Lei que regula as licitações e contratos a partir de 1º de abril de 2021;
- Lei 10.520 de 2002, institui a modalidade licitação denominada pregão;
- Decreto 3.555, de 2000, aprova o regulamento para a modalidade de licitação pregão;
- Decreto 10.024, de 2019, regulamenta a licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica;
- Decreto 10.193, de 2019, define limites e instâncias de governança para contratações;
- Decreto 11.317 de 2022, atualiza valores limite as diversas modalidades de licitação ou contratação direta;
- Decreto 10.947, de 2022, regulamenta o plano de contratações anual e institui o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações;

- Decreto 11.246, de 2022, dispõe sobre as regras de atuação o agente de contratação, equipe de apoio e comissão de contratação;
- Decreto 10.818, de 2021, estabelece o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade e de luxo; e
- Decreto 9.507 de 2018, dispõe sobre a execução indireta de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa 10 de 2020, estabelece regras de funcionamento do SICAF;
- Instrução Normativa 5, de 2017, dispõe sobre as regras do procedimento de contratação de serviços;
- Orientação Normativa 46, de 2014, informa sobre a desnecessidade de análise jurídica nas contratações de pequeno porte;
- Instrução Normativa SEGES 67, de 2021, dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica;
- Instrução Normativa SEGES 58 de 2022, dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares;
- Instrução Normativa CNOR/ME 81 de 2022, dispõe sobre a elaboração de Termo de Referência;
- Instrução Normativa SEGES/ME 103, de 2022, dispõe sobre procedimentos de seleção de imóveis para locação;
- Orientação Normativa 46 de 2014, dispõe sobre a desobrigação de manifestação jurídica nas contratações de pequeno valor;
- Parecer Referencial 1, de 2021/COORD/E-CJU-SCOM/CGU/AGU, dispõe sobre desobrigação de análise jurídica para prorrogação do prazo de vigência de contratos administrativos;
- Instrução Normativa SEGES/ME 65, de 2021, dispõe sobre a realização de pesquisa de preços (Lei 14.133, de 2021);
- Ofício Circular; 21/2022/PFIPHAN/PGF/AGU, de 2022, dispõe sobre a uniformização e celeridade na análise jurídica de processos licitatórios;
- Ofício Circular 17 de 2022, dispõe sobre a escolha da modalidade de licitação;
- Instrução Normativa SEGES/ME 91 de 2022, estabelece regras para definição de valor estimado para licitação de serviços de engenharia;
- Instrução Normativa SGD/ME 94 de 2022, dispõe sobre o processo de contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicação;
- Instrução Normativa SEGES 65 de 2021, dispõe sobre a elaboração de pesquisa de preços (Lei 8.666, de 1993);
- Portaria SEGES 938 de 2022, institui o Catálogo eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras;
- Instrução Normativa SEGES 75 de 2021, dispõe regras para designação de gestores e fiscais nos processos de contratação direta;
- Instrução Normativa 51 de 2021, estabelece procedimentos para a utilização do Almoxarifado virtual; e
- Portaria SGD/ME 844, de 2022, institui o modelo de contratação de serviços outsourcing de impressão.
- Ofício Circular 3/2022/COLIC/CGLOG/DPA-IPHAN, define prazos estimados para execução de processos de contratação;
- Ofício Circular 119/2022/DPA-IPHAN, informa sobre o cronograma de transição entre a Lei 8.666, de 1993 e a Lei 14.133, de 2021;
- Ofício Circular 18/2022/PFIPHAN/PGF/AGU, divulga modelos de editais, contratos e termos de referência para contratações pela Lei 14.133, de 2021;
- Ofício Circular 83/2022/DPA/IPHAN, dispõe sobre a padronização de instrução processual referente às licitações na modalidade pregão;
- Ofício Circular 4/2022/PFIPHAN/PGF/AGU, dispõe sobre a uniformização de modelos de termos aditivos a contratos;
- Ofício Circular 7/2022/DPA/IPHAN, divulgação e uso obrigatório de modelos de Listas de Verificação, Termo de Referência, Editais e Contratos do site da AGU; e
- Ofício Circular 84/2022/DPA/IPHAN, credenciamento de instituições financeiras para operar conta depósito vinculada;

#### 4.6.1 - Contratações Iphan

##### Contratações do Iphan, durante o exercício de 2022

Na tabela abaixo detalham-se as contratações do Iphan, por modalidade, no ano de 2022.

Tabela 4.6.1.1 Contratações do Iphan, por modalidade, no ano de 2022.

Modalidade	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)	Porcentagem (%)
Convite	2	88.379,00	0,19%
Dispensa	61	8.619.727,81	18,58%
Pregão	90	29.019.949,91	62,55%
Tomada de Preços	18	4.338.340,35	9,35%
Concorrência	1	3.026.778,29	6,52%
Inexigibilidade	10	1.302.835,31	2,81%
Total	182	46.396.010,67	100,00%

Fonte: COLIC/CGLOG/DPA.



Tabela 4.6.1.2 Contratações do Iphan-Sede, por modalidade, no ano de 2022.

Modalidade	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)	Porcentagem (%)
Dispensa	5	5.011.973,53	49,92%
Pregão	12	5.028.451,28	50,08%
Total	17	10.040.424,81	100,00%

Fonte: COLIC/CGLOG/DPA.

### Contratações do Iphan-Sede, durante o exercício de 2022

Na tabela abaixo detalham-se as contratações do Iphan-Sede, por modalidade, no ano de 2022.

Tabela 4.6.1.3 Contratações das superintendências do Iphan, por modalidade, no ano de 2022.

Modalidade	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)	Porcentagem (%)
Convite	2	88.379,00	0,24%
Dispensa	56	3.607.754,28	9,92%
Pregão	78	23.991.498,63	65,99%
Tomada de Preços	18	4.338.340,35	11,93%
Concorrência	1	3.026.778,29	8,33%
Inexigibilidade	10	1.302.835,31	3,58%
Total	165	36.355.585,86	100,00%

Fonte: COLIC/CGLOG/DPA.

As contratações mais relevantes e sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações;

Tabela 4.6.1.4 Contratações mais relevantes do Iphan, no ano de 2022.

Finalidade	Objeto	Contratada	Valor	Área favorecida	Justificativa/ Objetivo Estratégico
Mão de Obra	Contratação de serviços continuados de apoio administrativo	T & S Locação de mão de obra em geral Ltda	4.478.429,16	Iphan Sede	Garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua
Serviços de Engenharia	Elaboração e execução projeto de estabilização e reforço estrutural	Mehlen Construções Ltda	790.417,40	SR Bahia	Ações emergenciais para proteção e recuperação de imóvel contido no conjunto urbano tombado do município de Cachoeira/BA
Serviços de Engenharia	Elaboração e execução projeto de estabilização e reforço estrutural	Mehlen Construções Ltda	644.336,92	SR Bahia	Execução de serviços técnicos especializados em arquitetura e engenharia no Município de Cachoeira/BA
Serviços	Serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário	Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA	620.750,07	SR Bahia	Serviço de água e esgoto
Serviços	Serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário	Águas do Rio 4 SPE SA	445.983,24	SR CPGC/RJ	Serviço de água e esgoto

Fonte: COLIC/CGLOG/DPA.

Finalidade	Objeto	Contratada	Valor	Área favorecida	Justificativa/Objetivo Estratégico
Serviços	Serviço de vigilância armada	AC Segurança Ltda	388.154,05	Iphan Sede	Garantir a segurança das instalações do Iphan, com vistas à proteção contra depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações
Serviços de Engenharia	Elaboração e execução projeto de estabilização e reforço estrutural	Mehlen Construções Ltda	266.686,38	SR Bahia	Elaboração de projetos que orientarão a execução das obras de restauração na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha e do Palácio de Verão do Arcebispo, no Bairro da Ribeira em Salvador/BA
Serviços	Serviço de vigilância e segurança 24 horas	MRS Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda	172.199,70	SR São Paulo	Garantir a segurança das instalações do Iphan, com vistas à proteção contra depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações
Serviços	Serviço de motoristas	Igualite Serviços Técnicos Ltda	144.614,21	SR Rio de Janeiro	Prestação de serviços de motoristas, para condução de veículos da frota oficial do IPHAN-RJ
Serviços	Fornecimento de energia elétrica	Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia SA	136.986,12	SR maranhão	Prestação de serviço visando o fornecimento de energia elétrica é essencial para o funcionamento da instituição
Serviços	Serviços para refluatuação e reboque da Canoa de Tolda Luzitânia	Brasmar Ltda-ME	118.000,00	SR Alagoas	Ação de salvaguarda emergencial de bem tombado, sob risco de perecimento, a Canoa de Tolda Luzitânia
Mão de Obra	Contratação de serviços continuados de apoio administrativo	Limp Car Locação e Serviços Ltda	116.942,76	SR Acre	Garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua

Fonte: COLIC/CGLOG/DPA.

## 4.6.2 - Funcionamento administrativo

### Funcionamento Administrativo – Detalhamento

Na tabela, detalham-se as principais contratações do ano de 2022, que tem objetivo de apoiar o funcionamento Administrativo do Iphan.



**Tabela 4.6.2 Principais contratações para apoiar o funcionamento administrativo do Iphan em 2022.**

<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Quantidade de Contratos</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Água e Energia	12	1.445.658,72	5,08%
Apoio Técnico-Administrativo	20	11.803.030,98	41,48%
Limpeza	14	3.402.542,16	11,96%
Manutenção de Bens Móveis e Imóveis	23	3.005.306,13	10,56%
Motorista	6	820.979,24	2,88%
Transporte rodoviário de mudança	2	235.449,99	0,83%
Vigilância e Brigada	16	7.194.366,19	25,28%
Outros (Telecomunicações, Material de Consumo e Demais Serviços)	12	550.005,19	1,93%
<b>Total Geral</b>	<b>105</b>	<b>28.457.338,60</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: COLIC/CGLOG/DPA.

### 4.6.3 - Principais contratações diretas

#### Principais contratações diretas do Iphan-Sede e das Superintendências

Na tabela abaixo são demonstradas as principais contratações diretas do ano de 2022 acima do valor de R\$ 100.000,00, classificadas em ordem decrescente de valor.

**Tabela 4.6.3 Principais contratações diretas do ano de 2022.**

<b>Finalidade</b>	<b>Objeto</b>	<b>Contratada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Mão de Obra	Contratação de serviços continuados de apoio administrativo	T & S Locação de mão de obra em geral Ltda.	4.478.429,16
Serviços de Engenharia	Elaboração e execução projeto de estabilização e reforço estrutural	Mehlen Construções Ltda.	790.417,40
Serviços de Engenharia	Elaboração e execução projeto de estabilização e reforço estrutural	Mehlen Construções Ltda.	644.336,92
Serviços	Serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	620.750,07
Serviços	Serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário	Águas do Rio 4 SPE S.A.	445.983,24
Serviços	Serviço de vigilância armada	AC Segurança Ltda.	388.154,05
Serviços de Engenharia	Elaboração e execução projeto de estabilização e reforço estrutural	Mehlen Construções Ltda.	266.686,38
Serviços	Serviço de vigilância e segurança 24 horas	MRS Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda.	172.199,70
Serviços	Serviço de motoristas	Igualite Serviços Técnicos Ltda.	144.614,21
Serviços	Fornecimento de energia elétrica	Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	136.986,12
Serviços	Serviços para reflutuação e reboque da Canoa de Tolda Luzitânia	Brasmar Ltda-ME.	118.000,00
Mão de Obra	Contratação de serviços continuados de apoio administrativo	Limp Car Locação e Serviços Ltda.	116.942,76

Fonte: COLIC/CGLOG/DPA.

#### 4.6.4 - Informações relativas às transferências voluntárias de recursos

Nas tabelas abaixo são demonstradas as transferências voluntárias da União para execução de ações de interesse recíproco financiadas com recursos do orçamento federal. As referidas tabelas trazem o detalhamento dos instrumentos vigentes e em prestação de contas, conforme as respectivas legendas:

**Tabela 4.6.4.1 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios (2020-2022).**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)					
UG/GESTÃO:	343026/40401					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes Repassados no exercício (em R\$)		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Colaboração	1	0	2	401.131,84	138.798,00	1.340.390,06
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Execução Descentralizada	3	0	0	946.850,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	4	0	2	1.347.981,84	138.798,00	1.340.390,06

Fonte: CCONV/CGLOG/DPA.

**Tabela 4.6.4.2 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pelo Iphan na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse, em 2022.**

Unidade Concedente ou Contratante			Em R\$		
Nome:	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)				
UG/GESTÃO:	343026/40401				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação/TED	Termo de Colaboração	
Exercício do Relatório de Gestão	Contas Prestadas	Quantidade	0	4	0
		Montante Repassado	R\$0,00	R\$1.910.073,55	R\$ 0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	R\$0,00	R\$ 0,00	R\$0,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Fonte: CCONV/CGLOG/DPA.

Tabela 4.6.4.3 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão - 2022.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:		Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)			
UG/GESTÃO:		343026/40401			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão			Instrumentos		
			Convênios	Termo de Execução Descentralizada / Termo de Cooperação	Termo de Colaboração
2022	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0	0
		Quantidade Reprovada	R\$0,00	0	R\$ 0,00
		Quantidade de TCE instauradas	0	0	0
		Montante repassado	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	4	0
		Montante repassado (R\$)	R\$ 0,00	R\$1.910.073,55	R\$ 0,00

Fonte: CCONV/CGLOG/DPA.

Tabela 4.6.4.4 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)				
UG/GESTÃO:		343026/40401				
Instrumento de Transferência		Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
		Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios		0	0	0	0	0
Termo de Cooperação		0	0	0	0	0
Termo de Execução Descentralizada		0	0	0	0	0
Totais		0	0	0	0	0

Fonte: CCONV/CGLOG/DPA.

## Análise Crítica

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências voluntárias vigentes no exercício e seus efeitos a médio e longo prazo é obrigatória e aplicável a todas as Unidades Prestadoras de Contas (UPC) que descentralizam recursos.

Nesse contexto, e sem prejuízo de outras abordagens que a unidade considere relevante fazer, importa que a UPC informe sobre:

### Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por intermédio da Coordenação de Convênios e Prestação de Contas (CCONV), adota as seguintes medidas com o intuito de sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente. São elas: envio de ofícios de cobrança da prestação de contas, notificações, contatos via e-mail e telefone. Além disso, solicita-se o apoio dos fiscais/gestores, designados

para o acompanhamento e a fiscalização dos convênios/congêneres, a fim de solucionar as pendências e auxiliar o Conveniente na conclusão das prestações de contas.

Ademais, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 82 da Portaria Interministerial (PI) MP/MF/CGU n.º 507, de 24 de novembro de 2011, no § 1º do art. 70 da PI MP/MF/CGU n.º 424, de 30 de dezembro de 2016, além do disposto no § 1º e § 2º do art. 70 da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, a Divisão de Prestação de Contas de Convênios (DICONT) busca esgotar todas as providências cabíveis para regularização das pendências antes de se instaurar um processo de Tomada de Contas Especial (TCE) ou acionar a Procuradoria Federal junto ao Iphan para a cobrança executiva de forma judicial, nos casos em que o dano ao erário não atinja o limite pré-estabelecido em norma pelo TCU, para a instauração do referido processo.

### Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios





Os montantes repassados nos exercícios de 2020, 2021 e 2022 foram no montante de R\$ 1.340.390,06, R\$ 138.798,00 e R\$ 1.347.981,84, respectivamente.

No exercício de 2020, houve queda nos valores de repasses federais, que demonstraram uma redução de 54% em relação ao exercício anterior, de 2019, no qual foram repassados o montante de R\$ 2.894.208,33, o que equivale a uma diminuição no valor de R\$ 1.553.818,27. Cabe ressaltar que essa queda também foi decorrente da pandemia da Covid-19, que impactou a economia no ano de 2020. Dessa forma, foram celebrados apenas dois instrumentos, sendo os dois Termos de Colaboração.

No exercício de 2021 houve nova queda nos valores, já que a pandemia perdurou durante aquele ano, o que prejudicou a execução dos instrumentos de transferências voluntárias vigentes e, ainda, a celebração de novos instrumentos de transferências de recursos da União.

Além disso, destaca-se que a pandemia afetou principalmente os eventos culturais e artísticos, que são peças fundamentais para a execução das atividades finalísticas do Iphan.

Por fim, cabe ressaltar que, no período de 2020 e 2021, houve uma tendência de baixa no volume de celebrações de novas parcerias, devido ao contingenciamento das transferências dos recursos financeiros por parte do Governo Federal.

Já no último exercício, de 2022, com a retomada dos eventos culturais e atividades presenciais no país, houve um aumento considerável no volume de recursos transferidos em relação ao ano anterior, de aproximadamente 971%. Apesar de ser um aumento aparentemente volumoso de transferências, esse crescimento é justificado por conta do baixo volume de recursos repassados no exercício anterior, afetado pela grave situação pandêmica global que resultou na redução da quantidade de instrumentos celebrados e executados pelo órgão no ano de 2021.

No citado exercício de 2022, foram celebrados três Termos de Execução Descentralizada para a execução de diversos projetos, principalmente voltados à implementação da Biblioteca Digital do Iphan e à restauração da aeronave Catalina (Consolidated Vultee 28), pertencente ao acervo do Museu Aeroespacial. Esses instrumentos totalizaram 70% dos valores transferidos no exercício, no montante de R\$ 946.850,00. Além disso, os Termos de Colaboração pactuados representaram os demais 30% de repasse dos recursos federais, sendo um novo Termo de Colaboração celebrado pelo Iphan, no valor de R\$ 350.000,00.

## **Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios**

A alegação da maioria dos convenientes no que se refere ao descumprimento dos prazos para apresentação de prestação de contas se trata da dificuldade na utilização da Plataforma +Brasil. As dificuldades advêm, dentre outros motivos, da falta de conhecimento sobre o sistema e, por vezes, da instabilidade da própria Plataforma. Isso traz consequências diretas no trabalho da Divisão de Prestação de Contas, que deve prestar auxílio por telefone, e-mail e presencialmente. Dessa forma, segue o resumo do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos três exercícios:

### **2020**

Em 2020, existia um Instrumento a prestar contas, sendo um Termo de Execução Descentralizada. Dessa forma, informamos que:

1. Todos os Instrumentos prestaram contas no exercício previsto;
2. Todos os instrumentos foram analisados.

A Divisão de Prestação de Contas efetua as análises priorizando os Instrumentos mais antigos, na busca de eliminar os passivos, além de obter uma coerência de ordem cronológica.

### **2021**

No ano de 2021, existiam 9 instrumentos a prestar contas, sendo 2 (dois) Convênios, 4 (quatro) Termos de Colaboração e 3 (três) Termos de Execução Descentralizada. Dessa forma, informa-se que:

1. 6 (seis) instrumentos prestaram contas;
2. 4 (quatro) instrumentos foram analisados;
3. 1 (um) instrumento não prestou contas; e
4. 2 (dois) instrumentos ainda estão no prazo para prestar contas.

### **2022**

Em 2022, existiam quatro Instrumentos a prestar contas, sendo quatro Termos de Execução Descentralizada. Desses Instrumentos, informa-se que:

1. Todos os Instrumentos prestaram contas no exercício previsto;
2. Três Termos de Execução Descentralizada tiveram as análises técnicas concluídas; e
3. Um Termo de Execução Descentralizada está em análise pela área técnica.

A Divisão de Prestação de Contas efetua as análises priorizando os Instrumentos mais antigos, na busca de eliminar os passivos, além de obter uma coerência de ordem cronológica.

Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado, com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto.

Em 2022, a DICONTE analisou a prestação de contas de 4 (quatro) convênios/congêneres, sendo dois Termos de Colaboração, um Convênio e um TED, o que resultou em 4 aprovações de prestação de contas.

Por meio de estudos e observações, constatou-se que, para aprovar a prestação de contas da maioria dos instrumentos do Iphan, levou-se em média 1,6 anos, considerando o último

triênio. Isso se deve ao fato de o conveniente ter apresentado documentações incompletas, o que resultou em diligências para complementação documental, estendendo o tempo médio para aprovação, de maneira especial em 2020.

No entanto, a Divisão de Prestação de Contas, em conjunto com a Coordenação de Convênios, vem buscando aperfeiçoar os mecanismos de controle, adaptando os limites de prazos para

conclusão dos trâmites administrativos de maneira mais efetiva, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 70 da Portaria Interministerial MP/MJ/CGU n.º 424/2016, além do disposto no § 1º e § 2º do art. 70 da Lei n.º 13.019/2014.

Em virtude disso, constatou-se que, no decorrer dos exercícios de 2020 a 2022, a média do tempo de análise diminuiu consideravelmente, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 4.6.4.5 Média do tempo de análise da prestação de contas e convênios e congêneres, pelo Iphan (2020-2022), por ano.**

2020	2021	2022
2,5 anos	1,7 anos	0,7 anos
Fonte: CCONV/CGLOG/DPA.		

A redução do tempo de análise demonstrada no quadro acima, que levou em consideração o tempo despendido para análise dos instrumentos, desde a apresentação da Prestação de Contas, deu-se em virtude da padronização dos procedimentos de análise da Prestação de Contas e do estreitamento da comunicação entre as partes que integram o processo. Além disso, um dos impactos que a pandemia de Covid-19 desencadeou foi a clara diminuição de instrumentos celebrados em 2021 e 2022, o que resultou em uma menor quantidade de instrumentos na fase de Prestação de Contas.

Já no exercício de 2020, o registro da média do tempo de análise maior foi influenciado pela grande quantidade de aprovações de convênios mais antigos, que exigiam uma complementação maior por parte dos Convenientes e demandavam mais tempo na elaboração dos pareceres. Essas lacunas foram atenuadas com o estreitamento da comunicação e com o advento dos dispositivos mais recentes que possibilitaram uma diminuição no tempo de análise. Ademais, a análise das prestações de contas ainda foi influenciada por mais dois importantes fatores: a dificuldade por parte dos convenientes na inserção de documentação na Plataforma +Brasil, bem como a qualidade e a conformidade das informações dos documentos encaminhados por eles, demandando sucessivas solicitações de documentações complementares para conclusão das análises.

Vale ressaltar, ainda, que a dinâmica de análise da documentação financeira buscou atender às determinações dos Acórdãos emanados pelo Tribunal de Contas da União, além do atendimento aos dispositivos legais que regeram cada Instrumento, a saber, as Portarias Interministeriais MP/MF/CGU n.º 127/2008, n.º 507/2011 e n.º 424/2016 além dos arcabouços legais auxiliares. A análise, tendo como base os dispositivos elencados, é mais criteriosa, o que acarretou grande dispêndio de tempo.

A Lei n.º 13.019, de 2014, juntamente com seu Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016, foi utilizada, tornando possível perceber que os novos Instrumentos, regidos por ela, possuem uma análise mais célere, já que os dispositivos citados permitem a análise de Prestação de Contas de maneira simplificada, não deixando de atentar, no entanto, aos casos em que se observarem inconsistências ou qualquer tipo de irregularidade, prescrevendo, dessa forma, uma análise mais acurada, com a exigência de documentação complementar para comprovação das contas.

Vale ressaltar que um marco importante que contribuiu para a padronização dos procedimentos de prestação de contas no âmbito do Iphan e, portanto, influenciando no tempo de análise e de aprovação das contas dos instrumentos, foi a edição e a publicação dos normativos relacionados aos Termos de Colaboração, Convênios e Termos de Execução Descentralizadas, pela CCONV, a saber, respectivamente:

- Instrução Normativa Iphan n.º 01, de 25 de maio de 2022 (Alterada pela Instrução Normativa n.º 05, de 09 de novembro de 2022);
- Instrução Normativa Iphan n.º 02, de 26 de maio de 2022 (Alterada pela Instrução Normativa n.º 04, de 09 de novembro de 2022); e
- Instrução Normativa Iphan n.º 02, de 18 de dezembro de 2020.

### **Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados**

A CCONV deste Instituto é responsável pelo gerenciamento e monitoramento das atividades de transferências de recursos, alterações de planos de trabalho, alteração de vigência, disponibilização de Ordem Bancária de Transferência Voluntária (OBTV) - para o Conveniente, utilização de rendimento de aplicação financeira, prorrogação de ofício e análise da prestação de contas financeira. Todas essas atividades são gerenciadas por meio de planilhas e informações de controle da Plataforma +Brasil.

Com relação à fiscalização in loco, o Iphan, além de sua sede em Brasília/DF, conta com uma Superintendência em cada Estado do Brasil para atuar no acompanhamento e na fiscalização dos convênios/congêneres celebrados. Desde o ano de 2010, as Superintendências Regionais têm celebrado, executado, fiscalizado e analisado as prestações de contas de convênios/congêneres que são firmados em cada Unidade.

A atribuição de realizar a fiscalização in loco da execução do objeto pactuado é do Fiscal e/ou do Gestor de cada instrumento

na sua área de execução. Os fiscais/gestores são designados por meio de Portaria publicada no Boletim Administrativo Eletrônico (BAE), assinada e aprovada pela Autoridade Máxima do Órgão. Com o intuito de alinhar os procedimentos entre os servidores e as Superintendências envolvidas na gestão dos convênios/congêneres, o Iphan regulamentou, por meio da Portaria Iphan n.º 199, de 25 de julho de 2019, a Norma Interna de Gestão de Convênios. Este documento estabelece os procedimentos e as responsabilidades de cada unidade envolvida na celebração, execução, acompanhamento e fiscalização e prestação de contas dos instrumentos sob a égide da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 424/2016. Além disso, mensagens informativas relativas à temática dos convênios/congêneres aos servidores, convenientes e demais envolvidos direta ou indiretamente no contexto, são encaminhadas semanalmente, criando, assim, um canal de comunicação entre atores do processo. A Portaria Iphan n.º 199, de 2019, pode ser acessada por meio do endereço eletrônico: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FLUXO\\_ATUAL\\_Portaria\\_199-2019Fluxo\\_de\\_Gestao\\_de\\_Convenios\\_PI\\_424-2016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FLUXO_ATUAL_Portaria_199-2019Fluxo_de_Gestao_de_Convenios_PI_424-2016.pdf).

Por outro lado, com advento da Lei n.º 13.019, de 2014, que estabelece procedimentos para as parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil, e com intuito de melhorar o acompanhamento e a fiscalização desses instrumentos, passou-se a realizar, mensalmente, encontros por meio de videoconferências entre os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, Gestores e demais interessados, a fim de padronizar o comportamento dos envolvidos nas ações. Na mesma linha, o Iphan realiza visitas técnicas junto aos Parceiros, com o intuito de compartilhar e dirimir eventuais dúvidas quanto à execução, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos pactuados. Além disso, a Coordenação de Convênios e Prestação de Contas elaborou a Norma Interna para Gestão de Termos de Colaboração e Fomento, a Portaria Iphan n.º 217, de 12 de agosto de 2019, que “Dispõe sobre o estabelecimento de procedimentos e fluxo do processo de gerir Termo de colaboração e Termo de Fomento a serem observados no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)”, que pode ser acessada por meio do endereço eletrônico: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria\\_217\\_2019\\_FluxoTermoColaboracaoFomento.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_217_2019_FluxoTermoColaboracaoFomento.pdf).

Em relação aos Termos de Execução Descentralizada, após a publicação do Decreto n.º 10.426, de 16 de julho de 2020, que dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração desses termos, a Coordenação de Convênios e Prestação de Contas publicou a IN Iphan n.º 2/2020, que “Padroniza os processos vinculados à gestão do Termo de Execução Descentralizada (TED) no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)”, que está disponível por meio do endereço eletrônico: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/InstrucaoNormativa-Iphan-2de2020.pdf>.

## **Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC**

As transferências voluntárias realizadas pelo Iphan têm como objetivo a Preservação dos Patrimônios Material e Imaterial Brasileiro. A efetividade dessas transferências pode ser verificada nos produtos apresentados ao final da execução de cada projeto.

Preservar o Patrimônio Cultural é um ato de grande importância no que se refere ao crescimento social e cultural de um povo. Por meio da execução desses projetos, o Iphan e seus parceiros garantem a preservação, a difusão e a apropriação dos patrimônios material e imaterial. Nesse sentido, o maior beneficiado é o cidadão brasileiro.

## **Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas**

No ano de 2022 a DICONTE, área responsável pela análise das contas dos instrumentos de transferências voluntárias celebrados por este Instituto, contou com um quadro composto por 2 (dois) servidores.

Além disso, todas as atividades realizadas na análise das prestações de contas são gerenciadas por meio de planilhas e de informações de controle da Plataforma +Brasil e do SIAFI.

## **Convênios registrados na Plataforma +Brasil com prazo de prestação de contas expirado. Instrumentos que estavam pendentes de conclusão dos procedimentos de análise e aprovação das contas**

Cabe informar que, mediante os prazos para apresentação da prestação de contas, nenhum instrumento encontra-se em atraso de prestação de contas no âmbito deste Iphan-Sede.

Na situação atual, dois Termos de Execução Descentralizada estão aguardando os pareceres técnicos referentes à prestação de contas, enquanto um Termo de Colaboração e um Termo de Execução Descentralizada estão aguardando a apresentação da prestação de contas pelas instituições convenientes.

O Iphan disponibiliza as informações referentes às suas parcerias por meio do endereço eletrônico: <https://www.gov.br/iphan/pt-br//acesso-a-informacao/convenios-e-transferencias/instrumentos-celebrados>, com vistas a facilitar o acesso ao público externo das ações executadas pelo Iphan, com informações completas, atualizadas e padronizadas, dando maior transparência às políticas públicas praticadas por este órgão.

## **Demais ações consideradas importantes**

Em 2022, o foco permaneceu sendo o alinhamento com os Convenientes sobre a execução dos instrumentos em meio ao período de transição entre a pandemia e o retorno às atividades presenciais, por meio de videoconferências, e-mail e contatos telefônicos, além da administração de cursos referentes à operacionalização dos sistemas relacionados às transferências voluntárias e aos Termos de Execução Descentralizada celebrados no âmbito do Iphan.

Os alinhamentos foram necessários para adaptar os planos de trabalho e respeitar os protocolos de segurança de cada Estado em que o instrumento está sendo executado, a fim de não gerar atrasos e, conseqüentemente, prejudicar o cumprimento do objeto.

Dentre as demais ações consideradas importantes, pesa destacar os encontros virtuais de Administração e Logística, realizados nos dias 15/06/2022 e 26/10/2022 com as Superintendências do Iphan, que tiveram por objetivo alinhar e sanar dúvidas em relação ao Planejamento, Execução e Prestação de Contas de Convênios, Termos de Colaboração e Termos de Execução Descentralizada no âmbito do Iphan.

Ressalta-se, também, o planejamento das diretivas de ações estratégicas promovidas para sanar os passivos de prestação de contas presentes nas unidades administrativas do Iphan.

Cabe destacar que, ainda no ano de 2022, a Coordenação de Convênios e Prestação de Contas (CCONV) do Iphan-Sede, por meio de sua Divisão de Prestação de Contas (DICONV), concluiu a publicação da IN Iphan n.º 02/2022 e da IN Iphan n.º 01/2022, referentes à padronização dos procedimentos de análise, diligências e conclusão da prestação de contas de Convênios e Termos de Colaboração, respectivamente celebrados pelo Iphan.

## 4.7 - Gestão Patrimonial e Infraestrutura

No âmbito do Iphan, a função do controle patrimonial abrange as atividades de recepção, registro, controle, utilização, guarda, conservação e desfazimento dos bens permanentes da instituição, no que diz respeito aos bens móveis. As atividades de controle patrimonial compreendem, mas não se limitam, à exclusão, movimentação e alienação de um bem do acervo patrimonial da instituição, de acordo com a legislação vigente.

Internamente, o tema é regido pela Orientação Administrativa n.º 03/2019, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico do IPHAN n.º 1.451 – Edição de 6 de setembro de 2019. Os procedimentos nela descritos foram estabelecidos com base na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto 9.373, de 11 de maio de 2018, Instrução Normativa SEDAP PR 205-1988, Instrução Normativa DASP n.º 142, de 5 de agosto de 1983 e Portaria MPDG n.º 385, de 28 de novembro de 2018.

De acordo com o Regimento Interno aprovado pela Portaria n.º 92, de 5 de julho de 2012, vigente durante quase totalidade do exercício em comento, compete à Coordenação de Recursos

Logísticos (COREL), parte da Coordenação-Geral de Logística, Convênios e Contratos (CGLOG) do Departamento de Planejamento e Administração (DPA), orientar as atividades da área de material e patrimônio. No âmbito das unidades descentralizadas, as Coordenações e Divisões Administrativas têm autonomia nas ações de administração de material e patrimônio.

Compete destacar no ano de 2022 as tratativas relacionadas ao processo de permuta, de iniciativa da Secretaria do Patrimônio da União – SPU, para obtenção de imóvel a ser compartilhado entre o Iphan e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para instalação de suas Sedes Administrativas em Brasília.

Atualmente, a entrega do edifício pela Permutante encontra-se em sua fase final. As adequações que permitem o efetivo uso do imóvel foram concluídas, restando pendentes algumas questões pontuais para o recebimento definitivo do edifício, a exemplo da entrega do Auditório e dos sistemas de automação predial e de elevadores, pequenos ajustes relativos à obra civil, realização de treinamentos e entrega de artefatos físicos para o adequado uso e operação do edifício, dentre outros.

O processo de Permuta permitiu ao Iphan encerrar os gastos com locação de imóvel para acomodação de sua Sede em Brasília, resultando em economia anual de R\$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil reais). O compartilhamento do imóvel com o Ipea gera ainda a perspectiva de economia com o rateio de despesas (tais como serviços de recepção, limpeza e conservação, soluções de segurança, dentre outras) e inovação administrativa com o trabalho conjunto das equipes administrativas na gestão predial.

Em 2023, espera-se o aperfeiçoamento de tais ações de compartilhamento de despesas administrativas no âmbito da sede, bem como a realização de investimentos de capital de modo a renovar a infraestrutura de mobiliários. Também foram iniciados estudos em buscas de novas soluções econômicas e sustentáveis para a conservação e manutenção da frota de veículos do Instituto.

Nas tabelas a seguir é demonstrada a distribuição geográfica dos imóveis sob responsabilidade do Iphan (próprios, da União ou de terceiros) e informações sobre suas dimensões, referentes ao exercício de 2022, de acordo com as informações fornecidas pelas unidades administrativas. Compete informar que não houve cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas, pelo Iphan, em 2022.

Tabela 4.7.1 Listagem do Patrimônio Imobiliário da União sob responsabilidade do Iphan em 2022.

<b>Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.</b>						
Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do Iphan é utilizado o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial (SPIUnet) e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio, com base em informações encaminhadas pelas unidades administrativas.						
<b>Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União sob responsabilidade do Iphan, em 2022.</b>						
RIP - UTILIZAÇÃO (SPIUnet) - n°	UF	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	ÁREA TERRENO Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)	ÁREA CONSTRUÍDA	PROPRIEDADE (Próprio/União/Terceiros)
2785 00389.500-3	AL	MACEIO	Rua Sá e Albuquerque, 157 Jaruá CEP 57022-180	979,71	1.792,94	União
Não informado	CE	FORTALEZA	RUA LIBERATO BARROSO, 525 CENTRO	1.296	495	União
5703.00097.500-8	ES	VILA VELHA	AVENIDA JOSÉ SIMÕES, S/N- ARGOLAS	1.650	1.650	União
5605.00013.500-0	ES	Alfredo Chaves	Rua Estação Matilde, s/n - Matilde	6.224,47	367,30	União
412300380500-7	MG	BELO HORIZONTE	RUA JANUÁRIA, n.º 130 - BIARRO FLORESTA CEP: 30110-055	3.034,00	1.428,00	União
4799 00003.500-4	MG	MARIANA	RUA DIREITA, n.º 07 - BAIRRO CENTRO CEP: 35420-000	737,00	532,00	União
524900054500-0	MG	SÃO JOÃO DEL REI	AVENIDA HERMILLO ALVES, n.º 52 - BAIRRO CENTRO CEP:36307-328	1.128,30	648,30	União
5375 00002.500-3	MG	TIRADENTES	RUA DA CÂMARA, n.º 124 - BAIRRO CENTRO CEP: 36325-000	693,00	564,00	União
443100021500-4	MG	DIAMANTINA	CASA CHICA DA SILVA - PRAÇA LOBO DE MESQUITA, n.º 266 - BAIRRO CENTRO	1.741.65	541,65	União
4431.00008.500-3 (utilização) 4431 00030.500-3 (imóvel)	MG	DIAMANTINA	BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES DE DIAMANTINA	542,84	516,22	União
5341 00003.500-2	MG	SERRO	CASA GENERAL CARNEIRO - PRAÇA PRESIDENTE VARGAS, n.º	304,00	264,00	União
5341 00003.500-2	MG	SERRO	CASA GENERAL CARNEIRO - PRAÇA PRESIDENTE VARGAS, n.º 108 - BAIRRO CENTRO CEP: 39150-000	304,00	264,00	União



0427 00762.500-3	PA	BELEM	Avenida AV: Governador José Malcher, n.º 474	457,00	720,00	União
RIP - UTILIZAÇÃO (SPIUnet) - nº	UF	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	ÁREA TERRENO Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)	ÁREA CONSTRUÍDA	PROPRIEDADE (Próprio/União/ Terceiros)
2051 00021.500-2	PB	JOAO PESSOA	Praça BARÃO DO RIO BRANCO, 30 CENTRO CEP 58010-760	142,62	142,62	União
2531 01024.500-9	PE	RECIFE	Praça VISCONDE DE MAUA, s/n Edif. Rosa III - Esquina com a Rua Floriano Peixoto, SAO JOSÉ CEP 50020-100	2.537,34	1.440,00	União
121900149500-2	PI	Teresina	Rua Magalhães Filho, 779 CEP: 64000-128	805,00	297,00	União
RJ	RJ	PETRÓPOLIS	Imóvel Sede do Escritório Técnico Região Serrana: Av. Koeler, 225	DESCONHECIDO	904,58	União
RJ	RJ	RIO DE JANEIRO	Imóvel situado na Praça da República, n.º 22, Centro	1.815,00	4	União
1761 00204.500-3	RN	NATAL	Avenida Duque de Caxias, 158 Ribeira CEP 59010-200	547,09	603,06	União
8801 00803.500-0	RS	PORTO ALEGRE	Avenida Independência, 867 Independência CEP 90035-036	934,92	660,40	União
8105 00143.500-1	SC		Rua Conselheiro Mafra, 141 Garagem Box 13, Centro CEP 88010-000	585,00	12,00	União
7071 00162.500-1	SP	SANTOS	Rua Tiro Onze, 11 “Antiga Casa Do Trem”,	975,00	500,00	União
7107 00623.500-1	SP	SÃO PAULO	Rua Baronesa de Itu, 639 Higienópolis CEP 01231-001	651,00	303,29	União
COREL/CGLOG/DPA						

Tabela 4.7.2 Gestão do patrimônio imobiliário próprio sob responsabilidade do Iphan, em 2022.

<b>Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.</b>						
Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do Iphan é utilizado o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial (SPIUnet) e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio, com base em informações encaminhadas pelas unidades administrativas.						
<b>Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União sob responsabilidade do Iphan, em 2022.</b>						
RIP - UTILIZAÇÃO (SPIUnet) - nº	UF	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	ÁREA TERRENO Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)	ÁREA CONSTRUÍDA	PROPRIEDADE (Próprio/União/ Terceiros)
0139 00401.500-4	AC	RIO BRANCO	Rua DOM BOSCO 1, 186 BOSQUE CEP 69900-643	1.227,00	516,28	Próprio
2833 00045.500-6	AL	PENEDO	Praça Marechal Deodoro, 133 Esquina com Travessa Amaranto Filho, Centro Histórico CEP 57200-000	616,00	438,97	Próprio
0255 00533.500-0	AM	MANAUS	Travessa Dr. Vivaldo Lima, 13/17 Sobrado, Centro CEP 69005-440	220,00	605,88	Próprio
3397 00005.500-8	BA	CACHOEIRA	Rua Benjamim Constant, 17 Secretaria de Turismo do Município de Cachoeira, Centro CEP 44300-000	369,00	407,00	Próprio
3397 00002.500-1	BA	CACHOEIRA	Praça da Aclamação, 04 Escritório Técnico do Iphan, Centro CEP 44300-000	842,26	1.006,34	Próprio
3397 00008.500-4	BA	CACHOEIRA	Praça Teixeira de Freitas, 2 CINE TEATRO CACHOEIRANO, Centro CEP 44300-000	371,62	338,00	Próprio
3407 00006.500-4	BA	CAIRU	Rua Barão Homem de Melo, 36 Casa, Centro CEP 45420-000	800,00	453,50	Próprio
3657 00001.500-6	BA	JAGUARIBE	Rua Da Ajuda, 01 Fórum de Jaguaripe, Centro CEP 44480-000	671,65	834,15	Próprio
3687 00006.500-5	BA	LENÇÓIS	Rua MIGUEL CALMON, 08 Centro CEP 46960-000	330,70	328,24	Próprio
3807 00032.500-1	BA	PORTO SEGURO	Rua DR. ANTÔNIO RICALDI, s/n.º CIDADE HISTÓRICA, Centro CEP 45810-000	411,00	231,97	Próprio
3835 00034.500-8	BA	RIO DE CONTAS	Rua Dois de Julho, 6 Escritório Técnico do Iphan em Rio de Contas, Centro CEP 46170-000	343,00	131,26	Próprio



RIP - UTILIZAÇÃO (SPIUnet) - nº	UF	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	ÁREA TERRENO Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)	ÁREA CONSTRUÍDA	PROPRIEDADE (Próprio/União/ Terceiros)
3849 00337.500-5	BA	SALVADOR	Rua Visconde de Itaparica, 08 Centro CEP 40020-080	3.790,00	1.786,00	Próprio
3849 00338.500-0	BA	SALVADOR	Rua VISCONDE DE ITAPARICA, 06 BARROQUINHA CEP 40024-080	192,00	252,49	Próprio
3849 00339.500-6	BA	SALVADOR	Rua SAO DE FRANCISCO, 32 MUSEU DOS SETE CANDEEIROS, CENTRO - CEP 40020-310	605,46	941,07	Próprio
9701 27239.500-7	DF	BRASILIA	Quadra 507, do SCR/SUL, Bloco B, Lojas 59, 61, 58 e, 62 Asa Sul CEP 70351-520	524,57	524,57	Próprio
9701 27241.500-8	DF	BRASILIA	Quadra 507, do SCR/SUL, Bloco B, Loja, 53 - Asa Sul	776,40	776,40	Próprio
5705.00422.500-0	ES	VITÓRIA	Rua José Marcelino, n.º 203/205 - Cidade Alta / Centro	175,73	528,90	Próprio
NÃO CADASTRADO	ES	SERRA	Travessa Reis Magos - Centro / Nova Almeida	Não informado	980,00	Próprio
9377 00012.500-4	GO	GOIAS	Praça Zacheu Alves de Castro, 1 Centro - CEP 76600-000	712,44	336,00	Próprio
9543 00002.500-8	GO	PIRENOPOLIS	Rua 24 de Outubro, Esq. Rua do Bonfim, 1 Centro, Centro CEP 72980-000	521,50	24.901,00	Próprio
0703 00013.500-2	MA	ALCANTARA	Rua Mercês, 464, Centro - CEP 65250-000	587,97	605,50	Próprio
0921 00278.500-5	MA	SAO LUIS	Rua Giz, 235, Centro CEP 65080-180	438,82	374,32	Próprio
9051 00332.500-1	MS	CAMPO GRANDE	Rua GENERAL MELLO, 23 Lote 01 resultante do desdobro da área D-04, CENTRO CEP 79002-241	806,95	583,50	Próprio
9067 00278.500-5	MT	CUIABA	Rua SETE DE SETEMBRO, 390, CENTRO NORTE CEP 78005-040	583,50	221,00	Próprio
2051 00226.500-7	PB	JOAO PESSOA	Praça ANTENOR NAVARRO, 23 VARADOURO - CEP 58010-480	110,00	465,35	Próprio
2491 00018.500-0	PE	OLINDA	RUA DO AMPARO, 00059 CENTRO - CEP 53000-000	239,90	2.733,00	Próprio



RIP - UTILIZAÇÃO (SPIUnet) - nº	UF	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	ÁREA TERRENO Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)	ÁREA CONSTRUÍDA	PROPRIEDADE (Próprio/União/ Terceiros)
7535 00512.500-9	PR	CURITIBA	Avenida Presidente Affonso Camargo, 24 Rebouças CEP 80060-090	19.579,04	2.733,00	Próprio
7657 00015.500-4	PR	LAPA	Rua Quinze de novembro, 67 Casa, Centro CEP 83750-000	1.376,00	488,00	Próprio
7745 00055.500-5	PR	PARANAGUA	Ilha Do Mel, s/ n Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, Barra - CEP 83200-000	179.411,79	Não Informado	Próprio
NÃO CADASTRADO	RJ	PARATY	Imóvel Sede do Escritório Técnico Costa Verde: Praça Monsenhor Hélio Pires, S/N, Paraty/ RJ -	DESCONHECIDO	350,00	Próprio
NÃO CADASTRADO	RJ	SÃO PEDRO	Imóvel sede do E.T Região dos Lagos, em São Pedro da Aldeia - Rua Teixeira Brandão, 87 - centro.	DESCONHECIDO	232,88	Próprio
NÃO CADASTRADO	RJ	VASSOURAS	Imóvel sede do E.T Médio Vale Paraíba, em Vassouras - Rua Barão de Vassouras, 45 - centro.	DESCONHECIDO	2.924,00	Próprio
6001 01463.500-4	RJ	RIO DE JANEIRO	Avenida Rio Branco, 46 Centro CEP 20090-002	660,00	2.304,20	Próprio
6001 05088.500-7	RJ	RIO DE JANEIRO	Rua ARQUIAS CORDEIRO, 1046 ENGENHO DE DENTRO CEP 20770-001	30.049,00	1.236,24	Próprio
6001 01465.500-5	RJ	RIO DE JANEIRO	Praça XV de Novembro, 48 Centro - CEP 20010-000	2.880,00	7.856,00	Próprio
6001 01473.500-9	RJ	RIO DE JANEIRO	Estrada ROBERTO BURLE MARX, 2019 Antigo Sítio Santo Antônio da Bica, GUARATIBACEP 23020-240	365.000,00	18.494,00	Próprio
6001 01248.500-5	RJ	RIO DE JANEIRO	Rua DO CATETE, 181 CATETE CEP 22220-000	302,40	452,89	Próprio
1761 00232.500-6	RN	NATAL	Salina Da Conceição, 603 Cidade Alta - CEP 59025-250	340,84	230,44	Próprio
0003 00676.500-3	RO	PORTO VELHO	Avenida Presidente Dutra 2234, 2234 Baixa União CEP 78900-000	562,82	370,76	Próprio

RIP - UTILIZAÇÃO (SPIUnet) - nº	UF	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	ÁREA TERRENO Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)	ÁREA CONSTRUÍDA	PROPRIEDADE (Próprio/União/ Terceiros)
7341 00004.500-9	RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	Lote Av. Boaventura Braga, 1 Quadra 13, Centro CEP 98865-000	6.000,00	236,72	Próprio
7341 00006.500-0	RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	Lote Porfirio Dutra, 7 Quadra 19, Centro CEP 98865-000	500,00	102,90	Próprio
8507 00021.500-0	RS	ALEGRETE	Praça Getúlio Vargas, 585 Centro CEP 97540-000	770,82	432,00	Próprio
8515 00001.500-1	RS	ANTONIO PRADO	Praça Garibaldi, 77 Centro CEP 95250-000	420,75	81,00	Próprio
8159 00009.500-1	SC	ITAIOPOLIS	Rua Padre João Kominek, 120 Alto Paraguai CEP 89340-000	2.538,00	80,00	Próprio
8185 00044.500-1	SC	LAGUNA	Rua Praça Vidal Ramos, 118 Centro - CEP 88790-000	394,29	461,16	Próprio
8185 00063.500-5	SC	LAGUNA	Rua Osvaldo Cabral esquina com a Av. Eng.º Colombo M. Salles, 165 Centro CEP 88790-000	1.081,54	908,55	Próprio
8319 00042.500-5	SC	SAO FRANCISCO DO SUL	Rua General Osorio, 40 Centro CEP 89240-000	151,64	271,00	Próprio
3105 00185.500-3	SE	ARACAJU	Praça CAMERINO, 225 Casa, SAO JOSE - CEP 49015-060	656,00	487,77	Próprio
3233 00156.500-7	SE	SAO CRISTOVAO	Solar Erundino Prado, Cidade Alta, 50 - CEP 49100-000	399,88	593,29	Próprio
6257 00002.500-2	SP	BRODOWSKI	Rua Rui Barbosa, s/n lote 01, Antonio Município José CEP 14340-000	372,94	Não Informado	Próprio
6257 00004.500-3	SP	BRODOWSKI	Rua Rui Barbosa, s/n lote 02, Antonio Município José CEP 14340-000	289,45	Não Informado	Próprio
6257 00006.500-4	SP	BRODOWSKI	Rua Rui Barbosa, s/n lote 03, Antonio Município José CEP 14340-000	-	Não Informado	Próprio
6257 00008.500-5	SP	BRODOWSKI	Rua Rui Barbosa, s/n lote 04, Antonio Município José CEP 14340-000	305,86	Não Informado	Próprio
6257 00010.500-6	SP	BRODOWSKI	Rua Walter Barreto da Costa, s/n lote 05, Antonio Município José - CEP 14340-000	400,00	Não Informado	Próprio
6257 00012.500-7	SP	BRODOWSKI	Rua Walter Barreto da Costa, s/n lote 06, Antonio Município José - CEP 14340-000	400,00	Não Informado	Próprio



RIP - UTILIZAÇÃO (SPIUnet) - nº	UF	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	ÁREA TERRENO Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)	ÁREA CONSTRUÍDA	PROPRIEDADE (Próprio/União/ Terceiros)
6257 00014.500-8	SP	BRODOWSKI	Rua Walter Barreto da Costa, s/n lote 07, Antonio Município José - CEP 14340-000	400,00	Não Informado	Próprio
6257 00016.500-9	SP	BRODOWSKI	Rua Walter Barreto da Costa, s/n lote 08, Antonio Município José - CEP 14340-000	400,00	Não Informado	Próprio
6361 00004.500-8	SP	COTIA	Estrada do Caiapiá, 800 km. 31 Barro Branco, Cotia CEP 06700-000	3.800,00	496,00	Próprio
6361 00006.500-9	SP	COTIA	Estrada do Padre Inácio - Av. Nove de Julho, 3000 Cotia CEP 06700-000	122.500,00	495,00	Próprio
6813 00003.500-4	SP	PARAIBUNA	Fazenda Ponte Alta, s/n Represa de Paraibuna, Redenção da Serra CEP 12260-000	5.215,00	820,50	Próprio
7047 00026.500-9	SP	SANTANA DE PARNAIBA	Praça Largo da Matriz, 09 Centro - CEP 06500-000	320,00	124,00	Próprio
7113 00032.500-3	SP	SAO ROQUE	Estrada Municipal de Santo Antonio, 13 São Roque CEP 18130-000	75.800,00	702,44	Próprio
NÃO CADASTRADO	TO	NATIVIDADE	Rua Deocleciano Nunes, n.º 141, Centro - CEP 77.370-000	378,24	201,64	Próprio

#### Item 2) D. Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão.

Não há imóveis com ocorrência e atos de formalização de cessão.

#### Item 2) E. Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis.

Não há informação sobre despesas de manutenção.

#### Item 2) F. Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Contratação de Seguro Predial.

Fonte: COREL/CGLOG/DPA.



Tabela 4.7.3 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros pelo Iphan, em 2022.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS		
		EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2022
BRASIL	AC			
	Rio Branco	1	1	1
	AP			
	Amapá	1	1	1
	AM			
	Manaus			1
	DF			
	Iphan-Sede	1	1	1*
	MA			
	São Luís			1
	PA			
	Belém			1
	RO			
	Porto Velho			1
	RJ			
	Rio de Janeiro	2	2	2
	RR			
	Boa vista	1	1	
	RS			
	Porto Alegre			1
	SC			
	Florianópolis	1	1	
	SP			
São Paulo	2	2		
TO				
Palmas	1	1	1	
Subtotal Brasil		10	10	11
EXTERIOR	Países Estrangeiros	0	0	0
Subtotal Exterior		0	0	
Total (Brasil + Exterior)		10	10	11

Fonte: COREL/CGLOG/DPA.

\* O Contrato de Locação do Iphan-Sede encerrou-se em 05/04/2022, conforme Processo nº 01450.000913/2009-37.

## 4.8 - Gestão da Tecnologia da Informação

### 4.8.1 - Modelo de governança de TI e conformidade legal

O Modelo de governança de TI do Iphan tem como principal instância o Comitê Gestor dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (COGESTI), instituído pela Portaria nº 424, de 13 de novembro de 2017. O COGESTI é composto pela autoridade máxima do Departamento de Planejamento e Administração (DPA), que o preside, pelo titular do Gabinete da Presidência (GAB PRESI), e pelos demais representantes das Diretorias

que compõem a Diretoria Colegiada. A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, compõe o Comitê exercendo a função de Secretaria Administrativa do Comitê. As ações de TIC foram priorizadas pelo COGESTI em consonância com o Plano Diretor de TI (PDTIC) 2021-2022, além do Planos de Transformação Digital -PTD 2022- 2023, por sua vez, alinhado à Estratégia de Governo Digital (Decreto 10.332/2020) e ao Planejamento Estratégico do Iphan (Portaria Iphan nº 23 de 17 de maio de 2021).

Motivados pela cultura Ágil propagada pela Secretaria de Governo Digital (SGD), a CGTI iniciou a adoção de práticas aderentes aos valores e aos princípios ágeis, entregando valor constantemente e aumentando a capacidade de adaptação às mudanças.



Mantendo o alinhamento ao Planejamento Estratégico, o Plano de Transformação Digital preconizou o cidadão como o principal cliente do valor entregue com a simplificação dos serviços públicos digitalizados.

#### 4.8.2 - Montante de Recursos aplicados em TI

O montante de recursos aplicados em TIC no ano de 2022 estão demonstrados abaixo detalhando os novos contratos que foram firmados neste ano.

Tabela 4.8.2.1 Valores executados em 2022 relacionados à TI, pelo Iphan.

Elemento de despesa	Valores relacionados a Serviços de Suporte à Infraestrutura (R\$)	Valores relacionados a Serviços de Desenvolvimento de Sistemas (R\$)
Custeio	6.400.270,48	669.000,00
Capital	20.198,25	349.000,00
TOTAL PARCIAL	6.420.468,73	1.018.000,00
TOTAL		7.438.468,73

Fonte: CGTI/DPA.

Tabela 4.8.2.2 Novos contratos firmados em 2022, pelo Iphan.

Objeto	Tipo da Despesa	Valor do Contrato (R\$)
Aquisição de Desktops	Capital	939.228,00
Aquisição de Notebooks	Capital	35.570,00
Material de Consumo	Custeio	123.569,00
Aquisição de Servidores de Rede	Capital	232.286,00
Serviço de Computação em Nuvem	Custeio	1.365.230,87
Impressão corporativa	Custeio	788.538,96
TOTAL		3.484.422,83

Fonte: CGTI/DPA.

#### 4.8.3 - Contratações mais relevantes de recursos de TI

Os principais contratos em volume financeiro têm como foco a sustentação da infraestrutura de TIC e o apoio ao usuário de TIC, a sustentação e o desenvolvimento de softwares para as áreas finalísticas desta Entidade, conforme demonstrado na tabela apresentada adiante.

Tabela 4.8.3 Contratos mais relevantes de recursos de TIC, em 2022, para o Iphan.

Contrato (nº/ano)	Discriminação do Serviço	Valor do Contrato (R\$)
30/2019	Sustentação de infraestrutura e apoio ao usuário de TIC	3.449.895,84
04/2019	Sustentação e desenvolvimento de software	1.809.596,63
11/2021	Licença de software Microsoft para Data Center	1.574.884,05
12/2020	Serviço de rede de dados corporativa	4.568.232,00
10/2022	Serviços de Impressão Corporativa	788.538,96
04/2021	Licença de software de escritório O365	1.263.680,00
17 e 18/2022	Renovação do parque computacional	974.798,00

Fonte: CGTI/DPA.

#### 4.8.4 - Principais iniciativas (projetos) e resultados na área de TIC por cadeia de valor

As principais iniciativas e resultados na área de TIC estão a seguir discriminadas por cadeia de valor, assim como a participação do setor nos processos de mudança:

Tabela 4.8.4.1 Aquisição de Servidores de Equipamento de Backup e Recovery de dados.

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TIC	Aquisição de Servidores de Rede
Principais Resultados	Foram adquiridos dois servidores de rede de alta capacidade, com vistas a ampliar a capacidade processamento e disponibilidade dos serviços de TIC.		
Valor Investido	R\$ 232.286,00		
Fonte: CGTI/DPA.			

Tabela 4.8.4.2 Aquisição de Servidores de Equipamento de Backup e Recovery de dados.

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TIC	Aquisição/ Renovação de solução de backup e recovery de dados
Principais Resultados	Aprimorou-se o processo de salvaguarda das informações, permitindo reestabelecimento tempestivo dos serviços que suportam os processos finalísticos do Iphan em caso de incidentes.		
Valor Investido	R\$21.314,40		
Fonte: CGTI/DPA.			

Tabela 4.8.4.3 Aquisição de Estações de Trabalho, Desktop e/ou Notebook, e equipamentos ou software de infraestrutura para os Serviços de TIC do Iphan.

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TIC	Aquisição de Estações de Trabalho, Desktop e/ou Notebook, e equipamentos ou software de infraestrutura para os Serviços de TIC do Iphan
Principais Resultados	Aprimorou-se e ampliou-se o parque tecnológico que suporta os processos finalísticos do Iphan, aumentando a sua eficiência operacional, otimizando a infraestrutura de tecnologia da informação.		
Valor Investido	R\$ 974.798,00		
Fonte: CGTI/DPA.			

Tabela 4.8.4.4 Reforma do Novo Edifício Sede.

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TIC	Reforma do novo prédio com foco em infraestrutura de Rede e instalações.
Principais Resultados	Infraestrutura tecnológica adaptada para as equipes em trabalho presencial e remoto, envolvendo o processo de mudança do backbone e links de internet, sem prejuízo às atividades do Instituto, incluindo das unidades descentralizadas. Ainda, foram realizadas as instalações necessárias para equipamentos de datacenter.		
Valor Investido	Valor incluído na Permuta do Novo Prédio		
Fonte: CGTI/DPA.			

Tabela 4.8.4.5 Novo Data Center.

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TIC	Construção de Data Center na Sede nova.
Principais Resultados	Com a mudança para uma sede própria, foi construído um novo Data Center, com técnicas mais modernas, melhoria na infraestrutura elétrica, de refrigeração, detecção e combate a incêndio, e de disponibilidade por meio da introdução de um grupo gerador. O novo Data Center aumentou significativamente a segurança e disponibilidade dos serviços de TIC prestados pela CGTI.		
Valor Investido	Valor incluído na Permuta do Novo Prédio		
Fonte: CGTI/DPA.			

Tabela 4.8.4.6 Impressão Corporativa.

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TIF	Serviços de impressão corporativa
Principais Resultados	Aprimorou e evoluiu os serviços de outsourcing de impressão em âmbito nacional, garantindo a continuidade do serviço, aumentando sua eficiência e qualidade e otimizando a infraestrutura de tecnologia da informação, com uma economia de 30% em relação à contratação anterior e evolução dos equipamentos.		
Valor Anual Estimado	R\$ 647.177,62		
Fonte: CGTI/DPA.			

Tabela 4.8.4.7 Licenças Microsoft.

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TIC	Contratação/renovação de Licenças Microsoft
Principais Resultados	Foram adquiridas licenças de uso da plataforma Microsoft com o intuito de aumentar a colaboração entre as unidades do órgão, além de aprimorar a comunicação de informações no âmbito do Instituto.		
Valor Investido	R\$ 1.233.412,96		
Fonte: CGTI/DPA.			

Tabela 4.8.4.8 Certificado Digital.

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TIC	Renovação/contratação do serviço de emissão de certificado digital A3 para Pessoa Física
Principais Resultados	Aprimorou e garantiu a segurança da informação quanto à identificação, autenticação e autorização de pessoas físicas no acesso aos dados garantindo para a COGEP a gestão adequada.		
Valor Investido	R\$ 4.833,4		
Fonte: CGTI/DPA.			

## 4.8.5 - Transformação Digital de Serviços Públicos/Novos sistemas previstos no PTD

A CGTI, em 2022, elaborou em conjunto com as áreas finalísticas da Instituição, culminando, no mês de julho, na assinatura do primeiro PTD do Iphan. O estágio atual dos serviços destinados à transformação digital encontra-se descrito abaixo, assim como as demais iniciativas relacionadas aos sistemas corporativos.



Tabela 4.8.5.1 Previsão do PTD - Transformação de 24 serviços públicos (Quantidade).

Serviços do PTD	Estágio atual dos serviços			
	Publicados	Em Transformação	Suspensão	Não Iniciados
	7	5	2	10

Fonte: CGTI/DPA.

Tabela 4.8.5.2 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor.

Cadeia de Valor	Macroprocessos Finalísticos	Principais Iniciativas na Área de TIC	Evolução do Sistema Fiscalis
Principais Resultados	Acompanhamento de Notificações: permite que o usuário possa realizar um acompanhamento das Notificações para Apresentação de Documentos (NAD), geradas no sistema. Planejamento de Metas Base e Anuais: por meio da implementação deste módulo, é possível que o gestor do sistema gerencie e acompanhe o cumprimento de metas anuais dos fiscais. Permite o acompanhamento detalhado e emissão de relatórios sobre atingimento de metas de fiscalização de bens; Dashboards: permite o acompanhamento gerencial e de rápida visualização de informações tais como: Análise de metas, rotas, fiscalizações e outras.		
Valor Investido Desenvolvimento FISCALIS	R\$ 105.217,20		
Cadeia de Valor	Macroprocessos Finalísticos	Principais Iniciativas na Área de TIC	Evolução do Sistema SICG
Principais Resultados	Evolução no Sistema Repositório de Registros de Bens materiais e Imateriais do Iphan.		
Valor Investido Desenvolvimento SICG	R\$ 76.197,41		
Cadeia de Valor	Macroprocessos Finalísticos	Principais Iniciativas na Área de TIC	Evolução do Sistema SIG-IPHAN
Principais Resultados	Evolução no Sistema de Controle de Planos de Ação das áreas Finalísticas.		
Valor Investido Desenvolvimento SIG-IPHAN	R\$ 3.483,41		
Cadeia de Valor	Macroprocessos Finalísticos	Principais Iniciativas na Área de TIC	Evolução do Sistema SIPROT
Principais Resultados	Coleta de Requisitos para o início do desenvolvimento do sistema SIPROT.		
Valor Investido Desenvolvimento SIPROT	R\$ 18.738,36		
Cadeia de Valor	Macroprocessos Finalísticos	Principais Iniciativas na Área de TIC	Projeto Novo BCP
Principais Resultados	Coleta de Requisitos para início do desenvolvimento da solução do novo portal BCP.		
Valor Investido	R\$ 19.743,49		
Cadeia de Valor	Macroprocessos Finalísticos	Principais Iniciativas na Área de TIC	Desenvolvimento do Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (SAIP)
Principais Resultados	O sistema foi implantado em produção. Trata-se da nova ferramenta desenvolvida pelo Iphan para modernizar o processo de licenciamento ambiental, utilizando a tecnologia de georreferenciamento, para analisar automaticamente projetos de infraestrutura e detectar possíveis interferências em bens culturais. Com o novo sistema, o processo de análise das Fichas de Caracterização das Atividades ou Empreendimentos (FCA) passa a ser mais ágil, pois os Termos de Referência Específicos (TER) podem vir a serem emitidos automaticamente para os empreendimentos em processo de licenciamento ambiental junto ao Instituto.		
Valor Investido Desenvolvimento SAIP	R\$ 57.899,86		



<b>Cadeia de Valor</b>	<b>Macroprocessos Finalísticos</b>	<b>Principais Iniciativas na Área de TIC</b>	<b>Evolução do Sistema Fiscais</b>
Principais Resultados	Acompanhamento de Notificações: permite que o usuário possa realizar um acompanhamento das Notificações para Apresentação de Documentos (NAD), geradas no sistema. Planejamento de Metas Base e Anuais: por meio da implementação deste módulo, é possível que o gestor do sistema gerencie e acompanhe o cumprimento de metas anuais dos fiscais. Permite o acompanhamento detalhado e emissão de relatórios sobre atingimento de metas de fiscalização de bens; Dashboards: permite o acompanhamento gerencial e de rápida visualização de informações tais como: Análise de metas, rotas, fiscalizações e outras.		
Valor Investido Desenvolvimento FISCALIS	R\$ 105.217,20		
<b>Cadeia de Valor</b>	<b>Macroprocessos Finalísticos</b>	<b>Principais Iniciativas na Área de TIC</b>	<b>Evolução do Sistema SICG</b>
Principais Resultados	Evolução no Sistema Repositório de Registros de Bens materiais e Imateriais do Iphan.		
Valor Investido Desenvolvimento SICG	R\$ 76.197,41		
<b>Cadeia de Valor</b>	<b>Macroprocessos Finalísticos</b>	<b>Principais Iniciativas na Área de TIC</b>	<b>Evolução do Sistema SIG-IPHAN</b>
Principais Resultados	Evolução no Sistema de Controle de Planos de Ação das áreas Finalísticas.		
Valor Investido Desenvolvimento SIG-IPHAN	R\$ 3.483,41		
<b>Cadeia de Valor</b>	<b>Macroprocessos Finalísticos</b>	<b>Principais Iniciativas na Área de TIC</b>	<b>Evolução do Sistema SIPROT</b>
Principais Resultados	Coleta de Requisitos para o início do desenvolvimento do sistema SIPROT.		
Valor Investido Desenvolvimento SIPROT	R\$ 18.738,36		
<b>Cadeia de Valor</b>	<b>Macroprocessos Finalísticos</b>	<b>Principais Iniciativas na Área de TIC</b>	<b>Projeto Novo BCP</b>
Principais Resultados	Coleta de Requisitos para início do desenvolvimento da solução do novo portal BCP.		
Valor Investido	R\$ 19.743,49		
<b>Cadeia de Valor</b>	<b>Macroprocessos da Gestão Interna</b>	<b>Principais Iniciativas na Área de TIC</b>	<b>Desenvolvimento do Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (SAIP)</b>
Principais Resultados	O sistema foi implantado em produção. Trata-se da nova ferramenta desenvolvida pelo Iphan para modernizar o processo de licenciamento ambiental, utilizando a tecnologia de georreferenciamento, para analisar automaticamente projetos de infraestrutura e detectar possíveis interferências em bens culturais. Com o novo sistema, o processo de análise das Fichas de Caracterização das Atividades ou Empreendimentos (FCA) passa a ser mais ágil, pois os Termos de Referência Específicos (TER) podem vir a serem emitidos automaticamente para os empreendimentos em processo de licenciamento ambiental junto ao Instituto.		
Valor Investido Desenvolvimento SAIP	R\$ 57.899,86		
<b>Cadeia de Valor</b>	<b>Macroprocessos da Gestão Interna</b>	<b>Principais Iniciativas na Área de TIC</b>	<b>Evolução do Sistema INSCRIÇÕES</b>
Principais Resultados	Novas necessidades, para permitir o lançamento, acompanhamento e análise do processo de inscrições foram implementados para atender o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, na versão 2022.		
Valor Investido Desenvolvimento Inscrições	R\$ 14.502,49		



<b>Cadeia de Valor</b>	<b>Macroprocessos da Gestão Interna</b>	<b>Principais Iniciativas na Área de TIC</b>	<b>Evolução do Sistema Cadastro de Negociantes de Antiguidades e Obras de Arte (CNART)</b>
Principais Resultados	Implantação de funcionalidade de Emissão de Recibo de Comunicação de Não-Ocorrência: Cidadão poderá emitir o recibo ao comunicar “Não-Ocorrência” de sinistros nos bens de sua posse.		
Valor Investido Desenvolvimento CNART	R\$ 54219,91		
<b>Cadeia de Valor</b>	<b>Macroprocessos da Gestão Interna</b>	<b>Principais Iniciativas na Área de TIC</b>	<b>Criação de Serviço Digital para o Cidadão</b>
Principais Resultados	Oferta por meio digital do serviço de Inventariar Línguas como Referência Cultural Brasileira. Novo serviço público digital no portal gov.br, com base na Carta de Serviços ao Cidadão, para permitir ao cidadão protocolar junto do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).		
Valor Investido	Investimento realizado pelo Ministério Economia (SGD) através do Sistema LECOM. Não houve entrada de recursos financeira do Iphan.		
<b>Cadeia de Valor</b>	<b>Macroprocessos da Gestão Interna</b>	<b>Principais Iniciativas na Área de TIC</b>	<b>Criação de Serviço Digital para o Cidadão</b>
Principais Resultados	Oferta por meio digital do serviço de identificar bens culturais por meio da utilização da Metodologia INRC – Iphan, simplificando a prestação dos serviços, facilitando o acesso para cidadãos e empresas que recorrem ao Iphan, reduzindo os custos para a sociedade.		
Valor Investido	Investimento realizado pelo Ministério Economia (SGD) através do Sistema LECOM. Não houve entrada de recursos financeira do Iphan.		
<b>Cadeia de Valor</b>	<b>Macroprocessos da Gestão Interna</b>	<b>Principais Iniciativas na Área de TIC</b>	<b>Criação de Serviço Digital para o Cidadão</b>
Principais Resultados	Oferta por meio digital do serviço de solicitar acesso a dados de INRC – Iphan, simplificando a prestação dos serviços, facilitando o acesso para cidadãos e empresas que recorrem ao Iphan, reduzindo os custos para a sociedade.		
Valor Investido	Investimento realizado pelo Ministério Economia (SGD) através do Sistema LECOM. Não houve entrada de recursos financeira do Iphan.		
<b>Cadeia de Valor</b>	<b>Macroprocessos da Gestão Interna</b>	<b>Principais Iniciativas na Área de TIC</b>	<b>Criação de Serviço Digital para o Cidadão</b>
Principais Resultados	Oferta por meio digital do serviço de solicitar acesso a dados de INRC – Iphan, simplificando a prestação dos serviços, facilitando o acesso para cidadãos e empresas que recorrem ao Iphan, reduzindo os custos para a sociedade.		
Valor Investido	Investimento realizado pelo Ministério Economia (SGD) através do Sistema LECOM. Não houve entrada de recursos financeira do Iphan.		
<b>Cadeia de Valor</b>	<b>Macroprocessos da Gestão Interna</b>	<b>Principais Iniciativas na Área de TIC</b>	<b>Criação de Serviço Digital para o Cidadão</b>
Principais Resultados	Oferta por meio digital do serviço de solicitar autorização para utilizar a Metodologia de INRC – Iphan, simplificando a prestação dos serviços, facilitando o acesso para cidadãos e empresas que recorrem ao Iphan, reduzindo os custos para a sociedade.		
Valor Investido	Investimento realizado pelo Ministério Economia (SGD) através do Sistema LECOM. Não houve entrada de recursos financeira do Iphan.		
<b>Cadeia de Valor</b>	<b>Macroprocessos da Gestão Interna</b>	<b>Principais Iniciativas na Área de TIC</b>	<b>Criação de Serviço Digital para o Cidadão</b>
Principais Resultados	Oferta por meio digital do serviço de instaurar processo para registro de bem cultural de Natureza Imaterial – Iphan, simplificando a prestação dos serviços, facilitando o acesso para cidadãos e empresas que recorrem ao Iphan, reduzindo os custos para a sociedade.		
Valor Investido	Investimento realizado pelo Ministério Economia (SGD) através do Sistema LECOM. Não houve entrada de recursos financeira do Iphan.		



Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TIC	Criação de Serviço Digital para o Cidadão
Principais Resultados	Oferta por meio digital do serviço de candidatar bem cultural registrado à Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO – Iphan, simplificando a prestação dos serviços, facilitando o acesso para cidadãos e empresas que recorrem ao Iphan, reduzindo os custos para a sociedade.		
Valor Investido	Investimento realizado pelo Ministério Economia (SGD) através do Sistema LECOM. Não houve entrada de recursos financeira do Iphan.		
Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TIC	Criação do módulo de avaliação e login único
Principais Resultados	Criação do módulo de avaliação e login único para o serviço de consultar sobre a existência de restrição legal para saída de obras de arte do país (Declaração de Saída de Bens Culturais - DSBC). O cidadão interessado em retirar obra de arte do país para fins de mudança domiciliar, exposição, doação ou comércio, poderá consultar o Iphan, a fim de verificar se o bem integra o patrimônio cultural brasileiro (conforme Decreto-Lei n.º 25/1937, Lei n.º 3.924/1961, Lei n.º 4.845/1965 e Lei n.º 5.471/1968).		
Valor Investido	Investimento realizado pelo Ministério Economia (SGD) através do Sistema LECOM. Não houve entrada de recursos financeira do Iphan.		

Fonte: CGTI/DPA.

#### 4.8.6 - Segurança da Informação

Implementação de camada de segurança com a adoção do múltiplo fator de autenticação para as ferramentas do Office 365 (e-mail, Teams, SharePoint) em atendimento à Recomendação nº 34/2022 do Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR Gov).

Aquisição de Nova Solução de Antivírus e AntiSpam de controle centralizado, o qual prevê serviço aprimorado de detecção e combate a códigos maliciosos (ransomware), cujo objetivo é, dentre outros, causar prejuízo ao alvo atacado.

Melhoria na segurança física do Data Center, com a implantação de controles de acesso, aprimorado por meio de uso de porta blindada, controle de acesso biométrico, monitoramento por câmeras, sistema automatizado de prevenção e combate a incêndio.

#### 4.8.7 - Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

A CGTI do Iphan tem alcance nacional provendo serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (rede de dados, internet, desktops e notebooks, armazenamento centralizado de dados, impressão corporativa) para 74 (setenta e quatro) unidades administrativas, com cerca de 1500 (mil e quinhentos) usuários e 30 (trinta) sistemas de informação institucionais.

Do Objetivo Estratégico “Fortalecer a gestão e a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação” os indicadores estratégicos:

- Indicador 03 - “Percentual de atingimento das ações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC”, que tem como Meta - “Implementar 60% do PDTIC em toda

a vigência do PEI 2021- 2024” foi atingido uma vez que apresentou o resultado de 73%.

- Indicador 04 - “Digitalização do procedimento de autorização de intervenção em bens imóveis e bens móveis ou integrados tombados e valorados”, que tem como Meta - “Disponibilização do serviço digitalizado de autorização de intervenções em bens imóveis e bens móveis ou integrados tombados e valorados até junho de 2022” havia estabelecido a conclusão em junho de 2022, porém o Plano de Transformação Digital estabeleceu a data ainda vindoura de abril de 2023.

Observa-se que o período compreendido entre o segundo semestre de 2021 e o primeiro semestre de 2022 foi marcado pela concentração dos esforços para estabilização da infraestrutura de TIC no Iphan, ainda impactada pela pandemia e pela mudança para a nova sede. No segundo semestre de 2022, a equipe foi reforçada com a vinda de novos servidores e reorganizada, possibilitando assim o aumento das entregas relacionadas ao desenvolvimento de sistemas.

Esta frequente alternância de cenários enfrentados demonstrou a alta capacidade de adaptação à mudança da equipe da CGTI.

Como oportunidade, em alinhamento à Estratégia de Governo Digital 2020-2022 (EGD), vislumbra-se o aumento das entregas relacionadas aos novos sistemas previstos no PTD, com o uso de tecnologias emergentes, como Inteligência Artificial e Aprendizagem de Máquina (Machine Learning), com foco na inovação associada à gestão do patrimônio e na melhoria da prestação de serviços públicos de responsabilidade do Iphan e do Ministério da Cultura.

Ainda buscando alinhamento à EGD e aguardando a definição de um novo regimento interno, é importante a criação do Comitê de Governança Digital, em substituição ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (COGESTI), além da revisão



das normas de segurança, incluindo ações aderentes à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

## 4.9 - Sustentabilidade Ambiental

### 4.9.1 - Aspectos sobre a gestão ambiental

No âmbito da Coordenação-Geral de Logística, Convênios e Contratos, a gestão ambiental reflete-se em seus processos de

contratação e aquisição de bens e insumos logísticos, através da adoção de critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações dos serviços e bens de sua competência, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos.

No quadro abaixo, estão elencados séries de ações pontuais que o Instituto executa nas atividades rotineiras de manutenção e conservação predial:

Tabela 4.9.1 Avaliação de aspectos concernentes à gestão ambiental e sustentabilidade do Iphan, em 2022.

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação	
		Sim	Não
1	A unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 10.936/2022?	x	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012?		x
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN LTI/MPOG10, de 12 novembro de 2012?	Não se aplica.	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na Internet.		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		
Ações Realizadas Pelo Iphan			
1	Consumo de papel A4		
	- Configuração das impressoras para padrão de impressão frente e verso;	x	
	- Planejamento de compra de material que utilizem árvore de reflorestamento.		x
2	Eficiência energética		
	- Instalação de interruptores nos ambientes;		x Iluminação automatizada
	- Substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas econômicas;	x	
	- Instalação de sensor de presença nas escadas de emergência;	x	
	- Configuração das impressoras instaladas em modo de economia de energia;	x	
	- Grupo gerador (em análise de custos).	x	
3	Eficiência em consumo de água		
	- Vasos sanitários com duas fases;	x	
Ações Realizadas Pelo Iphan			
	- Substituição das torneiras manuais por torneiras com fechamento automático nos banheiros.	x	

4	Coleta Seletiva de Resíduos		
	- Instalação de coletores específicos para resíduos recicláveis;	x	
	- Levantamento de bens/materiais inservíveis.	x	
5	Qualidade de vida no trabalho – COREL/COGEP		
	- Avaliação periódica e permanente dos ambientes e condições físicas do trabalho;	x	
	- Realização de ações anuais de prevenção em saúde;	x	
	- Implantação de ações que valorizem e estimulem os servidores.	x	
6	Serviços de limpeza e conservação		
	- Revisão das especificações técnicas e do escopo dos contratos de terceirização de serviços de limpeza e conservação.	x	
7	Comunicação interna		
	- Implementação do Plano de Comunicação Interna sobre:		
	- Uso consciente de papel;	x	
	- Uso consciente de copos descartáveis;	x	
	- Coleta seletiva de resíduos;	x	
	- Consumo consciente de água; e	x	
	- Consumo consciente de energia elétrica.	x	
Fonte: COREL/CGLOG/DPA.			

#### 4.9.2 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O Iphan, em seus processos de contratações e aquisições, adota os critérios de sustentabilidade em atendimento à IN SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, e ao Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamentou o caput do art. 3º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e a legislação e normas ambientais. Essas legislações preveem que as Contratadas deverão atender a todos os critérios de sustentabilidade ambiental na prestação de serviços e no fornecimento de materiais. Além disso, as contratadas, nas prestações de serviços e no fornecimento de materiais, adotam nas práticas diárias as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução da poluição, tais como:

- Racionalização/economia no consumo de energia elétrica e água;
- Treinamento e capacitação periodicamente dos empregados em relação às boas práticas de redução de desperdício e poluição;
- Fornecedor aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades exercidas.

### 4.10 - Principais Ações de Supervisão, Controle e Correição

#### 4.10.1 - Procedimentos disciplinares instaurados por tipo, assunto e julgados

A Unidade Setorial de Correição do Iphan é uma das unidades setoriais do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Este sistema compreende as atividades relacionadas aos seguintes objetivos: prevenir a prática de ilícitos administrativos; combater a corrupção; contribuir para melhoria da gestão da administração pública; atuar de forma cooperativa com os órgãos e entidades; e participar ativamente do sistema de integridade pública.

Criada em agosto de 2022 a partir da aprovação da Estrutura Regimental do Iphan, por meio do Decreto n.º 11.178, de 2022, a Corregedoria foi investida na competência precípua de gerir as atividades de correição desse Instituto. A designação do Corregedor ocorreu em 19 de outubro de 2022 por intermédio da Portaria de Pessoal MTur n.º 601.

Atualmente, as Unidades Setoriais de Correição são regidas pelos fundamentos da Portaria Normativa CGU n.º 27, de 11 de outubro de 2022, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto n.º 5.480, de 30 de junho de 2005, e sobre a atividade correcional nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Internamente, tem-se a Portaria Iphan n.º 56, de 13 de dezembro de 2022, que delega e subdelega competências relativas a Gestão, Administração Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial, Atos de Governança e Gestão de Pessoas no âmbito do Iphan; e a Portaria Iphan n.º 63, de 29 de dezembro de 2022, que aprova o Regimento Interno deste Instituto.

Conforme consulta ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), demonstrado por meio do Documento SEI n.º 4159848 do Processo n.º 01450.000295/2023-83, e com base nos dados constantes na Corregedoria, no ano de 2022, foram instaurados 04 (quatro) procedimentos disciplinares, conforme tabelas evidenciadas a seguir:



**Tabela 4.10.1.1 Procedimentos Disciplinares Instaurados – por Tipo, em 2022.**

Tipo de Procedimentos	N.º de Procedimentos
Rito Sumário (Lei 8.112/90)	1
Sindicância Acusatória	1
Investigação Preliminar Sumária (IPS)	2
Total de Procedimentos	4

Fonte: Corregedoria/GAB-PRES

**Tabela 4.10.1.2 Procedimentos Disciplinares Instaurados – por Assunto, em 2022.**

Assunto do Procedimento	N.º de Procedimentos
Ausência ou impontualidade ao serviço	1
Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	1
Assédio Moral	1
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	1
Total de Procedimentos	4

Fonte: Corregedoria/GAB-PRES

**Tabela 4.10.1.3 Procedimentos Disciplinares – Julgados, em 2022.**

Tipo do Processo	N.º de Procedimentos
Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	1
Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	1

Fonte: Corregedoria/GAB-PRES

A Corregedoria vem buscando fortalecer as instâncias de integridade do Instituto articulando com as demais áreas, tais como a Ouvidoria, a Auditoria, o Comitê de Ética, a Coordenação de Comunicação Social (CCS) e a ASTEC, para uma disseminação maior aos servidores no intuito de se fomentar o interesse em participação no trabalho dessas instâncias e de divulgar o papel de cada uma delas. No mês de dezembro de

2022, iniciou-se o plano piloto de capacitação de servidores ofertando-se na sede do órgão, o curso de PAD, ministrado pelo próprio Corregedor. Para o ano em curso, a proposta é expandir o treinamento até as superintendências e desenvolver o mesmo trabalho, conforme consta no Processo n.º 01450.000122/2023-65.

## 5. CAPÍTULO 4 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

O Sistema de Custos do Governo Federal foi criado por intermédio da [Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011](#). De acordo, com a referida portaria, o Sistema de Custos do Governo Federal visa a evidenciar os custos dos programas e unidades da administração pública federal. Desse modo, integram o sistema, os órgãos elencados no Art. 3º, da referida portaria, in verbis:

Art. 3º Integram o Sistema de Custos do Governo Federal:

- I - A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, como órgão central; e
  - II - Os órgãos setoriais.
- §1º Os órgãos setoriais são as unidades de gestão interna dos Ministérios e da Advocacia-Geral da União, responsáveis pelo acompanhamento de custos no Sistema de Informações de Custos – SIC.

Assim, no caso específico do Iphan, a setorial de custos deverá ser implantada, primeiramente, pelo nosso órgão setorial (MINC), pois é o integrante oficial do SIC. O Iphan é apenas um órgão seccional.

### 5.1 - Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Ao analisar os dados orçamentários, observa-se que houve aumento nos valores empenhados em Investimentos, comparando-se com o exercício financeiro anterior, vide informações constantes da [Tabela 5.1.1.2 Comparativo das Despesas de Capital, em R\\$ \(2021-2022\)](#). No entanto, enfatizamos que as dotações autorizadas para 2022 também foram maiores, conforme valores apresentados na Tabela 4.4.1 Dotação Inicial x Atual do Iphan.

#### 5.1.1 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesas

Tabela 5.1.1.1 Comparativo das Despesas Correntes, em R\$ (2021-2022).

GRUPOS DE DESPESA	Empenhada		Liquidada		Paga	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
1. Despesas de Pessoal	203.869.832,98	201.005.897,19	203.869.832,98	201.005.897,19	189.836.983,33	187.332.926,34
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	89.624.693,99	87.535.284,36	89.624.693,99	87.535.284,36	83.887.204,16	81.798.228,81
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	71.647.939,22	71.874.975,72	71.647.939,22	71.874.975,72	66.183.582,82	66.264.398,34
13 - Obrigações Patronais	18.634.493,13	17.705.738,88	18.634.493,13	17.705.738,88	18.634.493,13	17.594.225,44
Demais elementos do grupo	23.962.706,64	23.889.898,23	23.962.706,64	23.889.898,23	21.131.703,22	21.676.073,75
3. Outras Despesas Correntes	126.789.890,79	115.968.803,36	95.196.801,39	80.977.503,69	93.799.334,25	72.666.782,33
37 - Locação de Mão de Obra	56.753.626,48	52.135.820,42	47.035.344,63	42.402.234,22	46.967.178,02	37.924.286,62
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	47.917.356,38	40.414.480,56	31.482.958,37	20.553.246,12	31.473.280,74	18.879.926,43
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	7.352.842,42	6.645.322,12	3.945.828,09	3.508.565,19	3.901.316,29	2.963.437,78
Demais elementos do grupo	14.766.065,51	16.773.180,26	12.732.670,30	14.513.458,16	11.457.559,20	12.899.131,50

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA.

Tabela 5.1.1.2 Comparativo das Despesas de Capital, em R\$ (2021-2022).

GRUPOS DE DESPESA	Empenhada		Liquidada		Paga	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
4. Investimentos	28.296.695,49	49.087.930,45	19.423.118,30	25.538.374,84	18.897.771,94	19.012.099,53
51 - Obras e Instalações	9.847.536,05	26.524.194,57	6.289.124,06	12.470.081,50	5.805.553,70	12.103.866,75
41 - Contribuições	15.823.368,76	19.845.127,11	13.076.061,95	11.984.221,76	13.049.061,95	5.961.843,10
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.944.776,76	10.799,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	681.013,92	2.707.809,01	57.932,29	1.084.071,58	43.156,29	946.389,68

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA.

Tabela 5.1.1.3 Detalhamento das despesas, por Grupo e Elemento de Despesas, em 2022 (em R\$).

Grupo Despesa	Ano Lançamento		2022			
	Elemento Despesa		29	31	34	
			DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	
4	INVESTIMENTOS	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	10.799,76		
4	INVESTIMENTOS	40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	413.607,83	86.393,82	72.661,82
4	INVESTIMENTOS	41	CONTRIBUIÇÕES	19.845.127,11	11.984.221,76	5.961.843,10
4	INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALAÇÕES	26.524.194,57	12.470.081,50	12.103.866,75
4	INVESTIMENTOS	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.673.808,76	377.285,34	351.725,97
4	INVESTIMENTOS	92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	620.392,42	620.392,42	522.001,89

Grupo Despesa		Ano Lançamento		2022		
		Elemento Despesa		29	31	34
				DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
4	INVESTIMENTOS	Total		49.087.930,45	25.538.374,84	19.012.099,53
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	08	OUTROS BENEFASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	582.654,19	582.654,19	541.887,19
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	591.982,83	591.611,41	591.201,70
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	371.494,00	220.210,90	186.510,90
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30	MATERIAL DE CONSUMO	1.174.363,51	755.015,15	647.829,61
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS	418.000,00	154.000,00	39.000,00
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	454.523,95	349.706,47	170.184,76
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	129.000,00	21.000,00	
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	1.534.517,91	1.501.191,94	1.360.896,85
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	52.135.820,42	42.402.234,22	37.924.286,62
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	40.414.480,56	20.553.246,12	18.879.926,43
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	6.645.322,12	3.508.565,19	2.963.437,78
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	41	CONTRIBUIÇÕES	1.786.250,00	626.250,00	626.250,00
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	5.731.460,99	5.731.460,99	5.265.468,11
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	103.332,37	84.756,60	77.967,05
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49	AUXÍLIO-TRANSPORTE	778.304,26	778.304,26	703.494,54
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	515.571,36	515.571,36	276.797,64
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.601.724,89	2.601.724,89	2.411.643,15
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	Total		115.968.803,36	80.977.503,69	72.666.782,33
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	71.874.975,72	71.874.975,72	66.264.398,34
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	03	PENSÕES	15.664.579,02	15.664.579,02	14.472.212,90
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	07	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA PREVIDÊNCIA	11.773,39	11.773,39	9.029,27
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	87.535.284,36	87.535.284,36	81.798.228,81
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	17.705.738,88	17.705.738,88	17.594.225,44
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.521.401,72	1.521.401,72	1.350.630,12



Grupo Despesa		Ano Lançamento		2022		
		Elemento Despesa		29	31	34
				DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
1	INVESTIMENTOS	Total		121.630,61	121.630,61	112.150,62
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	91	SENTENÇAS JUDICIAIS	22.681,18	22.681,18	14.397,91
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.547.832,31	6.547.832,31	5.717.652,93
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	201.005.897,19	201.005.897,19	187.332.926,34
1	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	Total		366.062.631,00	307.521.775,72	279.011.808,20

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

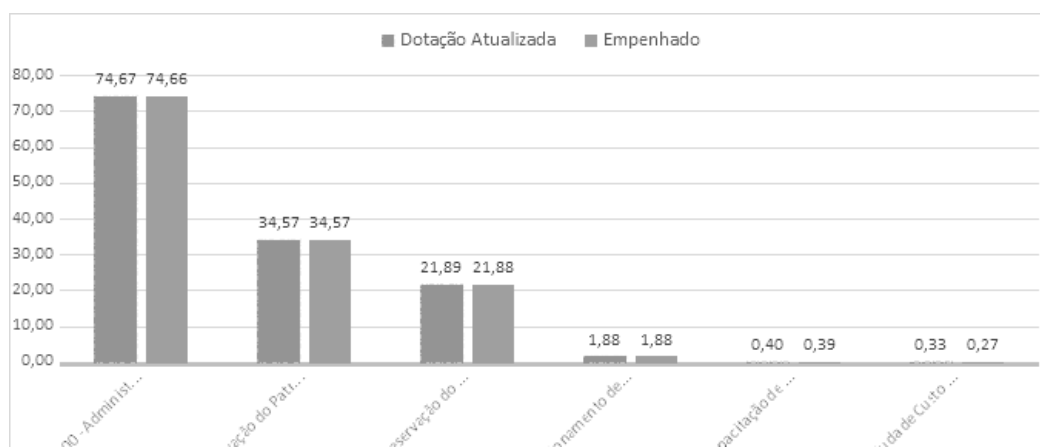
Neste sentido, como é perceptível no gráfico Execução 2022 abaixo, as dotações autorizadas para o órgão no exercício anterior também foram maiores quando comparados a 2021.

Tabela 5.1.1.4 Detalhamento da Execução do exercício de 2022, por Ação Orçamentária – Despesas Discricionárias (em R\$).

GRUPOS DE DESPESA		Empenhada	Liquidada	Paga
32	Programa de Manutenção e Gestão do Poder Executivo	2000 - Administração da Unidade	74,67	74,66
		216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia	0,33	0,27
		4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais		
5025	Cultura	20ZH - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	21,89	21,88
		211F - Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	1,88	1,88
		5538 - Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas	34,57	34,57
TOTAL			133,74	133,65

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA.

Gráfico 53 – 5.1.1.1 Detalhamento da Execução do exercício de 2022, por Ação Orçamentária – Despesas Discricionárias (em R\$).



Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA.

Cumpra-se destacar que este Instituto obteve êxito em empenhar aproximadamente 100% das quatro principais ações orçamentárias discricionárias elencadas adiante, conforme demonstrado a seguir:

- 5538 - Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas: 100%;
- 20ZH (RP2) - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro: 100%;
- 2000 - Administração da Unidade: 100%; e
- 211F - Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais: 100%.

**Tabela 5.1.1.5 Porcentagem (%) empenhado das Ações Orçamentárias discricionárias, em 2022, pelo Iphan.**

Unidade Orçamentária		54206		% Empenhado
Resultado Primário Lei		INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL		
Ação Governo		2		
		PRIMÁRIO DISCRICIONÁRIO		
		13	13	
		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	74.667.347,00	74.662.206,99	99,99%
20ZH	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	21.889.186,00	21.879.277,84	99,95%
211F	FUNIONAMENTO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	1.880.000,00	1.879.978,74	100,00%
216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PUB	333.792,00	269.474,17	80,73%
4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	400.000,00	393.295,33	98,32%
5538	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DAS CIDADES HISTÓRICAS	34.565.966,00	34.565.966,00	100,00%
Total		133.736.291,00	133.650.199,07	99,94%

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA.

É relevante destacar que foi destinado a esta autarquia, em 2022, o montante de R\$ 8.229.877,00 (dotação atual) relativos a Emendas Parlamentares Individuais. Deste valor, foram empenhada quantia total de R\$ 7.676.788,23, o que representa

aproximadamente 93,28% do montante destinado ao órgão no Resultado Primário 6, conforme demonstrado na tabela exposta a seguir.

**Tabela 5.1.1.6 Comparativo da dotação empenhada em relação à dotação atualizada, no que concerne às Emendas individuais destinadas ao Iphan, no ano de 2022 (em R\$).**

Resultado Primário Lei		6		% Empenhado
Unidade Orçamentária		DESPESA DISCRICIONÁRIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL		
		13	13	
		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
54206	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	8.229.877,00	7.676.788,23	93,28%
Total		8.229.877,00	7.676.788,23	93,28%

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA.

## 5.1.2 - Informações Contábeis

As demonstrações contábeis são elaboradas conforme os dispositivos previstos na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000.

As demonstrações contábeis englobam ainda as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os Manuais SIAFI.

Os demonstrativos apresentados foram desenvolvidos a partir de dados e informações extraídas das contas contábeis existentes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, uma vez que o Iphan integra o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

A Coordenação de Contabilidade é composta por 3 servidores que atualmente são responsáveis pela análise e acompanhamento dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de 38 unidades gestoras executoras.

- [Demonstração - Balanço Patrimonial 2022;](#)
- [Demonstração - Balanço Financeiro 2022;](#)
- [Demonstração - Balanço Orçamentário 2022;](#)
- [Demonstração - Fluxos de Caixa 2022;](#)
- [Demonstração - Variações Patrimoniais 2022;](#)
- [Demonstração - Mutações do Patrimônio Líquido 2022;](#)
- [Declaração do\(a\) Contador\(a\) 2022;](#)
- [Relatório de Inconsistências Contábeis 2022;](#)
- [Rol de Responsáveis – Iphan 2022.](#)

## 6. ANEXOS E APÊNDICES

Nos anexos e apêndices, apresentamos o detalhamento das ações do Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx (Tabela 4.3.6) conforme foi citado ao longo do relatório no item 4.3.6; e também a listagem de todos os Planos de Ação aprovados no ano de 2022 (item 4.3.10.5), que é um detalhamento do que foi mencionado no item 4.3.10 do presente Relatório de Gestão.

### 4.3.6 – Ações do Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx

Tabela 4.3.6 Difusão do Patrimônio – Sociedade Civil.

N.º	Empresa	Assunto	Contrapartida	Tipo de termo
1	Empresa Sol Archer	Registro para compor filme sobre os sistemas ecológicos, a conexão entre a cultura e a criação de imagens da natureza.	Vídeo para divulgação institucional.	Termo de autorização de Uso de Espaço e imagem do CCSRBM
2	Empresa Brasileira de Paisagismo	Curso sobre Paisagismo: Soluções, ministrado pelo Professor Raul Cânovas, no dia 12 de março de 2022.	Fornecimentos de materiais e equipamentos para a área finalística do CCSRBM; Capacitação de 3 servidores;	Termo de autorização de Uso de Espaço e imagem do CCSRBM
3	Secretaria do Estado de Turismo do Rio de Janeiro	Projeto “ExpoRIO Turismo”.	Vídeo para divulgação institucional	Termo de autorização de Uso de Espaço e imagem do CCSRBM
4	Empresa Future Perfect Continuous Inc.	Realização de evento de sustentabilidade no CCSRBM, para a ONG Future Horizons.	Fornecimentos de materiais e equipamentos para a área finalística do CCSRBM	Termo de evento
5	Michelle Yukari Mocelin Urano e Beatriz Sousa Borges	Pesquisa científica intitulada "Rio de Janeiro em expedição: A trace of Burle Marx's expeditions in Rio de Janeiro".	Cópia do material produzido, com autorização expressa do autor.	Termo de Autorização de Uso de Imagem
6	FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, CNPJ	Exposição que fará parte da programação cultural da "Semana Britânica de Curitiba".	Restauração de 2 (dois) desenhos de autoria da Margaret Mee, do acervo do CCSRBM	Termo de Contrato
7	Empresa Restoque Comércio e Confecções de Roupas S/A	Realização de ensaio fotográfico marca JOHN JOHN.	Fornecimentos de materiais e equipamentos para a área finalística do CCSRBM	Termo de autorização de Uso de Espaço e imagem do CCSRBM



N.º	Empresa	Assunto	Contrapartida	Tipo de termo
9	Cintia Endlich Orth	Realização de oficina de fotografia básica.	Curso de Fotografia para 7 funcionários do CCSRBM.	Termo de autorização de Uso de Espaço e imagem do CCSRBM
10	André Pires Paoliello	Estudo fotográfico de plantas da família Aráceas.	Cópia do material produzido	Termo de autorização de Uso de Espaço e imagem do CCSRBM
11	Sinergia Botânica	Roda de conversa "Café com Sinergia".	Contrapartida de 10% do valor arrecadado com cada inscrição. 5 vagas gratuitas para os funcionários do CCSRBM.	Termo de autorização de Uso de Espaço e imagem do CCSRBM
12	Escritor Abílio da Silva Guerra Neto	Cessão de 01 (uma) imagem pertencente ao acervo museológico / fotográfico do Sítio Roberto Burle Marx para compor o livro intitulado "Cultura Pau-Brasil", a ser publicado pela Romano Guerra Editora. Data 18 de julho de 2022	Doação de 5 exemplares para o CCSRBM	Termo de Contrato de empréstimo de imagem
13	Paloma Moreira Maldonado	Realização de evento de prática de Yoga.	Fornecimentos de materiais e equipamentos para a área finalística do CCSRBM 2 vagas para funcionários do CCSRBM.	Termo de autorização de Uso de Espaço e imagem do CCSRBM
14	Thaís Maira Rodrigues da Silva.	Autorização de uso de 4 imagens do acervo museológico para trabalho de conclusão de curso em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco, com o título "Praças de Burle Marx em Recife (PE): um incentivo ao uso de espécies nativas no paisagismo.	1 (uma) cópia do material produzido	Termo de Contrato
15	Empresa Fernanda Di Biase Comércio De Roupas	Realização de ensaio fotográfico.	Fornecimentos de materiais e equipamentos para a área finalística do CCSRBM	Termo de autorização de Uso de Espaço e imagem do CCSRBM
16	Empresa Fundo de Promoção do Recreio Shopping Center	Realização de ensaio fotográfico para o Recreio Shopping. No dia 08 de setembro de 2022	Confecção de 1000 exemplares do Calendário 2023 do CCSRBM	Termo de autorização de Uso de Espaço e imagem do CCSRBM
17	VQV Digital LTDA.	Realização de evento de prática de atividade física da empresa Unimed.	Fornecimentos de materiais e equipamentos para a área finalística do CCSRBM	Termo de autorização de Uso de Espaço e imagem do CCSRBM
18	Fabiana Caiafa Cosendey	Realização de prática de Yoga.	Fornecimentos de materiais e equipamentos para a área finalística do CCSRBM 2 vagas para funcionários do CCSRBM.	Termo de autorização de Uso de Espaço e imagem do CCSRBM
19	Maria Eduarda Gaby Mury	Pré-projeto de pesquisa de mestrado em Arqueologia.	1 cópia do material produzido	Termo de autorização de Uso de imagem do CCSRBM
				R\$ 36.617,20
Fonte: CCSRBM/DECOF				

### 4.3.10.5 – Planos de Ação Aprovados

#### Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade

##### 01. Diárias e passagens - Apoio e Fomento a Bens Registrados (CGPS/DPI)

ID: 7547

R\$ 59.816,94

Representação institucional, articulação de ações que se relacionam com as competências da Coordenação-Geral, bem como monitoramento e apoio às atividades de salvaguarda relacionadas a todos os bens registrados.

##### 02. Apresentações culturais para o Ciclo 20 anos Convenção Unesco (2003)

ID: 8174

R\$ 3.000,00

Contratação de duas apresentações culturais para o evento de abertura do “Ciclo 20 anos Convenção Unesco (2003): Patrimônio Imaterial no Brasil”, que será realizado no dia 16 de novembro de 2022, com o objetivo de difundir os conteúdos da Convenção e avaliar sua implementação.

##### 03. Impressão Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda

ID: 8190

R\$ 7.600,00

Contratação de pessoa jurídica especializada para realizar serviço de impressão de 1000 exemplares do [Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda](#). O Manual tem a intenção de servir como instrumento para subsidiar a gestão compartilhada do patrimônio imaterial, alcançando detentores, parceiros e técnicos do Iphan.

#### Superintendência do Iphan no Acre

##### 04. Interiorização da Salvaguarda da Capoeira no Acre

ID: 7641

R\$ 6.910,10

Pretende-se realizar encontros e reuniões entre detentores, representantes do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Acre e gestores públicos objetivando à divulgação do plano de salvaguarda e o planejamento de ações de salvaguarda nos diversos municípios.

##### 05. Ações de Salvaguarda da Capoeira no Acre: Documentário sobre a Capoeira no Acre

ID: 7615

R\$ 35.500,00

A produção do documentário, aproveitando os materiais coletados para o Acervo da Capoeira e os dados levantados pela pesquisa e mapeamento da Capoeira no Acre, bem como gravação de novas cenas e entrevistas, tem o objetivo de contribuir para a promoção, valorização e difusão do bem cultural,

garantindo a continuidade do processo de salvaguarda do bem cultural no estado.

#### Superintendência do Iphan em Alagoas

##### 06. Salvaguarda da Capoeira em Alagoas: continuidade na mobilização de detentores e na elaboração do Plano de Salvaguarda

ID: 7711

R\$ 107.085,00

Complementação do dossiê de registro da Capoeira com a realização do mapeamento e de identificação de detentores em Alagoas, além do desenvolvimento de pesquisas qualitativas; que subsidiarão a elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira.

#### Superintendência do Iphan no Amazonas

##### 07. Oficinas para ações de salvaguarda do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins

ID: 7797

R\$ 15.000,00

Propõe-se a execução de três oficinas temáticas, visando à difusão do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, fomento à participação em editais de cultura, através de atividades a serem realizadas pelos técnicos do Iphan, bem como de transmissão de saberes sobre o Complexo Cultural do Boi-Bumbá e diálogo intergeracional, realizando atividades de educação patrimonial destinadas a documentar memórias e histórias dos mestres falecidos, através de narrativas de seus sucessores e/ou outros mestres.

#### Superintendência do Iphan na Bahia

##### 08. Comemoração da revalidação dos títulos de patrimônio cultural do Brasil atribuído ao ofício das baianas de acarajé

ID: 8185

R\$ 17.300,00

Serviços de organização do evento de celebração da revalidação do título de patrimônio atribuído ao Ofício das Baianas de acarajé.

##### 09. Continuidade do TED 01/2021, firmado entre Iphan e UFBA, no projeto "Biriba é pau é madeira, Biriba é para plantar. Processo 01502.001068/2021-51

ID: 8187

R\$ 14.000,00

Plano-piloto de reflorestamento e manejo sustentável de madeiras relacionadas à produção de instrumentos musicais da Capoeira no Recôncavo Baiano.

#### Superintendência do Iphan no Ceará

##### 10. Registro Audiovisual referente ao modo artesanal de fazer o instrumento musical Zabumba no município de



### **Barbalha e sobre a Tipografia Lira Nordestina, localizada no município de Juazeiro do Norte**

ID: 7631

R\$ 55.999,99

Produção de 01 (um) Vídeo Documentário de média metragem e 01 (um) Registro Fotográfico Profissional sobre o processo de construção artesanal da zabumba, instrumento usado durante a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio.

### **11. Diárias para acompanhamento técnico do Mapeamento da Capoeira (Etapa 1)**

ID: 7680

R\$ 1.291,59

Realização de visitas técnicas a regiões onde está sendo realizado o Mapeamento da Capoeira no Ceará (Etapa 01). O mapeamento envolve 68 municípios, de 5 macrorregiões do Estado.

## **Superintendência do Iphan no Espírito Santo**

### **12. Confecção de Folheto "Diagnóstico sociocultural do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras"**

ID: 7939

R\$ 4.941,00

Diagramar, editar e imprimir, sob forma de um folheto, o "Diagnóstico Sociocultural - Ofício das Paneleiras de Goiabeiras", terceiro relatório referente à pesquisa de revalidação do registro.

### **13. Diárias para monitoramento do Patrimônio Cultural no Espírito Santo**

ID: 8156

R\$ 4.122,51

Planejamento de recursos necessários à garantia do deslocamento dos técnicos do Iphan ES para acompanhamento e desenvolvimento de ações de salvaguarda junto aos parceiros, detentores e instituições.

## **Superintendência do Iphan em Goiás**

### **14. Elaboração de livro tipo E-book lúdico paradidático, para uso escolar (Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO)**

ID: 7855

R\$ 33.000,00

Elaboração de livro tipo E-book lúdico, material paradidático didático para educação patrimonial nas escolas sobre a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO. Livro produzido deverá contar uma história curta que utilize a celebração do Divino como base da narrativa.

### **15. Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá e Rtxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá - Construção do Plano de Salvaguarda**

ID: 7860

R\$ 60.000,00

Primeira Etapa da Elaboração do Plano de Salvaguarda dos bens associados à cultura Karajá. Ação conjunta entre as

Superintendências envolvidas e o DPI, tendo como finalidade a formação de interlocutores na comunidade Karajá. Realização de curso de formação com o tema Gestão do Patrimônio Cultural, deverá ser na modalidade da Educação à Distância.

### **16. Contratação de ações de Salvaguarda para os bens Registrados: Roda de Capoeira, Ofício de Mestre de Capoeira e Romaria dos Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade/GO (aditivo)**

ID: 8183

R\$ 11.652,00

Disponibilização de material do detentor referente a memórias relativas à manifestação cultural Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade/GO junto a E-book.

## **Superintendência do Iphan no Maranhão**

### **17. Ação de Salvaguarda Emergencial – Registro audiovisual das Matanças do Bumba-Meu-Boi nas regiões da Baixada Maranhense, do Pindaré e Gurupi**

ID: 7763

R\$ 63.200,00

Com o objetivo de documentar a manifestação cultural serão realizadas as seguintes etapas: Pré-produção e roteiro - com a definição dos locais de gravação; do roteiro do documentário; escolha da equipe de profissionais, levantamento dos equipamentos e materiais; e Filmagem e registros - serão realizadas as viagens para contato e identificação dos grupos; filmagem dos grupos e das encenações; captação de áudio; filmagem com os Mestres da Matança detentores da prática cultural; registros fotográficos.

### **18. II Seminário para a Salvaguarda da Literatura do Cordel e do Repente no Maranhão**

ID: 7778

R\$ 17.124,10

Realização de evento de modo presencial, buscando avançar na mobilização dos cordelistas e repentistas maranhenses, além de promover um espaço de debate democrático e amplo sobre as propostas encaminhadas. Será apresentado ainda o Pano de Salvaguarda da Literatura de Cordel e do Repente.

### **19. Oficinas de Produção de Cordel e desafios de Repente - Salvaguarda da Literatura de Cordel e do Repente no Maranhão**

ID: 8199

R\$ 17.560,00

Realização de oficinas de produção de Cordel e desafios de Repente com o objetivo de intercâmbio de saberes. As oficinas também serão uma oportunidade para os detentores exporem seus trabalhos.

## **Superintendência do Iphan em Minas Gerais**

### **20. Reajuste de valor contratual para Programa de Ações de Salvaguarda de Bens Registrados em Minas Gerais - IV Encontro de Sineiros**

ID: 7635



R\$8.634,98

Realização de complementação para o evento “IV Encontro de Sineiros de Minas Gerais” que tem previsão de ocorrência na cidade de Diamantina e deve contar com a participação de até 45 pessoas.

#### **21. Patrimônio Imaterial nos Escritórios Técnicos do Iphan em MG**

ID: 7640

R\$ 223,86

Realização de encontros nos Escritórios Técnicos do Iphan no estado com vistas à descentralização das ações de salvaguarda do patrimônio imaterial. Os recursos solicitados destinam-se ao custeio de diárias para a equipe técnica de patrimônio imaterial da Superintendência e para os colaboradores externos (membros dos Coletivos Deliberativos) e de passagens terrestres para estes últimos, para participação nos encontros presenciais.

#### **22. Visita técnica para vistoria e monitoramento de bens culturais registrados no município do Serro no contexto de instalação de empreendimentos minerários Patrimônio Imaterial nos Escritórios Técnicos do Iphan em MG**

ID: 7685

R\$ 1.139,04

Realização de vistoria técnica conjunta voltada à identificação do bem cultural “Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal” e das suas condições de produção e reprodução, nas áreas do entorno de empreendimento minerário “Projeto Serro”, localizado no município do Serro-MG. O objetivo da vistoria é avaliar os possíveis impactos do projeto minerário ao bem cultural.

#### **23. Salvaguarda do Jongo: Documentação audiovisual Mestres e Comunidades Jongueiras de Minas Gerais: Memórias e olhares futuros**

ID: 8189

R\$ 48.000,19

Constituição de acervo do jongo em MG por intermédio de ação de documentação audiovisual dos mestres, grupos e comunidades Jongueiras. Produção de dois vídeos-documentários, de cunho etnográfico sobre as histórias dos mestres detentores.

### **Superintendência do Iphan no Mato Grosso do Sul**

#### **24. Realizar reuniões de Elaboração do Plano de Salvaguarda do modo de fazer a viola de cocho**

ID: 7796

R\$ 10.437,25

Realização de reuniões junto aos detentores do modo de fazer viola de cocho e parceiros, visando a articulação de um coletivo deliberativo e a elaboração do respectivo Plano de Salvaguarda.

#### **25. Reuniões de Elaboração do Plano de Salvaguarda do Banho de São João de Corumbá e Ladário**

ID: 7805

R\$ 7.170,00

Realização de reuniões junto aos detentores do Banho de São João de Corumbá e Ladário e parceiros, visando a articulação de um coletivo deliberativo a elaboração do respectivo Plano de Salvaguarda.

### **Superintendência do Iphan no Mato Grosso**

#### **26. Aquisição de passagens terrestres e diárias em hotel para três detentores e três acompanhantes, para ministrarem Oficina de Viola de Cocho na sede da AMFMT/Várzea Grande (MT)**

ID: 7944

R\$ 4.384,25

Aquisição de passagens terrestres e diárias para três mestres artesãos de viola de cocho e para três acompanhantes, durante a permanência em Várzea Grande/MT, no período de realização da oficina de transmissão de saberes ministrada pelo mestre Alexandre Paes, por meio da Associação das Manifestações Folclóricas do Mato Grosso – AMFMT.

### **Superintendência do Iphan na Paraíba**

#### **27. Salvaguarda Emergencial do Fole de 8 Baixos (2a Etapa): oficinas de formação de jovens aprendizes**

ID: 7735

R\$ 49.479,00

Continuidade às ações emergenciais desenvolvidas no âmbito da parceria realizada em 2017-2018 com a Associação Cultural Balaio Nordeste para a salvaguarda do fole de oito baixos. Essas ações possibilitaram a pesquisa documental sobre as matrizes do forró na Paraíba, a identificação e mapeamento mestres e aprendizes folistas e de afinação/manutenção do Fole de Oito Baixos na Paraíba; e a realização de ações de promoção e divulgação dos saberes mapeados.

### **Superintendência do Iphan em Pernambuco**

#### **28. Diárias e passagens para monitoramento do Patrimônio Imaterial de Pernambuco**

ID: 7568

R\$ 1.061,14

Pagamento de diárias e passagens para locomoção intermunicipal de técnicos do Iphan-PE e detentores de Bens Culturais Registrados em Pernambuco com vistas à realização de ações de salvaguarda, como reuniões e participação em eventos e de monitoramento de Bens Registrados. Os bens a serem monitorados são aqueles cuja abrangência se estende pelo estado de Pernambuco.



## Superintendência do Iphan no Paraná

### 29. Diárias para ações de articulação, acompanhamento de ações não orçamentárias

ID: 7770

R\$ 3.473,40

Pagamento de diárias aos técnicos visando a participação em reuniões junto a prefeituras e comunidades, nos diferentes municípios que contem com bens protegidos pelo Iphan-PA, bem como viabilizar o acompanhamento de contratos que demandem vistorias e reuniões.

## Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro

### 30. Realização de 04 Oficinas de transmissão de saberes da Folia do Divino de Paraty

ID: 7698

R\$ 14.820,00

Realização de 04 oficinas de transmissão de saberes da Folia do Divino de Paraty, incluindo os cantos, toques e modo de construção de instrumentos utilizados, como a caixa, viola, pandeiro e Rabeca.

### 31. Literatura de Cordel na FLIP

ID: 7817

R\$ 6.833,43

Promover a valorização da Literatura de Cordel em um evento literário de grande relevância, custeando 10 cordelistas durante a FLIP, através da contratação de PJ para organização de evento de difusão da Literatura de Cordel na FLIP, prevendo exposição e venda de Cordéis, Rodas de Conversa e Declamações.

### 32. Contratação de serviço especializado para gravação de depoimentos dos cirandeiros caiçaras e elaboração do produto audiovisual final - pen card e plataformas digitais do Iphan

ID: 7895

R\$ 9.500,00

Constituição de acervo da ciranda Caiçara com vistas à preservação e transmissão de saberes tradicionais, por intermédio

de gravação profissional de depoimentos de mestres cirandeiros e elaboração de produto audiovisual final.

## Superintendência do Iphan em Roraima

### 33. Apoio a Detentores de Bens Registrados (Capoeira)

ID: 8008

R\$ 4.996,00

Concessão de passagens aéreas e diárias para a participação de detentores de bens culturais registrados (Capoeira) e/ou colaboradores eventuais em atividades realizadas ou apoiadas pelo Iphan no âmbito da salvaguarda de bens registrados.

## Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul

### 34. Reuniões de Elaboração do Plano de Salvaguarda da Tava - Lugar de Referência para o Povo Guarani, em São Miguel das Missões/RS

ID: 8023

R\$ 2.128,62

Reuniões junto aos detentores do bem registrado, tendo em vista a elaboração do Plano de Salvaguarda da Tava - Lugar de Referência para o Povo Guarani, que deverá preceder à revalidação.

## Superintendência do Iphan no Tocantins

### 35. Salvaguarda Karajá

ID: 7946

R\$ 5.273,79

Dentre as demandas apresentadas pelos indígenas e identificadas durante a elaboração do dossiê para o registro, está prevista a realização de oficinas de adornos corporais em aldeia karajá localizada na Ilha do Bananal/TO (eixo Produção e reprodução cultural), que propiciará o fortalecimento dos rituais que fazem parte da cultura karajá e realização de visitas técnicas nas aldeias do polo Luciara/MT para monitoramento dos bens registrados.



Este livro foi composto com as famílias das fontes Minion Pro  
e Bernina Sans.



MINISTÉRIO DA  
CULTURA





MINISTÉRIO DA  
CULTURA

